

ACED  
70 anos



# ACED 70 anos

Luís Carlos Luciano  
2015

Diagramação e editoração eletrônica:  
*Emerson Silva de Souza*  
*Seriema Indústria Gráfica e Editora Ltda.*

Capa:  
2mil Publicidade

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

Luciano, Luís Carlos.  
ACED 70 anos / Luís Carlos Luciano. – Dourados, MS:  
Ed. do Autor, 2015.  
282p.

ISBN: 978-85-908270-3-0

1. Associação Comercial e Empresarial de Dourados,  
MS -História. 2. ACED – Dourados – História. 3. Dourados,  
MS – História. I. Título.

CDD – 981.71

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**



**ACED**

A Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED) fica localizada na Avenida Joaquim Teixeira Alves, 1480, centro, CEP: 79801-015, Dourados (MS). Tel. (67) 3416-8653

Site: [www.aceddourados.com.br](http://www.aceddourados.com.br) E-mail: [acedms@aceddourados.com.br](mailto:acedms@aceddourados.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Pioneirismo. Associativismo. Originalidade. Fé. Vanguarda. Coragem para enfrentar riscos. Planejamento. Mente aberta. Pensar no ontem, hoje e no amanhã. Espírito democrático, política para o bom senso e o equilíbrio, para entender que a defesa do interesse próprio não basta. É preciso pensar grande, pensar coletivamente, aumentar o círculo de comprometimento.

Se fosse descrever o foco de uma entidade do porte da ACED teria que recorrer a essas palavras e provavelmente a outras identificando um objetivo nobre.

Pois bem. Temos a satisfação de apresentar a vocês o livro *ACED 70 Anos* de um tempo muito bem vivido e intenso.

Resultado da decisão da nossa diretoria em marcar o aniversário de uma forma permanente, com uma obra que resgata as nossas origens e mostra os passos dados ao longo de todo esse tempo, como a entidade reagiu diante das diferentes situações históricas.

Não se trata de um livro focado apenas na associação, embora esse seja seu objetivo principal. Paralelamente conta como a entidade influenciou o desenvolvimento de Dourados durante esses anos todos.

Fundada em 1945 logo após o fim da Segunda Guerra Mundial quando Dourados era apenas um povoado com poucos recursos, a Associação Comercial de Dourados, hoje Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), esteve engajada em praticamente todos os momentos importantes desta cidade, ruins e bons.

Ao mesmo tempo em que defendia os interesses de seus associados jamais perdeu de vista outro compromisso: ajudar a cuidar da cidade para que o setor empresarial também fosse beneficiado com isso, pois, afinal, Dourados é a nossa casa.

Este livro nos expõe muito bem isso.

Os primeiros empresários locais entenderam que era preciso associar-se da forma correta para por ordem nas relações.

Aquele primeiro passo foi como o início de uma caminhada... Talvez sem fim.

Este livro, portanto, é mais do que um relato de fatos acontecidos. Ele é o retrato fiel da nossa identidade, dos nossos feitos, e também uma narrativa sobre o progresso de Dourados.

Eis a nossa história sendo contada de forma científica e acadêmica para o público. Abrimos nosso coração, nossos arquivos, nossa identidade.

Os empresários locais são engrenagens fundamentais na vida da nossa cidade seja gerando empregos, divisas, ampliando os investimentos e criando condições de bem estar e conforto social.

E a ACED é justamente o ambiente de ressonância de toda essa energia, das atividades, das decisões, de todo esse trabalho, um local onde trocamos experiências, acolhemos o clamor popular e ensinamos os mais novos a também serem fortes e destemidos, a acreditarem em seus projetos de vida e profissionais.

A ACED junto com seus parceiros constitui-se num poder independente e paralelo que intervêm junto ao setor público quando necessário.

Seria difícil imaginar uma cidade sem uma entidade como a nossa...

A experiência tem mostrado que onde as associações comerciais são fortes a cidade se fortalece.

Este livro nos remete a uma aprazível viagem no tempo.

Trata-se do documentário mais completo já feito sobre a nossa entidade. Leitura obrigatória não apenas para nossos associados e empresários de uma forma geral, mas por todos que desejam conhecer um pouco mais sobre a história local tão fragmentada e tão carente de trabalhos do gênero.

A ACED e Dourados cresceram juntas.

Orgulha-nos conhecer o perfil dos homens que construíram a associação, investiram, lutaram, argumentaram, defenderam suas opiniões, se opuseram à desordem e talvez o mais importante: amaram esta cidade.

A sociedade precisa cada vez mais de pensadores e atores rompendo a mediocridade, a mesquinhez e a avareza.

Este livro nasceu de forma espontânea, a partir de um projeto apresentado à nossa diretoria pelo jornalista Luís Carlos Luciano, e logo vimos nessa proposta uma excelente oportunidade para marcar os 70 anos da ACED com algo denso, permanente, que não se apagasse tão facilmente na memória.

Poucos debruçaram tão intensamente em cima dos nossos livros atas e documentos disponíveis como o autor.

O trabalho começou por volta de julho de 2014 e já em janeiro de 2015 tínhamos a primeira versão que veio sendo revisada e melhorada até se chegar ao produto final que nos enche de orgulho e certeza de que investimos num bom trabalho.

O público leitor certamente vai se convencer da relevância desta obra.

A história da ACED, em outras palavras, é uma aula de sobrevivência no mundo dos negócios.

Sou engenheiro civil, empresário, homem com vivência nas relações desta cidade há mais de 40 anos. Não posso negar a satisfação em apresentar este trabalho.

O autor soube conciliar emoção e ciência, devoção e autenticidade. Resgate realmente denso, marcante, curioso, cuidadoso, acadêmico, político, técnico, equilibrado, profissional e inédito no âmbito regional.

Importante para a nossa classe, para Dourados, para Mato Grosso do Sul. Sua narrativa tem cheiro bom da terra douradense do começo ao fim. O balanço da viagem do tempo e sua implacável, doce e às vezes rude realidade.

Não seria exagero atribuir em certa medida crédito à nossa entidade pelo progresso de Dourados porque isso é a mais pura verdade, uma constatação fácil de ser feita. Essa influência é relatada e documentada em detalhes neste livro.

Desde 1945 as ações que desencadeiam desenvolvimento têm a participação em menor ou maior grau da nossa associação. O governador quando quer anunciar um novo projeto nos procura para dar as boas novas, assim como o prefeito, os empresários que vêm de fora, enfim.

Juntos, vamos consolidando esta cidade que não pára de crescer apesar de toda sorte de dificuldades e do muito ainda a ser feito no campo social e econômico.

Dourados e a ACED estão unidas de forma indelével.

Ajudamos a lubrificar a engrenagem do progresso.

A ACED agrega forças e boas ideias e encampa corajosamente as mobilizações quando necessário.

Não existe obstáculo para a ACED, a não ser, muitas vezes, a falta do próprio empresário.

O túnel do tempo aberto neste livro nos encoraja.

Nossos pioneiros foram homens fortes e engajados.

Eles nos inspiram a continuarmos destemidos e focados nas coisas certas.

Há um ensinamento que vem a calhar: um homem comum estabelece uma circunferência e traz a sua família; um homem mais prestativo amplia o círculo e traz os irmãos e amigos, mas um homem incomum abre ainda mais o perímetro atraindo coletividade e consciência para servir um número maior de pessoas...

A ACED, portanto, pode ser comparada a esse terceiro homem.

O progresso não se constrói por acaso.

A associação foi fundamental lá atrás quando foi fundada e ela continua sendo imprescindível em 2015.



Esperança, arrojo, ação e sensibilidade são substantivos permanentes em nosso meio.

Podemos reclamar e cobrar dos políticos seriedade no trato da coisa pública porque nós quando convocados apresentamos respostas.

Assim intervimos para se melhorar a segurança pública, os transportes, a questão social e não abrimos mão de denunciar os desmandos como à alta carga tributária que tanto afeta nossos empresários, além da corrupção desenfreada que sangra a todos.

Este livro pode ser comparado também a um grito forte do nosso empresário apontando as dificuldades de outrora e as de hoje, como tem sido árdua a luta pela sobrevivência em tempos de crise.

A casa do empresário pode se orgulhar de sua trajetória.

Este livro contém páginas de virtudes.

Todos os douradenses se sentirão identificados.

A ACED constitui-se num agrupamento de homens iguais e diferentes que somam as igualdades e respeitam as diferenças. Homens que pensam.

Acomodem-se e leiam com atenção o *Aced 70 anos*.

Este livro nos traz outra reflexão: se ontem foi daquele jeito e hoje é deste modo, como será o futuro?

Como será o transporte?

Como vai se comportar a economia e a relação comercial?

Vamos viajar e levar produtos pelo espaço sideral?

E Dourados daqui mais algumas décadas?

Como será o sujeito homem?

Como será a ACED?

Pelo menos os 70 primeiros verões da nossa entidade estão registrados...

Muito obrigado a todos colaboradores para o êxito deste trabalho.

Obrigado aos nossos associados que acreditam na ACED.  
Parabéns ACED pelos 70 anos de vida, realizações e feitos positivos.

Boa leitura!

Antônio Nogueira  
Presidente da ACED

## PREFÁCIO

Aniversários são sempre momentos importantes, seja na vida das pessoas ou das instituições: são ocasiões para o balanço do que passou e a avaliação das perspectivas de futuro. E mais ainda quando se trata de números redondos, terminados em zero, como é o caso, agora, da ACED e seus 70 anos – um tempo aparentemente curto mas que, na verdade, é relativamente longo, tendo-se em vista o quanto é recente o efetivo povoamento não-indígena deste nosso extremo sul de Mato Grosso do Sul.

Para sorte de todos nós (além de um bom exemplo para outras instituições), a ACED decidiu comemorar essa importante data com um livro – e, para nossa maior sorte, não uma simples publicação celebrativa, voltada a pouco mais que o vago registro de efemérides e personalidades. Não: trata-se um alentado volume, no qual, com seu já reconhecido profissionalismo, o jornalista Luís Carlos Luciano se dedica a delinear a trajetória da entidade e de suas relações com a sociedade e os governos.

Percebe-se que não foi pequeno o desafio enfrentado pelo autor. Como em toda narrativa, não haveria como fugir à sequência cronológica – o que traz consigo, todavia, o risco do simples enfileiramento de acontecimentos. Em face desse problema, Luís Carlos lançou mão, sempre que possível, do recurso da transversalidade: ao tratar de um tema importante, ele evitou limitar sua abordagem àquele momento específico – buscando, ao contrário, levar a análise para o futuro, mostrando o desenrolar e, eventualmente, o desfecho do processo. Com isso, o autor conseguiu, em boa medida, quebrar a linearidade da narrativa, tornando-a mais interessante para o leitor.

Um aspecto que se destaca, no livro, é a grande variedade de fontes. As mais óbvias, e também as mais valiosas, seriam –

como foram – os registros da própria Associação, sobretudo as atas de suas reuniões. Além delas, contudo, o autor diligentemente buscou depoimentos pessoais e fontes impressas, num trabalho digno de louvor pela extensão e profundidade alcançadas. Assim, entrelaçam-se no livro as informações extraídas das atas, das entrevistas e das páginas de antigos jornais como *O Douradense* e o *Jornal de Dourados*, além d'*O Progresso*. E é importante registrar que, na utilização de suas fontes, o autor se esforçou para ver além das aparências, do mero discurso formal. Ele tratou de buscar a verdade nas entrelinhas, mostrando o quanto são eloquentes os próprios silêncios, isto é, o “não-dito”, aquilo que as fontes omitiram (não dizer, isto é, silenciar, é também uma forma de dizer...). Enfim, para completar seu arsenal, o autor lançou mão de várias obras acadêmicas relativas à história de Dourados (e aqui não posso deixar de registrar minha satisfação por ver a importância que já vão alcançando as obras produzidas no Mestrado em História da UFGD).

Assim, o livro mostra, com clareza, o protagonismo da entidade: concorde-se ou não com seus posicionamentos, o fato é que a Associação esteve presente, intervindo, propondo ou protestando, em inúmeros momentos importantes da história local, regional e nacional.

Não há, evidentemente, nenhuma surpresa com relação a quais foram os temas mais recorrentes ao longo do tempo: impostos e taxas; concorrência do comércio informal (mascates, camelôs e ambulantes em geral); dias e horários de abertura dos estabelecimentos. Digo que não há surpresa porque esses três temas dizem respeito à natureza mais intrínseca do comércio, e eles certamente sobressaem em qualquer pesquisa sobre qualquer entidade empresarial.

Mas é de justiça dizer que, além disso, a Associação

verbalizou demandas mais amplas, que diziam respeito à população em geral. É o caso, bastante destacado, dos transportes, isto é, das vias e meios de ligação entre Dourados e outros centros importantes, no estado ou fora dele. Debateu-se desde a proposta de extensão dos trilhos da ferrovia *Noroeste* de Itahum até Dourados, ainda na década de 1940, até, mais recentemente, a ligação com o porto paraguaio de Concepción e a chamada “rota bioceânica”, isto é, a ligação com o litoral do Chile com vistas ao mercado asiático. E é também o caso da energia elétrica – ou, mais exatamente, da falta dessa energia, pelo menos durante as primeiras três décadas de existência da Associação. Além da escuridão nas ruas e do desconforto nas residências, a carência de eletricidade representava sérias limitações ao desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais e industriais (visto que, caso quisessem dispor de equipamentos mais eficientes, precisariam provavelmente recorrer à autogeração de energia).

Não posso aqui, evidentemente, tirar do leitor o prazer da descoberta. Mas não há como deixar de mencionar uma ou outra “curiosidade”, dentre as muitas que o livro contém. São detalhes que, ao mostrarem o quanto nosso mundo mudou, constituem o encanto da história. Veja-se, por exemplo, a importância que era dada à navegação fluvial: ainda em 1946, saudava-se uma nova linha de transportes entre Presidente Epitácio (SP) e o Porto Deseado (situado no Rio Dourados, nas proximidades do atual Porto Cambira). Na mesma época, um dos temas mais candentes em discussão na Associação eram as “cotas” de açúcar e combustíveis, produtos que, tendo sido racionados durante a Segunda Guerra Mundial, continuavam controlados no imediato pós-guerra. Outro interessantíssimo detalhe: a existência na cidade, em 1951, de 2 “bicicletas de aluguel”.

A curiosidade do leitor, por certo, gostaria de saber mais –

coisas que, talvez, as fontes não tragam, mas que mesmo assim continuam interessantes. Por exemplo: o autor narra como a Associação protestou vivamente contra a extinção do Território Federal de Ponta Porã, em 1946. Então, ficamos nos perguntando: como a entidade encarou a campanha *O petróleo é nosso*, no começo dos anos 1950? E a divisão do estado, em 1977? A campanha das *Diretas Já*, em 1984? Numa próxima edição, talvez... Fica a sugestão.

Enfim, temos aqui um excelente presente – e não só pelos 70 anos da ACED mas também pelos 80 anos de emancipação de Dourados, igualmente comemorados no presente ano. Agora, o que temos a esperar é que outras instituições representativas – sejam empresariais ou de trabalhadores – tratem de seguir este belo exemplo, cuidando não apenas de preservar seus arquivos como também de dar a conhecer sua história. Quem se habilita?

Dourados, março 2015

Paulo Roberto Cimó Queiroz  
(Professor de História – UFGD)

## Índice

**PARTE 1 – 1945 a 1960** .....17 a 85  
 (A origem, as colônias, o Território de Ponta Porã, a estação de Itahum, o pós-Segunda Guerra, os mascates, a construção da sede própria, a energia elétrica, a erva-mate, a primeira briga pela eleição interna, a luta contra o reajuste abusivo do imposto de indústria e profissão, a Guarda Noturna).

=#=#=#=#

**PARTE 2 – 1961 a 1982** .....87 a 117  
 (A inauguração do salão da associação, a Rainha do Comércio, o vazio, o pós-golpe de 64, a troca de farpas com o prefeito Napoleão, a Semana Inglesa, a linha de Urubupungá, o SPC, o PRODEGRAN).

=#=#=#=#

**PARTE 3 – 1983 a 1997** .....119 a 164  
 (O horário especial, a compra do SPC e criação do SCPC, o Distrito Industrial, os camelôs, o Plano Cruzado, a proposta de uma nova sede, o Plano Collor, o Dia do Freguês, o 1º Concurso de Vitruvianas, o IPMF, o selo do Cinquentenário, o espaço dentro da Expoagro, a luta por mais voos, a estória da cabrita e do cabritinho, a ZonaAzul, o Simples).

=#=#=#=#

**PARTE 4 – 1998 a 2005**.....165 a 204  
 (A Cidade Universitária, o terror fiscal, o calendário da ACID, o Concurso de Fotografias, as campanhas de Natal, o gasoduto, o

projeto *Os Iguais*, o *Despertar para o Trabalho*, a *Roda Empresarial*, a substituição tributária, o Supersimples, os conselhos dentro da ACID, o Porto Seco, o Porto de Concepción, o hino da ACID, a compra da nova sede, o 1º *Centro Mix*, o horário livre, o monumento do Peixe e do Cristo, a obra do auditório, a mudança de ACID para ACED).

=#=#=#=#

**PARTE 5 – 2006 a 2013**.....205 a 238  
(A ADERE, a reação contra a alta exagerada do IPTU, a 1ª Exposhopping, a campanha pela revisão do ICMS, a Perimetral Norte, a concorrência com o Paraguai, a *Roda Empresarial* itinerante, a posição da ACED frente à Operação Uragano, a criação do Observatório Social, a eleição do Freire para a FAEMS, a mobilização em relação à Nota Fiscal de Serviço Eletrônico, a 1ª Feira do Empreendedor).

=#=#=#=#

**PARTE 6 – Diretorias** .....239 a 269

**Fontes e Bibliografia** .....271 a 276

**Sobre o autor** .....276



## PARTE 1

1945 a 1960

*A origem, as colônias, o Território de Ponta Porã, a estação de Itahum, o pós-Segunda Guerra, os mascates, a construção da sede própria, a energia elétrica, a erva-mate, a primeira briga pela eleição interna, a luta contra o reajuste abusivo do imposto de indústria e profissão, a Guarda Noturna.*

A Associação Comercial de Dourados é uma das primeiras entidades locais constituída de fato em 29 de maio de 1945<sup>1</sup>, criada quando Dourados completaria dez anos de emancipação político-administrativa<sup>2</sup>.

A associação surgiu numa época de efervescência e mudanças no âmbito local, regional e nacional.

Provavelmente havia muito mais em jogo do que interesses intrínsecos.

Os comerciantes sentiram a necessidade de se organizarem enquanto classe.

O entusiasmo se revela logo nas primeiras atas.

Durante a terceira reunião da diretoria, em 12 de agosto de 1945, onde se menciona o Centro Cívico Antônio João, o Clube Social e o Sindicato dos Criadores, a associação já dava o tom do espírito de iniciativa: alertava para a necessidade das quatro entidades se unirem para conseguirem uma sede provisória.

---

1 No 4º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Dourados os primeiros documentos da associação constam no Livro APJ 1 e datam de 14 dez 1955; o segundo registro foi aparecer somente em 1994.

2 A emancipação se deu em 20 dez 1935.

No contexto geopolítico do Estado de Mato Grosso uno ela é a quinta a ser fundada.

A de Corumbá é a mais antiga, de 1910; a de Cuiabá, de 1912; a de Campo Grande, de 1926; e a de Ponta Porã, de 1944<sup>3</sup>.

O ato de fundação reuniu poucos comerciantes, industriais de pequeno porte, contadores e empreendedores, mas certamente eram os mais influentes.

Alguns eram líderes políticos apesar dos partidos, Câmaras e Assembleias terem sido dissolvidos durante o Estado Novo (1937-45).

Nas eleições gerais de 19 de janeiro de 1947 elegeram-se vereadores os sócios fundadores Austrílio Ferreira de Souza, Raul Frost, Wlademiro Muller do Amaral (o seu Amaral) e Albertina Pereira de Matos.

Os três primeiros presidiram a Câmara<sup>4</sup>.

Prestigiaram a fundação o presidente da Associação Comercial de Ponta Porã, o 1º secretário e um membro do Conselho Consultivo, respectivamente, Manoel Dias de Pinho,

Altair Antunes Brandão e Manoel Capilé Neto (Altair atuou como secretário *ad hoc* naquele dia). O diretor do Serviço de Imprensa do Território de Ponta Porã, Wilson Dias de Pinho, também esteve presente.

A criação da Associação Comercial de Dourados teve o apoio do governador do Território, coronel Ramiro Noronha, conforme registro em ata.

O primeiro presidente eleito, o farmacêutico e professor Milton Sá Santos,



Milton Sá Santos  
1945-1946  
1946-1947  
1948-1949  
1949-1950

<sup>3</sup> Informação obtida no histórico que consta nos sites dessas próprias associações.

<sup>4</sup> LUCIANO, Luís Carlos. *71 Anos do Legislativo de Dourados*, p. 28-29.

pediu para se consignar na ata de fundação: “(...) o voto de congratulações e louvor e aplausos à sábia, patriótica e profícua orientação administrativa do coronel Ramiro Noronha (...)”

E também: “(...) um voto de solidariedade e de homenagem ao coronel Ramiro bem como se prestasse um tributo de gratidão e de reconhecimento aos ilustres representantes da Associação de Ponta Porã (...)”

Aquela reunião, segundo a ata, teve início às 10h no salão principal do Hotel Modelo que existia no centro da cidade, na Avenida Marcelino Pires esquina com a Rua Melvin Jones.

Esse hotel, o primeiro da cidade<sup>5</sup>, pertencia a Raul Frost.

A eleição da diretoria e conselho consultivo aconteceu por escrutínio secreto e cada candidato teve a sua votação em separado.

Milton Sá Santos teve 19 votos, mas Ataliba Fagundes, disputando uma das vagas do Conselho Consultivo, tivera dois a mais.

Ambos foram os mais votados.

Duas mulheres integraram o grupo: Maria da Glória Muzzi Ferreira (1ª secretária) e Albertina Pereira de Matos (Conselho Consultivo).

A primeira diretoria foi composta por 12 pessoas.

O estatuto da entidade de Ponta Porã serviu de referência.

Subscreveram a ata de fundação, conforme a grafia original, 35 pessoas: Milton Sá Santos, Armando Campos Belo, Glória Ferreira, Antônio de Campos Leite, Raul Frost, Elias Milan, Ataliba Fagundes, João Cândido da Câmara, Austrílio Ferreira de Souza, Carlos Garcete, Aziz Rasselen<sup>6</sup>, Albertina

---

5 GRESSLER, Lori Alice. *Memória de Dourados*, p. 153.

6 Sobre os nomes Rasselen, Rasslan e Rassalan, o professor douradense Sultan Rasslan explicou: “são apenas formas de se escrever. Na verdade deveria ser escrito Bourassalan. Mas somos todos Rasslan.”

Matos, Raul Leite de Farias, Salomão Rasslan, A. Nacif Rasslan, Raymundo di Salles Bezerra, Angelo Nigro, Milton Milan, Januário Pereira de Araújo, Bento Pereira de Araújo, Emygdio Rosa (aparece apenas o carimbo com o nome), Amael Pompeu Filho, Hayel Bon Faker, Francisco Xavier Dias, Wlademiro Müller do Amaral, Pedro Rigotti, José de Mattos Pereira (o coronel Juca), Manoel Dias de Pinho, Altair A. Brandão, Manoel Capille Netto, Wilson Dias de Pinho, Delfino G. Garrido, Honório Almirão, Jacintho Cáceres e Ernestino Ferreira Marques.

=#=#=#=#

Estava sendo implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) – criada pelo Decreto-Lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943<sup>7</sup> - e a Colônia Agrícola Municipal estabelecida a partir de 1946 numa área de 50 mil hectares e em 1953 foi emancipada dando origem ao Município de Itaporã<sup>8</sup>.

A CAND é tida por historiadores como o principal projeto desenvolvimentista de Dourados naqueles anos por vários motivos, entre os quais por atrair grande número de migrantes para ocupar uma floresta superior a 300 mil hectares<sup>9</sup>.

---

7 NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1946-1960), p. 16.

8 CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: Povoamento e Colonização (1946-1953)*, p. 1.

9 A área da CAND era de 409 mil hectares (com um excedente de 109 mil hectares referente à área reservada pelo decreto que a criou) e chegou a reunir 10 mil famílias. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_de\\_Dourados](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Dourados)>. Acesso em: 21 set. 2014. NAGLIS, op. cit., p. 62-111, cita que em 1953 o número de famílias já chegava a 5 mil e o processo de implantação da CAND se arrastou por 13 anos. *O Douradense*, 11 maio 1948, p. 4, no texto com o título *Dourados* informa que na colônia federal havia cerca de 4 mil trabalhadores naquele ano.

A CAND integrou a Marcha para o Oeste como parte da política estadonovista visando à ocupação da faixa de fronteira e no caso regional pôs fim também à supremacia econômica da Companhia Matte Laranjeira (CML).

Em Dourados criou-se então a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (...). Seu objetivo, abastecer o mercado paulista. Destinadas a produção principalmente de hortigranjeiros, cereais, frutas e animais, a obrigação das colônias era para “funcionarem como cidades-indústrias potencialmente lançadas no vazio”, era pensado construir com o tempo toda uma urbanização em torno da Colônia: escolas, hospitais. A regularização da Colônia legislava que ao colono o lote deveria ser de 20 a 50 hectares, com casas, assistência médica, empréstimos, insumos, transporte escolar e cursos de agricultura (...). O colono deveria cultivar o terreno e ter boa conduta, embora o Estado obteve pouco retorno de sucesso da implantação das Colônias, considerando a distância dos terrenos das áreas urbanas, as dificuldades materiais para preparo e instalação de trabalhadores. (...).<sup>10</sup>

Igualmente a criação do Território em 1943 trouxe reflexos positivos<sup>11</sup> para Dourados porque teve autonomia política e econômica em relação à Cuiabá, a Capital.

Tinha-se outro projeto auspicioso em vista: o ramal da Noroeste do Brasil (NOB)<sup>12</sup> para o distrito de Itahum (chamado Capão Alto).

---

10 SOUZA, Roney Salina. *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980)*, p. 78.

11 Criado em 13 de setembro de 1943 e extinto em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio\\_Federal\\_de\\_Ponta\\_Por%C3%A3](http://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio_Federal_de_Ponta_Por%C3%A3)>. Acesso em: 21 set. 2014.

12 Inaugurada em 19 de maio de 1949. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o\\_Ferrov%C3%A9ria\\_de\\_Dourados](http://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Ferrov%C3%A9ria_de_Dourados)>. Acesso em: 20 set. 2014.

Havia um clima de euforia por conta do fim da Segunda Guerra Mundial.

Em 1943 iniciou-se a construção em Dourados da Usina Termoelétrica Filinto Müller que só começou a funcionar em 1949<sup>13</sup>.

Em 1940 o censo do IBGE registrava 14.985 pessoas em Dourados (a zona rural contava com 13.164 pessoas)<sup>14</sup>.

Dez anos depois a população saltou para 22.834 e em 1960 para 84.668<sup>15</sup> - esse crescimento populacional ocorreu por conta da implantação da CAND e a maior parte das pessoas na década de 60 continuava vivendo na zona rural.

As terras férteis eram um forte atrativo.

Junto com os colonos vieram também os especuladores.

(...) Com o Território de Ponta Porã, Vargas buscou a efetiva extinção da ação da *Matte* na região, golpe finalizado pela CAND. Mesmo eliminando-se a dita empresa, a oligarquia latifundiária local não simpatizou muito com a colonização varguista, portanto não tardou em organizar novas formas de se manter como classe dominante, adquirindo terras e revendendo-as a novos colonos (...).<sup>16</sup>

---

13 MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória Fotográfica de Dourados*, p. 71. A Usina Termoelétrica Filinto Müller começou a funcionar em 15 de dezembro de 1949 conforme *O Douradense*, 1 ago 1950, p. 2, em texto assinado por Ruy Gomes com o título *Respondendo a um apelo*.

14 SOUZA, op. cit., p. 73.

15 Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_de\\_Dourados](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Dourados)> e <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t17\\_mt.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t17_mt.pdf)>, p. 119. Acesso em: 29 set. 2014.

16 SOUZA, op. cit., p. 78.

*O Douradense*<sup>17</sup> e *O Progresso*<sup>18</sup> noticiaram, em períodos distintos, Dourados como uma nova Canaã.

O comércio cresceu, surgiram hospitais, escolas, bancos, loteamentos, jornal, rádio, cinema, telefone e clube.<sup>19</sup>

Vieram para cá imigrantes como árabes e japoneses e brasileiros do Sudeste e Nordeste.<sup>20</sup>

(...) Na região nordeste, os flagelados da seca, os expulsos do campo e explorados pelos latifundiários constituíram-se em possíveis elementos a decidirem a migrar, em busca de terra para as regiões onde se efetivavam os projetos de assentamentos, como, por exemplo, o da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (...).<sup>21</sup>

Mas aumentavam na mesma proporção os problemas sociais.

Os poucos investimentos públicos em infraestrutura após principalmente a extinção do Território não acompanhavam o desenvolvimento e o grande número de pessoas chegando.

A associação cobrava providências.

Articulava-se como um poder independente.

Lendo-se as atas mais antigas nota-se a dedicação e o empenho dos diretores na busca de soluções para os problemas não só da classe, mas de Dourados.

Havia, é óbvio, muito a ser feito.

Exigia-se pulso firme, espírito associativo e de parceria, capacidade de interlocução e negociação, além de consenso interno para manter o equilíbrio das ações.

---

17 Edição 11 maio 1948.

18 Edição 21 abr. 1951.

19 MOREIRA, op. cit., p. 62.

20 SOUZA, op. cit., p. 78.

21 OLIVEIRA, 1999 *apud* SOUZA, 2007, p. 78-79.

As estradas eram precárias, os fretes caros, os mascates concorriam de forma desleal, o serviço dos Correios era ruim, as comunicações de uma forma geral eram limitadas e a própria NOB não teve um serviço como se esperava.

As queixas eram constantes quanto a atrasos e perda de mercadorias por parte da NOB.

O aglomerado urbano era um misto de estabelecimentos comerciais e residências e alguns sobrados usados para as duas finalidades; as ruas eram de terra, não havia casas e pensões para todos que chegavam; os aluguéis subiram muito influenciados pela lei da procura e oferta apesar da construção constante de novas residências. “(...) A construção de casas não comporta a entrada de novas e cada vez mais pessoas que para aqui se mudam (...)”<sup>22</sup>

No início da década de 50 o preço alto dos alugueis motivou o vereador Weimar Torres a apresentar um Projeto de Lei para se arbitrar os valores.<sup>23</sup>

A segurança era insuficiente considerando as reclamações registradas em atas, mas *O Douradense* de 24 de julho de 1948 no texto com o título *Na poeira da estrada...* diz que o registro de casos policiais era diminuto levando em conta a densa população.

Não existia energia elétrica para todos, pois, a usina atendia um pequeno trecho da área central.

Havia complicações remanescentes da Segunda Guerra Mundial como o racionamento de combustíveis e itens básicos de alimentação; a conseqüente alta inflacionária alterando os preços dos alimentos em até 400%; a dificuldade de transporte

---

<sup>22</sup> *O Progresso*, trecho da matéria de capa com o título *Vertiginosa! A marcha de Dourados para o progresso*, 21 abr. 1951, p. 6.

<sup>23</sup> *O Progresso*, 5 ago. 1951, p.5; e 19 ago. 1951, capa.



reduziu a oferta de açúcar, sal e ovos que demoravam a chegar às cidades<sup>24</sup> - é possível se imaginar o reflexo disso em Dourados...

A estrada entre Dourados e Rio Brillante não existia, sendo iniciada somente a partir da implantação da CAND, ainda assim por etapas.

O primeiro trecho de 60 km de terra foi aberto na medida em que os lotes iam sendo distribuídos aos colonos.<sup>25</sup>

É de fundamental importância que para se ter um comércio, deva existir fornecedores. (...) O povoado de Dourados no início do século XX tinha saídas terrestres pelo oeste e leste. A principal era a oeste que ia até Ponta Porã, Aquidauana e Campo Grande. Saía-se de Dourados passava-se em Lagoa Grande (atual Itahum), depois o caminho bifurcava-se: à esquerda, ia-se para Ponta Porã, à direita, passando por Vista Alegre e depois Nioaque que se atingia Aquidauana. Esse último caminho tinha outra bifurcação, posterior a Vista Alegre, pelo qual era possível ir à Campo Grande. Na saída leste de Dourados havia uma picada, a *picada do Bocajá*, até as margens do rio Brillante, sobre o qual se atravessava de barco continuando o trajeto para Entre Rios, atual cidade de Rio Brillante. (...) Com a evolução dos anos houve três praças principais para o abastecimento de mercadorias do comércio local: Aquidauana, Campo Grande e São Paulo.<sup>26</sup>

Existiu outra estratégia discutível em relação à ferrovia: a sua localização, ou seja, a 60 km a Oeste da cidade enquanto a

---

24 BOTELHO, José Francisco e LACERDA, Ricardo. *Veja como era o cotidiano do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*.

25 MOREIRA, op. cit., p. 84-85.

26 SOUZA, op.cit., p. 86-89.

CAND, a que mais poderia se beneficiar com essa estrutura logística ficava a Leste de Dourados.

(...) Em Dourados, foi estabelecida uma grande colônia agrícola federal, criada em 1943 e implantada a partir de 1948, sendo que, desde 1949, o referido município era servido pela estação de Itaum [sic], do ramal de Ponta Porã. Entretanto, o que não é perfeitamente conhecido é a medida em que essa estação serviu ao município de Dourados, vale dizer, a proporção em que se podem atribuir à Noroeste os impulsos ao desenvolvimento populacional e agrícola da região. De antemão, o que me sinto autorizado a afirmar é que a efetiva decolagem da economia agrícola de Dourados prescindiu, em larga escala, do ramal. A esse respeito, cabe desde logo assinalar a situação relativamente desfavorável desse ramal, um tanto excêntrico em relação ao núcleo agrícola constituído pela CAND: essa colônia, de fato, estendeu-se a leste da cidade de Dourados, enquanto a estação de Itaum foi estabelecida cerca de 60 km a oeste da cidade. De fato, pelo que se sabe, chegou a ser encaminhada para Itaum grande parte da produção agrícola do município de Dourados; em 1951, por exemplo, um jornal douradense se referia aos milhares de caminhões que trafegavam para Itaum, calculando que seriam necessárias "5000 viagens só para o escoamento da safra de algodão." Nessas circunstâncias, não é de admirar que já em 1954 fosse instalada em Dourados uma agência do Rodoferroviário da Noroeste e que, em termos de rendas arrecadadas, essa agência assumisse enorme destaque entre suas congêneres no Estado do Mato Grosso. (...) As cargas também chegam a Dourados pela estrada de ferro, via Itaum (...).<sup>27</sup>

---

27 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*, trecho do livro. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o\\_Ferrovi%C3%A1ria\\_de\\_Dourados](http://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Ferrovi%C3%A1ria_de_Dourados)>. Acesso em: 20 set. 2014.

De acordo com Ercília de Oliveira Pompeu<sup>28</sup>, o frete do caminhão para se buscar mercadorias em Itahum ficava mais caro do que o frete ferroviário de Itahum a São Paulo.

Em 1942 o governo Vargas criou a Coordenação de Mobilização Econômica.

“(...) A indústria, a lavoura e os transportes, indiscutivelmente os setores mais atingidos pela guerra, mereceram desde logo as atenções do novo órgão (...)”<sup>29</sup>

=#=#=#=#

Após a fundação as três primeiras reuniões da associação aconteceram em um dos salões das Escolas Reunidas, atual Escola Estadual Abigail Borralho.

Depois João da Câmara ofereceu a própria residência na Rua Rio Grande do Sul (atual Avenida Weimar Torres) para as reuniões.

Observando uma foto na p. 66 (nº 162), da *Memória Fotográfica de Dourados*, a impressão que se tem é de que a casa do João da Câmara ficava mais para a rua que hoje leva o nome dele do que para a Weimar.

Ao fundo avistam-se resquícios da mata nativa.

Teve um tempo em que a Rua Rio Grande do Sul foi conhecida como *Rua dos Velhacos* porque quem devia no comércio da Marcelino Pires só passava pela rua de trás...

Logo no começo, Carlos Garcete, justificando não poder comparecer às reuniões, foi substituído pelo seu Amaral.

---

<sup>28</sup> SOUZA, op. cit., p. 91.

<sup>29</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC, Cotidiano da guerra. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/CotidianoDaGuerra>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Embora não existisse formalmente a suplência, respeitavam-se a posição dos mais votados. A substituição aconteceu em 12 de agosto de 1945.

Ainda naquelas reuniões iniciais, conforme registro em ata, o presidente se dizia muito animado devido à presença maior de diretores e associados, lembrando que para o bom andamento da associação era fundamental não só as contribuições monetárias, mas o comparecimento.

Vencidas as questões internas como adaptação do estatuto, valor das mensalidades, enfim, trataram logo de discutir as pautas mais complicadas.

O presidente e o 2º tesoureiro Elias Milan estiveram com o prefeito Horácio de Almeida<sup>30</sup> para conversar sobre a cota de combustível e de açúcar.

O prefeito havia intercedido junto ao governador Ramiro Noronha para se aumentar as cotas, mas naquele momento, no caso do açúcar, isso não seria possível.

Havia uma cota aproximada de 600 sacas conforme a ata de 12 de agosto de 1945. Não há informações se essa cota seria mensal ou não e sobre a quantidade de combustível disponibilizada.

“(...) Em novembro de 1944 a quota de açúcar havia baixado de 1 kg para 750g por pessoa (...)”<sup>31</sup>

“(...) O açúcar passou a ser racionado: em novembro de 1944, a cota por pessoa era de 750g a cada 15 dias (...)”<sup>32</sup>

Ainda no encontro com o prefeito, o presidente da associação havia solicitado a participação de dois diretores da entidade na Comissão Central de Controle, sendo indicados João da Câmara e Ataliba Fagundes.

---

<sup>30</sup> Prefeito nomeado de 1943 a 1945.

<sup>31</sup> CARVALHO, Neuza Guerreiro de. Reflexos da Segunda Guerra Mundial em meu cotidiano - 1939-1945.

<sup>32</sup> BOTELHO e LACERDA, op. cit., 2012.

Seu Amaral sugeriu a divisão do açúcar em comum acordo entre o prefeito e a associação, mas não se chegou a um consenso.

Naquela mesma reunião com o prefeito, o presidente cobrava a recuperação das estradas ligando Dourados a Santa Luzia (atual Município de Juti) e a Caarapó porque a maior parte dos moradores da região fazia compras aqui.

Os diretores aprovaram, em 12 de agosto de 1945, a filiação junto à Federação das Associações Comerciais do Brasil “(...) dada à necessidade de ter-se uma fonte de orientações e uma intérprete perante os poderes constituídos (...)”<sup>33</sup> Hoje é a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

Discutiram a comemoração do Sete de Setembro organizada pelo Centro Cívico. O vice-presidente da associação, Armando Campos Belo, era o presidente do Centro Cívico. O evento teria uma temática especial em 1945: o fim da guerra e o retorno dos expedicionários.

O problema do açúcar gerou controvérsia entre os diretores.

O prefeito adquiriu em Ponta Porã dez sacas e entregou-as à firma Manoel Rassalen & Irmãos para serem vendidas a Cr\$ 4,40 o kg sem prévio entendimento com a Comissão de Controle.

João da Câmara considerou um erro, ainda mais o tabelamento nesse valor.

Aziz Rasslan reclamou: na partilha anterior a sua firma tinha ficado fora.

Essa discussão consta na ata de 9 de setembro de 1945.

João da Câmara reclamou também na Prefeitura.

---

33 Ata da ACID/ACED 12 ago. 1945.

Ele disse não ter intercedido antes porque não fazia parte da comissão, assim como nenhum outro membro da associação.

Ao retrucar João da Câmara, Aziz se alterou: estavam fazendo política dentro da associação, mas suas palavras acabaram provocando a reação do presidente.

Milton disse, conforme a ata, que não desejava melindrar ninguém, porém, ao se colocar aquele assunto em pauta ele estava agindo em defesa dos direitos e obrigações da associação.

Se o seu gesto fosse mal interpretado pediria a renúncia.

Disse ainda ser amigo do prefeito e o admirava.

Aquela discussão não visava à pessoa do prefeito, mas o gesto irrefletido da parte dele e na qualidade de presidente não poderia deixar de protestar.

Caberia, continuou, à comissão o direito de dividir o açúcar e tabelar o preço.

Afirmou não ser político.

Estava tratando o caso com lealdade falando claramente entre homens leais.

A discussão teria continuado acalorada e resolveram encaminhar um ofício de protesto ao prefeito.

Quanto à situação do Aziz o presidente temporizou o conflito dizendo que o mesmo continuaria merecendo a confiança da associação “(...) onde era julgado como homem de bem (...)”

Trataram também do problema relacionado ao querosene e à gasolina.

Precisavam buscar uma solução porque a cidade estava às escuras.

O querosene era usado para iluminar as casas.

A falta de uma sede voltou à baila.

O presidente havia conversado com o prefeito sobre a aquisição de um lote para a construção da sede.

Horácio alegava dificuldade em atendê-lo naquele momento, mas conversaria com o governador do Território.

Retomou-se a proposta de se unir a associação, o Sindicato dos Criadores e o Centro Cívico para construírem primeiramente a sede do Centro Cívico, a entidade mais antiga, fazendo-se futuramente o desmembramento e o reembolso da quantia empregada.

Mas essa proposta não foi levada adiante.

Ainda em relação ao abastecimento, João da Câmara apresentou duas sugestões à comissão: o açúcar amarelo deveria sair do controle e o querosene deveria ser vendido em latas fechadas e a cota dividida de forma justa entre os comerciantes.

A comissão tabelou o açúcar branco a Cr\$ 3,80 e o amarelo a Cr\$ 3,70 e acatou a sugestão no caso do querosene.

O preço anterior do açúcar a Cr\$ 4,40 o kg, segundo o associado Angelo Nigro, levava em conta o custo maior na fonte e o frete entre Ponta Porã e Dourados.

Mas prevaleceram os menores preços.

O presidente deu o assunto por encerrado na reunião de 23 de setembro de 1945.

A comissão decidiu fornecer açúcar para Santa Luzia e Caarapó porque Ponta Porã não se achava mais em condições de fazê-lo.

Numa reunião dois dias antes do Natal, a questão do açúcar entrou na pauta novamente porque o produto estava em falta na cidade.

A firma Manoel Rassalen & Irmãos se queixava de ter conseguido com dificuldade as dez sacas para atender a população e depois viu seu produto tabelado a preço inferior ao adquirido.

A ata não esclarece se essa firma deixou de vender o açúcar por causa do preço, mas consta o presidente comprometendo-se

a se entender com a comissão para não prejudicar o abastecimento.

Não se sabe ao certo o desfecho em relação a vários assuntos tratados naquela época porque as atas, salvo exceção, não são conclusivas e não se tem conhecimento de outros registros.

*O Douradense* surgiu em 1948<sup>34</sup> e *O Progresso* a partir 21 de abril de 1951.

=#=#=#=#

Os mascates atrapalhavam os comerciantes estabelecidos e pagadores de impostos. Com a vinda em massa dos colonizadores o problema tinha aumentado e havia casos de pessoas menos atentas sendo lesadas por mercadores praticando preços superiores ao do próprio comércio fixo.

Os comerciantes cobravam uma fiscalização rigorosa por parte da Prefeitura.

Ser mascate era empreender uma luta diária para a venda e também o conflito do nômade com o sedentário, ou seja, dos comerciantes já estabelecidos contra os mascates. Dentre os mascates havia sírio-libaneses e entre os comerciantes fixos também havia sírio-libaneses. Mas a posição de mascate e varejista era dupla. Muitos eram legalizados, pagando ao fisco o seu quinhão. Mas era uma contradição, pois, muitos comerciantes que combatiam a mascateação haviam ascendido no comércio e acumulado capital por essa prática.<sup>35</sup>

---

34 Esse jornal circulou de 11 de maio de 1948 a 1º de agosto de 1950 e pertenceu a Armando Carmelo que era 1º secretário da associação naquele período.

35 SOUZA, op. cit., p. 99.



No início de 1946 a diretoria passou a se reunir em algum lugar na Praça João Pessoa (atual Praça Antônio João).

A associação cobrava a instalação de uma agência do Banco do Brasil e providências por parte da superintendência da NOB por causa do extravio de mercadorias.

Um outro setor de grande importância no espaço urbano é o setor bancário, que articulava as movimentações financeiras. A primeira representação bancária em Dourados foi no final da década de 1940, através da firma *Manoel Rasselen e Irmão* dos irmãos libaneses Manoel Rasselen e Aziz Rasselen. Era necessária a representação em Dourados, pois a agência mais próxima ficava em Maracajú. O trabalho dos libaneses de servir de “correspondentes” durou até o ano de 1954 (...). Segundo Kátia, neta de Aziz Rasselen, foi algo muito extraordinário: “Olha só! Banco do Brasil dado a um imigrante, era a questão da confiança”; a função que desempenhavam, complementa Kátia, era principalmente receber e financiar: “o pessoal pagava as duplicatas, financiava construções, trabalhos em fazendas” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).<sup>36</sup>

O comércio de cigarros virou caso de polícia porque alguns comerciantes não respeitavam o tabelamento. Isso exigiu a intervenção da entidade.

=#=#=#=#

Quando começou a circular a informação da extinção do Território de Ponta Porã a associação mobilizou-se.

---

<sup>36</sup> Idem p. 81-82.

Foram encaminhados telegramas ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia Constituinte, aos senadores, aos líderes da maioria e minoria e demais poderes de projeção no cenário nacional repudiando a proposta.

Deliberou-se pelo fechamento do comércio por dois dias e pela realização de um grande comício.

Mas no final das contas a confirmação causou um clima de desolação.

Não havia, politicamente falando, nada a se fazer para manter o Território.

Sugeriu-se inclusive à Associação Comercial de Ponta Porã um plebiscito para engrossar a luta.

Chegou a ser criada no Rio de Janeiro, Capital Federal, a Associação Pró-Restauração do Território Federal de Ponta Porã.

O conselheiro Emygdio Rosa fora credenciado a montar uma filial aqui.

O ex-prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Júnior (o Sinjão)<sup>37</sup>, no alto de seus 98 anos, morando em Cuiabá (MT), disse por telefone em 7 de julho de 2014 que a extinção do Território foi um golpe dos cuiabanos protagonizado pelo deputado João Ponce de Arruda.

Em outra oportunidade ele escreveu sobre o assunto:

(...) caracterizado pelo poder ilimitado do presidente Getúlio Vargas, golpe solerte trouxe as piores conseqüências para os oito municípios que compunham o Território. As administrações e o povo receberam o fato em enorme de sentimento de pesar e, Dourados, não fosse a Colônia Agrícola

---

37 Prefeito nomeado de 1945 a 1947.

Nacional, que já começava a tornar-se auto-suficiente, perderia o grande entusiasmo na luta pelo seu desenvolvimento. Ainda assim, não foi fácil vencer o trauma causado por tão duro golpe. (...) a população douradense chegou quase a capitular. Entretanto, a iberdade do solo e a firme determinação do povo conseguiram, não sem dificuldades, superar tão terríveis males.<sup>38</sup>

Mas o professor-doutor Paulo Roberto Cimó Queiroz, uma das principais autoridades locais sobre a história regional, da UFGD, tem uma opinião diferente:

(...) Isso não é contra Dourados, eu acho que foi até contrário, no Estado antigo, eu não tenho como afirmar, é uma ideia que daria para explorar no livro, acho que no Estado antigo, Dourados foi até beneficiado (...). Eles têm que dividir para ganhar, então quem eles iam beneficiar? Campo Grande? Não, eles iam beneficiar outro, Dourados (...). Dourados foi o Município mais populoso do Estado no censo de 60 por causa da colônia, da zona rural (...) 90% era rural (...). A cidade nem se comparava com a Capital, Dourados era uma vila, um povoado, não tinha asfalto, não tinha nada (...). A extinção do território não foi um golpe, Dourados nem era capital, Dourados não tava com essa bola toda (...). O golpe seria contra Ponta Porã (...). O território é um assunto que não foi estudado ainda e tem muita documentação (...) [informação verbal].<sup>39</sup>

Ele também não acha que Dourados tenha sofrido algum tipo de intervenção política orquestrada em Cuiabá para dificultar o desenvolvimento naqueles idos de 40 a 50:

---

38 ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*, p. 32.

39 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Entrevista gravada*.

Não, não acho. Isso aí são eventos, coisas compreensíveis porque Dourados, digamos assim, “não era nada”. Porque haveriam de se preocupar? Preocupar-se de isolar o que não serve pra nada? O que produziu Dourados foi a colônia, essa é a questão, a colônia agrícola sim, é errado dizer que a colônia fracassou (...). Não sei de onde saiu essa conversa (...). Foi um sucesso estrondoso (...). O povo da Capital fala isso (do fracasso), povo da UDN de Campo Grande, como aqui só tinha PTB (...). Aqui jogava votos para Getúlio. A UDN não. A colônia foi um sucesso, então antes disso não havia motivos para fazer as coisas passarem por Dourados até por uma questão econômica. Na verdade tem um cara só que defendia isso (...). Um sujeito que defendeu que quando a ferrovia fosse construída, um ramal, devia passar por Dourados por causa da terra, da terra boa, tem que passar por onde a terra é boa porque assim se estimula a produção. O ramal da ferrovia seguiu o mais fácil, o espigão e não o vale, espigão é alto, não atravessa rio, o único rio importante que atravessou foi o Santa Maria que deu mais trabalho. No Vacaria não passou, passou num córrego. No Rio Dourados a ferrovia pega pouco mais que um córrego. Olha o tamanho do varjão que iam pegar do Brillhante, Vacaria (...) monte de varjão que tem para atravessar o rio ia encarecer a obra barbaridade. O ramal já saiu a conta-gota, foi uma luta, o governo já estava mudando de ideia, não queria mais fazer o ramal para Itahum. A construção começou em Indubrasil em 38, aí eles foram inaugurar Maracaju em 44, e Itahum em 49, e Ponta Porã em 53 (...). Esse é o caminho mais curto (...). Chegaram na época a ter três projetos para se construir o ramal e venceu o de menor custo, menor extensão (...)” [informação verbal].

=#=#=#=#

Em 20 de maio de 1946 Milton Sá Santos foi reeleito.

A associação reivindicava a ampliação do ramal de Itahum até Dourados.

Em 24 de junho de 1946 três novos diretores integraram a Comissão de Controle de Preços: Ataliba Fagundes, seu Amaral e Amael Pompeu Filho.

Verificava-se já há algum tempo a falta de farinha de trigo.

Há dois momentos principais nas casas de comércio de Dourados. O primeiro é antes da consolidação da CAND e o segundo é posterior ao seu estabelecimento, ou seja, antes dos anos 1950 e depois. O primeiro período é caracterizado por quase que literalmente *casas*. Uma casa, residência, lar, uma moradia é o local de sedentarização no qual para viver é preciso certas qualidades e quantidades de objetos e alimentos: comida, roupas, calçados, remédios, bem como outros complementos opcionais como vinho, cachaça, erva-mate e cigarros. As casas comerciais que havia em Dourados nesse primeiro momento serão verdadeiros postos de abastecimento gerais, onde se encontrava *de tudo*; não é por acaso que terão nomes que fazem referência a residências: *Casa do Martinho*, *Casa Branca*, *Casa Esperança*, *Casa Damasco*.<sup>40</sup>

João da Câmara convocou uma reunião extraordinária para o dia 30 de junho de 1946 para comunicar que havia assumido no dia anterior como representante do comércio junto à Comissão Central de Preços criada pelo Governo Federal em 4 de abril de 1946 com o objetivo de controlar e estabelecer mecanismos para se evitar o encarecimento da vida.

---

40 SOUZA, op. cit., p. 115.

A Comissão Central de Preços era presidida pelo prefeito Sinjão.

Não se tem informação clara se essa segunda comissão sobrepôs à primeira.

Ele (João da Câmara) havia solicitado um prazo de 30 dias para que o comércio se adaptasse às exigências do Decreto-Lei nº 9.125, do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Consta em ata que depois dos diretores muito conversarem sobre o assunto, decidiram organizar uma lista com os preços para a nova comissão.

A questão do açúcar mais uma vez foi discutida.

O comerciante Emygdio Rosa pediu uma reunião com a associação no dia 24 de julho de 1946 para falar que a comissão havia tabelado o açúcar a Cr\$ 5,70 o kg e dado um prazo para venda dos estoques até o recebimento de nova remessa, não permitindo a venda a Cr\$ 6,00.

A associação ficou de encontrar uma solução em relação principalmente aos estoques porque dificilmente eles seriam vendidos no prazo estabelecido.

A ata negligencia a informação se a questão do preço foi ou não resolvida, mas a associação enviara telegrama ao governador do Território pedindo mais farinha de trigo e autorização para o comércio adquirir o açúcar diretamente do produtor.

=#=#=#=#

Em 20 de outubro de 1946 foi apresentado o documento embrião para a sede da entidade: o título de aforamento de um lote na primeira zona urbana, adquirido junto à Prefeitura.

O prefeito havia facilitado a aquisição e por isso a associação enviou-lhe um ofício de agradecimento.

O presidente leu ofício do Heitor Mendes Gonçalves Filho

comunicando que no dia 1º de novembro de 1946 seria iniciada a navegação fluvial de Presidente Epitácio (SP) ao Porto Desejado, no Rio Dourados (ficava aproximadamente 2 km abaixo de onde se localiza atualmente o Porto Cambira).

Junto com o ofício veio inclusive uma tabela de preços da linha de navegação.

A boa notícia levou o presidente a destacar que esse trabalho era um mérito do conselheiro Ataliba Fagundes propondo um voto de louvor ao mesmo.

O motivo (ou motivos) desse meio de transporte não ter prosperado não consta nos livros da associação.

O *Progresso* de 31 de dezembro de 1951, p. 3, trouxe uma breve notícia sobre esse assunto.

O deputado federal Lício Borralho dizia que um dos projetos a ser executado em 1952 (portanto, seis anos depois daquele ofício do Heitor) pelo novo superintendente da Bacia do Prata, Álvaro Monteiro, seria o estabelecimento das navegação nos Rios Brilhante e Dourados, “(...) o que vem beneficiar de maneira extraordinária o comércio de Dourados (...)”.

Curiosamente o mesmo jornal, em 12 de fevereiro de 1956, traz um anúncio com o título *Cidade Porto Desejado* informando que a nova e prospera cidade surgiria em lugar pitoresco denominado Porto Desejado, situado na margem esquerda do Rio Dourados na propriedade Santa Alexandrina, distante 22 km da sede de Dourados.

O anúncio de venda de lotes e chácaras indicava que nesse lugar seria inaugurado um cassino e era um ótimo balneário para pesca e caça e “franco porto fluvial que liga a navegação da Bacia do Prata”.

Dizia já existir pista de pouso para aviões, três praças públicas, três avenidas, espaço para construção de equipamentos comunitários e a estrada para Porto Cambira estava sendo construída pelo prefeito.

O produtor rural Paulo dos Santos, 83, então proprietário de uma área nas proximidades do Porto Cambira, disse em entrevista no dia 22 de setembro de 2014 que não chegou a ver a movimentação de balsas ou lanchas no local, mas ouviu o sogro dele, Manoel Pedro Nolasco, um dos primeiros moradores daquela região, falar muito sobre esse porto.

Essa navegação, segundo o jornal, facilitaria a ligação de Dourados com o Estado de São Paulo por intermédio da Sorocabana (estrada de ferro), no Porto Epitácio.

A professora Edna Mitsue Inagaki relata em seu livro *Imigração Japonesa para o Brasil: Os japoneses em Dourados (Século XIX e XX)*, p. 74, que Teruki Dokko veio com a família de Tupã (SP) na década de 40 de barco pelo Rio Dourados, desembarcando no Porto Souza, próximo da estrada para Caarapó, e em carros de boi chegou a Dourados.

(...) De fato, um mapa das zonas ervateiras arrendadas pela CML, datado aparentemente do começo da década de 1930, existente no Arquivo Nacional, indica, entre outras coisas, os vários portos existentes nos rios da região (cf. a reprodução desse mapa em ALBANEZ, 2003). No rio Dourados, esse mapa indica, por exemplo, o porto *Mercedes* (situado à margem direita, nas proximidades da foz do córrego Douradinho, no *Rancho Carapá* – em posição que corresponde, hoje em dia, ao eixo da rodovia MS-379, que liga Dourados a Laguna Carapã); o porto *Suarez* [grifo do autor], também à margem direita, pouco a jusante da foz do arroio Caarapó, no *Rancho Laguna* [grifo do autor] (em posição que parece corresponder, hoje em dia, ao eixo da rodovia MS-156); o porto *Bilma*, à margem direita, em local que corresponde às proximidades da localidade hoje chamada precisamente *Porto Vilma* [grifo do autor]; e, já na foz do Dourados no Brilhante, o local chamado *Pontón* (situado mais precisamente, na verdade, já à margem direita do Brilhante). Enfim, a utilização da navegação do



Dourados, para os fins da empresa ervateira, é expressamente mencionada pelo memorialista Hélio Serejo. Segundo esse autor, técnicos especializados, vindos de Buenos Aires, depois de ouvirem os “práticos da região”, “desenhavam os mais variados tipos de embarcação, principalmente *rebocadores*, cuja missão seria a de *rebocar* chatas carregadas de erva-mate” (SEREJO, 1986, p. 79; grifos do original). Assim, ele menciona, entre outros, o rebocador *Dom Ricardo*, “movido a motor, a óleo” e cujo “destino era sempre a zona do Rio Dourados, percurso difícilimo e, às vezes, traiçoeiro” (p. 80). De fato, Serejo enfatiza as dificuldades enfrentadas na navegação do rio Dourados. Ele destaca, por exemplo, a grande distância percorrida, a partir de Guaíra (“Quando a *marcha* era para Dourados, a Administração fornecia *provista* [provisões] para 40 dias, ida e volta, em virtude da distância do percurso”). (...) Desse modo, ao que parece, muitos dos chamados *portos*, no rio Dourados, eram, na verdade, sobretudo pontos de passagem. É o caso, no que se refere ao rio Dourados, dos locais ainda hoje chamados *Porto Torraca*, *Porto Souza* e *Porto Cambira* (em fase de elaboração).<sup>41</sup>

=#=#=#=#

O presidente propôs também um voto de louvor a Alberto Ferreira de Souza e Austrílio Ferreira de Souza por terem feito o transporte de Maracaju até Dourados, trecho de 100 km, da grande caldeira da usina termoeletrica de Dourados.

Outro voto de louvor foi para Ruy Gomes<sup>42</sup> pelos esforços em torno da construção da usina.

Com a extinção do Território, a Justiça ficou acéfala no âmbito local.

---

41 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Rio Dourados, esboço de uma história*, p. 13-14.

42 Prefeito de Dourados de 1947 a 1948.

A associação enviou ofício ao ministro da Justiça, Benedito da Costa Netto, cobrando providências e informando que todos os trabalhos forenses estavam paralisados e não havia nenhum feito do serviço eleitoral.

“(...) Para o Município tendo população de 25 mil almas não poderia calar-se diante da extinção da Comarca (...)”, cita a ata de 10 de novembro de 1946.

A Comarca de Dourados foi criada em 12 de março de 1946 através do Decreto-Lei nº 9.055<sup>43</sup>, mas parece ter demorado algum tempo para ser efetivamente implantada.

A falta de segurança obrigou a entidade a encabeçar um abaixo-assinado cobrando junto ao comando da 9ª Região Militar em Campo Grande a criação de um pelotão em Dourados.

O abastecimento do açúcar continuava sendo um problema.

Atilio Rodini Torraca reclamava que a aquisição do açúcar tinha se tornado difícil. A associação cobrou do prefeito uma solução e solicitou ajuda da Associação Comercial de Campo Grande para suprir o consumo local.

A mascateação corria solta.

Para tentar coibir a entrada de mercadorias clandestinas os comerciantes pressionaram o prefeito Sinjão para exigir dos motoristas de caminhões as guias das cargas e para que a Prefeitura fiscalizasse a entrega dessas remessas.

Na reunião de 4 de maio de 1947 o 1º secretário Armando Campos Belo leu ofício da Taxi-Aéreo, sediada em Corumbá.

A empresa passaria a fazer escala em Dourados.

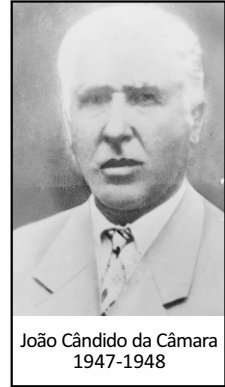
---

43 Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_de\\_Dourados](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Dourados)>. Acesso em: 21 set. 2014.

Em 6 de julho de 1947 João da Câmara tomou posse como presidente da associação. Há apenas quatro atas da sua gestão.

Na eleição de 17 de maio de 1948, Milton Sá Santos retornou à presidência e no dia da posse pediu uma salva de palmas para o João da Câmara “(...) que com acerto e muito bem soube conduzir a associação (...), diz a ata de 30 de maio.

*O Douradense* de 11 de junho de 1948 divulgou a eleição da diretoria:



Dourados desfruta atualmente uma situação de desenvolvimento ascendente no campo econômico. Comparativamente a outros Municípios sulinos bem podemos vê-lo mesmo na vanguarda desse desenvolvimento, conseqüente da grande afluência de trabalhadores do campo que para aqui vem de vários pontos do Paiz [sic], notadamente dos Estados do Norte, de S. Paulo, Paraná e outros. Tanto na Colônia Agrícola Federal, como na Municipal e em outras ubérrimas do Município, grande número de famílias se dedica ao trato da terra. A sua Associação Comercial está vigilante e trabalha ativa e decididamente pelo progresso local, quer deseja coisas duradouras e positivas, pleiteando sempre tudo o que a comunidade carece e que o direito lhe assiste. (...).

A partir desse período as reuniões, segundo as atas, aconteceram numa sede provisória localizada em frente à Praça Antônio João.

O presidente trouxe boas notícias para o dia da posse.

Lera um ofício do delegado do Ministério do Trabalho em Mato Grosso, Álvaro Duarte Monteiro.

Seriam julgados improcedentes os autos de infração lavrados contra o comércio.

Um telegrama lido na mesma reunião prorrogava o prazo para pagamento dos impostos dos comerciantes e ervateiros atingidos pela paralisação da exportação da erva-mate.

De acordo com *O Douradense* de 27 de maio de 1948, em texto assinado pelo capitão Heitor Mendes Gonçalves, de Ponta Porã, as exportações de erva-mate para a Argentina tinham sido suspensas porque o Brasil descumprira um acordo comercial ao misturar raspas de mandioca à farinha de trigo.

A Argentina estabeleceu o regime de permissão prévia para importação de produtos brasileiros até 7 de abril daquele ano.

Mas como nada tinha sido resolvido até aquela data o governo argentino suspendeu a concessão da permissão prejudicando a exportação da erva-mate até se firmar um novo tratado.

Como a erva-mate não era produto de primeira necessidade para a Argentina a exportação poderia ser relegada a um segundo plano. Isso afetou diretamente grande número de produtores locais e da região.

*O Douradense* de 10 de agosto de 1948 cita telegrama enviado pelo capitão Heitor ao Dr. Camilo Hermelindo da Silva comunicando que havia regressado de um encontro com o Dr. Vieira Machado e o embaixador brasileiro na Argentina, Ciro de Freitas Vale, deixando quase concluído acordo provisório para restabelecimento do intercâmbio.

No dia anterior havia recebido a notícia por telefone de que o acordo seria assinado naquela data para liberação da exportação de milhões de quilos de erva.

Em 17 de agosto de 1948 o deputado Lício Borralho apresentou um Projeto de Lei autorizando o Estado a destinar até a quantia de Cr\$ 2 milhões para a industrialização da erva-mate.

Justificativa: essa atividade havia dado vida e progresso aos Municípios de Dourados, Ponta Porã, Maracaju e Caiuás (atual

Rio Brillhante) e corria o risco de desaparecer por conta do momento angustiante, já que o único país comprador, a Argentina, ameaçava paralisar a compra.

Além da Argentina não considerar a erva-mate como gênero de primeira necessidade, o governo daquele País vinha sendo pressionado pelos ervateiros de Corrientes porque a entrada do produto brasileiro era uma concorrência desleal, embora a qualidade fosse melhor.

O deputado dizia haver intervenção discreta de pessoas ligadas à Companhia Matte Laranjeira.

O deputado dava como iminente “o sacrifício de nossa erva em benefício de outros produtos que representam maiores valores na balança comercial do Brasil (...)”<sup>44</sup>

Alertava ainda: nada se podia esperar ajuda do Instituto Nacional do Mate que só em Ponta Porã arrecadava Cr\$ 1,5 milhão em taxas e em troca não dava nada, nem escola, nem estrada, nem uma dose de remédio para combater o impaludismo, apesar de ter uma sede luxuosa na Capital Federal.

A ideia era se organizar um moinho de beneficiamento e industrialização para a produção de chá, tipo queimado, e para a exportação industrial da cafeína, o que já vinha sendo feito no Estado do Paraná.

Não havia mais mercado interno para erva cancheada.

A produção não poderia mais ser restrita ao chimarrão no Sul do Estado.

A Bolívia, por exemplo, era um grande consumidor da erva-mate paranaense.

---

<sup>44</sup> *O Douradense*, 2 out. 1948, capa e p. 4. O mesmo jornal traz a íntegra do Projeto de Lei do deputado.

Em 1951 o problema persistia.

Notícia publicada em *O Progresso* de 19 de agosto daquele ano dizia que o presidente da Cooperativa do Mate local, Adroaldo Pissini, havia sido informado que o deputado Aral Moreira vinha tomando uma série de providências em favor dos ervateiros, entre as quais o financiamento, por parte do Estado, de toda erva em estoque e isso representava grande benefício para os produtores.

“(…) A produção extrativa de erva-mate atingiu a mais de 682.000 quilos cujo valor ultrapassou a casa dos 2.380 mil cruzeiros (…)”<sup>45</sup>

Esses números se referem a 1955 no âmbito do Município.

==#=#=#=#

Em junho de 1948 a entidade patrocinou a sua primeira grande festa, a de São João, no dia 23.

*O Douradense* dedicou amplo espaço na edição de 24 de julho:

(…) A nossa Associação Comercial, entidade de classe que reúne no seu seio já elevado número de pessoas representativas do nosso alto comércio e indústria, tendo à sua frente a figura inconfundível e por todos os títulos prestigiosa do Milton Sá Santos, como seu presidente, foi a promotora da festa.

Dourados em peso, na noite de 23 para 24 do mês p. findo, acorreu ao salão da residência do Sr. Paulo Campos Belo, e um verdadeiro burburinho ali logo se estabeleceu. O modo comunicativo de todos os presentes, a alegria esfuziante que desprendia do semblante de todos, fazia da festa, como efetivamente fez, uma das belas noitadas deste junho festivo. Aliás, era de esperar que assim acontecesse, dado os

---

45 ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros do IBGE, v. XXXV. 1958. Rio de Janeiro, p. 187.

preparativos antecipados, feitos pela Associação e o carinho com que todos, indistintamente trabalharam para que nada faltasse e tudo corresse da melhor forma possível. Um programa fora antecipadamente estabelecido e o qual passamos a enumerar:

*“Comissão de preparativos do salão:* Armando Campos Belo e senhorita Neusa Carvalho.

*Comissão de convites:* Armando Carmelo e senhorita Umbelina Câmara.

*Comissão para os preparativos da fogueira, música e fotos de artifício:* Aniz Rasslan e senhorita Patronilia Xavieria.

Isto feito, instituiu a Associação três prêmios para as três primeiras colocadas num concurso para a eleição da senhora ou senhorita que melhor e mais tipicamente, à caipira, se apresentasse no baile. Além disso, um prêmio especial para um rapaz.

As três que lograram conquistar os prêmios foram as senhoritas: Francisca Carvalho, Neusa Carvalho e Cecy Mota, respectivamente, 1º, 2º e 3º lugar, cujos prêmios foram entregues no mesmo salão e sob calorosas salvas de palmas dos presentes.

O moço que conquistou o prêmio a que acima aludimos foi o Sr. Orlando Milan.

O baile que prolongou-se até às primeiras horas da madrugada, foi animadíssimo, ao som de maviosos acordes da orquestra do maestro Raul Frost. E a manhã do dia 24 veio vindo, deixando a todos a recordação de uma noite festiva em Dourados.

Na edição de 11 de setembro de 1948 o jornal traz uma pequena retificação.

Faltou informar os integrantes da *comissão de julgamento*: dona Clarie Rosa, dona Albertina de Matos e capitão José Rodrigues.

A questão do imposto sempre foi recorrente desde aqueles idos.

O anteprojeto de reforma do Imposto de Consumo preocupava os comerciantes.

Por outro lado, a associação fez um apelo ao prefeito Antônio da Costa Carvalho (o Carvalhinho)<sup>46</sup> para se cobrar impostos dos ambulantes e uma medida de justiça fosse adotada para o caso.

A entidade resolveu formar uma comissão constituída por Aziz Rasslan, o coronel Juca, Amael Pompeu Filho, João Cândido da Câmara e Armando Campos Belo para se entender diretamente com o prefeito e os coletores do Estado e da União.

Essa comissão sugeriu a publicação de um edital com regulamentação específica estabelecendo as obrigações para os ambulantes.

João da Câmara propôs se requerer ao Estado um fiscal para permanecer em Dourados e solucionar de vez os casos dos ambulantes que simplesmente sonegavam, além da nomeação de um guarda fiscal.

A fiscalização passaria a ser mais rigorosa a partir de 1949.

=#=#=#=#

Provavelmente em julho de 1948 (a ata não traz o mês, apenas o dia 25) começou a ser discutida a criação da feira-livre, uma aspiração da associação. Além de abrir uma oportunidade de venda para os colonos e aumentar a oferta de alimentos para a população, naquele período existiam várias chácaras ao redor da cidade segundo *O Douradense*.<sup>47</sup>

O jornal considerou a iniciativa do prefeito progressista já que o Município era essencialmente agrícola. O imposto dos feirantes seria cobrado a partir de 1949.

---

46 Prefeito de 1947 a 1951.

47 Edição de 10 ago. 1948, capa.



O prefeito e o presidente da associação chegaram a percorrer o comércio divulgando a feira-livre e explicando suas vantagens.

Mobilizaram ainda os fiscais das colônias para que avisassem os colonos para que trouxessem “(...) galinhas, ovos, verduras, frutas, carne de porco e até peixe (...)”<sup>48</sup>

A feira-livre favoreceria igualmente o comércio em geral, pois, melhorando a renda dos pequenos produtores eles poderiam comprar mais.

O *Douradense* de 11 de setembro de 1948 noticiava que no dia 15 de agosto, um domingo, a principal praça da cidade (a Antônio João) amanhecera movimentada por conta da primeira feira-livre.

Depoimento do Milton de Sá Melo ao jornal:

(...) Pelo dedo se conhece o gigante – diz o ditado. Essa é a impressão que tive do primeiro domingo da feira-livre – manhã movimentada de calor humano e que, logo de início, vem demonstrar as grandes possibilidades deste rico Município. Como Presidente da Associação Comercial desta cidade só tenho motivo de estar ufano com o êxito desta iniciativa do Prefeito Antônio de Carvalho, pois, o comércio concorreu, em grande parte, para o bom sucesso da nossa feira-livre. E a mão do gigante há de aparecer, num futuro bem próximo, para distribuir farta e generosamente, através [sic] deste mercado popular, as riquezas agrícolas do seu celeiro (...).

O artista douradense Ilson Boca Venâncio em seu livro *Dourados e sua Cultura – Memória das artes comentada* relata no artigo *A nossa feira-livre* a realização da feira em 1952 na

---

<sup>48</sup> O *Douradense*, 17 ago. 1948, capa.

Avenida Presidente Vargas sem mencionar exatamente o trecho; depois foi transferida para a Rua Dr. Nelson de Araújo entre a Avenida Marcelino Pires e a Weimar Torres e desse local para a Rua Onofre Pereira de Matos entre a Avenida Presidente Vargas e Rua João Rosa Góes e anos depois mudou para a Rua Cuiabá onde permanece até hoje.

O *Jornal de Dourados*<sup>49</sup> de 16 de junho de 1960, capa, traz uma matéria sobre a feira-livre com o título *Está errado...*

O jornal criticava a proposta de se mudar a feira para um lote vago entre a Escola Joaquim Murtinho e o Posto Higiênico (posto Tipo A hoje em dia) – a escola fica na Rua Onofre Pereira de Matos e o posto tipo A na Avenida Presidente Vargas.

Nesse local seriam instaladas as bancas para a venda de carne e 100 mesas. O jornal dizia que nessa área a feira-livre se tornaria igual “aquela contra a qual estamos nos batendo: desorganizada, anti-higiênica, prejudicial aos moradores das proximidades, além de retardar uma providência definitiva e acertada (...)”

O lote pertencia ao Estado e pelo visto seria onde se encontra hoje o Fórum.

O jornal defendia a construção de um mercado na forma de um condomínio para atender melhor os consumidores e os próprios feirantes.

Pouco mais de uma década depois (não se tem exatamente a data), na segunda gestão do prefeito João Totó da Câmara<sup>50</sup>, filho do João da Câmara, o Mercado Municipal chegou a ser

---

49 Não se sabe exatamente o tempo de circulação desse jornal, mas no Museu de Dourados estão arquivadas as edições de 1958 a 1961. Esse jornal pertenceu a Antônio Tonani e José Floriano de Freitas. MOREIRA, op. cit., p. 116, traz um artigo assinado por Basílio Moreira com o título “História do jornalismo em Dourados” informando que em 1955 circulou outro *Jornal de Dourados* sob a direção de D’Almeida Vitor e João Augusto Capilé Júnior, mas com curta duração, não atingindo o terceiro número.

50 Prefeito de 1967 a 1970 e de 1974 a 1977.

construído na Rua Albino Torraca (onde atualmente está localizada a loja 1 do Abevê Supermercados) para abrigar pequenos produtores, mas a feira-livre continuou existindo normalmente.

Regina Aparecida Câmara Rodrigues, a *Pitote*, filha do Totó, informou via facebook em 25 de janeiro de 2015, com base em depoimento dos tios dela, que o mercado foi feito para abrigar os feirantes, mas a proposta não deu certo.

De acordo com *O Progresso* de 26 de janeiro de 1979, o mercado desde o início não atingiu seus objetivos e tinha três donos: o terreno pertencia à Prefeitura; o prédio à Nosde Engenharia e os boxes aos comerciantes.

O presidente da ACED, Antônio Luiz Nogueira, engenheiro civil, trabalhou na construção desse mercado. Ele disse em 20 de janeiro de 2015 que especuladores se anteciparam na aquisição dos boxes para alugá-los e por causa disso não houve a procura esperada.

No dia 24 de janeiro de 1979 a Câmara, segundo *O Progresso*, autorizou a permuta do terreno com a Nosde e em contrapartida a Prefeitura recebeu uma área de 17 mil m<sup>2</sup> entre os BNHs 2º e 3º planos.

Os proprietários dos boxes seriam indenizados pela Nosde.

O mercado tinha aproximadamente 7.500 m<sup>2</sup> de área construída.

A Prefeitura reclamava dos custos de manutenção com o pagamento da água, luz e limpeza.

Em meados de 1980 o Mercado Moreira se instalou no local.

João da Câmara reivindicou uma agência dos Correios para Itahum e cobrava do coronel Lima de Figueiredo a promessa de gasolina e óleo para a construção da estrada entre Dourados e Itahum.

Antes disso, em 18 de agosto de 1948, foi organizada uma caravana até Itahum para verificar o estágio das obras da estação da NOB.

Não havia estrada.

A viagem, segundo *O Douradense*<sup>51</sup>, em meio às pastagens e ao mato nativo começou bem cedo e só chegaram ao destino depois das 12h, percurso que hoje de carro se faz em menos de uma hora em rodovia pavimentada (são 60 km).

Os diretores da associação integraram a comitiva junto com outros convidados.

O prefeito e o Sinjão - na época era secretário da prefeitura - foram antes.

A comitiva foi recepcionada com festa.

Ernestino Ferreira Marques oferecera um churrasco.

A previsão era que dentro de mais dois meses os trilhos estariam assentados.

O início dos serviços da estrada só estava dependendo do coronel.

Ata de 8 de maio de 1948 cita ofício do Ministério da Viação e Obras Públicas comunicando que a inauguração da estação seria no dia 18 de maio daquele ano.

A diretoria discutiu a melhor forma de a associação participar da solenidade e houve entendimento com o prefeito para uma agenda comum.

Aziz Rasselen colocou um caminhão à disposição para levar as pessoas.

---

51 Edição de 12 jun. 1948, capa.

O prefeito Carvalhinho compareceu à reunião da associação em 14 de setembro de 1948 para informar que a Companhia Central Aérea Ltda. pretendia atender Dourados, mas para isso era preciso se construir um campo de aviação.

Essa empresa pretendia abrir um escritório na cidade, construir uma casa de campo e oferecer o serviço postal.

O prefeito foi aplaudido.

O presidente falou da satisfação em ouvir tal anúncio, colocando a associação à disposição.

O aeroporto voltou a ser discutido na reunião de 9 de abril de 1950.

O prefeito pedia ajuda para construir uma casa no aeroporto.

A associação doaria as telhas e a firma Madeira Dourados o madeiramento.

A Prefeitura bancaria os tijolos e a mão de obra.

Mas em maio de 1951 quando o prefeito já era Nelson de Araújo<sup>52</sup> a Prefeitura ainda estava cobrando o auxílio da associação quando então a diretoria autorizou a compra de mil telhas do tipo francesa.

Uma circular de 12 de agosto de 1950 registrada na ata de 25 de maio de 1951 autorizava os Correios de Dourados a executar o serviço postal aéreo.

=#=#=#=#

Em 14 de setembro de 1948 foi dado mais um passo rumo à sede própria: o lote da associação foi permutado por outro na Rua Paraná (atual Rua Joaquim Teixeira Alves), do conselheiro Elias Milan, no centro da cidade.

---

52 Prefeito de 1951 a 1955.

A ata cita que era em frente à praça onde seria erguido o Grupo Escolar (provavelmente hoje é a Escola Joaquim Murinho).

Naquele período Ruy Gomes administrava as obras da usina também chamada de “usina-serraria”. Ruy tinha enviado um ofício convidando os diretores para visitarem o local, a 1,8 km da área central.

As máquinas a vapor tinham capacidade de corrente de 220 e gerador para 6 mil volts.<sup>53</sup>

=#=#=#=#

Em 29 de maio de 1949 Milton Sá Santos foi eleito para mais um mandato.

A associação havia solicitado ao prefeito um carro para a limpeza pública, serviço que havia se tornado imprescindível diante do crescimento da cidade, mas como o prefeito não deu resposta o presidente mandou registrar em ata uma frase do ministro Guilherme da Silveira (Fazenda): “governar sem ouvir as associações de classe é desgovernar.”



Aniz Nacif Rasslan  
1950-1951

Apesar do rigor prometido em cima dos ambulantes, o problema continuava sendo discutido em abril de 1950.

A revolta contra os mascates tinha aumentado.

Os comerciantes pressionaram o prefeito a tomar providências, pois, ocorria uma “(...) inundação de mascates ambulantes (...)”<sup>54</sup>

Em 4 de junho de 1950 foi eleito para a presidência Aniz Nacif Rasselen.

<sup>53</sup> O Douradense, 10 jul. 1948, capa.

<sup>54</sup> Ata da ACID/ACED de 17 dez 1950.

Há pouco sobre sua gestão, no entanto, a sucessão dele foi tumultuada.

A eleição para renovação dos quadros foi marcada inicialmente para 20 de maio, mas na ata de 10 de junho de 1951 aparece Aguiar Ferreira de Souza, então o vice, substituindo o presidente.

Em suas mãos uma situação interna confusa e conflitante, talvez o momento interno mais tenso da história da associação por causa das divergências entre seus membros separados basicamente em dois grupos.

Na reunião de 10 de junho de 1951 foi lido o ofício de renúncia do Aniz.

Eis o ofício, de 5 de junho, transcrito na íntegra no livro ata:

Diante dos irrefutáveis argumentos de protestos que me chegaram às mãos em virtude da eleição do Sr. Wladomiro Muller do Amaral para presidente da nossa associação comercial local, eu, na qualidade de presidente, que até agora sou, num desaforo consubstancial que me oprime o enlevo do espírito, volvo constrangido e pesaroso pelo lamentável embate levantado no seio da nossa família comercial por cuja jamais denigraria ou fugiria à responsabilidade do meu dever, se não viessem à tona esses acontecimentos de inegável e passional originalidade de fatos discordantes, que tão bruscamente veio empanar todo o brilho da nossa classe, qual antes, era unida, coesa e forte e que hoje desditamente transfigurou-se num âmbito de opiniões desconexas e irresponsáveis que me faz apresentar a V. S. este ofício, no qual, apresento em caráter irrevogável a minha renúncia do cargo que até então me foi confiado, outorgando-lhe ainda os poderes da investidura presidencial que os estatutos me legam. Continuarei, no entanto, nas fileiras da nossa associação comercial, onde ombro a ombro lutarei pela sua grandeza, se a solução deste fato deprimente for dentro de uma compreensão e equidade das razões com assistência pacífica dos homens de boa vontade; porém, caso contrário, me

afastarei do rol da associação comercial como agora acabo de fazer afastando-me de sua presidência. Com a minha formulada renúncia supra exposta, anexo os documentos oriundos desta minha decisão para o seu prosseguimento (se isso julgar V.S. conveniente) através dos tramites legais até o seu veredictum final cujos enumeramos a seguir: moção de protesto apresentado pelo Sr. Jacinto Cáceres; e um ofício de renúncia de cargos assinado pelos senhores membros da diretoria e do conselho, a saber: Jonas Francisco Dourado, Hayel Bon Faker, Noé de Melo, Aziz Rasslan, Elias Milan e João Cândido da Câmara. Encerrando a minha exposição acima quero apresentar a V. S. e a todos os associados os meus agradecimentos pela cooperação que me prestaram durante a minha gestão, pelo que fico sinceramente grato.  
Cordiais Saudações.  
Aziz Rasslan – presidente.

Agora o ofício, de 21 de maio, do 2º tesoureiro Jacinto Cáceres:

Exmo. Sr. Presidente da Associação Comercial de Dourados,  
Não achando-me conforme com a eleição realizada nessa Associação, em Assembleia Ordinária, na qual foi feito Presidente o senhor Wlademiro Muller do Amaral, venho protestar com fundamento nos artigos 17, letra B, artigo 18 e 14 dos nossos Estatutos, porque: 1º) O artigo 17 declara que será eliminado do quadro social mediante comprovação criteriosa o sócio que: a) praticar atos que lhe manchem a reputação; letra b) incorrer na falta de pagamento de mensalidades durante três meses, salvo se estiver isento por força do artigo 13. Estando, como consta dos livros competentes, o Sr. Wlademiro Muller do Amaral em atraso com suas mensalidades há mais de um ano, claro, lógico e evidente está ele automaticamente eliminado do quadro social. Na Assembleia em que foi eleito recorreu ao benefício



do artigo 13, sendo por votação lhe concedido esse favor, com o qual não se conforma o protestante, isto porque: 1º) só lhe poderá ser esse favor a requerimento devidamente justificado pelo sócio faltoso, com apresentação de motivos justificativos de seu pedido e só lhe poderiam ser dispensados 12 mensalidades e estando esse sócio em atraso há quase dois anos, ainda ficaria em atraso com mais de 3 mensalidades, continuando portanto infringindo o dispositivo, isto é o artigo 17, letra B. Argumentar-se que o sócio em questão não foi cobrado pelo tesoureiro ou quem às suas vezes fizer, não justificaria esse argumento, portanto, o mesmo conhecedor de seus deveres e das disposições contidas no já citado artigo 17, letra B, deveria procurar fazer o pagamento de suas mensalidades, acrescido ainda que esse sócio estava tão ciente da sua exclusão, por força estatutária, que também infringiu o artigo 14 do citado Estatuto e se procurasse cumprir com os deveres impostos nesse artigo, teria naturalmente nas reuniões feito o pagamento de suas mensalidades em atraso. Admitindo-se a hipótese de ter sido legal a resolução da Assembleia que lhe concedeu os favores do artigo 13 já citado ainda, mesmo assim, não poderia ter votado e sido votado naquela Assembleia isto porque: 1º) Os nossos Estatutos em seu artigo 19 declara: 'O sócio que for eliminado por falta de pagamento e quiser voltar a pertencer ao quadro social fica sujeito a todas formalidades exigidas para admissão de um novo sócio, inclusive ao pagamento da nova jóia', o que não foi feito antes da eleição pelo senhor Wlademiro Muller do Amaral e, ainda, se tivesse cumprido com essa exigência do artigo citado, ainda não poderia ter votado nem ter sido votado como verifica-se pelo artigo 16 que diz: 'São inelegíveis os que tiverem menos de seis meses de ingresso no quadro social e os que estiverem sendo processados por qualquer crime' e se considerando o benefício pedido pelo Sr. Wlademiro Muller do Amaral do artigo 13 ainda não poderia ter votado, pelo acima exposto. Os Estatutos desta Associação são claros e precisos com

referência ao direito do voto ou de ser votado que exige tacitamente o artigo 15, parágrafo 1º, se proceda à chamada para votação somente dos sócios quites com os pagamentos de suas mensalidades, relação esta que será previamente fornecida pelo tesoureiro em exercício. Uma vez não constando o nome do Sr. Wlademiro Muller do Amaral nessa lista, evidente não ter ele o direito do voto nem de ser votado, acrescento ainda que após terem lhe concedido os favores do artigo 13, com o qual não se conforma também o recorrente pelos motivos já citados, não cumpriu o Sr. Wlademiro Muller do Amaral com o estabelecido no artigo 19. Finalmente, no artigo 60º impõe-se, exige clara e sem sofisma que se considera sócio quite para efeito do exercício do direito do voto ou outro qualquer aquele que houver pagado todas as mensalidades. Quero confessar, não me mover nenhuma animosidade contra a pessoa do eleito, bem como o considero digno e capaz de dirigir os destinos da nossa sociedade com altivez, capacidade e proficiência, não só pelos seus méritos, como também pela sua capacidade intelectual, mas movo o presente protesto para que não sejam os nossos Estatutos desrespeitados, julgados letras mortas como o foram na referida eleição, pois, se assim continuarmos passará a nossa Associação viver dirigida sem diretrizes previamente traçadas, cabendo a cada sócio proceder como bem entender. Com os meus protestos de elevada estima, subscrevo-me mui respeitosamente.

Jacinto Cáceres.

Aguiar cobrou explicação dos presentes sobre o fato de não terem lavrado a ata da eleição, mas o ambiente estava tumultuado.

Ele pediu para que os presentes se acalmassem.

O coronel Juca ausentou-se.

Ao final concordaram em realizar uma nova eleição no domingo seguinte, dia 17. O presidente abriu a fala para quem

quisesse se pronunciar.

Antônio Nascimento Almeida aproveitou para fazer um contraprotesto em relação ao ofício do Jacinto.

Compartilharia dos trabalhos da próxima eleição, mas não votaria e que isso fosse registrado.

Constam 22 assinaturas na ata de 10 de junho de 1951.

No aludido dia 17, na sede funcionando na Praça Antônio João, pela manhã, depois de uma primeira prorrogação, com a presença de 18 sócios, pôs-se em votação a leitura da ata anterior.

O seu Amaral protestou contra os membros que estavam dirigindo os trabalhos porque seus nomes não constavam em ata.

Ele requereu um depósito feito na associação.

O tesoureiro Ivo Alves da Rocha informou que o seu Amaral havia depositado em suas mãos Cr\$ 500 para o pagamento das mensalidades em atraso há mais de dois anos.

Explicou não ter dado entrada do dinheiro porque já tinha fechado o livro caixa da gestão anterior e concluído o quadro demonstrativo de quitação.

O presidente colocou em votação o requerimento de não aprovação da ata 57 (onde constam os ofícios do Aziz, do Jacinto e da renúncia dos outros diretores) e 19 foram favoráveis à aprovação e sete desfavoráveis.

Em seguida leu-se ofício do seu Amaral assinado por dez sócios requerendo para a Assembleia Geral empossar a nova diretoria eleita na sessão anterior tendo ele como presidente.

Puseram esse ofício em votação bem como um requerimento também do seu Amaral para se nomear uma comissão encarregada de lavrar a ata da eleição em questão e que essa comissão fosse formada pelos sócios escrutinadores.

Naquele momento deve ter ocorrido um novo tumulto conforme os registros.

Jacinto reclamou que o seu Amaral não podia requerer nada porque estava fora do quadro social.



Noé de Melo  
1951-1952

Outro sócio, Alberto Elpídio Ferreira Dias, reformou os requerimentos do seu Amaral.

Mas mesmo assim o requerimento para se incluir o resultado da eleição em ata foi rejeitado por 16 votos contra 8.

Decidiram convocar uma segunda eleição para o período da tarde com a organização de nova mesa diretora.

Atuaram como escrutinadores: Francisco Xavier Dias, Celso Domingues e Victor Geraldo Thronicke.

Noé de Melo foi eleito presidente com 16 votos.

O adversário, Izidoro Santiago, teve apenas um voto.

Na ata seguinte consta o nome do seu Amaral como um dos signatários de um novo ofício encaminhado à entidade.

O presidente eleito tinha pressa em respondê-lo.

A resposta, tanto de um lado como de outro, apareceu na imprensa.

Depois desse episódio o nome do seu Amaral não apareceu mais nas atas da associação, pelo menos por um bom tempo.

Só foi aparecer como votante na eleição de Luiz Carlos Fernandes de Matos Filho para a presidência, em 1983, ou seja, 32 anos depois.

Seu Amaral desvinculou-se da associação e levou consigo o seu grupo ou pelo menos parte dele.

O *Progresso* de 24 de junho de 1951, p. 4, traz uma matéria paga com o título *Deixaram a Associação Comercial de Dourados, grande número de seus Associados*:

*Não se conformando com as últimas e graves irregularidades ocorridas na Associação Comercial, deixaram o seu quadro social grande número de seus membros que dirigiram à diretoria a seguinte carta:*

As irregularidades praticadas pela diretoria dessa entidade que presidiu os trabalhos da Assembleia Geral de 20 de maio último demonstram patente má fé e condenável parcialidade.

Essa agremiação, já pelos estatutos que a regem, já pelo fim nobre que a criou, deveria unir a todos aqueles que labutam no comércio e na indústria em espírito de uma cooperação perfeita e de um civismo sadio. Levados por esses ideais, e com a resolução inabalável de concretizá-los para maior fortalecimento da classe e engrandecimento de nossa terra é que ingressamos nessa associação de classe. Todavia fomos ludibriados em nossa boa fé; a eleição realizou-se, apuraram-se os resultados e nenhum protesto foi feito na ocasião, conforme expressamente determinam os estatutos. No entanto, decorridas duas semanas constatamos, com espanto, que aquilo que fizemos com a máxima lealdade e boa fé fora anulado, o que veio dar a entender ao público que servimos de meros fantoches, manobrados por um maquiavelismo execrável. Não concordando, portanto, com essa atitude indecorosa, pedimos nossa exclusão do quadro social.

Atenciosas saudações.

*João Silveira Viana, A. Nascimento de Almeida, José de Matos Pereira, Wlademiro Muller do Amaral, Alberto Elpídio Ferreira Dias, Santos & Oliveira, Casas Pernambucanas, José Ignácio de Oliveira, Amael Pompeu Filho, Arnulpho Fioravanti, Emygdio Rosa, Antônio Alves Rocha.*

Na edição seguinte, de 1º de julho de 1951, p. 4, a nova diretoria publicou também uma matéria paga, assinada pelo Noé, relacionando os eleitos e com este conteúdo:

(...) Aproveito também para levar ao conhecimento do público o seguinte manifesto dos sócios desta entidade:

Nós abaixo-assinados levamos ao conhecimento de todos que lamentamos muito a retirada dos sócios deste órgão de classe, feita em solicitação a esta Associação, conforme foi publicado no Jornal 'O PROGRESSO' em data de 24 do corrente, e lamentamos mais ainda dos Srs. que acabaram de retirar-se do quadro social, a falta de compreensão e obediência aos ESTATUTOS deste órgão e das decisões da maioria em assembleia geral. Aceitamos as renúncias dos sócios solicitantes, e deixamos de aceitar dos Srs. Vlademiro Muller do Amaral e Amael Pompeu Filho por estes já estarem há muito tempo excluídos do quadro social por falta de pagamentos de suas mensalidades.

Dourados - 15/6/1951

*Jacinto Cáceres, Aziz Rasselem, Isidoro Santiago, Elias Milan, João Cândido da Câmara, Milton Milan, Aguiar Ferreira de Souza, Ivo Rocha, Aniz Nacif Rasselen, Hayel Bon Faker, Jonas Francisco Dourado, Francisco Elias de Mello, Noé de Melo, Jaime Lobo, Celso Domingues, Eduardo Cersósimo de Souza, Francisco Xavier Dias, Carlos Garcete, Atílio Torraca e Miguel José.*

=#=#=#=#

Diante da falta de policiamento e dos roubos nas lojas a entidade cobrou do Estado providências.

O vice-presidente, Aguiar Ferreira de Souza, naquela época vereador, propôs a criação de uma taxa de serviço para o policiamento noturno na parte comercial.

Outra queixa era quanto à falta de energia elétrica por parte da usina.

Aumentaram também as reclamações por causa da demora na entrega das mercadorias pela NOB. Os comerciantes vinham tendo prejuízos.

## O atraso se arrastava por até quatro meses.

A explicação é que era difícil mesmo, era demorado mesmo (...). Todo mundo se queixava (...). O que acontece não é só com a Noroeste, mas aconteceu com todas as ferrovias no Brasil (...). Antigamente, quando começaram as ferrovias não tinha concorrente, a alternativa era lombo de mula e carroça, era só ferrovia (...). Então se botava tudo quanto é coisa na ferrovia e a ferrovia podia cobrar umas tarifas mais, minimamente compatíveis com o valor das coisas, produtos mais caros pagavam tarifa maior, proporcional ao valor da mercadoria, quando começou a ter a concorrência do transporte rodoviário uma das formas que as ferrovias usaram para tentar fazer frente à concorrência foi baixar a tarifa, desestimular a migração da carga e aí ficaram no pior dos mundos, ficaram com pouca carga relativamente, com as cargas menos valiosas, as mais valiosas viabilizavam o caminhão, e aí foi um ciclo vicioso (...). Não tem como melhorar porque você ganha pouco e como você ganha pouco, enfim, a situação ficou nessa, assim como os passageiros (...). O preço da passagem era ridículo (...). Outra: é do governo, o governo começa a reduzir, aí começa a deteriorar o serviço, não faz a manutenção direito, na década de 50 esse processo estava no começo (...). Então sem contar que uma ferrovia, você consegue imaginar o monstrengo que é (...). Uma coisa é contratar um caminhão e despachar para não sei onde e outra é a ferrovia, ferrovia era uma organização enorme, tudo dependia de papel, de uma estrutura hierárquica, não era uma coisa de decisão ágil (...). Eles não iam pegar mercadoria de um caboclo que comprou lá em São Paulo, colocar num vagão, manda esse vagão urgente pra Itahum (...). Não faz isso, espera lotar o vagão (...). Esse vagão vai lotando, tem que ter alguém para verificar, em cada estação enche alguma coisa (...). O vagão só saía fechado (...). Chega na estação desengata o vagão, ele fica lá até ser completado, agora completa, aí o próximo trem leva até a próxima estação, os caras tinham que fazer o aproveitamento

e isso acabava gerando atrasos, podia ser menor ou maior (...) [informação verbal].<sup>55</sup>

Em 24 de maio de 1952 Aguiar Ferreira de Souza foi eleito presidente.

Antes disso, na reunião de 16 de março de 1952, ele apresentou o esboço do anteprojeto legislativo autorizando a permuta do lote da associação por outro da Prefeitura.



Aguiar Ferreira de Souza  
1952-1953  
1953-1954  
1954-1955  
1957-1958

Consta na ata de 13 de agosto de 1952 a doação de um lote na Avenida Marcelino Pires determinado pela letra C, quarteirão nº 27, conforme Lei nº 32 de 31 de julho de 1951, destinado à construção da sede própria.

Naquele mesmo dia começaram a viabilizar recursos e em novembro daquele ano já tinham aprovada a planta e decidido começar imediatamente as obras.

Foi aceita a proposta de execução do Victório Fedrizzi.

O lançamento da pedra fundamental aconteceu no primeiro domingo de janeiro de 1953, após a posse do Aguiar, reeleito em 21 de dezembro de 1952.

Inegavelmente, a gestão da Diretoria da Associação Comercial, encabeçada pelo Sr. Aguiar Ferreira de Souza, vem sendo de grande proveito para aquela entidade. Ainda agora, a construção de sua sede uma das velhas aspirações da classe, tornou-se uma palpitante realidade, com a obtenção de um valioso lote ao lado da Cadeia Pública onde hoje deverá ter lugar o lançamento de sua Pedra Fundamental. Nossos parabéns mais efusivos à diretoria e aos Associados em geral.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó, op. cit.

<sup>56</sup> *O Progresso*, notícia com o título *Hoje, o lançamento da Pedra Fundamental do prédio da Associação Comercial*, 4 jan. 1953, p. 4.



A obra foi orçada em Cr\$ 100 mil e a diretoria decidiu levantar esses recursos por intermédio de títulos tipograficamente impressos e numerados de 1 a 100 assegurando ao titular juros de 10% ao ano sobre o valor nominal, juros esses calculados desde a data da emissão do título e pagos juntamente com o resgate.

Agarantia era o patrimônio da entidade.

Sobriariam salas para aluguel. A renda seria destinada ao resgate dos títulos.

Parte dos títulos foi adquirida pelos membros da própria diretoria.

Não se sabe se deu certo, mas a diretoria tentou um empréstimo junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC).

=#=#=#=#

(...) Como principais riquezas extrativas minerais encontram-se em Dourados: barro para fabricação de telhas e tijolos; areias e pedras para construção e cascalho, tipo especial para pavimentação de estradas de rodagem; na extrativa vegetal, o Município é rico em madeiras de lei, lenha para fins domésticos e industriais e crina vegetal; na animal, peles de animais silvestres, crina animal e peixe, ainda não explorado economicamente. (...).<sup>57</sup>

A associação intercedeu para evitar o desabastecimento do arroz em casca na cidade ou a provável alta generalizada com a escassez do produto.

---

57 ENCICLOPÉDIA, op. cit., p. 186.

O assunto foi discutido na reunião de 19 de maio de 1953 e o alerta foi para que se evitasse, naquele momento, a exportação do arroz.

A questão movimentou os debates na Câmara.

A maior parte da produção era destinada ao Estado de São Paulo, conforme *O Progresso* de 24 de maio de 1953, capa.

Mas a proibição encontrava resistência dos colonos.

O jornal defendia a aquisição pela Prefeitura de um estoque regulador.

A Câmara, por sua vez, achou por bem, num primeiro momento, não tomar partido, pois, a exportação do arroz estimulava as novas sementeiras.

O presidente da associação alertou: a crise poderia se agravar.

Na safra anterior o Município, um grande produtor de arroz, se vira obrigado a importar o produto de outros Estados ao triplo do preço.

A associação não podia se calar porque se corria o mesmo risco.

A situação aparentava realmente ser muito séria.

Manchete de 2 de agosto de 1953 em letras garrafais: *Passaremos fome.*

*O Progresso* informava que na sessão anterior o vereador Orlando Marques de Almeida havia feito grave advertência a respeito:

(...) a calamitosa situação alimentar que se prenuncia no município, onde já estão os cereais de primeira necessidade, principalmente o arroz, enquanto entram no Município, mais de duas mil pessoas por mês e que forçosamente virão agravar ainda mais o angustiante problema. Realmente, raro é o trem da Noroeste que não desembarca cerca de duzentas pessoas destinadas a este

município perfazendo um total de cerca de 2.400 pessoas mensais (...).

A Câmara fez um apelo ao Estado para emprestar Cr\$ 2 milhões à Prefeitura.

O dinheiro seria usado para aquisição justamente de um estoque regulador de tal forma que o arroz pudesse ser vendido a preço razoável na crise.

Dourados através de números em 1951:

27.500 habitantes, 60 caminhões, 12 auto de praças (táxi), 4 oficinas mecânicas, 4 médicos, 6 dentistas, 3 máquinas de beneficiamento, 4 serrarias mecânicas, 1 livraria, 10 olarias, 5 farmácias, 19 casas atacadistas, 1 hospital, 1 tipografia, 4 hotéis, 6 pensões, 2 advogados, 1 cinema, 2 postos de gasolina, 46 casas varejistas, 1 usina elétrica, 5 charretes de aluguel, 2 bicicletas de aluguel, 1.630 casas.<sup>58</sup>

Em 12 de julho de 1953 a associação recebeu ofício da Confederação Nacional do Comércio comunicando o dia 16 de julho como sendo o Dia do Comerciante.

Seria feriado nacional.

Aqui a associação solicitou ao prefeito Nelson de Araújo que também fosse decretado feriado e o pedido foi atendido, só não se sabe até quando.

No dia 16 do corrente, Dia do Comerciante, a Associação Comercial de Dourados alcançou uma de suas maiores vitórias, com a inauguração da primeira parte do seu prédio próprio, edificado na Av. Marcelino Pires, nesta cidade. O ato inaugural

---

<sup>58</sup> *O Progresso*, 2 set. 1951, p. 4.

que teve lugar às 10h contou com a presença de numeroso público, transcorrendo em ambiente festivo e alegre. (...) o vereador Aguiar Ferreira de Souza, presidente da Associação Comercial que agradeceu o comparecimento de todos e expôs os planos da entidade de prosseguir a construção do edifício para o que estava pleiteando um empréstimo de trezentos mil cruzeiros com o Instituto dos Comerciantes (...).<sup>59</sup>

Em 2 de agosto de 1953 Fedrizzi deu a obra por acabada.

Número do prédio: 1760, onde a associação permaneceu até sair para a sede atual em 2003.

Havia três salões para locação.

A Associação Comercial de São Paulo pediu apoio contra a criação do Fundo Partidário, projeto do deputado Carlos Gomes de Oliveira (PTB/SC) já aprovado na Câmara e em tramitação no Senado.

A entidade prontamente aderiu ao movimento por entender que esse fundo desvirtuava qualquer fim filantrópico ou de interesse nacional porque serviria apenas para fins políticos e seria bancado com novos encargos para o comércio, onerando ainda mais os pesados impostos já pagos.

O balcão da loja era por vezes como um divã no qual o comerciante ouvia o cliente conversar da vida privada, como que numa confissão, do cotidiano, dos filhos, revelados num acordo entre o *donos da loja* e o *freguês*. Outra característica interessante é que as casas comerciais dos imigrantes em geral serão de varejo, lojas pequenas. Verdadeiras unidades de variedades ao longo da Avenida Marcelino Pires (...). Os consumidores na década de 1960, se interessavam por tecidos como linho,

---

59 *O Progresso*, 19 jul. 1953, capa.

tergal, peles de camurça e couro bovino; das roupas usava-se saias, blusas, camisas, casacos. O movimento a partir de 1950 e o aumento do comércio mudaram a face da *casa comercial* para *loja*. Se fizermos uma comparação, na primeira metade do século XX as casas que vendiam de alimentos a calçados somavam quase 78%. Embora deva se desconfiar dos registros, pois é bem possível que muitas também comerciavam produtos não indicados nas fontes, mas a título de estatística indico que, de 1950, em diante, os comerciantes sírios e libaneses em Dourados negociavam 84% dos casos, mercadorias ligadas ao vestuário, calçados, tecidos e costura. Eles vestiam, calçavam, cobriam com chapéus e coloriam seus fregueses e freguesas.<sup>60</sup>

==#=#=#=#

Em 21 de dezembro de 1953 Aguiar foi reeleito para o terceiro mandato.

No início de 1954 surgiu um desentendimento interno.

Izzat Bussuan reclamou dos contadores por causa de uma nova tabela de preços para as escritas mercantis.

Ele achava uma imposição “de uma classe diminuta a uma classe avultada” e pediu a intervenção da entidade para a anulação dessa tabela porque considerava que os preços pagos até então estavam de bom tamanho.

Mas como se tratava de duas atividades diretamente ligadas à entidade a diretoria buscou o bom senso e uma medida conciliadora.

Esse assunto foi colocado em pauta na reunião de 13 de janeiro de 1954.

---

60 SOUZA, op. cit., p. 116-117.

Os contadores, presentes à reunião, argumentaram que fizeram uma nova tabela com reajuste de 50% em virtude do aumento do custo de vida.

Além disso, os preços anteriores não eram reajustados há anos.

A ata não é conclusiva em relação a esse assunto.

Por sugestão do conselheiro José Inácio a associação resolveu patrocinar a criação de um corpo da Guarda Noturna para vigilância da cidade devido à falta de segurança. O custo seria rateado.

Em reunião no dia 9 de maio de 1954 foi apreciado o Projeto de Lei fixando o horário de funcionamento do comércio, a primeira iniciativa do gênero que se tem notícia no âmbito local.

A associação enviou ofício de congratulações à Câmara.

Mas lembrava que era preciso haver fiscalização.

O projeto era de autoria do vereador Joel Saburá.

Estabelecia também o plantão de farmácias.

Pela proposta o comércio abriria às 7h e fecharia às 18h em dias de semana e não seria permitida a abertura aos domingos e feriados, com exceção das farmácias sujeitas à escala de plantão.<sup>61</sup>

Em *O Progresso* de 1º de agosto de 1954 foi publicada uma nota da associação dando conhecimento público dos números sorteados dos títulos de empréstimos.

Esse sorteio e publicação estavam sendo feitos desde janeiro daquele ano.

Em 15 de novembro de 1954 houve uma Assembleia Geral para a entrega dos títulos de Sócios Beneméritos, Remidos e Contribuintes.

---

<sup>61</sup> *O Progresso*, 16 maio 1954, capa.

**Beneméritos:** Atilio Torraca, Milton Sá Santos, Ruy Gomes e Wilson Dias de Pinho.

**Remidos:** Aguiar Ferreira de Souza, Aniz Nacif Rasslan, Bráulio dos Reis, Carlos Garcete, Elias Milan, Francisco Xavier Dias, Hayel Bon Faker, Heitor Toledo, Irmãos Carneiro & Cia, Jacinto Cáceres, João Cândido da Câmara, José da Costa Feliz, Victor Geraldo Thronicke e Victório Fedrizzi.

**Sócios contribuintes:** Abdias Leite de Oliveira, Afonso Ramão Rodrigues, Albano José de Almeida, André's Chamorro, Antônio Nogueira, Argentino Marques de Matos, Bertoldo de Miranda Barros, Crescendio de Lima Barros, Eduardo Cerzósimo de Souza, Emir Candia Mendes, Gumercindo Alves da Silveira, Henrique R. Moreira, Irmãos Nocera S.A., Izzat Bussuan, Jaime Lobo, Masiel da Silveira Pires, João Ferreira de Lima, Joaquim Ferreira, Jonas Francisco Dourado, José Almeida da Silva, José Inácio de Oliveira, Leonardo Lopes, Manuel Martins, Mercantil Dourados Ltda., Naurestides Brandão, Osmar de Melo, Sebastião Pereira Neto e Vivaldi de Oliveira.

Entre os remidos estavam os que compraram títulos para a obra da sede.

Em 13 de fevereiro de 1955 foram reconhecidos como beneméritos: Aniz Nacif Rasslan, Aziz Rasselen, Bráulio dos Reis, Heitor Toledo, Irmãos Carneiro & Cia, José da Costa Feliz, Victor Geraldo Thronicke e Victório Fedrizzi.

Passaram a ser beneméritos com distinção: Aguiar Ferreira de Souza e Albano José de Almeida.

No que diz respeito às atividades industriais do Município, em 1955, foram arrolados 55 estabelecimentos, empregando perto de 900 pessoas, com uma produção total no valor de Cr\$ 48.387.000,00. Destacam-se as indústrias de produtos alimentares, com 22 estabelecimentos e uma produção superior a 24.700 mil cruzeiros,

seguida pela de transformação da madeira, cujo movimento valeu mais de 15 milhões de cruzeiros, resultado do trabalho de 6 unidades de produção. (...). O Município é grande produtor de banha suína, tendo a sua produção, em 1955, atingido a casa dos 14 milhões de cruzeiros, tratando-se, entretanto, de pequenas indústrias com menos de 5 operários, cuja produção alcançou, naquele ano, 125.000 quilos, aproximadamente. Nas mesmas condições, quanto ao número de operários, aparece o beneficiamento do fumo, que, naquele mesmo período, teve a expressiva safra de 2.290 arrobas, no valor de mais de Cr\$ 16.000.000,00 (...). O comércio varejista é representado por 33 estabelecimentos e o atacadista, por 17, localizados na sede municipal. Estima-se em 72 estabelecimentos comerciais o total existente no Município. O comércio de Dourados mantém grande intercâmbio com várias praças comerciais de São Paulo, principalmente com as existentes nas cidades de Alta Sorocabana, destacando-se, entre as demais, a de Presidente Prudente. Conta a sede municipal com três estabelecimentos bancários: Agência do Banco do Brasil S.A. (em instalação); Agência do Banco Nacional do Comércio e Produção S. A. e Banco Agrícola de Dourados, funcionando no sistema cooperativista. (...). Em 1956, foram arroladas pela Agência Municipal de Estatística, 10 empresas de transporte rodoviário, com sede no Município (...).<sup>62</sup>

=#=#=#=#

A associação se rebelou contra os valores lançados pela Prefeitura referente ao imposto de indústria e profissão em 1955.

Foram identificados casos dos valores terem sido multiplicados.

---

62 ENCICLOPÉDIA, op. cit., p. 188 e 189.



Esse lançamento era visto como incompatível.

Decidiram recorrer da decisão tida como arbitrária do prefeito Antônio Morais dos Santos.<sup>63</sup>

*O Progresso* de 29 de maio de 1955 noticiou a presença do prefeito na Câmara e ele já sabia que a associação tinha constituído um advogado.

Para explicar o aumento ele estava disposto a promover um comício.

Inicialmente a associação encaminhou um pedido formal de revisão junto à Prefeitura, mas o prefeito indeferiu. Depois recorreu à Câmara.<sup>64</sup>

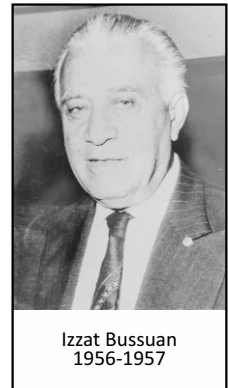
Em 27 de maio de 1956 o advogado José Cerveira, autor da ação, anunciou que a Justiça havia dado provimento ao pedido anulando o lançamento porque o imposto havia excedido em muito o máximo permitido por lei.

A Prefeitura foi obrigada a devolver o excesso pago pelos comerciantes.

Naquele dia 27 o vice-presidente Izzat Bussuan foi eleito o novo presidente.

Durante a mesma assembleia o 1º secretário José Almeida da Silva, ao agradecer a reeleição para o cargo, disse que apesar de todos os novos diretores mereceram a maior estima ele sentia o fato do ex-presidente Aguiar, ora deixando a presidência e não se encontrando presente, ter sido desconsiderado por parte dos membros da associação.

Aguiar teve apenas dois votos para se manter na presidência.



63 Prefeito de 1955 a 1959.

64 *O Progresso*, 5 de jun. 1955, capa.

Para José Almeida, o resultado deveria ser respeitado.

Estava de acordo com a vontade livre dos associados, porém, a associação ficaria com uma dívida de gratidão.

Aguiar fez muito nos mais de cinco anos na diretoria, três como presidente.

Aguiar, segundo José Almeida, soube enfrentar e contornar as situações difíceis e graças a ele a entidade tinha uma sede totalmente paga “valendo neste momento algumas centenas de milhares de cruzeiros”.

Depois dessa cobrança a nova diretoria resolveu conceder ao Aguiar o Diploma de Sócio Benemérito com distinção e um voto de louvor e de gratidão, decisão aprovada pela maioria com uma salva de palmas, conforme a ata de 27 de maio de 1956.

Na eleição seguinte Aguiar voltou à presidência, em 26 de maio de 1957.

Em 27 de novembro de 1957 ele renunciou, assumindo o vice Izzat Bussuan.

Em setembro de 1955 a entidade ainda lutava para trazer uma agência do Banco do Brasil para Dourados, só instalada em 1958.<sup>65</sup>

Em ofício encaminhado ao presidente do BB a associação fundamentava o pedido com dados estatísticos comprovando a potencialidade do Município.

A Associação Rural pediu para montar sua secretaria na sede da associação e fora atendida com aprovação unânime da diretoria.

A cidade de Dourados, com seus 3.042 habitantes apurados pelo censo de 1950, possui 37 logradouros públicos, dos quais 7 arborizados, e 2.060 prédios,

---

65 Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_de\\_Dourados](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Dourados)>. Acesso em: 29 set. 2014.

segundo elementos publicados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, relativos ao ano de 1954. Não há abastecimento d'água canalizada nem rede de esgotos; a iluminação pública é distribuída, apenas, a 6 logradouros, havendo 243 ligações domiciliares, em dezembro de 1956. (...). A cidade de Dourados conta com 7 hotéis e 10 pensões, cujas diárias variam entre Cr\$ 80,00 a Cr\$ 150,00. Em dezembro de 1956, militavam em Dourados 3 advogados, 2 engenheiros e 3 agrônomos. É sede de comarca, subordinando os termos de Dourados e Itaporã, contando com 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público e 3 Cartórios. Em 31 de dezembro de 1956 contava com 8.212 eleitores. Na cidade estão localizadas 10 oficinas mecânicas para reparações de veículos e 5 postos de gasolina, incluindo-se 2 bombas (...).<sup>66</sup>

A Associação Comercial de Cuiabá convidou a diretoria local para participar da 1ª Mesa Redonda das Associações Comerciais de Mato Grosso, de 9 a 11 de março de 1956.

=#=#=#=#

O ano de 1956 foi de expectativas para o comércio.

Discutia-se a construção da ponte sobre o Rio Paraná (a ponte Hélio Serejo foi inaugurada somente no final de 1964<sup>67</sup>); o ritmo acelerado da pavimentação ligando Rio Brilhante a Presidente Epitácio-SP (a ligação entre os dois Estados data de 1953<sup>68</sup>); início, na divisa do Estado de Mato Grosso com o Estado de São Paulo, dos serviços da ferrovia Sorocabana; efetivação da usina Pirapó e instalação da tão cobrada agência do BB

---

66 ENCICLOPÉDIA, op. cit., p. 188.

67 Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte\\_H%C3%A9lio\\_Serejo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_H%C3%A9lio_Serejo)>. Acesso em: 29 set. 2014.

68 Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bataguassu>>. Acesso em: 29 set. 2014.

As reclamações por conta dos desvios de mercadorias na NOB continuavam.

Carvalhinho escreveu um artigo em *O Progresso* de 1º de julho de 1951 onde alertava para a necessidade de aproveitamento do Salto Pirapó.

Ele entendia que a usina Filinto Müller era de pouca capacidade e de muito custo, pois, era de apenas 530 ampères, tendo iniciado o funcionamento com um gasto de 250 ampères, isso com um terço da iluminação da cidade.

Em 15 dias foram gastos mais 200 ampères restando apenas 80 de reserva.

Ele defendia um empréstimo junto à Caixa Econômica para o empreendimento do Salto Pirapó ou a criação de uma sociedade por quotas.

Outra sugestão era a formação de uma comissão de cidadãos comprometidos com a produção local.

Esse salto está localizado a 90 km de Dourados e teria um potencial, segundo Carvalhinho, muito maior (o arquivo do jornal está borrado nessa parte, mas parece que seriam 35 mil H.P.).

Esse salto fica no Rio Amambai, nas proximidades do Município de Juti.

(...) O serviço é precário, existindo, porém, um projeto de aproveitamento para criação da Hidrelétrica do Pirapó S.A. para o aproveitamento dessa queda d'água situada no rio Amambai. Caso esse projeto seja concretizado, Dourados estará em condições de fornecer energia elétrica aos Municípios de Bela Vista, Maracaju, Itaporã, Ponta Porã, Rio Brillhante e Amambai. (...).<sup>69</sup>

---

69 ENCICLOPÉDIA, op. cit., p. 188.

Em 19 de abril de 1961, ou seja, quase uma década depois, esse assunto voltou à pauta da entidade diante do sério problema de energia na cidade.

Na ocasião o prefeito Vivaldi de Oliveira<sup>70</sup> transmitiu o resultado de um encontro de prefeitos em Jardim para se discutir o Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste.

O prefeito de Amambai, Ernesto Vargas Batista, teria explicado que a construção da Usina de Pirapó era inexecutável para o Estado em virtude do custo avaliado em Cr\$ 1 bilhão.

Segundo Ernesto Vargas, estudos elaborados pela Bacia do Prata indicavam que essa usina teria capacidade de 12 mil cavalos para fornecer energia para Amambai, Ponta Porã, Dourados, Caarapó, Rio Brillhante, Maracaju e Bela Vista.

Vivaldi defendia a construção de uma usina no Rio Dourados com capacidade de 6 mil cavalos, distante 20 km daqui enquanto Pirapó estava a 90 km.

O vice-prefeito Antônio Alves Duarte, presente à reunião da associação, disse que vinha acompanhando essa questão há anos.

Uma equipe havia ido ao Rio de Janeiro requerer junto à Comissão de Fronteira, órgão federal, um auxílio de Cr\$ 100 milhões para a construção da hidrelétrica do Rio Dourados. Mas a iniciativa foi em vão.

Na oportunidade os douradenses estiveram com os deputados para tentarem encontrar uma solução.

Eis um artigo do Weimar Torres publicado em abril de 1962 e republicado em *O Progresso* de 16 de maio de 1970, capa, quando foi inaugurada a Linha de Transmissão e Rede de Energia Elétrica de Dourados interligada a Urubupungá:

---

70 Prefeito de 1959 a 1963.

### ***O remédio heróico***

Em vez de construirmos uma usina [sic] própria, com seis mil cavalos, que custaria cerca de um bilhão de cruzeiros, para uma solução que seria provisória, bastando para cinco ou seis anos, vamos ocupar esse dinheiro e construir, desde logo, uma rede que nos traga energia da Usina de Mimoso, em fins do próximo ano, e que servirá para ligarmos ao sistema do Urubupungá, com seus milhões inexoráveis de quilowates.

Essa nos parece a solução acertada.

Hoje está provado que é preciso fugir das pequenas soluções, das soluções de emergência para adotar de uma vez a grande solução, a solução definitiva, o remédio heróico.

Luz mais rápida, mais certa, mais abundante, mais econômica é a que nos virá pela solução apontada.

Vamos, a ela, pois.

Salvo melhor juízo é o melhor remédio heróico.

=#=#=#=#

Enquanto em 1953 houve uma mobilização para não se exportar todo o arroz e garantir o consumo interno, em 1957 a entidade cobrava o escoamento.

Reivindicava também a construção de armazéns gerais por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Havia uma crítica recorrente porque o serviço da NOB não dava conta de escoar a safra de arroz, pelo visto o principal produto da época: transportava cerca de 2 mil sacos por semana e isso não atendia a metade da produção excedente.

A associação cobrava mais vagões para a exportação em larga escala para São Paulo e, assim, a produção não ficasse parada nas lavouras.

Em outra pauta econômica requeria, além da agência do BB, a vinda de outros bancos, incluindo um popular para atender os pequenos produtores.

Em 1º de junho de 1958 um integrante que não tinha participado em nenhum cargo de diretoria foi eleito o novo presidente: Sebastião Pereira Neto.

A diretoria quis fazer um salão para as reuniões e reformas na sede.

O possível desvio de uma máquina de escrever, uma Royal, um objeto caro na época, gerou uma situação embaraçosa.

Não se sabe o motivo, mas essa máquina havia ficado em poder do Aguiar.

Ele teria levado-a para casa no exercício do mandato e não a devolvera.

Aguiar morreu em 5 de maio de 1959 aos 39 anos, vítima de insuficiência aguda do coração.<sup>71</sup>

Na ata de 11 de julho de 1959 consta a deliberação da associação em enviar um ofício à viúva, dona Iracy de Castro Ferreira, solicitando a devolução.

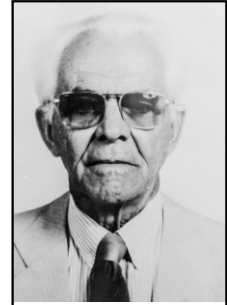
Izidoro Santiago chegou a procurar pessoalmente a dona Iracy, mas ela não se convencerá do direito reivindicado.

As atas mais uma vez não são conclusivas a esse respeito.

Em 23 de junho de 1959 o vice em exercício, Eduardo Cerzósimo de Souza, foi eleito presidente.

Uma das metas era se ampliar a sede, se construir um salão anexo aos fundos medindo 12x15 metros.

Naquele mesmo dia o presidente falou da venda de um terreno da associação situado perto do Colégio Osvaldo Cruz, na esquina das Ruas Santa Catarina (atual Onofre Pereira de Matos) e Mato Grosso.



Sebastião Pereira Neto  
1958-1959



Eduardo  
Certzósimo de Souza  
1959-1960  
1962-1963

<sup>71</sup> *Jornal de Dourados*, 10 mar. 1959, capa.

Pelo visto a doação feita pela Prefeitura em 1952 não implicou em nenhuma forma de permuta.

Havia um comprador e como a entidade precisava fazer caixa para bancar a ampliação, o presidente propôs a venda do terreno. A diretoria aprovou.

Constam nos registros dois orçamentos para ampliação: de Cr\$ 952.100,00 e de Cr\$ 630 mil apresentados, respectivamente, por Francisco Taveira e Antônio Espolador.

O contrato foi firmado com um terceiro construtor, Evaristo Ferreira da Silva, porque apresentou o menor valor: Cr\$ 561 mil.

Uma comissão formada por Ivo Alves Rocha, Bráulio dos Reis e Armando da Silva Carmelo cuidou da venda do terreno.

Odilon Ribeiro do Vale ofereceu Cr\$ 70 mil.

Mesmo assim ainda faltavam Cr\$ 300 mil, aproximadamente.

O presidente sugeriu o lançamento de ações resgatáveis ao valor de Cr\$ 3 mil cada entre os sócios ou pessoas interessadas, como havia sido feito anteriormente.

Outra sugestão era pedir auxílio do Estado por intermédio do deputado estadual Alexandrino Marques.

Tudo leva a crer que tenha sido por causa das obras, mas a associação mudou para um local na Rua Bahia (atual Hayel Bon Faker), nº 381, que pertencia a Armando Carmelo.

Dois salões foram alugados em janeiro de 1960, um para a Casa Sol e o outro para o Bar Tupi, cada um por Cr\$ 5,5 mil.

O deputado Alexandrino garantiu no orçamento de 1960 uma verba de Cr\$ 100 mil para as obras.

O cheque foi entregue no início de 1961 por Weimar Torres, segundo a ata



Para combater a concorrência dos ambulantes entrando em Dourados com caminhões e escapando da fiscalização pelas estradas do interior e, uma vez aqui, após venderem suas mercadorias, carregavam seus caminhões levando embora todo tipo de matéria-prima, a entidade cobrava providências.

A associação pressionou o prefeito e o governador João Ponce de Arruda a instalarem um posto fiscal às margens do Rio Brillante e do Rio Dourados.

Eleita nova diretoria no dia 30 de maio de 1960 tendo na presidência outro nome que não aparecia nas diretorias anteriores: Mário Brandoth da Costa.

A posse aconteceu em 5 de junho em evento solene no Clube Social.<sup>72</sup>

Normalmente os diretores são escolhidos entre os que já estão trabalhando para a entidade.

Durante a prestação de contas da diretoria anterior o ex-tesoureiro Alberto Perdomo informava: dos 148 títulos emitidos foram vendidos 93 e o único débito era com o contrato de construção.

A entidade cobrava a implantação de cascalho nas ruas da cidade.

O prefeito queria comprar um carro-tanque para irrigar as ruas, mas pedia apoio da associação.

Passados seis anos após a diretoria ter decidido criar a Guarda Noturna sem tê-la concretizado, a proposta voltou a ser discutida.

Em julho de 1960 o projeto estava na Câmara para



Mário Brandoth da Costa  
1960-1961

<sup>72</sup> *Jornal de Dourados*, 19 jun. 1960, p. 7.

aprovação da mensagem enviada pelo prefeito.

O *Jornal de Dourados* defendeu a criação da Guarda em sua manchete de 28 de junho de 1959 como sendo imprescindível.

O jornal fazia um apelo ao prefeito e aos vereadores.

O crescimento da cidade atraía os ladrões.

O próprio jornal tinha sido vítima.

Numa noite os marginais estouraram o cadeado da porta principal.

A Casa Calarge e uma oficina de bicicletas, vizinhos do jornal, também tinham sido furtadas.

O *Jornal de Dourados* apoiava a parceria entre a Prefeitura e a associação para o custeio desse serviço e o comércio em geral também poderia contribuir

bem como os estabelecimentos bancários, empresas de ônibus, postos de gasolina [sic], Lions Club, Rotary Club, hospitais, serrarias, etc. Quem não há de querer seu bem estar noturno com apenas alguns cruzeiros despendidos? Até mesmo os particulares contribuirão, pois, serão amplamente beneficiados com a medida. A orientação, determinação, escala de serviço, educação dos guardas, armamento, somos da opinião que tais incumbências recaiam ao Delegado de Polícia. Como estamos na estaca zero, sem verba para qualquer iniciativa deixamos a questão do fardamento entregue às nossas boas casas de tecidos que de bom grado ofertarão o necessário. Os alfaiates darão uma parcela de contribuição cosendo os fardamentos a preços inferiores, e porque não, graciosamente. Uma vez vingada a ideia, fica aqui uma sugestão aos nossos fazendeiros a fim de doarem alguns cavalos para que possamos ter uma Guarda Noturna Montada. As selarias como a Storty, Sapataria Portuguesa, tomariam para si o encargo de arrearem os animais. Nós aqui do Jornal confiantes no sucesso da Guarda Noturna Montada

de Dourados já fizemos a encomenda de 6 apitos para os nossos futuros homens defensores da cidade nas horas em que tudo dorme... menos os ladrões e a guarda.

Em 28 de junho de 1960 o presidente Mário Brandoth encaminhou ofício ao prefeito reforçando o pedido da Guarda atendendo os interesses coletivos e “notadamente o nosso comércio no perímetro central da cidade (...)”

Em agosto de 1961, Vivaldi requeria ajuda para colocar esse serviço em funcionamento e a associação não podia colaborar por conta dos gastos com a construção do novo salão e da aquisição dos móveis.

Não se sabe exatamente quando ela foi criada.

Talvez tenha sido na gestão do prefeito Napoleão Francisco de Souza<sup>73</sup> porque há um ofício da associação de 18 de fevereiro de 1964 registrado em ata que faz uma breve menção a isso.

Em maio de 1965 um episódio pitoresco sobre o furto de pães durante a madrugada colocou em dúvida a atuação da corporação.

O *Progresso* tinha recebido reclamações porque a Guarda estaria terminando as rondas antes das 5h e durante a madrugada vinha ocorrendo o furto de pães.

O horário de trabalho, controlado através de livro ponto, era das 21h às 5h, segundo o vice-presidente da ACID e presidente da Guarda, Milton Macedo.

Portanto, os guardas não podiam encerrar o policiamento antes do previsto.

Dias antes havia sido detido um suspeito com um saco de pães.

Em 13 de março de 1970 houve uma reunião na associação com a presença do delegado da PF, Ney da Silva Pontes, e do gerente do BB, Daniel Simões.

---

73 Prefeito de 1963 a 1967.

O Governo Federal determinara novas exigências aos bancos.

A partir de 1º de junho eles deveriam ter um guarda uniformizado e armado.

As remessas superiores a Cr\$ 50 mil também deveriam ser acompanhadas por um guarda.

A PF não tinha condições de fornecer os agentes e surgiu então a ideia do aproveitamento da Guarda Noturna.

Ficaram de analisar os custos e o convênio com os bancos.

Na ata de 21 de outubro de 1970 consta o acordo entre a PF, BB e a associação.

Em 1º de novembro a firma Segurança Bancária Industrial de Valores Sebeval assumiu a responsabilidade pelo serviço.

==#=#=#=#

Discutia-se em 1960 a possibilidade de se asfaltar a Avenida Marcelino Pires.

Em agosto de 1960 a associação funcionava em outro local: na Rua Paraná (atual Rua Joaquim Teixeira Alves).

A revista *Centenário da Imigração Japonesa na Grande Dourados*, da Associação Cultural Nipo-Brasileira Sul-Mato-Grossense, de 2008, p. 31, reproduz um folheto com dados locais da década de 60 informando que “Dourados é o prolongamento econômico do grande Estado de São Paulo” com 137 estabelecimentos industriais, 178 comerciais, 8 bancos (um em construção) e era o “Município de maior população rural do Brasil, possuindo imensa área de terras argilosas consideradas como as melhores do País para todas as culturas agrícolas.”

Dizia ainda contar com uma Colônia Agrícola Federal com mais de 8 mil lotes de 30 hectares com títulos definitivos em franca produção e “o teor de produtividade de suas terras é

proclamado pelos estudiosos como o mais alto que se conhece”.

A arrecadação anual (federal, estadual e municipal) era de Cr\$ 345.000.000,00 e o próximo censo eleitoral “atingirá a soma de 25.000 eleitores”.



## PARTE 2

1961 a 1982

*A inauguração do salão da associação, a Rainha do Comércio, o vazio, o pós-golpe de 64, a troca de farpas com o prefeito Napoleão, a Semana Inglesa, a linha de Urubupungá, o SPC, o PRODEGRAN.*

Dez anos depois daquele episódio tumultuado na eleição do Noé de Melo, em 1951, a associação voltou a ter uma eleição com dois candidatos à presidência: Hayel Bon Faker e Horácio Cerzósimo de Souza.

Hayel venceu com 38 votos contra 25 dados a Horácio.

A eleição aconteceu no dia 27 de maio de 1961.

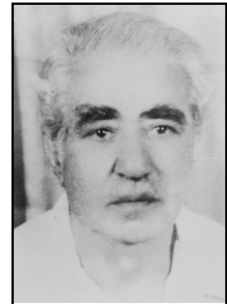
As propagandas em alto-falantes incomodavam e geravam reclamações devido ao som excessivamente alto, assim como a exposição de mercadorias e tabuleiros nos passeios públicos.

A associação foi cobrada a agir contra esses abusos.

*Jornal de Dourados* de 26 de fevereiro de 1961, na coluna *Panela de Pressão*, capa, fazia críticas em tom de ironia:

Aviso aos caçadores. Fica proibido caçar nas matas da esquina da Av. Marcelino Pires com a Rua Sergipe<sup>74</sup>, a cem metros da Prefeitura.

\*\*\*



Hayel Bon Faker  
1961-1962

<sup>74</sup> Atual Rua João Rosa Góes.

Estão sendo convidados os alunos de todas as Escolas de Engenharia do Brasil a fim de visitar e estudar o asfaltamento de Dourados.

- Para aprender como se asfalta?

- Não. Para aprender como não se deve asfaltar.

\*\*\*

A ponte sobre o Rio Dourados no Porto Souza está igual a lombo de égua velha.

\*\*\*

A estrada de Dourados até Porto Souza nunca esteve tão boa como agora.

Boa?!

Sim, boa para ser interdita.

Os buracos eram alvo da mesma coluna em 17 de janeiro de 1960:

Conversa de motorista: o pior trecho entre Campo Grande e Ponta Porã é o chamado Marcelino Pires.

\*\*\*

Comentam por aí que um técnico da Petrobrás, desse grupo que esteve por aqui prometendo fazer uma perfuração lá na Água Boa, tirou um dia para percorrer as ruas da nossa cidade. Observou as 'perfurações' que existem nas ruas, mediu cada uma, pesou, verificou a 'pressão' dos aludidos, fez cálculos em centenas de folhas de papel, inutilizou-as e fez novos cálculos; num dos maiores, colocou uma das suas máquinas para puxar o que havia lá por baixo e... por fim deu a fatídica ordem: 'Diga ao pessoal que levante acampamento! Nada temos a procurar por aqui'. E justificou: 'Se com tantas perfurações ainda não jorrou petróleo, de que adianta fazer mais uma?' E desapareceram!!!

\*\*\*

Deixaram-nos embaraçados com essa pergunta: "Só porque as ruas estão cheias de buracos têm os ciclistas o direito de pedalar em cima das calçadas?"



Como parte das festividades do Sete de Setembro de 1961 a associação promoveu pela primeira e única vez a campanha para eleger a Rainha do Comércio, com apoio da Distribuidora Mato-Grossense de Publicidade.

Conforme nota publicada no *Jornal de Dourados* de 20 de agosto daquele ano, p. 5, quatro candidatas foram inscritas: Carmem Flores, Elza Garcia da Silva, Alda da Silva e Theresinha N. Gomes.

A programação do Sete de Setembro foi organizada junto com a Prefeitura.

Na manhã daquele dia a associação inaugurou o salão anexo que havia sido cedido, dias antes, para as sessões do Tribunal do Júri porque não existia o Fórum.

A obra havia começado na gestão do Mário Brandoth e fora concluído por Hayel Bon Faker.

À noite aconteceu um baile animado por uma orquestra de Ponta Porã quando foi eleita a senhorita Carmem Flores a Rainha do Comércio.<sup>75</sup>

O *Jornal de Dourados* de 5 de novembro de 1961, capa, informava que antes de usarem o espaço da associação as sessões do Tribunal do Júri tinham sido realizadas no Clube Social.

Apesar da boa vontade da associação em ceder o espaço o jornal dizia que o salão “não serve mais, pois, além de prejudicar os jurados com o sol que bate, as goteiras inundam o chão quando chove (...)”

Não sabiam onde seria o próximo Júri.

“(...) Talvez seja em praça pública em noite de luar.”

Alguém andou usando o nome da associação indevidamente.

---

75 *Jornal de Dourados*, 10 set. 1961, capa.

Na edição de 10 de janeiro de 1960 do *Jornal de Dourados*, capa, foi publicada uma nota com o título *Mentira Esfarrapada*:

Ao chegar ao meu conhecimento boatos que não são fatos de que fora eu autor de uma carta em papel timbrado da Associação Comercial desta cidade, ao Exmo. Sr. Governador do Estado pedindo a permanência do fiscal Antônio Faustino e por conseguinte o afastamento dos outros dois, senhores Dinarte Vicente de Almeida e Astúrio de Matos, venho através do *Jornal de Dourados* desfazer essa falsa verdade e pondo-me a disposição dos meus detratores para que tornem contrária esta minha publicação.

Dourados, 8 de janeiro de 1959.

Izzat Bussuan.

=#=#=#=#



Jonas Francisco Dourado  
1963-1964  
1967-1970

Durante 21 anos foram feitas poucas atas: de setembro de 1961 até a eleição de Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho em 15 de janeiro de 1983.

E há um completo vazio em termos de registros em três anos: de 4 de setembro de 1961 a 2 de outubro de 1964.

Algumas informações desse período, incluindo as eleições e a constituição de diretorias só foram encontradas nos arquivos de *O Progresso*.

Não se tem a data certa, mas em 1963 foi eleito para a presidência Jonas Francisco Dourado.

Também não se tem a data da eleição, em 1964, de

### Horácio Cerzósimo de Souza para a presidência.

Mas isso não significa que a associação tenha ficado inerte, porém, em se tratando do período anterior ao golpe de 1964 e o momento do regime militar, ao que tudo indica os gestores foram mais cautelosos.

Afinal, o golpe soterrou a frágil democracia.

“(...) O AI-1 suspendeu por seis meses a Constituição da República juntamente com todas as garantias constitucionais (...)”<sup>76</sup>

Articulação ou uma simples reunião reivindicatória poderia ser mal interpretada e vista como ato subversivo pelos militares de plantão.

Difícil saber o que, de fato, ocorreu na entidade naqueles dias.

A maioria dos ex-diretores daquele período, talvez todos, já morreu.

Apenas um palpite: certamente os diretores optaram pelo bom senso, pois, melhor seria esperar as coisas se acalmarem.

Se houve censura ampla e irrestrita não se poderia descartar uma eventual intervenção na associação.

Uma mostra da disposição militar foi publicada em *O Progresso*.

A edição de 17 de maio de 1964, capa, traz uma declaração do comandante do 11º RC, coronel Alfredo Aristarcho Leyrand Marques, relacionando os 24 homens<sup>77</sup> detidos para



<sup>76</sup> Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ditadura-militar/ai-1>>. Acesso em: 2 out. 2014.

<sup>77</sup> Antônio Carlos da Silva, José Veríssimo de Oliveira, Luiz Secchis, Genézio Pereira de Souza, Geraldo Rocha de Alencar, Durval Rodrigues Santos, Salvador Pereira da Silva, José de Oliveira Sampaio, Jeovah Martins de Oliveira, Geraldo Garcia de Sousa, Francisco Moreira Nunes, Francisco Luiz Moreira, João Chaves, Wilson Sousa, Guilherme da Silva, João Luiz da Silva, Hermes Ricardo Dias, Ricardo Francisco da Silva, Assis Brasil Espíndola, João Vicente Ferreira, Gumercindo Bianchi, Manoel Fernandes, Francisco José de Melo e Anselmo Serafim Patrocínio.

averiguação por terem supostamente participado de atividades subversivas.

Nenhum deles era diretor da associação.

Liberados logo depois porque não se comprovou nada contra os mesmos, eles estavam impedidos de sair da cidade sem autorização do comandante, deveriam comunicar uma eventual mudança de residência e ainda seriam obrigados a comparecer regularmente nas delegacias.

Petebistas, opositores ao regime, fizeram parte da diretoria da associação.

Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho, ao comentar o assunto, disse ter pesquisado os livros antigos quando se candidatou a presidente e após ter conversado com o João Totó da Câmara e Harrison Figueiredo<sup>78</sup> deduziu que teriam deixado de consignar as reuniões (se de fato elas foram feitas) para evitar problemas com os militares.

Pode não ser essa a explicação, reconhece, mas, na opinião dele, “(...) não tem jeito de uma associação de classe não ser política, ela tem que ser política (...)” [informação verbal].<sup>79</sup>

Hayel Bon Faker era partidário do João Totó da Câmara.

Hayel era um homem extremamente politizado, assim como Izzat Bussuan.

Além do novo sistema eleitoral para presidência, outras medidas mais autoritárias foram legitimadas. (...) Dando continuidade ao impedimento de ações dos opositores do novo governo, o decreto militar suspendeu por dez anos todos os direitos políticos de todos que eram tidos como ameaças ao regime, sejam eles congressistas, governadores ou militares. Tinha início naquele

---

<sup>78</sup> Advogado e militante do PTB já falecido.

<sup>79</sup> MATTOS FILHO, Luiz Carlos Fernandes de. *Entrevista gravada*

momento a repressão da ditadura militar que promovia cassações, prisões, enquadramento como subversivos e também expulsões do país.<sup>80</sup>

Dourados chegou a ser um forte reduto do PTB.

Mas havia aliados também da outra corrente política dentro da associação: Horácio Cerzósimo de Souza, por exemplo, foi militante da UDN e, curiosamente, o seu antecessor, Jonas Francisco Dourado, era petebista.

Isso parece não ter gerado conflito partidário nas trincheiras de lutas da entidade. Pelo menos não há nada documentado nesse sentido.

Na década de 1960, o partido viveu seu apogeu político com a eleição de Vivaldi de Oliveira para a prefeitura local, em 1959. Nas eleições seguintes, em 1963, Oliveira fez seu sucessor, outro petebista, Napoleão Francisco de Souza, um ex-pracinha mineiro radicado em Dourados. Vivaldi de Oliveira, no mesmo período, elegeu-se deputado estadual.<sup>81</sup>

Não se pode negar que a inspiração política partidária, independente das diferenças ideológicas, sempre esteve presente nos quadros da entidade, mas isso não impediu a associação de cumprir seus objetivos.

Pelo contrário, ela procura tirar proveito dessa convivência democrática entre iguais e diferentes.

As divergências internas do passado teriam outras raízes.

Pelo menos tudo leva a crer nisso.

São raros os momentos de confronto com as autoridades constituídas.

---

80 GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. *AI-1*.

81 ARAKAKI, op. cit., p 49.

A história tem comprovado o espírito de cordialidade e maturidade por parte de seus diretores no sentido de estabelecer um bom diálogo no ambiente endógeno e exógeno mesmo diante dos mais difíceis dilemas.

Tem prevalecido o equilíbrio e prudência, qualidades fundamentais para a gestão de uma entidade com tamanhas responsabilidades.

Esse comportamento tem sido a tônica.

E naquele momento pós-64 se exigiu um *feeling* ainda mais apurado.

(...) Uma coisa a gente tem que lembrar, o Horário Cerzósimo era bem de direita, embora naquela época Dourados era um pouco mais feliz porque por mais que radicalizassem o Totó que era MDB, PSD, etc, eles por interesses de Dourados se aproximavam, tanto é que o Totó sempre fez parte da associação comercial e ali estava sempre o Horácio, outros tantos, mas dizer que tem alguma relação direta com essa fase do golpe, acho difícil, acho que não, acho que era um período conturbado que todo mundo tava ali meio perdido (...). Talvez possa ser para não tratar de certos assuntos que não achavam por bem deixar aquilo consignado (...) [informação verbal].<sup>82</sup>

Os demais ex-presidentes, questionados, se abstiveram ou não tinham conhecimento sobre esse hiato nos livros da casa.

Vivaldi de Oliveira, presente à reunião de 4 de setembro de 1961, comentou sobre a grave crise política no País, mas a ata não entra em detalhes.

Quando foi deflagrado o golpe o presidente era Jonas Francisco Dourado, mas logo Horácio foi eleito em uma assembleia tranquila.

---

82 PINTO FILHO, Arthur Ferreira. *Entrevista gravada*.

A associação chegou a colaborar naquele início do regime de exceção para manter a ordem econômica.

Havia setores se aproveitando para praticar preços extorsivos.

Isso ocorreu na feira-livre e entre açougueiros.

Uma notícia publicada em *O Progresso* de 10 de maio de 1964, p. 5, relatava a presença do presidente Jonas Francisco Dourado junto com o Eduardo Cerzósimo na redação comunicando o tabelamento dos produtos alimentícios.

Nesse mesmo exemplar consta a tabela para a feira-livre.

O tabelamento havia sido aprovado pela Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (Comap) constituída, entre outras pessoas, por integrantes da associação.

*O Progresso* congratulava-se com a associação:

(...) pela magnífica decisão de tomar as providências no sentido de efetuar o tão almejado tabelamento dos produtos alimentícios, a fim de colocar uma tranca em certos abusos que alguns comerciantes mais exagerados vêm cometendo (...).

Um pouco antes do golpe a entidade estava focada em outro problema: os depósitos da NOB em Itahum estavam abarrotados de mercadorias e as estradas em péssimas condições impedindo o escoamento.

Ofícios assinados pelo presidente Jonas Francisco Dourado cobrando melhorias na estrada foram enviados em 18 de fevereiro de 1964 ao governador Fernando Corrêa da Costa e ao prefeito Napoleão.<sup>83</sup>

No documento ao governador, a associação dizia que o comércio estava em situação de verdadeiro desespero.

---

83 Ofícios publicados na íntegra em *O Progresso* 23 fev. 1964, capa.

A entidade vinha recebendo reclamações em massa.

A estrada estava intransitável, impossibilitando o acesso dos caminhões.

As mercadorias eram em maior parte gêneros de primeira necessidade.

Além do prejuízo para o comércio essa situação privava a população de alimentos.

Havia produtos se deteriorando.

No ofício ao prefeito Napoleão, além de cobrar o mesmo tipo de providência em tom de apelo, a entidade reconhecia o quanto a Prefeitura vinha realizando em benefício do comércio, prestigiando todas as iniciativas inclusive criando a Guarda Noturna “(...) velha aspiração do comércio local (...)”.

A associação também encaminhou ofício ao chefe da Residência Rodoviária de Dourados (CER/R4), Adonis Milani.

A cobrança surtira efeito rapidamente.

*O Progresso* de 1º de março trouxe a resposta da CER/R4 explicando que em virtude das condições técnicas da estrada as últimas chuvas tornaram-na realmente intransitável como era de se esperar, mas o chefe da Residência Rodoviária se comprometia a passar a máquina niveladora nos primeiros dias de estiagem e espalhar o cascalho nos trechos piores como solução provisória para a próxima época das chuvas.

Mas, por outro lado, enquanto aparentemente a convivência entre a associação e o prefeito Napoleão teria sido boa na gestão do ex-presidente Jonas já que ambos eram petebistas, com Horácio a relação amistosa deu lugar ao arrebato.

Na edição de 28 de junho de 1964 de *O Progresso*, capa, consta ofício da associação ao prefeito Napoleão, com data do dia 23 (a circulação do jornal era semanal), assinado pelo presidente em exercício, Waldemar Mariano, e pelo 1º secretário, Paulo Almeida Teixeira.



A entidade, atendendo convocação feita pelo Conselho Deliberativo e membros da diretoria, reuniu-se extraordinariamente.

Pauta: a precária iluminação especialmente em determinado trecho da Avenida Marcelino Pires e a poeira castigando o comércio e a saúde pública.

Eis o ofício:

(...) A poeira excessiva que vimos sentindo, por falta de medidas acauteladoras por parte dos responsáveis pelo bem estar social, tem sido motivos de clamores revoltantes dos residentes na Avenida Marcelino Pires e por esse motivo tomamos a liberdade em vir à presença de V. Excia. solicitar para o caso, as seguintes providências:

Determinar a irrigação das ruas, muito especialmente a Avenida Marcelino Pires, imediatamente.

Solicitar ainda SEMPRE QUE SE FIZER O PATROLAMENTO DAS RUAS, determinar que o caminhão tanque acompanhe a patrula fazendo a indispensável irrigação, para evitar a calamidade que ora se apresenta.

No que tange a iluminação, levamos ao conhecimento de V. Excia. que existe em frente a esta associação um transformador queimado ou inutilizado. É do conhecimento de alguns membros desta Associação que existe um transformador novo inativo. Solicitamos seja o transformador em apreço colocado no lugar do queimado ou inutilizado. De há muito que uma grande área de casas que é servida por esse transformador não tem luz e os seus proprietários vêm pagando o mínimo estabelecido em lei. Por essa irregularidade solicitamos as suas providências, pois, além dos danos econômicos o aspecto desolador que esses trechos apresentam à noite aos estranhos que aqui abordam é contrastador.

Esta associação, lídima representante do comércio e indústria, forças precursoras do progresso e

civilização, não pode ficar indiferente a essas irregularidades, cujos motivos desconhecemos. Sendo o que nos apresenta no momento, ficamos muito atenciosamente.

### A mesma edição traz a resposta sarcástica do prefeito:

(...) Em vista do ofício-medieval nº 16/64 emanado dessa até então, para nós, lúcida e equilibrada presidência, passamos, isto em homenagem a serenidade e às normas de educação e respeito, a ilidir as pretensas 'IRREGULARIDADES, CUJOS MOTIVOS ALGUNS MEMBROS DESSA ENTIDADE DESCONHECEM'.

Qualquer inteligência, mesmo uma infinitesimal, sabe que numa cidade como Dourados onde o asfalto ainda não pode fixar moradia, é aconselhável a irrigação das ruas centrais, a fim de se combater a poeira tão prejudicial à saúde, desde que, obviamente, se disponha do meio necessário para tanto. Dispomos para a execução desse mister de um caminhão-tanque devidamente equipado.

No entanto, o mesmo se acha com uma peça, de transcendental importância para o seu funcionamento, estragada e não nos foi possível achar outra similar dentro do território pátrio. A única solução foi providenciá-la em terras alienígenas. Dentro do menor tempo possível, esperamos colocá-lo em movimento, com o escopo precípua de, pelo menos, amainar o pó dominante aclarando 'ipso facto' os olhos da mente de 'ALGUNS MEMBROS' dessa Associação, fazendo-os ler NA BÍBLIA DO BOM SENSO O VERSÍCULO INFIBRIANTE DO RESPEITO À AUTORIDADE CONSTITUÍDA.

Quanto ao transformador, achamos de bom alvitre, convidar 'ALGUNS MEMBROS' dessa entidade para fazerem uma visita às instalações da nossa modesta USINA ELÉTRICA, a fim de constatarem 'in loco' que o transformador em tela o novo – se encontra em funcionamento, e que o mesmo é parcela

imprescindível para a boa e completa produção da já citada Usina. Cumpre dizer ainda que o transformador situado defronte do prédio nº 1760, Avenida Marcelino Pires, não está trabalhando porque se encontra em São Paulo, em oficina especializada, sofrendo reparos necessários para que possa atingir sua real produção. Brevemente, ele estará na plenitude de sua forma iluminando a parte da cidade que dele depende e também derrotará, por isso e diante disso, o negror impérvio da oposição sistemática de 'ALGUNS MEMBROS' dessa Associação, dando margem a que eles possam trilhar doravante a vereda da urbanidade, tão necessária aos que vivem em sociedade.

Pelo exposto, o governador de todos os douradenses, que não mede sacrifício nem distâncias, sempre interessado em solucionar quaisquer problemas que surgem procurando tolher o sofrido conforto e bem-estar de nossa comunidade, cuida que, muito antes da reunião extraordinária convocada e realizada pela ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE DOURADOS, já tinha, como sói sempre acontecer, tomado pulso da situação e providenciou, em tempo hábil, dentro da farmacologia administrativa disponível, o remédio certo e necessário para curar os males que só agora essa entidade, através de 'ALGUNS MEMBROS' tomou conhecimento (...).

O prefeito não ficou sem resposta.

Em de 5 de julho, capa, saiu a tréplica assinada por Waldemare Paulo:

(...) Não temos, Sr. Prefeito, intuito de polemizar. Entretanto, a maneira grosseira e ridícula que norteou a resposta de V. Excia., vasada [sic] em afirmação que não correspondeu a verdade dos fatos e imprópria a uma autoridade constituída, que deve fazer-se respeitar mas também respeitar, é que nos traz, novamente, à presença de V. Excia. por duas razões: Para devolver as rudes e indelicadas

expressões e para insistir nas solicitações contidas em nosso ofício anterior.

V. Excia. Sr. Prefeito, não deve ignorar que os municípes têm obrigações e direitos. Quando eles não cumprem o que a lei lhes determina, o município pode, por meios coercitivos, exigir-lhes tais obrigações. Por sua vez, o município tem o dever de satisfazer aos direitos dos municípes. Não se deve esperar que estes cheguem ao ponto de reclamá-los. Quando a isso chegarem por inoperância da administração, esta tem o dever de procurar atendê-los e não, responder na forma que V. Excia. o fez.

As solicitações contidas em nosso ofício de nº 16/64, nada têm de medieval. São elas, bem atuais e oportunas. V. Excia. não mediu bem nossas palavras e taxou nosso pedido de medieval. Mas, Sr. Prefeito, convenhamos que medieval não é nosso ofício mas sim o estado em que se encontra nossa cidade, por culpa exclusiva da administração que ao contrário da Presidência da Associação Comercial de Dourados, parece estar bem longe de ser lúcida e equilibrada.

Com relação ao nosso pedido de irrigação das ruas após o patrolamento, queremos afirmar a V. Excia. que não ignoramos que o caminhão tanque do município é da marca Ford, de fabricação nacional, ali no Estado de São Paulo. Também o seu acessório, a bomba irrigadeira, é de fabricação de indústria Paulista. Não acreditamos até agora que São Paulo seja terra alienígena. Esta Associação não é constituída de homens letrados, mas conhecem os limites do solo pátrio.

Quanto ao transformador situado nas proximidades da sede desta Associação, diz V. Excia. que 'o mesmo não está trabalhando porque se encontra em São Paulo, em oficina especializada sofrendo reparos'. Podemos seguramente informar a V. Excia. que esse transformador queimado há mais de ... semanas, ainda encontra-se no mencionado local. V. Excia. enganou-se... ou faltou com a verdade!

Finalmente Sr. Prefeito, quer esta Associação deixar claro a V. Excia. que como legítima representante de classe, voltará à presença do chefe do Executivo

Municipal sempre que os interesses dos munícipes, seus associados, o exigirem. É um direito nosso e uma obrigação de V. Excia. (...).

O prefeito não voltou mais no assunto e nem a associação.

Esse é o único momento, até onde se tem conhecimento, da entidade ter se confrontado publicamente contra um prefeito.

Não se sabe o motivo do afastamento do Horácio da presidência e por quanto tempo Waldemar o substituíra porque não há nada nesse sentido em ata.

Já em *O Progresso* de 19 de setembro de 1964, p. 5, tem um edital de convocação para assembleia no dia 1º de outubro para reformulação do estatuto e da sua denominação.

O edital é assinado pelo 2º secretário em exercício, Eduardo Cerzósimo de Souza, irmão do Horácio.

No livro ata foi transcrito o estatuto.

A assembleia só foi acontecer em 2 de outubro.

Ali nasceu o nome Associação Comercial e Industrial de Dourados (ACID).

=#=#=#=#

Em dezembro de 1964 foi sancionado o projeto do vereador Ivo Cersósimo instituindo a *Semana Inglesa*, ou seja, 44 horas semanais de trabalho e 220 mensais, uma reivindicação do movimento sindical.

A expressão *semana inglesa* se refere à jornada de trabalho de oito horas de segunda a sexta-feira e de quatro horas pela manhã do dia de sábado havendo, portanto, descanso no período do sábado à tarde e o dia de domingo (...). A expressão *semana inglesa* era utilizada pelos movimentos sindicais para identificar a proibição do trabalho

nos sábados à tarde, nos dias de domingos e feriados, principalmente nos movimentos dos trabalhadores do comércio e da indústria. Os estabelecimentos comerciais e industriais não deveriam trabalhar no período da tarde de sábado e respeitar o descanso de domingos e feriados.<sup>84</sup>

Não há registro da argumentação da ACID contrária ao projeto, mas antes a jornada semanal era de 48 horas e a mensal de 240.

O projeto havia sido aprovado pela maioria absoluta na Câmara e depois a associação tentou conseguir o veto com o prefeito.

A Semana Inglesa entrou em vigor 90 dias após a sanção.

Os empregados passaram a ser dispensados aos sábados às 13h30.

O *Progresso* de 12 de dezembro de 1964 trouxe a notícia de forma alvissareira dizendo ser esse o assunto mais discutido naqueles dias.

A sanção do prefeito era uma surpresa.

Ivo disse ao jornal que era um presente de Natal para os trabalhadores.

A edição de 29 de maio de 1965 do mesmo jornal trouxe notícia de capa dizendo que na assembleia geral da ACID para a eleição da nova diretoria, o ex-presidente Horário Cerzósimo fez severas críticas ao prefeito responsabilizando-o pela incômoda situação dos comerciantes ante o Poder Municipal.

Para ele, o prefeito teria sido o grande entrave do desenvolvimento comercial da cidade, trazendo atraso e prejuízos a todos os setores da vida econômica.

Solicitava uma moção de desagravo e descontentamento

---

84 Disponível em: <http://atdigital.com.br/direitodotrabalho/2013/04/0-que-significa-semana-inglesa/>. Acesso em: 3 fev 2015.

contra o prefeito pela maneira desatenciosa como estaria agindo em relação à associação além da falta de consideração para com os comerciantes.

A moção foi aprovada por unanimidade, segundo o jornal.

Detalhe: no final do texto há uma frase grifada pela redação segundo a qual não estavam entendendo aquela atitude do Horácio.

Na edição seguinte, de 2 de junho de 65, na capa, consta um ofício endereçado à redação.

Horácio explicava que não falara como político militante da UDN naquela assembleia, mas como ex-presidente da associação.

Ele informava ser de conhecimento público os desentendimentos entre a associação e o prefeito, assunto inclusive do próprio jornal.

O que ele dissera, continuava, traduzia o pensamento geral dos associados.

Uma prova era a moção.

A explicação, argumentava, era para que não misturassem a sua atuação política com o trabalho na associação.

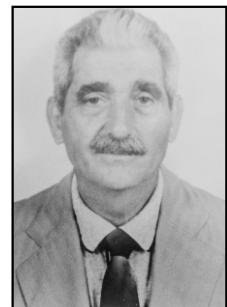
=#=#=#=#

Em 13 de maio de 1965 tomou posse o presidente José Floriano de Freitas.

A notícia saiu em *O Progresso* de 16 de maio, capa, informando ter sido uma solenidade simples com a presença de poucos associados.

Na ocasião Horácio fez um apelo para que todos ajudassem a nova diretoria.

Freitas falou da sua vontade em



José Floriano de Freitas  
1965-1967

dinamizar e organizar um plano de trabalho em favor dos associados e do propósito de contribuir para o progresso do Município.

Em *O Progresso* de 9 de julho de 1966, capa, Freitas cobra o retorno à cidade da Indústria e Comércio de Sinalização de Trânsito (Incosintra) para a troca dos postes de sinalização, destruídos por vândalos na calada da noite.

No jornal de 27 de julho menciona-se a sinalização pronta.

A ACID e o Lions fizeram os serviços iniciais e a empresa os concluiu.

Essa empresa aproveitava os postes para fazer propaganda do comércio.

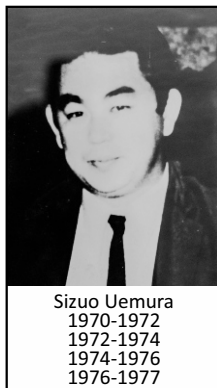
“(…) Cabe agora à Prefeitura e à Delegacia de Polícia mantê-los em boas condições (...)”, diz a matéria.

=#=#=#=#

Em 11 de junho de 1967 foi empossado novamente como presidente Jonas Francisco Dourado cuja eleição aconteceu em 25 de maio.

No dia 28 de março de 1970 foi eleito presidente Sizuo Uemura – sucedeu-se no cargo até 1977.<sup>85</sup>

Quando foi inaugurada em Dourados a Linha de Transmissão e Rede de Distribuição de Energia Elétrica do complexo de Urubupungá pelo governador Pedro Pedrossian, em 16 de



<sup>85</sup> O diretor da ACED, Everaldo Dias Leite, tentou falar com Sizuo Uemura para que o mesmo concedesse entrevista para o autor. Como não conseguiu, conversou com o filho do ex-presidente, Eduardo Uemura, que ficou de ver essa possibilidade, mas não houve resposta.



maio de 1970, a associação publicou uma mensagem em *O Progresso*, p. 6, congratulando-se com o povo douradense e expressando gratidão ao governador por tudo que tinha feito pela terra de Marcelino Pires.

Naquele dia o prefeito Jorge Antônio Salomão<sup>86</sup> decretou feriado municipal diante da relevância do feito (decreto nº 03/70).

Na mesma agenda constava a inauguração da estação repetidora de televisão da TV Morena.

Antes da inauguração dessa linha de transmissão Dourados enfrentava por vários anos um sério problema de abastecimento de energia elétrica e no fornecimento de água já que as bombas dependiam da eletricidade.

Isso tinha virado até piada.

*O Progresso* de 28 de junho de 1967 trazia o *Zé Certo*:

*Dourados, terra que seduz*

*De dia falta água*

*De noite, água e luz.*

\*\*\*

- *Você conhece Dourados?*

- *Conheço*

- *Que tal a luz de lá?*

- *Não sei, passei lá de noite.*

Notícias de *O Progresso*: em maio de 1967 a empresa Sogepa acelerava os serviços de asfalto na Avenida Marcelino Pires<sup>87</sup>; em junho daquele mesmo ano anunciava-se o início das primeiras tubulações de esgoto em Dourados e o DNER era taxado como inoperante para recuperar as rodovias federais.<sup>88</sup>

---

86 Prefeito de 1970 a 1973.

87 Edição de 10 maio 1967.

88 Edição de 18 jun. 1967.

Em 1967 a ACID cobrava o início das obras da rodovia ligando Dourados a Rio Brillhante.

Em 30 de novembro de 1974, ou seja, sete anos depois, *O Progresso* noticiava, na capa, na coluna *Nota Dez*, que as obras estavam bem adiantadas.

=#=#=#=#

A criação do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) foi discutida pela primeira vez em reunião no dia 4 de outubro de 1973.

Logo depois decidiram pela compra de um SPC (a ata não informa de quem) pelo preço de Cr\$ 10 mil e caso não conseguissem aí então a entidade montaria o seu próprio serviço.

Pela primeira vez também houve uma mobilização dos comerciantes para se criar o horário especial, fato registrado em ata no dia 4 de dezembro de 1974.

Naquele ano a ACID enviou ofício ao prefeito João Totó da Câmara solicitando horário especial do dia 9 de dezembro até o dia 30, liberando a abertura das lojas até 22h e nos dias 23 e 24 até 24h.

Reivindicou a retirada da terra e tapa-buraco das ruas centrais, recuperação da iluminação pública, além do serviço de irrigação das vias.

Não se sabe se o prefeito atendeu a ACID quanto ao horário especial.

Em *O Progresso* não consta nenhum decreto nesse sentido.

No ano de 1976, em 4 de agosto, a ACID não vivia uma boa fase em termos de participação da sua diretoria.

O afastamento dos diretores e associados foi o assunto mais discutido na reunião daquele dia. Mesmo convidados eles não compareciam.



Durval Mariano  
1977-1978

A associação formou uma comissão encarregada de procurar cada um deles e saber o que estava acontecendo.

As reuniões mensais passaram a ser bimestrais.

Um ano depois duas chapas se inscreveram para disputar a presidência.

Há duas datas prováveis para essa eleição: *O Progresso* de 17 de junho de 1977 cita que ela teria acontecido no dia 15 de junho e na ata da ACID consta a data de 16 de junho.

Repetiu-se uma pequena votação: Durval Mariano obteve 37 votos e o vice-presidente Jesus Cândido Lopes conseguiu 27.

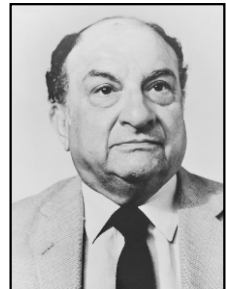
No ano seguinte Terêncio Romita presidiu chapa única e sua posse em 15 de junho de 1978 aconteceu em evento concorrido na própria ACID.

De acordo com *O Progresso* de 17/18 de junho, p. 2, Terêncio assumia para trabalhar dentro de uma comunidade em rápida ascensão.

Pretendia mudar os estatutos para impor maior dinamismo na organização.

Romita sucedeu-se por mais dois mandatos.

No dia 16 de junho de 1978 a ACID anunciava em *O Progresso* parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) oferecendo gratuitamente curso de datilografia e por correspondências nas áreas de gerência de vendas, organizações de empresas, correspondência comercial, camareira, faturista, caixa recepcionista de crédito e vendedor.



Terêncio Romita  
1978-1979  
1979-1981  
1981-1982

Roberto Djalma Barros (ex-deputado estadual e ex-vereador de Dourados) relatou certa vez em artigo em *O Progresso* um fato pitoresco envolvendo o Romita no ano de 1974.

O prefeito Totó e o Braz Melo, gerente regional da Sanemat (hoje Sanesul), resolveram aprontar uma com o presidente da associação.

Romita andava reclamando por todos os cantos das vendas fracas.

Era início de dezembro. Esperava-se alento com a aproximação do Natal.

Um fiscal foi mandado à Loja Insinuante, do Romita, avisar que no dia 19 de dezembro seriam iniciados os serviços de tubulação de água na calçada do quarteirão da loja dele.

Poderia ficar tranquilo que o serviço estaria pronto até 31 de dezembro.

Mandaram para frente da loja as máquinas e começaram a descarregar um caminhão de canos em cima da calçada.

Do outro lado da rua, na loja do Hayel Bon Faker, Totó e Braz assistiam o desespero do Romita entrando na frente das máquinas para evitar que a calçada fosse quebrada e prejudicasse ainda mais as vendas.

Djalma descreveu que o presidente entrava na frente da máquina como aquele solitário estudante enfrentando o tanque de guerra na Praça da Paz, na China.

“(...) Os dois que armaram tudo ficaram com pena do velho. No final da tarde suspenderam a operação para alívio do comerciante”.

=#=#=#=#

A Embrapa Agropecuária Oeste, localizada em Dourados,

foi criada em 13 de junho de 1975 com a denominação Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE).

Seu objetivo, naquela época, era dar suporte ao desenvolvimento de uma fronteira agrícola de grande potencial econômico que surgia no Sul do Mato Grosso.

Inicialmente, a pesquisa concentrou-se nas culturas de arroz, feijão, milho, soja e trigo, basicamente nas áreas de melhoramento genético, fitossanidade e conservação, manejo e fertilidade do solo. Os resultados de pesquisa gerados pela UEPAE de Dourados contribuíram efetivamente para o desenvolvimento regional.<sup>89</sup>

Em 9 de abril de 1976 o Presidente Ernesto Geisel veio a Dourados para lançar o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) dando um novo impulso econômico à região.

Trata-se do maior projeto de investimento estrutural após a CAND e isso, evidentemente, teve relevantes resultados positivos, embora tenha acentuado um aspecto antagônico: enquanto a CAND promoveu a fixação do homem ao campo e a produção para subsistência, o PRODEGRAN estimulava a produção em larga escala para exportação em meio à crise do petróleo e o êxodo rural.

De acordo com *O Progresso* do dia da visita do Presidente Geisel, o PRODEGRAN beneficiaria 80 mil km<sup>2</sup> no Sul de Mato Grosso atingindo 22 Municípios e mais de 600 mil habitantes.

A meta era incentivar a construção de armazéns, estradas, conservação de estradas, transformação, transmissão,

---

89 Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropecuaria-oeste/historia>>. Acesso em: 21 out. 2014.

distribuição, centro de operação e administração do setor energético, proteção ao meio ambiente e combate à erosão, incentivo à pesquisa e à suinocultura além do custeio e investimento na linha de crédito rural.

Para o biênio agrícola de 1976/78 previa-se a incorporação superior a 700 mil hectares de lavouras aos 700 mil existentes naquela época para a produção agrícola numa área de 6 milhões de ha disponíveis; a meta era se investir Cr\$ 1,6 bilhão na iniciativa privada visando aumentar naquele biênio em mais 1 milhão de toneladas a produção de grãos; previa-se a construção de 600 km de estradas rurais e conservação de outros 8 mil km.

De acordo com artigo publicado naquela mesma edição pelo economista Nélio Marcílio Kegler, p. 2, com o título *Obrigado Presidente Geisel*, o PRODEGRAN era um dos maiores projetos agropecuários do Mundo:

(...) Aqui a curto prazo o dinheiro ora investido retornará e, motivando grandes lucros já na próxima década. (...) O Brasil necessita urgentemente de vender para o exterior e o crescimento geométrico populacional vem gradativamente precisando de mais alimentos. Somos na verdade um vastíssimo território de pouco uso. (...) A Grande Dourados poderá sanar dois grandes problemas brasileiros: dar internamente a auto-suficiência no trigo, já no próximo ano, e corrigir o déficit na balança de pagamentos, exportando já em 1978 cerca de 6 milhões de toneladas de produtos agrícolas que poderão render muito bem 2 bilhões de dólares aos preços atuais, anualmente. (...) Aqui as modificações são grandes que para darmos exemplo o próprio IBGE admitiu que Dourados teve um aumento populacional de 35% de 1970 até julho de 1975 quando agora deve estar em torno de 50 por cento (...).

No setor energético pretendia-se substituir as linhas de transmissão para Dourados que eram de 69 KW por outras de 10 MVA em convênio com as Centrais Elétricas Mato-Grossenses (CEMAT) e Eletrobrás ao custo de Cr\$ 275 milhões.

Seriam ainda destinados Cr\$ 249 milhões para financiamento da pequena e média empresa e Cr\$ 335 milhões disponibilizados pelo BNDE.

Como parte do mega projeto estava prevista a pavimentação entre Dourados e Ponta Porã.

No ano de 1970 o município contava com 15 hotéis, 10 bancos, 12 farmácias, 4 hospitais, 4 clubes e 1 cinema, o Cine Ouro Verde. Sobre comunicações e transportes, a cidade já realizava ligações telefônicas interurbanas e possuía linhas de ônibus para os principais centros, até mesmo mais de um por dia, como para São Paulo, Campo Grande e Presidente Pudente, e outras cidades mais próximas como Ponta Porã. Os vôos [sic] aconteciam 2 vezes por semana, especificamente para São Paulo e para Curitiba. Conforme citamos anteriormente, aconteciam vôos [sic] também para o Rio de Janeiro e Cuiabá (...). Havia também, até aquele ano, 110 pequenas indústrias, 140 prestadores de serviços e 610 atividades comerciais. (...) Neste período de prosperidade econômica douradense, o país vivia o chamado 'milagre econômico', que teve início em fins de 1960. Naquele momento a economia brasileira estava em alta e muitos projetos de desenvolvimento econômico foram lançados pelo governo, inclusive na região do SMT\*.<sup>90</sup>

Em 1960 o setor terciário em Dourados empregava 3.492

---

\*Abreviação acadêmica para Sul do antigo Mato Grosso.

90 PEREIRA, Juliana dos Santos. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*, p. 40-41. Ela cita o PRODEGRAN como sendo Programa Especial da Região da Grande Dourados na lista de abreviaturas e siglas.

pessoas e em 1970 esse número subiu para 6.665.

O setor primário era o que mais empregava: 21.951 em 1960, mas dez anos depois esse número caiu para 16.048 pessoas.

“(…) O comércio estava diretamente dominado pela venda de produtos agropecuários (…).”<sup>91</sup>

A década de 1970 foi um período de significativas transformações econômicas para o município douradense, destacando-o nacionalmente devido a sua grande produção agrícola. Para que Dourados se sobressaísse como um grande produtor agrícola foram necessários, além das riquezas naturais existentes e de área disponível, incentivos do governo por meio de programas que aproveitaram essas potencialidades.<sup>92</sup>

O *Progresso*, edição especial de 20 de dezembro de 1971, na reportagem *Assim é Dourados, Cidade Esperança e terra de todos nós*, consta que a cidade possuía 105 estabelecimentos entre pequenas e grandes indústrias; 635 firmas comerciais; 2 cinemas; 10 agências comerciais; 25 hotéis; 10 pensões; 30 bares; 15 restaurantes; 11 farmácias; 4 hospitais; 3 clínicas e uma produção agrícola de 500 mil arrobas de café – era a cultura com maior produção, seguida pelo arroz (450 mil sacas), milho (500 mil), feijão (100 mil), soja (330 mil), trigo (120 mil) e algodão (225 mil arrobas).

De acordo com o Censo Agrícola e Agropecuário e da Pesquisa da Pecuária Municipal Anual do IBGE, no ano de 1940 o rebanho bovino em Dourados era de 19.072 cabeças; dez anos depois aumentou para 55.882; em 1970 para 186.035; em 1980 baixou para 169.347; em 1990 subiu novamente chegando a

---

<sup>91</sup> PEREIRA, op. cit., p. 58.

<sup>92</sup> Idem, p. 115.



260.200; em 2000 para 271.905; em 2010 caiu para 203.385 e em 2012 para 180.570.<sup>93</sup>

A Prefeitura, contando com o projeto Comunidade Urbana em Recuperação Acelerada (CURA) e outras fontes federais, realizou importantes obras estruturais na área urbana.

*O Progresso* de 9 de junho de 1978 informava o investimento de Cr\$ 10 milhões somente em maio daquele ano, incluindo asfalto e galerias.

O prefeito era José Elias Moreira.<sup>94</sup>

Em 11 de outubro de 1977 o Presidente Geisel sancionou a Lei Complementar nº 31 criando o Estado de Mato Grosso do Sul instalado efetivamente em 1º de janeiro de 1979.

=#=#=#=#

Em 1977 o comércio só funcionou em horário especial na véspera do Natal quando as lojas teriam ficado abertas até 20h.

É isso o que informa anúncio da ACID na capa de *O Progresso* de 23 de dezembro daquele ano subscrito pelas Casas Pernambucanas, Vitória, Buri, Riachuelo, Centauro, Móveis São José, Sabongi, Ponto Certo, A Revolução, Eletro Móveis, Berly Modas, Dourasul Móveis, Relojoaria Eska, Relojoaria Cima, Douramóveis, Casas Jaraguá, A Insinuante, Douralar, Império dos Calçados, H. G. Móveis, Gugu Tecidos, Bazar das Mães, Kitergal e Super G.

Em junho de 1978 discutiu-se a Semana Inglesa e o horário comercial para ser cumprido de 2ª a 6ª das 7h30 às 18h e aos sábados das 7h30 às 13h30, mas sem se chegar a um acordo.

---

93 IBGE, Coordenadoria de Divulgação/MS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luiscarlosluciano@hotmail.com> em 13 set. 2014.

94 Prefeito de 1977 a 1982.

Em abril de 1979 o comércio ambulante continuava gerando reclamações entre os comerciantes fixos.

A ACID voltava a cobrar providências por parte da Prefeitura.

Em agosto de 1980 a entidade enfrentava um déficit em suas finanças.

A receita mensal era de Cr\$ 23 mil contra uma despesa de Cr\$ 28 mil.

Aumentou a mensalidade e no ano seguinte trabalhou para filiar novos sócios sem promover novo reajuste.

Para melhorar a arrecadação iniciou a negociação com a firma Severino e Santana S/C Ltda. para instalação do SPC.

Parte da renda seria revertida para a associação.

*O Progresso* de 11 de dezembro de 1980, p. 3, traz um anúncio da Prefeitura sobre o horário especial em dezembro: os estabelecimentos ficariam abertos até 22h dos dias 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 22 e 23.

No dia do aniversário da cidade, 20 de dezembro, feriado municipal, o comércio de gêneros alimentícios, incluindo os supermercados, fecharia às 12h e os demais estabelecimentos permaneceriam fechados.

No dia 24 o comércio atenderia até 18h.

A ACID queria o comércio abrindo no dia 24 até 22h, mas o prefeito José Elias cedeu ao pedido do Sindicato dos Empregados no Comércio segundo nota da entidade publicada em *O Progresso* de 6/7 de dezembro, p. 13.

*O Progresso*, edição especial de 20/21 de dezembro de 1980, na matéria *Os meios de transportes, comunicações, comércio e indústria de Dourados* (as páginas dessa edição não são numeradas) trouxe estes dados: Dourados tinha voo diário da TAM (Fokker MK-600) para São Paulo e Ponta Porã; os trens

da NOB ainda passavam por Itahum;<sup>95</sup> havia 2.421 telefones instalados (DDD e DDI); 70 canais de telex; 3 emissoras de rádio; 3 jornais diários; 1 repetidora de televisão (TV Morena); 15 empresas de construção civil; a comercialização de cimento era estimada em 100 mil sacas por mês; a Prefeitura liberava 6 habite-se por dia; o comércio varejista tinha mais de mil estabelecimentos dentro do Município; existiam 150 indústrias de diferentes tamanhos; o frigorífico local abatia mil cabeças por dia e havia uma oferta direta de 6 mil empregos.

Na mesma edição, no texto *As atividades econômicas de Dourados e região* o jornal informava que a produção de soja havia sido de 261 mil toneladas naquele ano, 10% do montante nacional.

Durante uma reunião na ACID em 15 de abril de 1981 um dos assuntos foi novamente como aumentar o quadro de associados.

Para Luiz Mário Albertini, representante dos contabilistas, faltava maior entrosamento, benefícios e diálogo.

Ele defendia cursos de qualificação para patrões e empregados.

Como as lojas ofereciam maior volume de crédito os diretores optaram por cursos voltados para essa área.

O preço dos fretes mereceu uma análise detalhada, assim como a questão do ICMS maior em MS em relação a outros Estados.

---

95 Em entrevista para o site douradosnews em 18 de março de 2014 o professor Paulo Roberto Cimó Queiroz informou que em Itahum o trem de passageiros passou pela última vez em 1º de junho de 1996 e o último cargueiro em 2002. Disponível em:

<<http://www.douradosnews.com.br/dourados/nos-trilhos-do-desenvolvimento-o-auge-do-distrito-de-itahum>>. Acesso em: 8 out. 2014.

Paulo informou posteriormente que existiram três estações da NOB em Dourados: Ministro Pestana (km 204), Itahum (km 225) e Presidente Dutra (km 240,8) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luisarlosluciano@hotmail.com> em 24 out. 2014.

Em outubro de 1981, no dia 7, Romita convocou assembleia para reforma dos estatutos, incluindo o departamento do SPC.

O serviço já funcionava na associação, mas continuava sendo particular.

Sem a inclusão nos estatutos não seria possível o cadastro do SPC junto ao Centro de Atendimento aos SPC (CASPC) mantido pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas com sede em Porto Alegre (RS).

Desde 1977 a entidade tentava fazer o cadastro.

Em setembro de 1982 a questão do horário do comércio voltou a ser discutida.

Havia duas leis disciplinando a matéria: a nº 445 (instituiu a Semana Inglesa, de 9 de dezembro de 1964) e nº 1.098 (estabelecia o horário de trabalho para os empregados no comércio e indústria, de 29 de dezembro de 1980).

O horário era de 2ª a 6ª das 7h30 às 17h30 com intervalo de 2h para almoço e aos sábados das 7h30 às 12h, segundo a ata da ACID do dia 8 daquele mês e ano.

Para a ACID, a Lei 1.098 conflitava com a lei maior estabelecendo o horário de trabalho para os empregados.

Portanto, havia o entendimento de que a Lei 1.098 deveria fixar a abertura e o fechamento dos estabelecimentos e não do trabalho laboral.

Em ofício ao prefeito José Cerveira<sup>96</sup> cobrou-se uma posição.

Um novo horário seria negociado com o Sindicato dos Comerciantes.

O prefeito garantiu em audiência com as duas entidades que acataria a sugestão tomada em comum acordo.

---

96 Prefeito de 1982 a 1983.

(...) A década de 80 segue mais ou menos o padrão de 70, embora começando com alguns problemas. A crise do petróleo não fez diferença aqui (...). Não influenciou nada, exceto a inflação no País inteiro, ao contrário, foi devido à crise do petróleo que o governo despejou todos esses investimentos aqui, PRODEGRAN, tudo aquilo para aumentar a exportação, para o Brasil manter seu comércio exterior, para exportar tem que produzir, então na verdade investimentos da década de 70 são consequências positivas para nós da crise do petróleo (...).<sup>97</sup>

---

97 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó, op. cit.



## PARTE 3

1983 a 1997

*O horário especial, a compra do SPC e criação do SCPC, o Distrito Industrial, os camelôs, o Plano Cruzado, a proposta de uma nova sede, o Plano Collor, o Dia do Freguês, o 1º Concurso de Vitrines, o IPMF, o selo do Cinquentenário, o espaço dentro da Expoagro, a luta por mais voos, a estória da cabrita e do cabritinho, a Zona Azul, o Simples.*

Em 17 de janeiro de 1983 duas chapas se enfrentaram: uma encabeçada por Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho e a outra por Luiz Carlos Morro Verão com aquele obtendo 102 votos e este, 75, diferença de 27.

O *Progresso* de 18 de janeiro, capa, registrou a eleição.

Mesmo derrotado Luiz Carlos Morro Verão deu um depoimento otimista para o jornal.

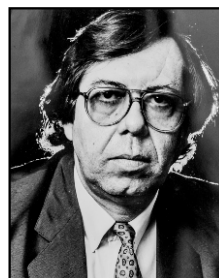
Apesar de ter atribuído o resultado às novas filiações disse que pela primeira vez nos 37 anos da ACID se tivera a presença de 177 sócios votantes dentro de uma lista de 249 inscritos.

Manifestou apoio ao xará.

“(...) Quem ganhou essas eleições foram os empresários de Dourados (...)”

Mattos atribuiu o resultado ao entendimento da sua mensagem, do conhecimento dos seus propósitos e porque não tinha feito promessas em vão.

As duas chapas, juntas, conseguiram filiar 73 novos sócios.



Luiz Carlos Fernandes  
de Mattos Filho  
1983-1985  
1985-1987  
1988-1990

Romita considerou a eleição um *espetáculo*.

Disse que em 15 anos de ACID nunca tinha visto um pleito tão animado.

Os primeiros a votarem, sob aplausos segundo o jornal, foram o seu Amaral, Raul Frost, coronel Juca e Honório Almirão.

Uma das primeiras ações da nova diretoria foi firmar convênio com a Policlínica Santa Cruz para atendimento aos comerciantes e seus familiares.

A questão do horário de funcionamento do comércio voltou à discussão.

A proposta da entidade, aprovada internamente por unanimidade no dia 22 de julho de 1983 era de 2ª a 6ª das 8h às 18h e aos sábados das 8h às 12h, exceto supermercados, farmácias, salões de cabeleireiros, de beleza e barbeiros.

A entidade reivindicava o funcionamento do comércio aos sábados até 18h na véspera do Dia das Mães e Dia dos Pais; de 10 a 23 de dezembro durante os dias da semana das 8h às 22h, aos sábados e no dia 24 de dezembro das 8h às 18h.

Os comerciantes incluíram o Dia dos Namorados: caso caísse no sábado queriam abrir das 8h às 18h e se fosse no domingo aproveitariam o sábado anterior também das 8h às 18h.

As lojas de defensivos defendiam a abertura em dias normais das 7h às 18h.

A proposta foi levada ao prefeito Luiz Antônio Gonçalves<sup>98</sup>, mas precisava ser negociada com o sindicato laboral.

A Lei 1.276 prevendo esses horários foi sancionada em 27 de outubro de 1983, segundo *O Progresso*, mas na edição de 19/20 de novembro daquele ano o próprio jornal alertava em sua manchete o desrespeito ao cumprimento desses horários.

---

<sup>98</sup> Prefeito de 1983 a 1988.



No dia seguinte aconteceu uma reunião na ACID para discutir esse problema.

A fiscalização da Prefeitura era ineficiente.

O comércio funcionava em diferentes horários.

Alguns comerciantes não estavam satisfeitos com a mudança e por isso insistiam em abrir em dias normais das 7h30 às 17h.

A insatisfação se verificava entre os comércios mais afastados do centro.

Para eles, o horário anterior era melhor inclusive para os trabalhadores estudantes, pois, as aulas à noite começavam às 19h.

O jornal, por outro lado, mostrava uma realidade: a pequena participação dos filiados na tomada de decisões de ambos os lados.

Poucos acabam decidindo pela maioria.

Apesar de existirem já naquela época milhares de empresários em Dourados, apenas 209 eram filiados e poucos iam às reuniões.

No caso do Sindicato dos Empregados no Comércio eram 700 filiados, mas um número reduzido comparecia às assembleias.

Não consta isto em ata da ACID, mas em *O Progresso* de 23 de novembro de 1983 Mattos anunciava uma pesquisa entre os comerciantes para se ver o melhor horário.

Em 22 de julho de 1983 já havia acontecido a reunião com 18 sócios quando aprovaram o novo horário.

Na reunião do dia 21 de novembro a maioria optou por uma terceira proposta para os dias normais: das 7h às 17h.

A decisão, segundo o presidente, seria tomada de forma democrática.

A Lei 1.273 de 27 de outubro de 1983 estabeleceu o horário para funcionamento do comércio.<sup>99</sup>

=#=#=#=#

A diretoria trabalhava com a possibilidade de construir uma nova sede.

Tinha aumentado a receita de Cr\$ 160 mil mensais para Cr\$ 800 mil.<sup>100</sup>

Pela primeira vez se discutiu na ACID o horário de carga e descarga.

A associação defendeu o período das 17h às 10h.

Os caminhões com capacidade até 4 mil kg teriam horário livre.

Ofício requerendo a autorização foi encaminhado à Prefeitura.

No dia 29 de maio de 1984, no 39º aniversário da ACID, homenagearam-se os sócios fundadores em Assembleia Geral no recinto da Grandauto – Grandourados Veículos Ltda.

O evento saiu na coluna *Roda Viva* assinada pela dona Adiles do Amaral Torres em *O Progresso* de 31 de maio, p. 8.

Entre os presentes, Milton Sá Santos, morando há anos em Colorado (PR).

Aqui se encontrou com os velhos amigos da associação.

Os fundadores falecidos foram homenageados por intermédio dos familiares.

A assembleia foi bastante prestigiada segundo o jornal.

(...) o Milton Sá Santos, descobri que ele estava vivo e onde estava e o trouxe para cá. A filha dele

---

99 CORREIA, Jovina Nevoletti. *Dourados: Guia de Leis*, p. 127.

100 *O Progresso*, 29 maio 1984, p. 3.

era bibliotecária no Senado, eu não lembro quem falou isso, acho que foi o Totó, aí eu liguei em Brasília e consegui localizar e ela me disse que o pai havia se separado e morava em Colorado (...). Ele ficou extremamente feliz de ser homenageado (...). Eu mandei um carro meu, motorista meu buscá-lo no Paraná para a festa onde recebeu uma homenagem, ele era farmacêutico e professor, mais conhecido como farmacêutico, eu sei que a gente conversou, mas aqueles velhos amigos dele tomaram de conta dele, não deu para conversar muito, o coronel Juca, o Almirão, Cezósimo, era muito querido e tomaram de conta dele (...) [informação verbal].<sup>101</sup>

A situação do SPC precisava ser revista.

Mattos entrou em contato com Walter Silva, um dos proprietários.

A empresa Severino & Santana S/C Ltda. tinha três donos: Walter Inácio Severino da Silva, Carlos Augusto Nacer e Sandra Nacer.

O presidente propôs um contrato de comodato e aguardava resposta.

A diretoria deliberou pela criação do serviço próprio.

O regimento foi elaborado em junho de 1984.

Em julho a diretoria tentou adquirir o acervo (70 mil fichas entre negativas e reabilitadas), equipamentos e a linha telefônica.

A empresa pediu Cr\$ 70 milhões.

A ACID considerou esse valor exorbitante.

O convênio terminou em 30 de abril de 1982 e não seria mais renovado.

---

101 MATTOS FILHO, Luiz Carlos Fernandes de, op. cit.

A ACID fez inicialmente uma contraproposta de Cr\$ 15 milhões e depois uma segunda de Cr\$ 20 milhões, ambas não aceitas.

A diretoria encerrou a negociação e ordenou a desocupação.

Em agosto a empresa apresentou uma nova proposta: Cr\$ 10 milhões de entrada e o restante dividido em 15 pagamentos, totalizando Cr\$ 48 milhões.

A associação ainda indenizaria os funcionários.

O valor, no final, ficaria em Cr\$ 50 milhões 614 mil.

A diretoria aceitou.

Para ajudar no pagamento das promissórias a entidade rifou um Buggy 1983 avaliado em Cr\$ 4 milhões e 500 mil.

Foram oferecidos 200 números a Cr\$ 100 mil.

A aquisição do SPC, na época, foi um bom negócio.

(...) Luiz Zarpelon sempre me ajudou muito na parte contábil (...). Eu sempre tive como companheiros gente desse quilate (...). Era, na verdade, um caldeamento do comércio douradense, concessionárias de automóveis, da agropecuária, do mercado agrícola, Orides Bianchini e o Celso Dal Lago eram os maiores compradores de soja da região; o Clemiro Martins Hernandez do consórcio Garavelo (...). A diretoria decidiu que não era vantajoso para a associação o SPC daquele jeito (...). O SPC pertencia ao sogro de um rapaz, era particular, ele herdou do sogro (...). Só que a gente entendia que o SPC tinha que ser da associação, não tinha outra maneira, então nós compramos (...). Eu emiti as notas promissórias e o Clemiro foi o avalista (...). Era caro porque só tinha um, mas o dono não queria vender, então o que fiz, eu fundei um SPC nosso e mandei fazer aquelas mesas com os fichários e falei vocês desocupam a associação, vão viver a sua vida e nós vamos montar um SPC, só que não era

vantajoso para nós, nem para a comunidade e nem para os comerciantes porque aí teríamos dois SPCs e eu não teria as fichas todas das negatizações, o comércio teria que ficar sócio dos dois, então ele achou por bem não enfrentar briga porque no prazo longo era evidente que a associação ganharia a briga, só as associações comerciais podiam ter SPC ou os clubes dos diretores lojistas (...) [informação verbal].<sup>102</sup>

A rifa rendeu Cr\$ 5 milhões e 600 mil e desse total descontou-se o valor do carro pago à Grandourados.

O ganhador foi Zeferino do Nascimento.

=#=#=#=#

Em março de 1985 Mattos foi indicado para a presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODE).<sup>103</sup>

Uma das metas era a implantação do Distrito Industrial de Dourados (DID).

Após várias reuniões o projeto foi aprovado pela Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul (CODESUL), CODE e Secretaria Municipal de Obras.

Depois de quitar a dívida do SPC a ACID queria reformar a sede.

Em agosto de 1985, durante reunião na Federação das Associações Comerciais e Industriais de Mato Grosso do Sul (Facims) – hoje FAEMS - os empresários discutiram uma mobilização para terem maior participação política.

---

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> *O Progresso*, 13 dez. 1984, capa, informa que esse conselho foi criado em 12 de dezembro de 1984. Os presidentes tinham mandato de um ano.

Ou seja: eleger candidatos comprometidos com a causa.

Em agosto de 1985 Mattos acumulava a função de presidente da Associação Profissional do Comércio Varejista de Dourados instalada dentro da ACID, entidade embrionária do Sindicato do Comércio (Sindicom) que poderia, entre outras atribuições, negociar as Convenções Coletivas de Trabalho com o Sindicato dos Comerciários (SECOD).

Até então esse trabalho era feito pela Facims.<sup>104</sup>

A ACID não tem respaldo jurídico para negociar essas convenções.

Mas a Certidão de Registro Sindical demorou a sair.

Até 7 de dezembro de 1988 não tinha saído a Carta Sindical.

Em setembro de 1985 deu-se um passo a mais em relação aos camelôs.

Mattos, como presidente do CODE, defendia a regularização e a definição de um local específico.

Qualquer medida deveria respeitar o aspecto social do problema.

Um passo maior foi dado quando o vereador Walter Brandão (PTB) entrou com um Projeto de Lei na sessão de 28 de maio de 1986 proibindo a exposição de qualquer tipo de mercadoria e similares nas calçadas e logradouros públicos, permitindo-se apenas as bancas de revistas em locais previamente determinados e de acordo com os padrões aprovados pela Prefeitura.

O projeto previa multas e apreensão de mercadorias clandestinas.

Naquele tempo os camelôs se acotovelavam na calçada da

---

<sup>104</sup> *O Progresso*, 30 ago 1985, capa, informa que a assembleia para transformar essa associação em sindicato aconteceu na noite do dia 30 de ago 1985 quando foi eleita a primeira diretoria provisória presidida por Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho.

quadra da Avenida Marcelino Pires entre a Rua João Rosa Góes e Avenida Presidente Vargas vendendo desde roupas, calçadas, produtos do Paraguai e bugigangas.

Atrapalhavam o passeio público.

O vereador justificava a expansão cada vez maior dos camelôs na área central em prejuízo do comércio formal.

Além disso, a desordem comprometia o aspecto urbano.

Os camelôs, nem todos, sequer recolhiam o lixo deixado nas calçadas.

Um terreno baldio (na esquina da Marcelino Pires com Rua João Rosa Góes) era usado como banheiro exalando mau cheiro.

Havia aqueles que estacionavam no centro a Kombi cheia de calçados.

No dia 5 de dezembro de 1986 a Prefeitura fez um arrastão apreendendo as mercadorias, gerando revolta generalizada entre os camelôs.

A PM usou metralhadoras na ação, segundo *O Progresso* de 6/7 de dezembro, p. 2.

Os camelôs, na Câmara, se queixaram que não eram marginais para serem tratados daquele jeito.

No dia 9 de dezembro de 1986 durante reunião o prefeito Luiz Antônio fez um acordo permitindo a permanência deles até 5 de janeiro de 1987.

Eles alegavam ter comprado as mercadorias com cheques pré-datados.

Precisavam vendê-las para quitar suas dívidas.

Para isso queriam aproveitar o *boom* de final de ano.

Após o dia 5 eles mudaram para a quadra seguinte, na Praça Antônio João – de certa forma, o problema só mudou de endereço, embora na praça existisse pelo menos o banheiro público.

O prefeito comprometeu-se a encontrar uma solução apropriada.

Seria criada uma nova feira-livre ou um mercado, mas nada disso foi feito.

O vereador Valdir Perusso (PMDB) sugeriu a construção de um calçadão em frente à Catedral, na Rua João Cândido Câmara, para abrigá-los.

Mais tarde os camelôs acabaram sendo transferidos para ao lado do Terminal Rodoviário onde permanecem até hoje.

Outros tantos alugaram espaços no centro montando suas barracas.

Naquele mesmo período se cobrou providências por parte do CODESUL no sentido de se providenciar o registro do loteamento do DID junto ao cartório.<sup>105</sup>

A primeira indústria a obter autorização para se instalar no DID foi a Dourasebo – Agroindústria Ltda.<sup>106</sup>

Para Mattos, a maior demanda das suas gestões foi o DID.

(...) Acompanhei aquele processo (...). Aliás, eu fui contra não à implantação do Distrito Industrial em Dourados, eu fui contra a implantação naquele local porque na ocasião existia um estudo da Embrapa que a direção dos ventos era de lá para cá e eu antevi com essa informação que conforme as indústrias que seriam locadas lá nós teríamos o problema que nós estamos sentindo hoje, problema da direção dos ventos, mas as terras eram lá de partidários políticos de determinados grupos interessados em comprar lá porque ia ocorrer uma grande valorização como ocorreu, as indústrias eram colocados como não poluentes na parte de cima e as poluentes na parte de baixo onde estão colocados o abatedouro de frango, o curtume que depois quebrou (...). Na época não tinha distrito (...). Do

---

<sup>105</sup> *O Progresso*, 5/6 out. 1985, capa, informa que esse registro foi feito no dia 1º de outubro de 1985 no Cartório do 1º Ofício, matrícula nº 24.819. A CODESUL passou a ser a proprietária da área do DID.

<sup>106</sup> *O Progresso*, 11 jun. 1986, p. 2.



lado de lá tinha uma área residencial que está tomada não sei por quem e há uma área que tinha posseiro em cima que depois o governo acabou entregando num acordo (...). A Copaza se instalou (...). Quando foi feita a inauguração da água, por exemplo, se puxou uma energiazinha pequena para lá, telefone não tinha rede, a energia *malemá* dava para sustentar um conjuntinho de casas, só aquela indústria, a Copaza, consome uma energia equivalente a uma cidade como Fátima do Sul. Inaugurou-se a água e encheu-se uma caixa d'água, não tinha poço artesiano, tanto é que a Copaza fez o poço para ela e o governo fez um lá embaixo, lá nas margens do córrego (...). Quem convenceu o Zahran a vir para o distrito fui eu, eu pedi ao Uezi, como ele é um homem que sempre procurou colaborar com o desenvolvimento do MS em todas as suas cidades ele preferiu colocar aqui a empresa dele que era um investimento monstruoso na época quando ele poderia muito bem ter comprado uma área na beira da estrada para aparecer, mas ele resolveu colocar lá, tanto é que para que o governo puxasse energia e telefonia o Uezi esteve comigo no gabinete do governador quando nós pedimos isso aí se não me engano o Ramez que mandou puxar energia suficiente para toda a indústria e o distrito, mas a grande alavanca foi a Copaza, depois disso nenhum governo municipal se dedicou a desenvolver o Distrito Industrial, procurava uma área pequena e o distrito lá parado, problema político sempre, não podemos continuar aquilo que o antecessor idealizou e começou, esse é o pensamento do político brasileiro (...) [informação verbal].<sup>107</sup>

Em 1985 o horário especial foi de 11 a 24 de dezembro: de 2ª a 6ª feira, abertura até 22h e aos sábados e no dia 24 até 18h.

No aniversário da cidade o comércio manteve as portas fechadas.

---

107 MATTOS FILHO, Luiz Carlos Fernandes de, op. cit.

O diretor da ACID, Junji Myakawa, integrou uma comissão a Brasília para pedir ao ministro da Educação, Marco Marciel, a implantação do curso de Ciências Contábeis na unidade local da UFMS.

Esse curso começou a funcionar a partir do segundo semestre de 1986.<sup>108</sup>

=#=#=#=#

Em fevereiro de 1986 a ACID se via às voltas em orientar os comerciantes sobre o Plano Cruzado.

Entre as mudanças, os comerciantes se deparavam com o congelamento de preços e serviços nos níveis de 27 de fevereiro de 1986.

AACID manifestou confiança no pacote.

Montou um plantão para dúvidas e distribuição das tabelas da SUNAB.

“(...) O empresário douradense é versátil, que eu me recorde não tivemos grandes problemas (...)” [informação verbal].<sup>109</sup>

Quem enfrentou maior dificuldade foi o pequeno comerciante sentindo a falta de mercadoria adquirida de atravessadores.

O fornecimento de bebidas exigiu também atenção.

Havia tabelas diferentes para Dourados e região.

Em julho daquele ano houve racionamento incluindo a carne e o leite.

Não demorou o plano fracassou.

Em junho de 1986 a ACID pensava novamente na construção de nova sede.

---

<sup>108</sup> *O Progresso*, 4 jun. 1986, capa.

<sup>109</sup> MATTOS FILHO, Luiz Carlos Fernandes de, op. cit.

Uma firma (Projeto Arquitetura e Construções Ltda.) apresentou uma proposta de construção do prédio pelo sistema de custo, recebendo da associação o equivalente ao preço do terreno em área construída, a dita incorporação.

A diretoria aguardou novas propostas.

Acabou sendo aprovada a proposta dessa empresa.

Avaliou-se o terreno em Cz\$ 3 mil 450 o m<sup>2</sup> (área de 525 m<sup>2</sup>) perfazendo Cz\$ 1 milhão 630 mil 125.

A ACID ficaria com o primeiro andar inteiro com área superior a 400 m<sup>2</sup> e entrada privada.

O vice-presidente da entidade, Waldir Guerra, propôs que o auditório deveria ser entregue sem custo e equipado com ar condicionado, poltronas, serviço de som e mesas.

Na ocasião eu conheci o Dr. Nestor, diretor da Empresa Projeto e Engenharia, ele que construiu esse edifício na frente da Caixa Econômica, na esquina (...). Empresa ativa e proeminente em São Paulo e interior de São Paulo, eles fizeram um anteprojeto para nós para construir onde era a Associação Comercial (...). Eu não queria sair dali porque entendia que ali era um ponto estratégico, sem querer dizer que no atual lugar não seja também, mas aquele era um ponto tradicional, lá funcionou a associação desde o princípio, nós não acordamos quanto à participação da associação em m<sup>2</sup> dentro daquele projeto, por isso que não saiu, seria um projeto de incorporação, eles fariam o prédio e nós queríamos que nós ficássemos com o térreo mais o primeiro andar e que, no projeto, teria o auditório no primeiro andar e seria inclinado, com pelo menos 300 lugares (...). Nós fizemos um arremedo de reforma. O que aconteceu foi o seguinte: quando eu assumi a associação comercial o Zarpelon me procurou e falou que a situação era extremamente

difícil porque a associação devia um total que representava toda a arrecadação de um ano se não se gastasse nada (...). Tava quebrada, endividada, o prédio se chovesse chovia mais dentro do que fora, tanto é que a minha posse foi feita lá na Grandourados [informação verbal].<sup>110</sup>

Em junho de 1986 a entidade discutiu a realização da Semana do Freguês em função do período crítico de vendas em agosto e setembro.

Essa promoção nunca tinha sido realizada no âmbito local.

Segundo a secretária-executiva da ACID na época, Solenyr Araújo, a ideia era oferecer produtos com preço reduzido e diminuir os estoques.

Esse tipo de campanha já ocorria País afora.

Em novembro daquele ano negociou-se um novo acordo para abertura do comércio: como 26 de dezembro (seria um sábado) e 2 de janeiro eram improdutivos, nesses dias os estabelecimentos ficariam fechados e as horas seriam compensadas nos dois sábados anteriores.

No dia 24 as lojas funcionariam até 20h.

Com o objetivo de incentivar a segurança pública, a ACID deu todo apoio para a instalação do Grupo de Operações de Fronteira (GOF) – hoje DOF – em Dourados, comandado pelo coronel Adib Massad.

Atendendo a Secretaria de Segurança Pública o contrato de aluguel da sede do GOF saiu em nome da associação, mas pago por empresários que ajudaram e ainda ajudam a manter esse grupo especial atuando na faixa de fronteira.

Em abril e maio de 1989 a novidade no SPC era a

---

110 Idem.

implantação do contracheque, do Departamento de Controle de Cheque (DCC) e o Sistema de Informações Confidenciais.

Em fevereiro de 1990 havia sido criada a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Dourados (DID) presidida por Mattos tendo como secretário o ex-prefeito Luiz Antônio.

O distrito já era uma realidade com várias empresas instaladas.

(...) A associação comercial não tinha memória, só tinha as atas, então o primeiro a fazer a galeria de fotos fui eu, a galeria dos presidentes, eu aproveitei a vinda do Milton e tirei aquela fotografia e o Izzat eu fui à casa dele; eu falei: vamos tirar foto, ele saiu de chinelo, botamos um paletó nele, gravata, ele cruzou a rua com a gente e tirou aquela fotografia; tirei do Cerzósimo, antes de mim ali todas as fotos fui eu que mandei tirar (...) [informação verbal].<sup>111</sup>

A ACID reforçou a indicação do diretor Waldir Guerra para o cargo de secretário Estadual da Indústria e Comércio (1987 a 1990).

Sobre a importância da ACID para a cidade segundo Mattos:

É muito importante, toda associação de classe é importante para qualquer comunidade porque primeiro que aquele que se propõe a dirigi-la seja que cargo for ele tem que ter a certeza e a vontade de servir; não há compensação financeira, há uma obrigação de dedicar um tempo da vida útil da gente, prejudicando o trabalho e o lazer para que as associações como a Associação Comercial possa prestar o serviço que ela se propõe, então a primeira grande vantagem é peneirar e separar aqueles que têm a vocação de servir. (...) A população também se

---

111 Idem.

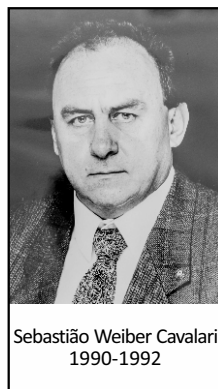
estriba muito nessas associações, você vê, por exemplo, que o comércio douradense se estriba totalmente na Associação Comercial e no Clube dos Dirigentes Lojistas, muito mais na associação porque lá está o SPC, lá estão os dirigentes, os problemas da comunidade comercial, industrial e empresarial são ali discutidos e são reivindicados a quem tem a obrigação de solucioná-los seja o Poder Municipal, Estadual ou Federal. Eu até acho que uma comunidade não pode sobreviver sem as suas associações (...). Quando elas são dirigidas e quando cumprem sua missão são extremamente importantes, eles passam a não ser importantes quando desvirtuam os seus objetivos e passam a agir politicamente em benefício de um ou outro grupo político, aí perde a sua função, mas se mantiver seus objetivos isentos e imparciais são importantes (...) [informação verbal].

=#=#=#=#

Em 18 de maio de 1990 foi eleita chapa única tendo como candidato a presidente Sebastião Weiber Cavalari.<sup>112</sup>

Sebastião assumiu numa época conturbada: o Plano Collor entrou em vigor em 16 de março de 1990 e se estendeu até 31 de julho de 1993 combinando “(...) liberação fiscal e financeira com medidas radicais para estabilização da inflação (...)”<sup>113</sup>

A ACID pagava os funcionários da Patrulha Mirim (salário mínimo mais 30%) segundo ata de 29 de junho de 1990.



Sebastião Weiber Cavalari  
1990-1992

<sup>112</sup> Sebastião Weiber Cavalari mora atualmente em Ponta Grossa (PR).

<sup>113</sup> Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano\\_Collor](http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Collor)>. Acesso em: 12 out. 2014.

Sebastião buscou maior aproximação com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Dourados (CDL).

Em 5 de julho de 1990 a diretoria se reuniu com representantes da prefeitura, PM, Ciretran e corretores de veículos para discutir um novo local para a *pedra*<sup>114</sup> da Rua Hilda Bergo Duarte.

Incentivados pela ACID, os corretores criaram a própria associação.

A *pedra* acabou indo para o estacionamento do Parque Arnulpho Fioravanti e tempos depois para uma rua margeando o Córrego Rego d'Água.

O SPC passou a funcionar na parte dos fundos da sede.

Uma nova reforma do prédio da associação foi planejada.

A diretoria criou novos departamentos: financeiro, cultural, informática, esportivo, industrial, patrimonial e de relações públicas.

Para Sebastião, a maior demanda do seu mandato foi modernizar as instalações da associação e informatizá-la, em especial o SPC.

O presidente apresentou um anteprojeto para reforma e mudança da fachada, elaborado pelo arquiteto Luiz Carlos Ribeiro.

A ACID discutiu a possibilidade de se demolir a sede e se fazer outra mais ampla, mas o terreno era pequeno.

Pensou em trocar o prédio por outro mais espaçoso, mas no final das contas os diretores resolveram fazer apenas a reforma.

Durante a gestão em que fui presidente e em outra como vice a meu ver o que marcou foi a modernização do prédio da associação como também sua reestruturação inserindo a ACID na era

---

114 Local onde as pessoas se reúnem para comercializar veículos usados.

da informática, marcou o perfeito entrosamento com as Federações das Associações Comerciais, da Indústria e também com a Fecomércio [informação verbal].<sup>115</sup>

Durante reunião em 11 de setembro de 1990 discutiu-se um possível intercâmbio no comércio de frutas com a Argentina.

Esteve presente o assessor da Embaixada Argentina, Luiz Roberto Longelone.

A Argentina se interessava pelo abacaxi, manga, banana, tomate, pimentão e abacate.

Naquele ano, segundo o assessor, uma manga chegava a custar três dólares na Argentina e a banana era importada do Equador.

O meio mais fácil de exportação seria pelo Rio Paraguai.

A Argentina oferecia em contrapartida a sua reserva salina e a tecnologia avançada de embriologia pecuária.

O sal podia chegar aqui entre 30 a 40% mais barato.

Mas não se tem notícia se algum intercâmbio chegou a ser feito.

O Dia do Freguês marcado para 9 de outubro de 1990 teve a data instituída por decreto municipal.

Pensou-se numa grande festa para os consumidores.

Diante da boa expectativa houve quem propusesse a mudança do nome para Dia do Consumidor, mas prevaleceu, por votação, a versão original.

Em dezembro de 1990 o SPC passou a ser informatizado ao custo de 50 mil BTNs.<sup>116</sup>

---

115 CAVALARI, Sebastião Weiber [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luisarlosluciano@hotmail.com> em 28 nov. 2014.

116 Bônus do Tesouro Nacional, uma espécie de moeda que facilitava o cálculo de correção monetária. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/B%C3%B4nus\\_do\\_Tesouro\\_Nacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/B%C3%B4nus_do_Tesouro_Nacional). Acesso em: 12 out. 2014.



Foi lançado pela primeira vez o Concurso de Vitrines.

Em janeiro de 1991 quando o vice Valter Olivero Alegretti exercia interinamente a presidência ele divulgou as dez primeiras lojas no ranking de consultas junto ao SPC.

A campeã era a Lojas Centauro com 5.684 consultas no segundo semestre de 1990. Levou um troféu.

Em fevereiro de 1991 a ACID e a CDL solicitaram a presença de técnicos da área econômica para ajudar os empresários a entender o Plano Collor II e o melhor a se fazer naquele momento diante de tanta incerteza.

O Dia do Freguês foi reeditado em fevereiro de 1991 e ampliado em três dias na tentativa de melhorar as vendas e diminuir os estoques.

Até um horário especial precisou ser negociado.

O Código de Defesa de Consumidor entrou em vigor em 11 de março de 1991.

A segurança pública tinha piorado em Dourados.

Reunião para discutir o tema em 12 de março de 1991 na ACID envolveu representantes da CDL, Rotarys, Codauto (concessionária de veículos), Bombeiros, PM e Maçonaria.

Faltava combustível e os policiais amargavam três meses sem salários.

Os arrombamentos praticados por menores tinham aumentado.

No caso dos Bombeiros a situação só não era pior porque a Prefeitura ajudava nas despesas.

Os empresários decidiram colaborar com combustível para manter as viaturas circulando.

Uma parte dos comerciantes abdicou dos juros cobrados dos servidores com contas em atraso nas lojas e a associação orientou para que todos os associados fizessem o mesmo.

Ao mesmo tempo a ACID reivindicou junto ao Estado a

isenção de juros, multas e correção monetária em relação ao ICMS.

Essa foi a pauta principal de uma reunião em 12 de abril de 1991 na qual esteve presente o deputado douradense Humberto Teixeira (PRN) e presidentes das associações comerciais de Naviraí, Ponta Porã, Fátima do Sul e Itaporã.

A situação do Estado também não era boa.

Segundo Humberto, o Estado tinha uma dívida de Cr\$ 17 bilhões e havia contraído outra junto aos bancos para pagar os servidores e, conseqüentemente, não havia como isentar a correção monetária do ICMS, mas a multa poderia ser dispensada. O governador era Pedro Pedrossian.

O Estado pensava em convocar, mensalmente, representantes da sociedade para acompanharem a arrecadação.

Humberto sugeriu aos empresários para procurarem a Secretaria de Fazenda e reivindicassem o possível em termos de anistia.

Humberto chegou a propor um Projeto de Lei para isenção da multa sobre o ICMS, mas foi rejeitado pelo plenário da Assembleia Legislativa.

Weiber tentou articular uma reunião em Dourados com o secretário Estadual de Fazenda, José Antônio Felício, com a presença dos presidentes das associações da região, pois, o atraso no recolhimento do ICMS acontecia “(...) por circunstâncias alheias à vontade dos empresários (...)”

O secretário não veio, mas designou o chefe da Agência Fazendária em Dourados, Néinton Cardoso Braff, para representá-lo.

Néinton disse na ocasião que apesar da crise o Estado tinha por objetivo um aumento de receita de 300%.

O sistema governamental queria uma resposta imediata seja na forma da fiscalização ou da intimidação porque havia muita sonegação.

O ICMS normal, de acordo com Néinton, poderia ser parcelado com 25% de entrada e mais três parcelas.

A pressão surtiu algum efeito: pelo menos as multas foram isentadas.

Outro assunto em pauta naquele dia eram as modificações das máquinas registradoras dos caixas, principalmente dos supermercados.

Conforme pode ser verificado em atas da entidade, o Estado sempre teve uma fome insaciável para arrecadar, no então governo Pedro Pedrossian veio uma reforma fiscal a qual o empresariado a considerava extorsiva e desleal ao empresariado; a ACID então provocada pela federação das associações desenvolveu uma luta incansável junto à classe política buscando minimizar a fúria arrecadadora do Estado (...) [informação verbal].<sup>117</sup>

=#=#=#=#

No dia 29 de maio de 1991, por ocasião das comemorações dos 46 anos da ACID, foram homenageados mais uma vez os fundadores e reinaugurada a galeria atualizada dos ex-presidentes.

Esteve presente Honório Almirão, Jacinto Cáceres e o coronel Juca.

A recepção aconteceu no Clube Indaiá, um jantar, cuja renda foi revertida para a Campanha do Agasalho.

Em agosto a reclamação era quanto à atuação da fiscalização.

Os agentes haviam lacrado os cofres e arquivos de 12 empresas locais.

---

<sup>117</sup> CAVALARI, Sebastião Weiber, op. cit.

Grande parte das empresas não emitia notas fiscais.

O contador Francisco Eduardo Custódio sugeriu em reunião na associação em 24 de agosto de 1991 se fazer algo contra as leis absurdas ora criadas.

Por outro lado, com a aproximação do final de ano, Gilberto Santana propôs a abertura do comércio de 9 a 13 de dezembro até 20h e de 16 a 24 de dezembro até 22h; no sábado até 17h; no dia 24 até 17h, excluindo os supermercados.

Não se tem registro nas atas do resultado dessa proposta.

Como se não fosse suficiente a crise econômica do País, a política tributária do Estado continuava deixando os empresários com os nervos à flor da pele.

Em março de 1992 o caos na segurança pública bateu as portas da associação novamente.

O delegado regional Luiz Carlos Machado queixava-se que as viaturas além de serem em número insuficiente ainda estavam em mau estado de conservação.

O BB destinou oito mil litros de combustível para a Polícia Civil e a PM.

Apenas num serviço de ronda consumia-se 200 litros, segundo o delegado.

A cota mensal da Secretaria de Segurança Pública para Dourados era de 4,5 mil litros de álcool e 3,5 mil de gasolina e desde novembro de 1991 a Polícia Civil não recebia a parte dela regularmente.

No caso das viaturas danificadas, Weiber se propôs a conversar com o deputado Humberto e com o secretário de Segurança Pública.

A importância da entidade segundo Sebastião:

A ACID hoje ACED desde sua fundação sempre buscou os melhores resultados para a classe empresarial de Dourados, portanto, grande parte do

desenvolvimento da Grande Dourados, todas as conquistas sempre foram nela discutidas [informação verbal].

Em 20 de maio de 1992 elegeu-se Vardolino Aparecido de Carvalho.<sup>118</sup>

Em junho de 1992 foi celebrado convênio com o objetivo de se instalar um balcão do SEBRAE nas dependências da ACID, facilitando a promoção de cursos e o atendimento aos micros, pequenos e médios empresários.

Vardolino tinha como meta conseguir mais de mil filiados.

A proposta do deputado federal Flávio Rocha (PRN-RN) prevendo o imposto único sobre as transações de crédito e débito ganhou aliados na ACID em outubro de 1992.

A diretoria se propôs a montar uma banca em frente da entidade para coletar assinaturas e os diretores tentaram massificar o tema na mídia, instalaram faixas e distribuíram adesivos.

O imposto único seria a bandeira verde da esperança e da credibilidade e poderia trazer a curtíssimo prazo a tão desejada estabilidade política e econômica, segundo registro feito em ata da ACID.

“(...) A ideia não vingou, mas o governo federal acabou usando-a para criar posteriormente a CPMF (...).”<sup>119</sup>



<sup>118</sup> Vardolino mora atualmente em Florianópolis (SC). Em 18 de agosto de 2014 o autor telefonou para o filho dele, Ronie, na empresa Nara Motos, em Dourados, pedindo telefone ou e-mail do ex-presidente para uma eventual entrevista. O autor chegou a passar as perguntas por e-mail para o filho, mas não obteve resposta.

<sup>119</sup> Disponível em: <<http://ucho.info/presidente-da-riachuelo-proclama-o-%E2%80%99Cdia-do-espanto%E2%80%99D>>. Acesso em: 13 out. 2014.

A criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) em 13 de julho de 1993 gerou críticas por parte do Vardolino.

Para ele, esse imposto feria vários princípios básicos do Direito Tributário.

O princípio da anterioridade seria um deles.

Na ACID a diretoria discutiu, em 12 de agosto de 1993, se entrava ou não com mandado de segurança contra esse imposto e todos aprovaram porque “(...) chegamos à exaustão do caos tributário (...)”

=#=#=#=#

Em 20 de maio de 1994 duas chapas disputaram a presidência: uma encabeçada por Weiber e outra por Walter Pitarelli.

301 associados votaram dentro de um colégio de 351.

Pitarelli<sup>120</sup> venceu com 183 votos e Weiber teve 118.



(...) Sebastião Weiber Cavallari presidia o nosso Sindicato, o Sindicom, e Vardolino, a ACID. Ambos grandes amigos meus. Em 1993 findava a gestão do Vardolino e havia necessidade em continuar seus trabalhos naquela entidade. Vardolino convidou-me para sucedê-lo. Conversei com alguns amigos que prontamente se identificaram com minha proposta e programa de atuação e tudo corria sem nenhum problema parecendo até que o consenso se estabeleceria,

---

120 Walter Pitarelli mora atualmente em Jardim (MS).

entretanto, Sebastião Weiber entendia que ele podia administrar as duas entidades ao mesmo tempo, ou seja, ACID e Sindicom. Obviamente que após já termos formado nosso grupo e com todo respeito ao nobre amigo, entendíamos a necessidade da implantação do nosso projeto e sem nenhum trauma fomos para o embate onde obtivemos êxito e com aqueles maravilhosos companheiros presidi aquela entidade no período compreendendo 1994 a 1996. A campanha foi estabelecida dentro do princípio do respeito mútuo e ganhou grande repercussão com muita gente se envolvendo nela e foi bom, pois, após procurei juntar a todos mostrando que não devíamos e não podíamos nos dispersar e recebi muito apoio da classe empresarial (...) [informação verbal].<sup>121</sup>

Aprovada a criação do departamento do SPC e a contratação de um diretor-executivo para ficar em tempo integral na associação.

O Plano Real já existia desde 27 de fevereiro de 1994, mas nem por isso a situação estava tranquila.

A ACID precisou agir contra outro tipo de problema segundo Pitarelli:

(...) Vivíamos um período de turbulência econômica no País. Em 1994 vínhamos de um período de grande inflação e nossos governantes implantavam então um novo modelo econômico chamado Plano Real. Nossa moeda se tornava supervalorizada frente ao dólar americano e estando nós às margens do Paraguai, muitos dos

---

<sup>121</sup> PITARELLI, Walter [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luisarlosluciano@hotmail.com> em 19 ago. 2014.

nossos consumidores iam até o vizinho País para fazerem lá suas compras e isso desgarnecia o comércio local e começávamos a temer o desemprego em nossa cidade. Então fizemos grandes campanhas como *comprar em Dourados faz bem* e aos empresários que foram surpreendidos com os juros altos diante de uma economia estável estampamos mais uma grande campanha para conscientizar nossos bancos a fazerem renegociações aceitáveis e fomos bem sucedidos diante dessas campanhas, mas não foram somente essas as principais demandas, tínhamos tantas coisas a fazer (...). Tínhamos que nos informatizar rapidamente, precisávamos modernizar nossos métodos, criar departamentos e tudo urgia (...)” [informação verbal].

Realmente a nova turma teve pressa nas ações.

Providenciou um novo sistema de informatização da ACID e do SPC a partir de agosto de 1994; criou o boletim da associação a cargo da agência Paralela; investiu em infraestrutura interna, logística, enfim.

(...) Na verdade a Associação já tinha um Serviço de Informação ao Crédito e o que fizemos foi informatizar nossa Associação, tornando-a mais ágil e eficiente, ligando-a ao SCPC. Daí a necessidade da criação desse departamento de informática. Criamos também o departamento de imprensa, pois, precisávamos desses profissionais que tanto nos ajudavam em momentos de transformação e do Patrimônio por ser de suma importância para qualquer entidade que queira fornecer aos seus associados sempre que se tornar necessário informações precisas sobre esse bem de todos (...) [informação verbal].<sup>122</sup>

---

122 PITARELLI, Walter, op. cit.



A ACID criou uma carteira de identificação para os associados vendida a R\$ 1.

Em novembro de 1994 aconteceu um jantar no Clube Samambaia para apresentação do selo comemorativo do cinquentenário da entidade, oportunidade de uma nova homenagem a um dos fundadores ainda vivos, Honório Almirão.

Para a escolha do selo realizou-se um concurso.

Em fevereiro de 1995 foi apresentado o resultado dos 53 trabalhos inscritos.

Segundo o jornalista Cláudio Xavier Engler, representando a Fundação de Cultura e de Esportes (Funced), prevaleceu na escolha do primeiro lugar a simplicidade visual da forma e da mensagem, síntese da mensagem no aspecto técnico (edição gráfica) e a descaracterização na redução e ampliação do selo editado em preto e branco.

O vencedor, Evandro Luiz Pires, ganhou R\$ 1 mil.

(...) Tive a honra de fazer minha gestão quando nossa Associação completava cinquenta anos. A Diretoria era formada por pessoas muito competentes e essas pessoas em uma de nossas costumeiras reuniões me convenceram a marcar o cinquentenário com um selo comemorativo. Foi genial. Criamos um concurso e lançamos o selo que foi muito elogiado pela imprensa local (...) [informação verbal].<sup>123</sup>

Na reunião de 31 de outubro o sócio Sebastião Inácio da Silva reclamou da Viação Motta por causa do péssimo estado dos ônibus no trajeto longo entre Dourados e São Paulo.

---

<sup>123</sup> Idem.

Solicitou o envio de ofício à empresa, ao DNER, jornais, clubes de serviços e demais entidades repudiando esse descaso.

Ainda em 1996 a ACID pensou numa campanha para aumentar os sócios.

A entidade se tornara mais atrativa, apesar dos problemas daquela época.

Empresários distantes das discussões se interessaram mais pela entidade e foi aí que decidiram pela campanha.

A Prefeitura pediu apoio para a campanha *Tire um porquinho de circulação*.

Além de ajudar a conscientizar os comerciantes sobre a necessidade dessa ação eles foram orientados a recolher o lixo após 18h nas lixeiras porque o serviço de coleta passaria depois desse horário e à noite também era feita a varrição das calçadas.

O relator do Conselho Fiscal, Junji Miyakawa, recomendou a indicação de um diretor para tratar do tema MERCOSUL dentro da ACID por conta da importância de um assunto ainda pouco debatido entre os empresários locais.

Em 5 de maio de 1995 o presidente fez um balanço das ações da diretoria: o número de sócios havia aumentado de 361 para 475; as consultas feitas ao SPC eram de 4 mil ao mês e tinham subido para 7 mil.

O SPC passou a ser SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) acompanhando a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB).

Na reunião de 5 de maio de 1995 os comerciantes foram alertados para o aumento da inadimplência e dos registros no SCPC.

Como se não bastasse essa situação, muitos demoravam a registrar seus devedores no SCPC e isso, na outra ponta, prejudicava outros empresários que não tendo conhecimento dos nomes dos inadimplentes no sistema acabavam eventualmente vendendo para esses mesmos maus pagadores.

Aumentava-se a dívida dos consumidores e os comerciantes se viam descapitalizados em parte por mera negligência dos próprios companheiros.

A orientação era para todos registrarem os débitos após os primeiros 30 dias do vencimento da conta.

Da mesma forma os lojistas deveriam cancelar imediatamente o registro após o pagamento para evitar ações civis por danos morais e indenizações.

Em 13 de junho de 1995 o diretor do Serasa, Francisco Ávila Filho, durante palestra na ACID, apresentou um relatório sobre inadimplência, protestos, concordatas e falências decretadas e requeridas nos últimos quatro anos em Campo Grande e Dourados.

A inadimplência em Dourados aumentou 251% em 1995 comparando-se com os primeiros cinco meses do ano anterior.

As pessoas tinham comprado no crediário sem o menor critério e não calcularam suas contas. Essa era a explicação.

O comércio tinha sido duramente afetado, pois, aumentaram os atrasos nos carnês e os cheques devolvidos.

A alternativa seria negociar as dívidas para evitar a falência de alguns.

Ao mesmo tempo havia uma chiadeira quase generalizada por parte dos comerciantes em relação aos juros altos, dívidas em bancos e alta carga tributária, pressionando a ACID a se mobilizar contra isso.

Mas o presidente Pitarelli alertou os queixosos: se deviam aos bancos era porque tinham contratado os empréstimos sem pensarem na escalada dos juros.

Naqueles dias, argumentava, era preciso gerenciar de modo diferente porque havia acabado a era dos estoques.

Mas a ACID contratou um advogado e os processos foram iniciados.

Alguns empresários conseguiram negociar juros mais baixos, de 1% mais TR e acabaram engrossando um movimento contra os juros altos e a luta permanente pela mudança sistemática dos tributos.

Em maio de 1996 havia pelo menos 16 processos ajuizados.

Segundo ata de 11 de maio de 1996 a política dos bancos era cobrar o que pudesse e o cliente pagasse se quisesse.

É de suma importância o trabalho eficiente de uma Associação representativa da classe empresarial para qualquer Município, pois, ali se discute temas importantes e abrangentes como elasticidade econômica, novas alternativas, emprego e renda e contribui ainda para pensar algo novo. (...). Todos os trabalhos que desenvolvi na ACID foram importantes, mas, bom que se diga, não foram somente meus. Tinham na minha gestão valorosos companheiros que não mediam esforços para desenvolvermos nossos projetos que ajudariam nossa classe empresarial e acima de tudo, toda a população de Dourados e adjacência que ocupava nosso comércio prestador de um serviço de boa qualidade, mas se necessário for eleger um trabalho como o principal eu diria que foi nossa decisão em modernizar a ACID, informatizando e criando novos departamentos internos [informação verbal].<sup>124</sup>

==#=#=#=#

A partir de 1995 a ACID passou a ter um espaço próprio dentro da Expoagro.

Em março de 1996 o presidente do Sindicato Rural de Dourados, Domingos Sávio, entregou à ACID a gestão do pavilhão coberto do Parque de Exposições.

---

124 PITARELLI, Walter, op. cit.

Em 1995, em julho, a Facims apresentou proposta para informatizar todos os SCPCs com um mesmo programa ao custo de R\$ 4 mil dividido em três parcelas de igual valor mais o custo de manutenção de R\$ 250,00.

A ACID fez uma rifa de R\$ 10 mil para pagar esse investimento.

Em outubro foi promovida a campanha *Comprar em Dourados faz bem* com 30 outdoors espalhados pela cidade em pontos estratégicos e encarte em *O Progresso* divulgando os descontos oferecidos.

Os comerciantes cobraram uma revisão geral das pautas do ICMS por conta das disparidades verificadas.

Em fevereiro de 1996 lançaram outra campanha com objetivo de movimentar o comércio: *Promoção caça tesouro*.

Em abril de 1996 o deputado estadual Murilo Zauith (PMDB) propôs a privatização das áreas do DID e do estádio Douradão pedindo apoio da ACID, sindicatos e outras entidades.

A partir de abril de 1996 a CDL começou a coordenar as principais campanhas de incentivo às vendas.

O Pro-Social (Programa Social da Prefeitura) pediu apoio da ACID para o Mitai-Verá, projeto de assistência a menores de rua procurando integrá-los à família, à sociedade e ao mercado de trabalho.

Muitos desses garotos já estavam trabalhando nos Correios, como Bombeiros Mirins, na fabricação de vassouras, entrega de panfletos, entre outros serviços.

Esses temas, embora não fizessem parte do nosso objetivo principal, não podíamos fugir deles. Eu particularmente nunca vi a Assistência Social como solução. Eu acho que ela existe porque falham outros meios como educação e desenvolvimento social e econômico. Mas, esquivar-se dela, além de

ser conduta não Cristã, é correr o risco de vermos pessoas que podem entrar no mundo do crime. Entretanto, a assistência social não pode ter caráter permanente, pois, toda vez que assiste um cidadão ou cidadã com ânimo de permanência, cria-se um dependente e ao invés de ajudar pode-se aí estabelecer um atrofiamento de sua capacidade em pensar. Bom seria lembrarmos como surgiu a *mão na roda*. Contam que antigamente as carroças tinham grandes rodas com circunferências metálicas e com raios ao meio que eram puxadas por cavalos ou burros. Quando atolavam as rodas, os carreiros botavam a mão na roda e ajudavam os animaizinhos saírem do atoleiro. Por isto, surgiu o jargão *mão na roda*. Assim também teríamos que nos envolver com a Assistência Social. Precisamos que nossos irmãozinhos saiam do atoleiro e precisamos capacitá-los de forma a não depender da sociedade ou do estado sempre. Mas é bom que eu diga também que não raras vezes, nossa Associação tenha se envolvido nessa delicada questão. Quanto a Segurança, embora seja incumbência do Estado, às vezes precisamos nos envolver e foi assim que em nossa gestão a ACID esteve junto com as polícias, sempre apoiando nos momentos de dificuldades e tive o prazer de conviver na época com grandes valores tanto da Polícia Militar como da Civil e do Corpo de Bombeiros que em Dourados sempre prestaram serviço de alta relevância para toda a sociedade. Ressalto nesta oportunidade da felicidade que tive em ser agraciado com um título que recebi na época de *Colaborador Emérito da PM/MS* [informação verbal].<sup>125</sup>

---

125 Idem.

Em 30 de maio de 1996 Nilson Aparecido dos Santos elegeu-se presidente da ACID formando chapa única.

Um dos primeiros percalços foi o atraso na instalação das linhas telefônicas comercializadas (prefixo 424) com apoio da entidade.

Reunião para discutir o assunto aconteceu em 26 de junho de 1996 com o diretor do Procon, Nelson Eli Prado; e o diretor da Construtel, Airton Alves da Silva.

Segundo Airton, não haviam sido entregues os equipamentos necessários.

A falta de um item atrasava todo o resto.

Naquela época a ACID cobrou mais opções de voos para São Paulo.

Em julho de 1996 havia apenas um voo da TAM direto para São Paulo, Capital, saindo daqui às 14h35 cuja passagem custava R\$ 345,00.

Os comerciantes queriam um voo saindo pela manhã e outro retornando à noite.

Mas o aeroporto não estava homologado para esse tipo de operação e faltava estrutura para operações de aeronaves de maior porte e à noite.

Em julho de 1996 o deputado Murilo Zauith informou que o farol para os voos noturnos já havia sido adquirido em São Paulo.

A administração do DID e do Douradão estava em pauta, no entanto, dentro da ACID já se ponderava se não seria mais viável a municipalização tendo a gestão compartilhada do DID com a ACID.



Está me fazendo rir agora... O Braz Melo,<sup>126</sup> matreiro como ele é, capixaba, a gente queria o

---

126 Prefeito de 1989 a 1992 e de 1997 a 2000.

Distrito para administrar, estava abandonado, jogado às traças e as indústrias que lá estavam os caminhões que entravam não saiam e se entravam não tinham transporte, chegou ao caos de apodrecer produto, era um negócio muito caótico, então o Braz era vice-governador na época, formamos uma comissão para falar com ele e ele falou tudo bem, vocês vão administrar, vocês tem condições de administrar o Distrito Industrial? Nós temos sim, disse, se estamos pedindo temos que fazer das tripas o coração (...). Está bem, disse ele, vamos dar para vocês o Distrito Industrial, vou falar com o governador Wilson Barbosa Martins e ele aceitará o pedido de vocês, só que aproveitem o Douradão, aproveita Nilson, está animado, está com disposição, já cuida pra gente do Douradão (...). Braz, respondi, eu quero a cabra, agora você quer me dar o cabritinho também, então aí não, a cabra pode dar cria, mas esse cabrito só vai mamar, não quero não (...). Aí fomos fazendo tratativas, passando o tempo e cuida de editais e aí teve a demanda judicial trabalhista e acabou então a gente não ficando nem com a cabra e nem com o cabritinho (...) [informação verbal].<sup>127</sup>

Logo quando a diretoria do Nilson assumiu os servidores do Estado estavam em situação desesperadora por causa mais uma vez do atraso dos salários há dois meses.

As forças policiais, a exemplo de oportunidades anteriores quando se viram em situação semelhante, pediram ajuda da ACID.

Em julho essa situação continuava pendente, agora eram os professores com dois meses sem receber e o comércio vinha tendo impacto direto porque quem devia prestações nas lojas não conseguia pagá-las.

---

127 SANTOS, Nilson Aparecido dos. *Entrevista gravada*.



Tem também outra história mais triste (...). É de chorar mesmo, então a gente fazia a comissão e ia até o secretário de Fazenda do Estado, insistia pra ele fazer convênio com o comércio, fazer permuta de impostos, dar um crédito para o funcionalismo, daí não sei se tivemos represália, mas depois disso aí o governo viu que a gente estava tomando partido de uma situação, que o governo achava que a gente como comerciante ia ficar neutro, como nos foi pedido ajuda a gente nunca fugiu de contribuir com aquele que bate na nossa porta, então nós sentimos uma pressão muito grande porque os fiscais começaram a visitar muito as portas dos comerciantes. Eles sentiram que a gente tomou partido da classe funcional, então não sei se foi nos perseguir, mas defender o dele também e bateu de porta em porta fazendo o terror fiscal, foi outra briga, então nós ficamos com duas brigas inclusive, uma situação complicada, ficamos entre a cruz e a espada. (...). Eles alegavam que precisavam de renda, de receita, final de ano, estavam já com o orçamento comprometido, então tinha que fazer caixa para poder honrar a folha, 13º, a desculpa que eles davam e nós também nos defendíamos e falávamos que não tínhamos como pagar porque não vendia, então ficou naquele jogo de empurra (...) [informação verbal].<sup>128</sup>

Em agosto de 1996 a ACID encabeçou a campanha *Dê Crédito ao Mitaí-Verá*.

O programa já tinha atendido pelo menos 460 adolescentes, dos quais 55 estavam contratados, 56 eram aspirantes, 30 faziam trabalho em período de experiência em supermercados e 55 estavam trabalhando nos Correios.

A parceria da associação foi fundamental para o sucesso do programa.

---

128 Idem.

Em setembro daquele ano o Juiz da Vara da Infância e Juventude, João Adolfo Astolfi, pediu apoio da entidade para a criação da diretoria do Comissariado de Menores com pessoas da sociedade e associados da ACID.

Na oportunidade formou-se a comissão provisória.

Em dezembro realizou-se a campanha *Magia de Natal*.

Em janeiro de 1997 os comerciantes se reuniram para discutir o Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).<sup>129</sup>

Para o presidente, essa reunião era como uma batalha pelo fortalecimento das micro e pequenas empresas.

“(...) Precisamos resgatar o direito que nos foi dado (...)”

Uma técnica do SEBRAE, Margareth Campagnoli, falou nesse encontro sobre as vantagens e esclareceu dúvidas.

Era a primeira reunião de uma série de outras em MS para pressionar o Estado a aderir ao sistema, apesar do chefe da agência fazendária, Néinton Cardoso Braff, já ter adiantado: isso seria difícil porque implicava em renúncia de receita, deixando o Estado com dificuldade de caixa.

Durante uma reunião em 18 de fevereiro de 1997 com os representantes do Sindicato dos Contabilistas de Dourados (Melchiades Prado, Raimundo Domicio da Silva, Francisco Libório e Inio Coalho), a ACID foi comunicada sobre o enquadramento de estimativa do ICMS lançado com valores exorbitantes prejudicando a maioria dos comerciantes.

Ao emitir as guias o Estado estava arbitrando em até 153% a margem de lucro de setores cujo rendimento girava em torno de 10%.

---

129 Criado em 1996 por intermédio de Medida Provisória e convertido em Lei 9.317/96. Em 2006 essa Lei foi revogada pela Lei Complementar 123/06 passando essa a regular o Simples Nacional. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/SIMPLES>>. Acesso em: 16 out. 2014.

Uma comissão foi a Campo Grande especialmente para tratar desse assunto diretamente na Superintendência de Administração Tributária.

A orientação era para os escritórios encaminharem requerimentos relacionando todas as empresas com registro de estimativa muito alta anexando cópias das guias dos meses de janeiro a outubro de 1996 e expondo o quanto cada empresa poderia pagar de ICMS.

A ACID colocou sua estrutura à disposição para esse trabalho.

Em fevereiro de 1997 os servidores do Estado estavam recebendo os salários de dezembro e ainda assim de forma parcelada.

=#=#=#=#

Representantes da empresa aérea Pantanal, entre os quais Thomaz Martins Júnior, estiveram na ACID falando do interesse do grupo em operar uma linha ligando Dourados a São Paulo com escala em Campo Grande.

O primeiro voo sairia de Dourados às 3h15 e chegaria às 8h em São Paulo.

O segundo sairia às 15h e chegaria às 20h.

A passagem custaria R\$ 270,00, mas era preciso o embarque mínimo de sete passageiros por voo para viabilizar o custo mensal de aproximadamente R\$ 36 mil.

A aeronave teria 18 lugares.<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup> A Pantanal Linhas Aéreas Sul-Mato-Grossenses foi fundada em 23 de maio de 1993 em MS para operar nacionalmente. Transferida para São Paulo passou a se chamar Pantanal Linhas Aéreas. Em 2009 entrou em crise financeira e foi adquirida pela TAM por R\$ 13 milhões. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/TAM\\_Pantanal](http://pt.wikipedia.org/wiki/TAM_Pantanal)>. Acesso em: 16 out. 2014.

Em maio de 1997 a TAM, operando na cidade, demonstrou interesse em substituir o Fokker 27 pelo Fokker 50.

O diretor Jairo de Osti, na ocasião, questionou a TAM: porque a empresa não criava uma linha ligando Dourados a Campo Grande, Curitiba e Brasília?

A diretoria da ACID reclamou a omissão quanto a um ofício encaminhado reivindicando novos horários.

Os representantes só foram aparecer após a operação da Pantanal.

Mas eles justificaram: a aproximação não tinha nada a ver com a concorrente.

Não vieram antes por falta de oportunidade.

Quanto aos pedidos feitos ficaram de ver a possibilidade.

(...) Acontece que o aeroporto nosso sempre foi fraco, não tinha expressão nenhuma, a gente tinha do lado um aeroporto internacional de Ponta Porã, internacional de Campo Grande e nós aqui para pegar um avião ou tinha que ir a Campo Grande ou para Ponta Porã. Então passamos a trabalhar no sentido de sensibilizar as empresas aéreas e também a ANAC para que fizesse vistoria, ampliasse o nosso aeroporto para que tivéssemos mais opções. Dourados já despontava como um pólo, então os empresários que aqui chegavam reclamavam muito do tempo que gastavam de São Paulo a Campo Grande e depois o desgaste e o tempo até Dourados, então para nós isso era uma injustiça muito grande. Formou-se também um trabalho para recuperar ou garantir que o aeroporto nosso tivesse condições mínimas possíveis de receber aviões comerciais para satisfazer nossas necessidades. Por ora foi feita uma tentativa de tudo, só que daí também a publicidade e a viabilidade econômica era impraticável, de forma que ficava muito cara a passagem então o pessoal reclamava (...). Tínhamos voos duas vezes por semana, parece esforço com o prefeito Braz Melo, então conseguimos esse voo, mas era

caríssimo, inviável em termos econômicos, então não vingou (...) [informação verbal].<sup>131</sup>

Em reunião na associação dia 20 de maio de 1997, com Nélinton Braff e o delegado fazendário, Alberto Kanayama, o diretor Valter Olivero Alegretti denunciou que algumas pessoas se dizendo representantes da AFTMS estavam procurando os empresários para vender cursos, palestras e diplomas em nome dos agentes tributários e do ex-superintendente de Administração Tributária, Manoel Tourinho Fernandes.

Os empresários vinham sendo coagidos, pois, no caso de recusa seriam *beneficiados* em futuras fiscalizações.

Braff respondeu que isso era crime.

Nenhum servidor poderia usar a secretaria para tirar proveito.

Kanayama também repudiou esses aproveitadores.

Segundo Braff, sobre a pasta caía o ônus da falta de obras e também de possíveis atos de corrupção, mas “(...) só há corrupção porque há sonegação (...)”

Mais tarde os diretores da ACID descobriram que o CGC da AFTMS estava em nome da empresa Condomínio Telefônico Residencial H12.

Outro assunto incomodava a entidade: a Prefeitura estava cobrando 453.546.696 UFIRs a título de débito do SCPC com o ISS.

(...) Rapaz, gosto muito do Braz Melo, mas se tem uma coisa que eu preciso deixar registrado aqui foi a forma como o Braz Melo judiou disso aí. O Braz não ficou muito satisfeito do Sebastião não ter sido aquinhoado numa participação numa diretoria

---

<sup>131</sup> SANTOS, Nilson Aparecido dos, op. cit.

nossa, ele também tinha a turma dele, que ele queria fazer uma diretoria conjunta, então o Sebastião não estava satisfeito mesmo porque ele tinha o Sindicom, não pagava aluguel e ficava dentro da Associação Comercial, era um apêndice dentro da Associação, só que parecia que a Associação era apêndice do sindicato porque o Sindicom ficava lá na frente e a ACID lá atrás, então quem chegava ia direto no Sindicom, não ia na ACID, eles sabiam que eu ia arrumar um jeito de tirar o Sindicom de lá, assim de uma forma que pelo menos a Associação tinha que ficar em evidência, parece que o Braz Melo não ficou muito satisfeito em aquinhoar a equipe do Sebastião então ele pediu que a fiscalização fosse lá e movesse uma ação, mas era exorbitante, a multa era tão grande que se vendesse o prédio da ACID na época não pagava a multa, então daí movemos a ação de defesa e fomos através da Confederação Nacional das Associações e na época o Guilherme Afif Domingos, ele era o presidente da Associação de São Paulo, fomos falar com ele e ele nomeou um departamento jurídico para que viesse nos defender. O Braz Melo deixou durar dois anos enquanto a minha gestão estivesse em voga, tanto é que um dia por encontro do destino a gente estava batendo um papo gostoso com um fiscal e ele falou: Nilson, aquela ação da ACID foi uma forma do Braz Melo por medo na Associação, por certo respeito e vocês foram até gigantes de não abaixar a cabeça e se defender e outra coisa, depois o próprio Braz Melo viu também que ele não podia ser tão intransigente porque a nossa defesa estava muito bem fundamentada, só que o seguinte, o parecer do conselho fiscal da prefeitura estava assinado há quase um ano, só que o Braz engavetou (...) [informação verbal].<sup>132</sup>

Sobre o Sindicom dentro da ACID Sebastião Weiber comentou:

---

<sup>132</sup> Idem.

(...) todo o movimento para fundação do Sindicom partiu da ACID, como o Sindicato tem suas contribuições sindicais obrigatórias na forma de imposto, o Sindicom tinha uma receita considerável, em deliberação das duas diretorias aprovadas pelos conselhos foi estabelecido que parte da receita do Sindicom seria revertida para custear as reformas e aquisição de equipamentos para a ACID, em contrapartida por um período as duas entidades funcionariam juntas no mesmo prédio, pois, o objetivo das duas entidades sempre se confundiram, ou seja, ambas tinham o objetivo de buscar a modernidade e maior representatividade do empresariado de Dourados (...) [informação verbal].

Em junho de 1997 a Prefeitura e a Patrulha Mirim quiseram reativar a Zona Azul e foram conversar com a ACID.

Esse serviço havia sido criado na primeira gestão do prefeito Braz Melo e teria cumprido o objetivo de retirar das ruas boa parte dos meninos pedindo dinheiro para cuidar dos carros, além de disciplinar o estacionamento embora existissem aqueles que não respeitassem os garotos.

No início da gestão do prefeito Humberto Teixeira<sup>133</sup> a Zona Azul acabou sendo desativada.

A maioria dos funcionários das lojas, quando não o próprio dono, voltou a deixar o carro na frente da loja durante todo o dia em detrimento do seu maior patrimônio, ou seja, o cliente.

Com a reativação a Prefeitura pretendia usar a Guarda Municipal para supervisionar o trabalho dos mirins e oferecesse maior segurança.

---

133 Prefeito de 1993 a 1996.

Em agosto de 1997 uma comitiva da ACID viajou para Iquique, no Chile, na costa do Oceano Pacífico, para conhecer o porto cuja “(...) localização privilegiada o torna a entrada e saída natural do cone central da América do Sul, desde e até os mercados internacionais (...)”<sup>134</sup>

Nilson disse ter visto caminhões refrigerados saírem de Dourados levando hortaliças e frutas, transpondo os Andes para chegarem até Iquique.

Naquela época a comitiva representou também a AGIR (Agência de Integração Regional) criada pela Prefeitura para fortalecer a defesa dos interesses da Grande Dourados.

(...) Nós temos mais que uma opção para transpor o Oceano Atlântico com o Pacífico, nós temos mais de três opções, tanto que agora mesmo o governo está fazendo uma ponte em Murtinho justamente porque está faltando 120 km ou 150 km de asfalto para poder ligar Antofagasta, no Chile, passando na Bolívia, Santa Cruz, e até linha férrea também (...). Nós temos a opção por Porto Concepción, não precisamos ir a Murtinho; em Salta, na Argentina, e isso aí não vão dez anos essa rota já vai ser tida como uma forma natural, rotineira, se não vingou ainda é por uma questão do MERCOSUL (...). Para nós encurta de seis mil a oito mil km se for dar volta a nossa mercadoria por Paranaguá para depois alcançar o Pacífico; dá de 1.600 a 1.400 km daqui até Iquique em linha reta; então já tem umas estradas bem adiantadas, estão alargando as estradas na base da Cordilheira dos Andes porque são estreitas e perigosas (...) [informação verbal].<sup>135</sup>

De acordo com as avaliações feitas, as perspectivas são boas para se exportar legumes, frutas, carnes, leite e embutidos.

---

<sup>134</sup> Disponível em: <<http://www.epi.cl/pt/puerto-de-iquique/presentacion/>>. Acesso em: 17 out. 2014.

<sup>135</sup> SANTOS, Nilson Aparecido dos, dos, op. cit.



Discutiu-se a possibilidade de se montar uma feira douradense em Iquique e até se abrir lá um escritório da ACID para incentivar as transações comerciais.

Em outubro de 1997 debatia-se na ACID o projeto do Anel Rodoviário, adesão ao Simples e a decoração natalina. Nilson se dizia preocupado com a decoração porque no ano anterior o serviço tinha ficado a desejar.

“(...) Queremos uma decoração à altura de nossa cidade, caso contrário acenderemos uma vela no centro com os dizeres: iluminação de Dourados (...)”, registrou em ata.

O presidente do Sindicom, Sebastião Weiber Cavalari, lamentava conforme ata da ACID de 24 de outubro: se o Estado não aderisse ao Simples seria difícil manter as empresas, pois, “(...) a cidade está inchando de desempregos e o Simples só propiciará maior desenvolvimento (...)”.

O deputado estadual Paulo Estevão (PTB) estava presente na reunião do dia 24 de outubro e se posicionou a favor do Simples assumindo, por outro lado, o compromisso de interceder junto ao Estado para ajudar na decoração natalina.

Na Assembleia Legislativa já havia um pleito para adesão ao Simples.

Para os empresários, seria muito melhor para o Estado deixar de arrecadar mais sobre poucos e passar a recolher pouco sobre muitos.

Estevão ainda propôs se estudar e cobrar junto ao Estado a duplicação da BR-163 no trecho que vai do BNH 4º Plano até o distrito de Vila Vargas (obra realizada anos depois) e defendeu a construção da Perimetral Norte e a Sul – a Norte foi inaugurada em 20 de julho de 2012.<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> Disponível em:

<[http://www.noticias.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=136&id\\_comp=1068&id\\_reg=180127&voltar=home&site\\_reg=136&id\\_comp\\_orig=1068](http://www.noticias.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=136&id_comp=1068&id_reg=180127&voltar=home&site_reg=136&id_comp_orig=1068)>. Acesso em: 17 de out. 2014.

O secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ademir Moraes, justificou na reunião de 24 de outubro que a Prefeitura não tinha recursos para fazer uma decoração melhor e quanto ao Simples o Estado precisaria aderir primeiro para depois o Município se manifestar.

Ao avaliar os resultados da sua gestão, Nilson enumera como um dos pontos relevantes o fortalecimento no relacionamento da ACID com outras entidades e serviços, citando como exemplo as parcerias com o SEBRAE e SENAI, além, obviamente, dos debates envolvendo os diferentes assuntos relacionados à cidade.

A diretoria, afirmou, procurou trabalhar com afinco, seriedade e teve um grupo coeso.

Reuniu inclusive eventuais adversários.

É o caso, segundo ele, do professor Benê Cantelli, diretor do Colégio Objetivo na época.

Opositor ao grupo encabeçado por Nilson, Benê foi convidado para coordenar o departamento do MERCOSUL, pois, era o mais capacitado para tal.

Para Nilson, se um dia a revolta dos comerciantes foi contra os mascates, depois contra os camelôs, além da eterna contestação em relação à carga tributária excessiva, hoje em dia “(...) é conosco mesmo, por incrível que pareça. Nós temos que nos especializar, temos que nos tornar competitivos, não adianta querer arrumar uma desculpa para a nossa incompetência (...)”

A gestão dele era voltada para o futuro.

“(...) A gente não queria ficar apenas nas reuniõeszinhas de chá das 15h, a gente queria um negócio mais de seriedade e trabalho (...)”

Ele se recorda de uma passagem com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) durante encontro de prefeitos em Ivinhema.

As associações faziam pressão para o Estado aderir ao Simples e aproveitaram o evento para reforçar a mobilização.

Nilson teve a oportunidade de usar a tribuna e respaldado em dados pesquisados pelo secretário Milton Luna fez a defesa do Simples na tentativa de sensibilizar o vice-governador Braz Melo a colocar o assunto em discussão no final do encontro.

O governador Wilson Barbosa Martins não estava.

Mas o senador acabou fazendo o papel de porta-voz do Estado: o Governo não poderia abrir mão de receita e faltavam mais estudos a respeito.

O senador, em oposição ao discurso do presidente da ACID e certamente para desviar o foco em torno do Simples usou Dourados como exemplo: era uma cidade com tendência natural para a prestação de serviços e crescia mais graças a essa vocação e por isso não precisava de indústrias para sufocar os douradenses de fumaça.

No final do encontro, no corredor, frente a frente com o senador, Nilson aproveitou para tirar uma casquinha:

*- O senhor não quer ver o douradense morrendo com o pulmão preto de fumaça de indústria, mas o senhor está levando a indústria de papel de celulose para Três Lagoas...*

(...) Se for pegar já pela sua proposta de criação vamos ver importante mesmo é defender interesses da classe, a gente sempre levou isso com muita seriedade e com vontade de fazer a classe bem representada e tanto é que temos como parte da história, no começo, os mascates que eram os maiores predadores da nossa economia e perturbavam o comércio fixo, o comércio legal, daí a necessidade de se organizar uma entidade para se defender desses invasores, daí já se vê pela origem a necessidade de preservação da comunidade empresarial para defender seus interesses, afinal de contas eram estabelecidos, pagavam seus impostos

e os mascates vinham e levavam a maior parte, o  
filão da economia da nossa cidade (...) [informação  
verbal].<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> SANTOS, Nilson Aparecido dos, *op. cit.*

## PARTE 4

1998 a 2005

*A Cidade Universitária, o terror fiscal, o calendário da ACID, o Concurso de Fotografias, as campanhas de Natal, o gasoduto, o projeto “Os Iguais”, o Despertar para o Trabalho, a Roda Empresarial, a substituição tributária, o Supersimples, os conselhos dentro da ACID, o Porto Seco, o Porto de Concepción, o hino da ACID, a compra da nova sede, o 1º Centro Mix, o horário livre, o monumento do Peixe e do Cristo, a obra do auditório, a mudança de ACID para ACED.*



Em 14 de abril de 1998 aconteceu dentro da ACID um debate sobre a criação da Cidade Universitária tendo como palestrante o professor-doutor Wilson Valentim Biasotto, na época diretor do Centro Universitário de Dourados (CEUD/UFMS).

Ele apresentou um projeto para ser executado em 10 anos ao custo de R\$ 45 milhões: a instalação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

No calor daquelas discussões, em 8 de maio de 1998, foi eleito para a presidência Junji Miyakawa.<sup>138</sup>

Junji vinha acompanhando essas discussões.

A Cidade Universitária reúne a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a UFGD, essa criada a partir do CEUD/UFMS.

---

<sup>138</sup> Junji Miyakawa mora atualmente em Loanda (PR) e recebeu o autor por ocasião da sua vinda a Dourados em agosto de 2014.

A aula inaugural da UEMS aconteceu em 8 de agosto de 1994.<sup>139</sup>

A UFGD foi criada em 25 de julho de 2005, onze anos depois, e teve orçamento superior a R\$ 150 milhões em 2014.<sup>140</sup>

O orçamento da UEMS em 2014 foi cotado em R\$ 178,12 milhões.<sup>141</sup>

A UEMS possui unidades em outras cidades.

Comparando, o orçamento da Prefeitura para 2015 é de R\$ 770 milhões.<sup>142</sup>

(...) A produção do saber pela Universidade potencializa as forças produtivas e criativas da sociedade e consolida sua presença no cenário mundial. A assimilação e a adaptação de conhecimento disponível é um ingrediente de crescente relevância em qualquer processo de desenvolvimento. Todavia, a Universidade não se restringe a essa instrumentalização. A criação do conhecimento não pode circunscrever-se apenas à problemática imediata: é imprescindível o tempo de liberdade para a prospecção inovadora e para construir futuros. Em um movimento dual, a Universidade apóia a ampliação da base material de uma cultura – pelo instrumental – e expande as expectativas e sonhos do homem (prospecção inovadora). (...) a Universidade é, para um país ou região, uma espécie de atestado de sua co-participação na produção do saber e da cultura mundiais. Essa condição é essencial à dignidade e à auto-estima nacionais e regionais. Enfim, a produção do saber é uma questão de afirmação cidadã no contexto nacional e internacional (...).<sup>143</sup>

---

139 Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/dia-a-dia/uems-comemora-20-anos-e-faz-homenagens-na-assembleia>>. Acesso em: 17 out. 2014.

140 Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/aufgd/historico>>. Acesso em: 17 out. 2014.

141 Disponível em: <<http://www.felipeorero.com.br/noticias-ler/lei-impede-reducao-do-orcamento-da-uems-mas-felipe-mantem-luta-por-autonomia/615/>>. Acesso em: 17 out. 2014.

142 Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/dourados/orcamento-de-dourados-para-2015-e-de-r-766-milhoes>>. Acesso em: 17 out. 2014.

143 UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), *Projeto de criação e implantação da UFGD*, p 13-14.

O movimento pró-Cidade Universitária começou a tomar corpo com a reitora da UEMS, Leocádia Petry Leme, e o Biasotto.

Um dos primeiros locais para se apresentar o projeto foi a ACID reunindo representantes de várias entidades.

Na ocasião foi criada a Comissão de Implantação da Cidade Universitária formada por sete entidades.

A ACID participou das discussões quando se decidiu pela implantação do curso de Medicina para dar impacto na formação.

Biasotto fez um pronunciamento, em 30 de abril de 2010, por ocasião dos dez anos do curso de Medicina.<sup>144</sup>

Eis um trecho:

(...) Projeto pronto, a reitora Leocádia (uma mulher extremamente habilidosa e arrojada) e eu, saímos como caixeiros viajantes, 'vendendo' a ideia da Cidade Universitária de Dourados. Começamos pelos nossos respectivos conselhos, fomos ao prefeito, a Câmara de Vereadores, a dezenas de Associações, Sindicatos e Entidades de Classe; fomos às rádios, aos jornais, tvs e em todos os lugares não somente obtínhamos irrestrito apoio, como também a colaboração das entidades. A ideia de Cidade Universitária passou a habitar o imaginário social (o inconsciente coletivo) de nossa gente.

Dourados vivia séria crise econômica em virtude das perdas sofridas no setor agropecuário. O projeto Cidade Educadora surgiu como uma tábua de salvação. Era o encontro de pessoas - sujeitos da história - com circunstâncias favoráveis para o empreendimento, ou seja, de pessoas que fizeram uma leitura correta da realidade.

Em 2 de julho de 1998, o projeto Cidade

---

<sup>144</sup> Disponível em: <<http://biasotto.com.br/?mod=texto&cod=259&t=Dez-anos-do-curso-de-Medicina-da-UFGD>>. Acesso em: 20 out. 2014.

Universitária foi oficialmente apresentado às 72 entidades que o apoiavam. Mostramos mapas, orçamentos e um diagnóstico que uma comissão presidida pelo prof. Mário Geraldini nos entregara em 29/06/1998. Medicina era o segundo curso mais desejado, Direito o primeiro (...).

Em 20 de janeiro de 2000 a ACID registrou em ata: a Cidade Universitária já tinha um ano e o primeiro vestibular de Medicina estava previsto para fevereiro com a expectativa de 4 mil candidatos inscritos.

A UEMS e a UFGD fortalecem a economia com recursos e empregos, uma fonte orçamentária pública, sólida, forte e em contínuo crescimento.

Deve-se somar a esse cenário positivo no âmbito do ensino superior a presença relevante também da UNIGRAN e da Anhanguera.

Mas a grande alavanca econômica continua sendo o agronegócio e nesse sentido, segundo o economista Gilmar Cândido Alves, Dourados não pode ser visto isoladamente, mas no contexto da região da Grande Dourados.

A fronteira agrícola aliada principalmente à pecuária, suinocultura e avicultura tem avançado em termos de produtividade ao longo dos anos apesar do clima adverso vez ou outra e dos preços não raramente insatisfatórios por conta das oscilações de mercado, mas ainda haveria espaço, de acordo com Gilmar, para se aumentar tanto o rendimento da área plantada como da produção animal.

“Não temos aqui nenhuma grande indústria, o nosso forte continua sendo o agronegócio”, disse em outubro de 2014, alertando, no entanto, para um dado preocupante: a recessão pode se agravar em 2015.

O agronegócio indo bem o comércio também vai bem...



No começo de julho de 1998 a ACID criou o seu primeiro boletim informativo.

Uma das notícias foi o sistema de consulta on-line durante 24h no SCPC por meio de um telefone comum onde o associado podia acessar os dados bastando digitar o CPF do cliente e senha.

O mesmo valia para consulta de cheques.

Esse sistema, Unidade de Resposta Audível (URA), facilitou o atendimento principalmente para os hotéis, motéis, postos de combustíveis e restaurantes que funcionam em horários especiais. Foram investidos R\$16 mil.

Atendendo pedido do presidente aconteceu uma reunião em 30 de junho de 1998 com representantes do Sindicato dos Contabilistas para se tirar dúvidas em relação ao ICMS e ao anteprojeto da lei da microempresa.

Esse anteprojeto não tinha nada em comum com o Simples, mas beneficiaria em torno de um terço das empresas do Estado.

Na ocasião, Junji alertou ser preciso conscientizar os empresários para separarem a pessoa física da jurídica, pois, muitos ainda misturavam os dois lados e não raramente quando uma parte ia mal acabava afetando a outra.

Outro ponto discutido: a demora dos fiscais na averiguação dos livros fiscais, mas isso não era corriqueiro.

Dependia mais da própria empresa cobrar agilidade.

O diretor da ACID, Milton Luna, alertava para a queixa dos empresários em relação à cobrança do ISS por parte da Nota Control.

Junji disse não saber ao certo quais as principais demandas da sua gestão porque ele não saberia separar as da sua época com as anteriores quando ocupara outros cargos porque “(...) têm coisas que são constantes, uma delas é brigar contra qualquer tipo de imposto (...). Quem paga detesta pagar imposto, lá na minha época ainda era assim (...)”

Mas antes dele, a fiscalização era terrível, ou melhor, a atuação dos fiscais gerava uma chiadeira geral e o Estado não tinha o controle como tem hoje com a informatização.

(...) Na época o Estado para recolher precisava ficar em cima para tirar nota e hoje a nota é automática, então emitiu nota o imposto vai, não tem escapatória, na época em função da pressão e coisa e tal o Luiz Carlos Mattos tentava atuar junto ao Governo, ao Secretário de Fazenda para aliviar, a gente conversando lá na Associação isso não é função da Associação Comercial ficar lutando contra o recolhimento do imposto, a Associação tem que atuar na elaboração da legislação, depois que virou lei o contribuinte tem que pagar e aí a gente ficava brigando para o Estado não aplicar a lei, isso não é função da Associação, então a Associação tem que atuar para não criar o imposto, uma vez criado morreu neves (...) [informação verbal].<sup>145</sup>

A Nota Control, empresa terceirizada e responsável pelo recolhimento do ISS na época, formatou um sistema para arrecadar o que era devido e como a maioria dos contribuintes detesta ser pressionado para pagar imposto gerou-se uma reação contrária, embora os protestos tenham sido inúteis porque o arrocho foi mantido.

Mas com a informatização a terceirização do serviço tornou-se dispensável.

Junji foi um dos poucos, senão o único, a tomar uma atitude mais corajosa no sentido de se posicionar contra a doação de combustível às polícias por parte da ACID.

Isso desde quando fora tesoureiro na gestão do Luiz Carlos Mattos.

---

<sup>145</sup> MIYAKAWA, Junji. *Entrevista gravada*.

Naquela época se a associação não colaborasse não teria polícia nas ruas.

Em setembro de 1998 surgiu a ideia de se fazer um concurso com artistas locais para apresentarem obras com temas douradenses.

As ilustrações seriam aproveitadas no calendário de 1999 da ACID.

Seria produzida também uma revista para divulgar a imagem de Dourados.

A proposta foi apresentada pela jornalista Irma Lupinetti, da agência Paralela Comunicação.

Os diretores sugeriram um concurso com fotos e as melhores iriam para o calendário e para a revista; resolveram também fazer cartões postais.

Na reunião de 20 de outubro daquele ano a Irma e a jornalista Dalva Gonçalves apresentaram o projeto *Dourados – A Beleza e a Riqueza de Dourados em Fotografia* prevendo premiação de R\$ 500 ao primeiro colocado e ao segundo um troféu além de terem as fotos divulgadas no calendário.

Foram selecionadas 12 fotos.

Naquele mesmo ano foi lançado o concurso *Luzes de Natal* para fachadas comerciais e residenciais, vitrines e condomínios ou galerias com premiação de R\$ 500 para os primeiros colocados e um troféu rotativo; e *Decoração de Natal* em parceria com outras entidades.

Em novembro formatou-se a campanha *Natal Maluco* prevendo a distribuição de mil prêmios além de um carro ok.

A Prefeitura mais uma vez alegava não ter dinheiro para aquisição das luminárias para a decoração natalina, mas depois o prefeito acabou autorizando a liberação de R\$ 45 mil desde que a ACID, CDL e Sindicom entrassem com R\$ 15 mil.

Para arrecadar essa contrapartida as entidades lançaram a

campanha *Adote uma Árvore* no valor de R\$ 100 para cada lojista.

Mas a adesão não surtiu o efeito desejado.

Recorreram a uma rifa com 200 números, premiação de R\$ 5 mil e sorteio pela Loteria Federal em 6 de janeiro de 1999.

=#=#=#=#

Também em novembro de 1998 vislumbrou-se a possibilidade de se trazer uma termoeletrica para Dourados e um ramal do gasoduto.

A diretoria da ACID esteve em Campo Grande para tratar desse assunto com o deputado estadual Paulo Estevão e representantes da Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil S/A e da LEG Consultores Associados.

Walter Guaritá, da AGIR, acompanhou a conversa.

A intenção era se construir uma termoeletrica de 450 megawatts e se trazer o ramal do gasoduto.

Segundo Junji, essa discussão foi muito intensa.

O projeto original do gasoduto saindo da Bolívia e indo para o Estado de São Paulo não tinha ramificação, a ideia dos ramais surgiu ao longo do tempo, “(...) o gás era um elemento de infraestrutura como a eletricidade e se fazer estrada; era importante o gás ser uma alavanca forte do desenvolvimento (...)”, recorda-se o ex-presidente.

Nas várias reuniões acabou-se despertando o interesse por Dourados e numa delas esteve presente a engenheira química Graça Foster (na época diretora de Gás e Energia da Petrobrás).

Atendendo convite dos diretores da ACID, ela veio olhar de perto o potencial da cidade e da região para o gasoduto.

Graça mandou os técnicos fazerem um estudo de

viabilidade ambiental e econômica e a conclusão foi desanimadora: não havia consumo suficiente.

Para se viabilizar esse projeto era preciso uma grande consumidora de gás, no caso, uma termoelétrica.

(...) Aí a gente saiu atrás da construção da termoelétrica, a gente conseguiu uma companhia, a ABB - Asea Brown Boveri - ela era fornecedora de turbinas para usinas termoelétricas e também construía termoelétrica e ela se interessou em fazer a termoelétrica em Dourados por causa da ligação com a rede de eletricidade nacional. Dourados recebe energia elétrica através do linhão que vem de Ilha Solteira até Anastácio, um linhão grande e esse linhão é que abastece Dourados (...). Dourados importa energia e poderia ser produzida energia aqui para se distribuir para a região (...). Então a empresa se interessou, a gente trouxe os técnicos da empresa, andaram por aí onde poderiam instalar e foram embora (...). Só que nesse ínterim a ABB suspendeu a parte de execução de usinas termoelétricas no Brasil (...). Depois a gente mudou de foco, o Norte do Paraná também estava lutando por um ramal do gasoduto, Maringá e Londrina, aí eles iam puxar um ramal de Araucária lá do Paraná, eles tinham demanda pelo gás, nós não tínhamos. Isso foram os técnicos da Petrobrás que sugeriram fazer o ramal para o Norte do Paraná saindo de Campo Grande, passando por Dourados e indo para lá e no fim esse movimento acabou se diluindo até porque a questão do gás foi amainando, a questão da energia elétrica acabou prevalecendo sobre a questão do gás (...) [informação verbal].<sup>146</sup>

Essa termoelétrica, segundo Junji, seria de 450 megawatts e produziria mais que a necessidade de Dourados.

---

146 Idem.

A energia gerada seria ligada ao linhão e o excedente destinado a outras regiões do País.

Ainda como parte desse esforço conseguiu-se recursos para a construção do Centro de Análise e Monitoramento do Gás Natural – GASLAB - na Cidade Universitária.

A pedra fundamental da obra foi lançada em 1º de outubro de 2001.

Conforme reportagem divulgada pelo site *A Crítica*, “(...) seria o único no Brasil dentro da categoria de análise e monitoramento para o gás natural (...)”.<sup>147</sup>

Os investimentos seriam de R\$ 1 milhão do FINEP/REDE GÁS e apoio financeiro de R\$ 150 mil da Petrobrás para a construção da estrutura física.

Mas esse laboratório não existe mais, segundo informou a assessoria de imprensa da UEMS em 21 de outubro de 2014.

Virou Centro Integrado de Análise e Monitoramento Ambiental da UEMS (CInAM).

=#=#=#=#

Em abril de 1999 a ACID defendeu a criação de um calendário de eventos tendo em vista que a entidade era constantemente procurada para apoiar promoções diversas na sua maioria sem estrutura e profissionalismo.

Existindo um calendário os empresários poderiam escolher o que desejavam apoiar.

Sugeriu-se agregar na primeira quinzena de maio o Rodeio Integração com a Festa Junina; em setembro o Encontro das Máquinas (motos) com o Encontro de Corais; em outubro a

---

<sup>147</sup> Disponível em: <<http://www.acritica-cg.inf.br/contents.asp?offset=4501&index=4353>>. Acesso em: 21 out. 2014.

Micareta com o Festudo e em dezembro a Semana Equestre com o Rodeio Regional e o concurso de Bandas e Fanfarras.

O assunto principal da reunião de 29 de julho de 1999 foi sobre o SCPC regional ser implantado num prazo de três meses.

Todas as associações passariam a consultar e registrar somente no banco de dados da regional e assim seria extinto o SCPC local, mas o serviço da ACID não foi desativado.

Para o Junji, um trabalho importante com bons resultados iniciado quando Nilson era presidente fora o projeto *Os Iguais*.

Na prática objetiva reunir pessoas com interesses afins para se organizarem enquanto sociedade civil e definirem suas próprias estratégias.

Assim foram organizadas outras entidades dentro da ACID entre os próprios associados e diretores.

O pessoal ligado ao ramo das confecções criou seu sindicato; os empresários do setor de combustíveis seguiram o mesmo caminho, os panificadores, os apicultores, o MS Peixe (cooperativa de aquicultores em nível estadual) e assim por diante.

A ACID emprestou sua sede para os bancários em 7 de junho de 1979 quando eles criaram a Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Dourados transformada mais tarde em sindicato.<sup>148</sup>

Aproximadamente dez anos depois, em 9 de dezembro de 1989, os jornalistas ocuparam o mesmo espaço para a assembleia visando a criação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais na Região da Grande Dourados (Sinjorgran).<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> Revista Bancários Dourados e Região. 30 anos. Uma história de lutas, p. 4.

<sup>149</sup> Ata de fundação do Sinjorgran.

A ACED – Associação Comercial e Empresarial de Dourados, no período em que o Sr. JUNJI MIYAKAWA atuou como presidente tinha um projeto que era denominado de “OS IGUAIS” que consistia na aproximação dos componentes de cada segmento.

Na implantação deste projeto foram convidados a participar as indústrias de Confecções, os apicultores e os moveleiros, sendo que depois desta aproximação cada segmento tomou seu próprio caminho.

Em 2.002 foram convidados para participar dos “OS IGUAIS” os piscicultores da região e a partir daí foram realizadas diversas reuniões para decidir qual seria a forma de associativismo dos mesmos para da melhor forma resolver os gargalos do setor, assim sendo em 01.09.2003, foi realizada a ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO da Cooperativa de Aquicultores do Mato Grosso do Sul – MSPEIXE.<sup>150</sup>

Os propósitos avançavam quando se tinham lideranças nos segmentos.

No caso dos moveleiros a proposta não avançou justamente por falta de quem encabeçasse o trabalho.

“(…) Não adiantava a associação ficar só incitando (...). Precisava de gente que encabeçasse, o movimento dos *Iguais* na essência era isso (...)”, disse Junji.

Junji tentou, em vão, iniciar esse trabalho ainda na gestão do Mattos.

O Sindicato dos Gráficos começou a ser organizado na casa dele quando se mudou para Dourados e comprou a Grafipel.

“(…) Esse negócio de juntar o pessoal faz parte mais ou

---

150 Disponível em:

<[http://www.mspeixe.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56:nossa-historia&catid=36:nossa-historia&Itemid=61](http://www.mspeixe.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56:nossa-historia&catid=36:nossa-historia&Itemid=61)>. Acesso em: 21 out. 2014.



menos da minha índole, a gente fez esse movimento e deu certo e quando eu fui para dentro da Associação Comercial eu ficava brigando por isso (...).”

Alguns projetos da época do Nilson e incitados pelo Junji permanecem.

Tem o *Despertar para o Trabalho* que consiste em reunir os funcionários das empresas logo no início da semana, pela manhã, enfocando o aspecto motivacional.

Teve depois, já na gestão do Junji, o encontro de empresários *Motivando para Crescer* mais tarde transformado em *Roda Empresarial* quando os associados se reuniam no final da tarde para conversarem.

Na gestão do Sérgio Braga esses encontros foram transferidos para o começo do dia “(...) e o negócio engrenou, essa *Roda* com o passar do tempo e até em função do sucesso começou a tomar outras características (...)”, afirmou.

Os empresários passaram a fazer algum tipo de lançamento durante esses encontros.

Sobre a importância da ACID para a cidade segundo o Junji:

Para a cidade não saberia dizer como ela é importante, mas que ela é fundamental não resta dúvida, ela é a mais antiga da cidade, entidade representativa mais antiga e em função não pela antiguidade, mas pelo papel que ela exerceu ao longo do tempo ela se tornou uma das principais senão a principal em termos de peso, de representatividade (...) [informação verbal].

Em 11 de maio de 2000 foi eleito para a presidência Sérgio Braga.

Até junho daquele ano tinham sido expedidos em torno de mil certificados do *Despertar para o Trabalho*.

A discussão em torno do gasoduto continuou sendo um tema recorrente naquele período.

Segundo Braga, era um assunto da moda, mas uma luta perdida porque deveria ter começado lá atrás quando Waldir Guerra era deputado federal.

Essa discussão pode até ter colaborado para divulgar Dourados e para a inclusão do Município em um novo projeto de ferrovia.

Sempre vinha, no caso do gás, a conclusão de que Dourados era bem abastecida de energia, a linha de transmissão era boa.

Em relação à ferrovia, o ramal da Sorocabana (SP), segundo o Junji, saindo de Presidente Prudente (SP) passando por Rosana (SP) viria até Dourados.

O projeto foi implantado até porto Euclides da Cunha (SP).

A Ferrovia da Produção saindo de Guarapuava (PR) passando por Guaíra (PR) chegaria até Dourados e iria até Maracaju.

Seria uma ligação com Paranaguá.

O trecho já executado vai de Guarapuava a Cascavel (PR).

O projeto das ferrovias foi uma pauta bastante discutida dentro da ACID desde a década de 80.

O próprio Junji representou o Luiz Carlos Mattos em duas atividades sobre a ferrovia: encontro em Guaíra com prefeitos e presidentes de associações comerciais da região beneficiada



pelo projeto; comitiva a Vitória (ES), São Luís (MA) e Carajás (PA) para conhecimento do Complexo Ferroviário da Vale.

Ocorreram ainda sessões na Câmara e Audiência Pública no CEUD.

(...) Os argumentos a ser usados, o mais forte deles, sem dúvida, deverá ser o que defende a Associação Comercial de Dourados, ACED: a possibilidade futura da integração do Brasil na rota ferroviária bi-oceânica que liga a Argentina ao Chile. Para isso bastaria complementar uma ligação de Dourados à cidade de Resistência, na Argentina. O Brasil, com isso, estaria ligado por ferrovia, bitola larga, ao Chile via Argentina. Por serem múltiplos e grandiosos os interesses político-comerciais essa é, sem dúvida, a ferrovia mais viável, em médio prazo, para o Mato Grosso do Sul (...).<sup>151</sup>

A ACID, por outro lado, bancava o policiamento com bicicletas na área central e havia, em setembro de 2000, um déficit para manutenção desse serviço.

Braga se recorda que o problema da violência era sério naquele período, com assaltos no centro, razão pela qual se manteve o policiamento com bicicletas por certo período com a entidade doando as bicicletas e o equipamento necessário.

A entidade cobrava da Prefeitura a manutenção das vias de acesso à cidade que estavam em péssimo estado.

Jairo de Osti sugeriu, em setembro de 2000, a indicação por parte da ACID do ex-presidente Walter Pitarelli para a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, mas a nomeação só foi acontecer em julho de 2003 durante uma reforma administrativa.<sup>152</sup>

<sup>151</sup> GUERRA, Waldir. *A ferrovia viável para MS*.

<sup>152</sup> Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/novidade-do-secretariado-de-tetila-e-walter-pitarelli-96407630e8125d2c8e6efdfdfia29635>>. Acesso em: 22 out. 2014.

Os empresários reclamavam, em março de 2001, da substituição tributária citando o caso do arroz, do feijão e da carne.<sup>153</sup>

Os supermercados eram os que mais vendiam e menos ganhavam com esses itens.

Outra queixa dizia respeito ao cálculo da substituição tributária.

Em reunião dia 14 daquele mês esteve presente o responsável pela Unidade Gestora Regional de Fiscalização Sul, Milton Roberto Becker, alertando os supermercados para a necessidade do Emissor de Cupom Fiscal (EGF).

Os fiscais faziam plantão para exigir o uso desse equipamento.

Os pequenos estabelecimentos conseguiam se esquivar.

Os fiscais ficaram em cima dos supermercados.

A substituição tributária era calculada, segundo Becker, em cima do preço final da venda.

No dia 21 de março daquele mesmo ano, durante uma segunda reunião com o Becker, os empresários defendiam uma margem da tributação antecipada não superior a 30% e faltavam estudos quanto à cobrança do ICMS sobre o estoque.

A substituição tributária realmente assustou muita gente em 2000.

Braga diz não ter se abalado tanto porque vinha pagando a substituição no ramo de medicamentos há pelo menos dez anos, mas os iniciantes estranharam.

---

<sup>153</sup> Substituição tributária é um mecanismo de arrecadação de tributos utilizado pelo Governo Federal e Governos Estaduais atribuindo ao contribuinte a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pelo seu cliente. A substituição é recolhida pelo contribuinte e posteriormente repassada ao governo. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Substitui%C3%A7%C3%A3o\\_tribut%C3%A9ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Substitui%C3%A7%C3%A3o_tribut%C3%A9ria)>. Acesso em: 22 out. 2014.

A pressão tributária sempre judiou dos comerciantes e, segundo Braga, ultimamente vem maltratando ainda mais porque quando o Governo lança um imposto ele já pensa na sonegação e, por conta disso, aplica uma alíquota maior.

Se não houver uma mudança tributária a situação tende a ficar muito difícil porque, de acordo com ele, todos os segmentos estão sendo afetados e o comércio está desmotivado.

“(...) Tem gente, tem consumo, mas o comerciante trabalha, trabalha e a margem é muito pequena; a informatização está facilitando tudo em termos de arrecadação (...)”

Além do arrocho fiscal, os sindicatos estão mais atuantes, o Ministério do Trabalho e Emprego está agindo mais, os governos estão todos informatizados.

“(...) Antes o imposto federal não pago prescrevia, hoje eles te notificam no ano (...)”

O Supersimples, em vigor desde 15 de janeiro de 2015 unificando oito impostos em um único boleto e reduzindo, em média, 40% da carga tributária, direcionado para 140 novas categorias, atende mais o comércio pequeno familiar, mas para uma empresa com 30 funcionários o encargo maior é o trabalhista.

No caso de empresa com faturamento maior o Supersimples dobra o imposto federal, segundo Braga.

(...) Tem que mudar, tem que ter alguns incentivos e diminuir a carga tributária; difícil o futuro, hoje o comerciante é um herói porque você pega o seu capital, investe, vai gerar emprego, gerar impostos, trabalhar e no final você fica com o imposto, o risco é muito grande para sobrar muito pouco; então vai chegar uma hora que para você ser comerciante você precisa de incentivo; faltam incentivos para o pequeno comerciante, para o grande tem, para o pequeno até tem, mas como os encargos são muitos ele não consegue, ele sempre tem alguma coisa

pendente e não se habilita (...) [informação verbal].<sup>154</sup>

Ainda em março de 2001 discutiu-se o horário de funcionamento durante a campanha *Dourados Shopping Céu Aberto* de 25 de março a 12 de junho.

Negociaram a abertura nas 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> até 20h e aos sábados até 18h.

Braga deu continuidade ao projeto do *ninho dos Iguais*.

“(...) A associação não era o prédio, era mais a política em volta do dia-a-dia, era isso que a gente discutia lá, era bem maior do que se vê, continua até hoje esse envolvimento (...)”

Da mesma forma continuaram o *Despertar para o Trabalho* e a *Roda Empresarial* – essa antes a cada 15 ou 20 dias passou a ser promovida semanalmente na parte da manhã.

Em relação à *Roda Empresarial* Braga disse que foi “(...) uma das coisas marcantes e até hoje se ouve comentários, até hoje ela é o ponto de encontro dos empresários (...)”

Outro trabalho distinto foram os conselhos formados dentro da ACID como da mulher empresária, jovem empresário e do comércio exterior.

Em 4 de outubro de 2001 foi apresentado em reunião o presidente do Conselho Permanente do Jovem Empresário (Copejem), Roberto Alexandre Leite Fernandes.

Luciano Mariano, outro jovem empresário, passou a ser o diretor do SCPC.

Naquela oportunidade Braga destacou o espírito de renovação e disse ser gratificante ver filhos de empresários dando continuidade aos trabalhos da ACID.

O Conselho do MERCOSUL foi presidido por Carmem

---

<sup>154</sup> BRAGA, Sérgio. *Entrevista gravada*.

## Omizolo; e o Conselho Permanente da Mulher Empresária e Executiva por Maria de Lourdes Nunes.

O conselho dos jovens, na época, a gente até comentava, parece até uma época meio de transição; o pessoal da Skol, o Luciano, o Marcelo assumindo a Skol, o Renê assumindo a Farmácia Popular; o Issao Iguma o Sindicato Rural; o Júnior Teixeira na Câmara, estava assim um monte de jovens passando de uma geração para a outra; Valdemar Perez e o Luciano Perez também, formou-se assim um conselho na época que surpreendeu; hoje pessoas que estão na ativa fizeram parte do conselho, hoje a maioria dos empresários de sucesso se você olhar a ata estava no conselho; depois também tinha uma participação grande das mulheres, já tinham bastantes mulheres empresárias, mais o trabalho da Idete (Boschetti), da Irma (Lupinetti), da Beth (Salomão); Carmem era do setor de confecção, mas como estava na onda do MERCOSUL então estava pensando na exportação; conselhos eram também para aderir mais gente à associação, por exemplo, o SCPC é um núcleo, é a informação, então a gente queria abrir as portas da associação (...). Essas ideias todas aí não são nossas, buscamos fora, na época a associação exemplo aqui era a de Maringá, aí eles vieram aqui e deram um apoio muito grande para a gente, então tudo que fizemos aqui já tinha lá (...) [informação verbal].<sup>155</sup>

=#=#=#=#

Em setembro de 2001, em Campo Grande, durante o XXXVI ENCONEX (Encontro de Comércio Exterior), Nilson Aparecido, Junji Myakawa e Idete Boschetti entregaram ao

---

155 Idem.

secretário Adjunto de Comércio Exterior, Ivan Ramalho, um ofício solicitando apoio do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior para a implantação da Estação Aduaneira Interior (EADI), o Porto Seco.

Dois meses depois uma comitiva formada por Nilson, Junji, Luiz Zarpelon, o vereador Paulo Falcão, o deputado federal Marçal Filho (PMDB), o professor Luiz Alexandre (UNIGRAN), a médica Denise Nemirovski e o professor Omar Daniel (CEUD/UFMS) esteve em Brasília para fazer a mesma reivindicação ao secretário da Receita Federal, Everaldo Maciel.

Em outra agenda, a doutora Denise e o professor Omar aproveitaram para reivindicar a implantação do curso de Medicina no CEUD/UFMS.

Ainda em agosto de 2000 o deputado estadual Murilo Zauith (PFL) apresentou estudo e cartilha explicativa sobre o Porto Seco e solicitou à diretoria da ACID empenho para implantação desse projeto.

Para viabilizá-lo seria reivindicada a doação de uma área de dez hectares do Distrito Industrial de Dourados (DID).

Usavam como referência os portos de Maringá (PR) e Anápolis (GO).

Murilo assegurou R\$ 10 milhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Mas durante o encontro o secretário da Receita sugeriu à ACID iniciar primeiro os trabalhos de exportação com o REDEX<sup>156</sup>, mais viável para os padrões de Dourados naquele momento.

Quando fosse possível o Porto Seco a Receita montaria o processo licitatório.

Para a ACID, Dourados reunia as condições: boa infraestrutura em termos de redes de água, energia elétrica,

---

156 Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação.



telefonía e entroncamento de acesso rodoviário aos principais centros do País, além da rica fronteira agropecuária.

A associação vinha reivindicando a EADI há três anos.

Mas Junji é mais cauteloso nessa defesa, pois, para ele, não há no âmbito local uma massa crítica para se operar um projeto com essa envergadura.

O porto seria um investimento particular e a Receita colocaria os fiscais para fazer o controle.

“(...) Não encontramos quem se interessasse em fazer o porto (...)”

Sobre a exportação, a seu ver, a associação sempre busca formas de se comunicar com o Mundo.

Essa discussão é constante.

O relator do Conselho Fiscal, Inio Roberto Coelho, alertou em abril de 2002 para se alterar os estatutos visando regularizar os novos conselhos.

Durante a reunião do dia 9 de maio de 2002 Carmem Omizolo fez um relato das atividades do seu conselho.

Uma delas foi recepcionar a delegação de Pedro Juan Caballero liderada pelo diretor da Agência Cáceres, Javier Gienez Garcia de Zuñiga.

Naquela oportunidade os visitantes expuseram o projeto de aproveitamento do Porto de Concepción para a exportação de produtos primários e de outras mercadorias.

A recepção aconteceu em 27 de março de 2002.

Em março de 2002 as consultas ao SCPC já podiam ser feitas pelo site da ACID com maior agilidade e segurança.

A entidade tinha 740 filiados.

No dia 5 de abril de 2002 o Conselho do MERCOSUL recepcionou a delegação paraguaia chefiada pela vice-ministra de Comércio, Myrian Segóvia, juntamente com outros executivos do País vizinho.

Objetivo: promover o comércio bilateral entre Paraguai e

MS.

Em outubro de 2001 uma boa notícia: o Estado ia liberar R\$ 60 mil para a Campanha de Natal e patrocinar um carro ok para ser sorteado.

Ainda em outubro, na mesma reunião cujo apoio para a Campanha de Natal foi anunciado, o secretário Municipal de Indústria e Comércio, Mário César Thompes, apresentou a proposta de Lei de Incentivo às empresas interessadas em investir no Município.

Nilson aproveitou para cobrar incentivo para os empresários já estabelecidos e depois para os de fora.

Citou o caso do Dejair Martins Pires, conselheiro da entidade, naquele tempo ampliando a empresa e não tinha nenhum incentivo.

O secretário alegou ser papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico avaliar essa questão.

Apesar do apoio do Estado, em fevereiro de 2002 calculou-se um déficit aproximado de R\$ 14,4 mil da Campanha de Natal cuja conta seria dividida entre ACID, CDLe Sindicom.

Sobre as principais demandas do seu período Braga enumera a construção da Perimetral Norte, da Avenida Guaicurus, do Pavilhão de Eventos para fomentar o turismo de negócios, melhorias no setor hoteleiro e mais investimentos na parte estrutural da cidade.

Recorda-se das conversas questionando o fato de Dourados não ter grandes indústrias por falta de consumo.

Dourados já tinha naquela época várias indústrias, mas de pequeno porte.

As indústrias estabelecidas aqui, em sua maioria, são ligadas ao agronegócio.

Mas as pessoas querem ver as grandes do ramo de vestuário, alimentação...

“(…) O ano 2000 era de baixa, tinha muito salão fechado

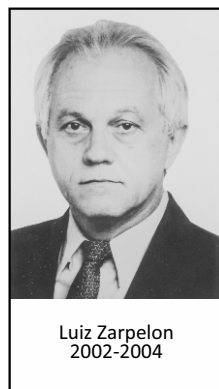
em Dourados (...). Trabalhamos bastante para levantar o astral das pessoas (...)”, afirmou.

(...) Olha, na época a gente perguntava qual era a alma da Associação Comercial, a experiência que eu passei lá, a parte política da cidade, a discussão, tudo que havia na cidade passava pela Associação Comercial, então a gente participa da vida da sociedade, da vida mesmo do Município (...). Sobre o crescimento da cidade? É natural por ser um pólo, mas também por ter vindo para cá a educação, a Cidade Universitária, eu me lembro na época a discussão, a Brasil Foods, a Cargill, não tinha as usinas ainda (...). A Avipal, a Frangosul antes, tinha facilidade de montar as granjas por causa da Colônia; o que começou em 1943 no ano 2000 facilitou o trabalho, então por Dourados ser um pólo com terras boas para produzir juntou a educação, a saúde, na minha opinião, a educação e saúde que trouxeram o restante, que fez o comércio forte, todo investimento que vem ele soma, a tendência é Dourados ficar cada vez mais forte e as cidades vizinhas vão se acomodando, agora essas obras do PAC, saneamento, habitação, asfalto, ajudaram a crescer (...) [informação verbal].<sup>157</sup>

Em 15 de maio de 2002 Luiz Zarpelon elegeu-se presidente compondo chapa única.

A festa de posse foi animada pelo cantor Wanderley Cardoso.

Logo naquele início Zarpelon<sup>158</sup> recebeu na ACID o candidato ao Senado, Delcídio do Amaral. Aproveitou para entregar-lhe o ofício com reivindicações, entre as quais, a vinda de



Luiz Zarpelon  
2002-2004

<sup>157</sup> BRAGA, Sérgio, op. cit.

<sup>158</sup> Luiz Zarpelon morreu em 12 de janeiro de 2011, vítima de câncer.

linha aérea, construção do Centro de Convenções e do ramal do gasoduto.

Quanto ao aeroporto, segundo Delcídio, havia um projeto de reforma e duas empresas estavam interessadas em operar no local: a TAM e a Gol.

Em relação ao gás estava sendo criado o comitê pró-gás.

O candidato comprometeu-se a trabalhar para atender essas solicitações.

O vice-presidente Jairo de Osti reclamou que os comerciantes pagavam impostos e quando precisavam do apoio de um político encontravam as portas fechadas.

Ele queria saber: se Delcídio fosse eleito (como de fato foi) o que poderia fazer pelos comerciantes?

Delcídio saiu pela tangente dizendo que o empresário precisava agregar valor aos seus produtos, qualificar mão de obra e com isso gerar mais empregos, mas reconhecia: até aquela data ninguém tinha apresentado um projeto verdadeiro e consistente para o Estado.

Para o diretor Leodoni Richtero, um dos problemas era a falta de melhor infraestrutura citando o caso do precário serviço aéreo.

Quem fosse a São Paulo resolver pequenos problemas perdia dois dias.

Naquele ano, como parte do Dia do Comerciante, a entidade homenageou a Riachuelo por ter o registro de filiação mais antigo.

Coincidentemente era a campeã de consultas ao SCPC em 2001 seguida pelo Supermercado São Francisco e Brasimac.

Homenageou Dorival Quintana, da *Gazeta Popular*, morto em junho de 2002.

A abertura ou não no dia 20 de dezembro continuava sendo discutida.

Durante uma reunião no dia 29 de agosto de 2002 com CDL e Sindicom, Zarpelon alertou que o prefeito Laerte Tetila<sup>159</sup> não tinha interesse em autorizar a abertura do comércio no dia do aniversário da cidade.

Em setembro discutia-se na ACID um projeto para padronização das calçadas.

O Copejem desenvolvia a campanha *Pedestre, o nosso cliente* – o conselho passou a ter a sigla de Conjove em outubro de 2002 seguindo a padronização no âmbito nacional.

Em 25 de setembro de 2002 aconteceu uma reunião com o setor de hotelaria com o objetivo de se fazer um diagnóstico das necessidades da área para juntos elaborarem um planejamento de atividades.

O setor queria agregar cultura e turismo.

A Reserva Indígena, um forte ponto turístico, poderia ser mais bem identificada com um portal.

Para os hoteleiros, as principais dificuldades eram a não abertura do comércio nos finais de semana.

Faltava também um shopping e uma agenda cultural atrativa.

O professor Airton Pinto de Mora, coordenador do curso de Turismo da UNIGRAN e parceiro da ACID, explicou nessa reunião que um dos objetivos do curso era colaborar com o setor, mas ele precisava saber o grau de satisfação dos hoteleiros e se as necessidades eram gerenciais, de custos, de mão de obra, enfim.

Decidiram começar o trabalho pela qualificação dos próprios hoteleiros.

---

159 Prefeito de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008.

Em 7 de novembro de 2002 a General Service Aviation (GENSA) solicitou reunião com a ACID.

A empresa anunciava para 11 de novembro o início das operações de voos entre Dourados e Campo Grande, usando um Bandeirante com 20 lugares.

A vinda da GENSA era fruto do trabalho do diretor Ademar Ferreira.

Os horários permitiam conexão com São Paulo e outros Estados.

Um voo sairia às 3h com previsão de chegar a Campo Grande às 3h35.

Outro sairia às 23h25 com mesmo tempo de voo.

A passagem sairia entre R\$ 124,00 a R\$ 152,00.

O prefeito elogiou o empenho da ACID por conta disso.

A Infraero enviou um veículo para suporte dos Bombeiros no aeroporto.

Mas esse serviço aéreo não foi longe.

Em janeiro de 2003 o atendimento fora suspenso.

A empresa alegava prejuízo.

Em agosto de 2003 Ademar esteve com a diretoria da VASP.

A VASP pretendia regionalizar voos em MS fazendo possivelmente escala em Campo Grande, Corumbá, sendo então requerida a inclusão de Dourados.

Houve inclusive uma articulação política com os deputados federais João Grandão (PT), Murilo Zauith (PFL), Geraldo Resende (PPS), a Prefeitura e Câmara para se trazer a VASP, mas sem êxito. Essa empresa deixou de operar em 2005 e teve sua falência decretada pela Justiça de SP em 2008.<sup>160</sup>

Por outro lado, a criação da taxa de iluminação pública, ou

---

160 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/VASP>. Acesso em: 20 fev 2015.

melhor, da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), gerou um intenso debate.

A entidade defendeu uma taxa menos onerosa.

Uma proposta inicial da ACID foi rejeitada pelo prefeito e alguns vereadores.

Em junho de 2003 a entidade lançou o concurso para a composição do seu hino com prêmio de R\$ 2 mil como parte do seu 58º aniversário.

A apresentação aconteceu no dia 16 de julho, no Teatro Municipal, quando se comemorou o Dia do Comerciante. Naquela noite, com o Teatro lotado, o mágico e especialista em marketing, John Mac Manney, fez uma palestra-show.

Foram inscritos 20 trabalhos sendo escolhida a letra e música de Walter Severino Ramos e Moisés Martins da Silva.

A ACID é a única do Estado a ter um hino, segundo Antônio Freire.

Eis a versão original do hino:

*Visão de futuro em constante ação  
Nosso ideal é semear a união  
Fortalecimento e apoio  
Somos parte integrante da história*

*Associação Comercial e Industrial  
Sempre na vanguarda do futuro de Dourados  
Mais de meio século se fez consolidar  
Com honrosa missão a zelar*

*Mãos que se unem  
ACID é algo mais  
Ativa e participante sempre a prestar  
Suporte ao comércio crescimento seguro  
Atuante com visão para o futuro*

*Destemor no passado fez brotar a solidez  
No presente a conquista tão brilhante evolução  
Inovando e crescendo semeando a união*

*Ês um elo de progresso neste chão*

*Associação Comercial e Industrial  
Sempre na vanguarda do futuro de Dourados  
Mais de meio século se fez consolidar  
Com honrosa missão a zelar*

*Mãos que se unem  
ACID é algo mais  
Ativa e participante sempre a prestar  
Suporte as empresas propagando qualidade  
ACID força em atividade*

Nietzsche: “sem a música, a vida seria um erro.”

=#=#=#=#

Em 11 de setembro de 2003 Zarpelon comunicou o início das negociações com o Bradesco para aquisição do imóvel localizado na Avenida Joaquim Teixeira Alves, 1480, esquina com Rua João Rosa Góes, onde a entidade se encontra até hoje.

O terreno tem 2.500 m<sup>2</sup> e área construída era de 258 m<sup>2</sup>.

O imóvel foi avaliado pelo preço mínimo de R\$ 800 mil e acabou sendo arrematado pela ACID por esse valor.

Apenas a ACID apresentou proposta de aquisição em 25 de setembro, em Campo Grande.

Mas para levantar os R\$ 800 mil era preciso vender a sede da ACID localizada na Avenida Marcelino Pires avaliada em aproximadamente R\$ 1 milhão.

Havia dois pretendentes.

A diretoria usaria a diferença para construir um auditório.

Em 23 de setembro, apenas dois dias antes do leilão do imóvel do Bradesco, duas propostas lacradas foram apresentadas para compra da sede da ACID: uma do Valdemar Perez no valor de R\$ 905 mil e outra de Hassan A. Gebara de R\$



930 mil com a condição de pagar R\$ 800 mil à vista e mais dez parcelas mensais de R\$ 13 mil a partir da assinatura do compromisso de compra e venda e prazo de 45 dias para desocupação do prédio.

Foi aprovada essa segunda proposta.

Em 10 de setembro de 2003 quando o Dia da Imprensa era comemorado nessa data a ACID homenageou a mídia local representada pelo presidente do Sinjorgran, Clóvis de Oliveira; e pelo presidente do Clube de Imprensa de Dourados (CID), Élvio Lopes.

A homenagem aconteceu durante a *Roda Empresarial*.

A Avenida Marcelino Pires transformou-se em parque de diversões na tarde de 11 de outubro por ocasião do projeto *Criança Feliz* alusivo ao Dia da Criança, promoção da ACID e parceiros.

Enquanto no ano de 1949 a associação festejou a inauguração da estação de Itahum, em janeiro de 2004 Zarpelon lamentava a desativação desse ramal durante um evento na ACID com a presença do secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Keiji Kanashiro.

(...) desnecessário destacar a importância das ferrovias para o transporte de cargas. Mas no caso de Dourados, assim como municípios vizinhos como Maracaju e Ponta Porã, grandes produtores de grãos, vivemos um retrocesso com a desativação do ramal da Noroeste de Itahum (...) um patrimônio valioso foi jogado no lixo, apesar dos transportes ferroviários serem mais baratos e custos menores representaria mais lucratividade para toda a cadeia do agronegócio regional (...).<sup>161</sup>

---

<sup>161</sup> *Jornal ACIDNews*, jan. 2004, p. 4.

Durante a realização da 122ª *Roda Empresarial*, em dezembro de 2003, a ACID comemorou a filiação do milésimo associado: Bromarc Equipamentos, revendedora da Agrale.

Durante o ano de 2003 foram realizadas 35 palestras em parceria com a UNIGRAN sobre temas variados, com um total de 964 participantes; foram promovidos 40 encontros da *Roda Empresarial* reunindo 2.540 participantes.<sup>162</sup>

Surgiu, como parte do Projeto Empreender, os núcleos setoriais voltados para as áreas da Auto Mecânica e Indústria, Serralherias, Auto Peças, Hotéis e Motéis e Restaurantes.

O propósito era a cooperação para o desenvolvimento organizado da micro e pequena empresa estimulando a mudança de atitude, de métodos de gestão e na forma de atender o cliente transformando essas empresas mais competitivas.

Em abril de 2004 a TRIP Linhas Aéreas atendia Dourados (ida e volta) com voos para Campo Grande, Curitiba (PR), Cascavel (PR) e Maringá (PR).

Em maio daquele mesmo ano a associação passava a se integrar à Rede de Informações e Proteção ao Crédito (RIPC).

=#=#=#=#

Em 19 de maio de 2004 foi eleito para a presidência Jairo de Osti também compondo chapa única cuja posse, em 18 de junho, no Clube Indaiá, foi abrilhantada por um show de Jair Rodrigues.

A nova diretoria mobilizou seus diretores e conselheiros para aumentar o número de filiados. Eram pouco mais de 1.100 associados.



<sup>162</sup> *Jornal ACIDNews*, dez. 2003, p. 5.

Jairo propôs que todos os membros da diretoria conseguissem filiar pelo menos um novo associado.

Outro compromisso era reformular os estatutos para filiação de profissionais liberais, autônomos, empreendedores de uma forma geral.

Em agosto, no dia 22, um sábado, aconteceu o 1º *Centro Mix* na Avenida Joaquim Teixeira Alves com João Rosa Góes, das 9h30 às 22h, em frente da associação.

Tendas abrigando pelo menos 50 lojas foram montadas em plena rua no maior saldão de ofertas já feito na cidade, modalidade que vinha se consolidando como uma boa oportunidade de negócios.

Reuniu um público estimado em 40 mil pessoas, segundo o *ACIDNews* de setembro de 2004.

(...) Essa foi uma ideia que nos foi trazida de Campo Grande e nós fizemos a primeira, aonde os comerciantes saíam das lojas para vender o que realmente ia dar desconto, então deu muita gente, fizemos o segundo que foi sucesso também, e depois infelizmente a gente tem uns comerciantes em Dourados que a gente convive há muito tempo, mas é difícil porque ele olha só para o umbigo, primeiro o meu, depois o meu e se sobrar o meu; o que fizeram, pegaram esse dia e levaram para as lojas, o que você está vendo hoje é um liquida Dourados, CDL encampou com bastante sucesso, mas você chega numa loja vê uma banquinha ali com 50% de desconto, o resto é mercadoria normal, é uma maneira de chamar o cliente, mas para vender normal, então você vê pouco hoje de liquidação de loja total e ali no espaço independente ele ia trazer só o que ia vender, então o cliente já ia lá sabendo que estava ali com 20, 30, 40, 50% de desconto de todo ramo, comércio em geral, sapato, roupa, carro (...) [informação verbal].<sup>163</sup>

---

163 OSTI, Jairo de. *Entrevista gravada*.

A ACID aproveitou o êxito desse evento e mobilizou a classe empresarial e a Câmara Municipal em torno da aprovação do horário livre para o comércio.

O Sindicato dos Trabalhadores no Comércio (SECOD) tentou barrar na Justiça a realização do *Centro Mix*.

Dois anos antes a Câmara, depois de muito debate, havia aprovado uma lei proibindo a abertura do comércio aos domingos, prejudicando as redes de lojas.

Depois essa mesma legislação foi alterada para atender o Shopping Avenida Center permitindo que esse estabelecimento abrisse aos domingos.

AACID reivindicou a extensão da medida para os demais.

O horário deve ser livre e os direitos trabalhistas negociados entre as partes, disse Jairo.

(...) Junto ao Ministério do Trabalho havia denúncias de extrapolação de horário, mas não havia denúncia de patrão não pagando o empregado, o mau empregador tem que ser punido, assim como o mau empregado, ele não pode ter, estraga os outros companheiros, então a jornada de trabalho ela tem que ser respeitada só que em qualquer horário, você pega um hospital ele não fecha, você pega um posto de gasolina, ele não fecha, uma farmácia, ela não fecha, por que o comércio tem que fechar? O que tem que fiscalizar é a jornada de trabalho, então é a de 6h ou 8h, não pode estender isso com um funcionário só sem o pagamento de hora extra, tem que ser paga a hora, aí que entra o Sindicato dos Comerciantes fazer a fiscalização (...). Então eu acho que o comércio tem que abrir do jeito que achar melhor, a hora que quer, mas desde que pague, tanto é que hoje chegou o shopping, os hipermercados, eles abrem a hora que querem, mas cumprem jornada, não escraviza o funcionário, se o horário for livre, cada um vai ter o seu turno, como se uma loja fica aberta 18h e tem um quadro de funcionários? É fácil fiscalizar, é só

pedir a folha, o que não pode é limitar o empresário a abrir sua loja, aberta ela vai aumentar o ciclo de trabalho, isso nós conseguimos (...) [informação verbal].<sup>164</sup>

Para o prefeito Laerte Tetila, a adoção ou não do horário livre era uma questão a ser encaminhada pelas entidades do setoreconômico.

Qualquer atitude da Prefeitura desagradaria uma das partes.

Mas ele defendeu a manutenção do feriado de 20 de dezembro.

O horário livre foi finalmente aprovado pela Câmara e sancionado pelo prefeito em dezembro de 2004 atendendo também os prestadores de serviço.

Naquele ano o acordo firmado para a abertura do comércio em dezembro ficou assim: dias 11 e 18 (sábado) as lojas abririam até 18h; de 13 a 17 e de 21 a 23, até 22h; dia 19, das 9h às 18h (a diferença seria compensada em 9 de fevereiro, Quarta-Feira de Cinzas); dia 24, até 18h, exceto supermercados cuja jornada estendida ia até 22h; dias 20 e 25 o comércio permaneceria fechado.

Em novembro de 2004 o diretor da ACID, Francisco Eduardo Custódio, lançou uma campanha durante a *Roda Empresarial* visando à recuperação do crédito dos clientes inadimplentes e com nome incluído no SCPC.

A ideia era estimular as pessoas a aproveitarem o 13º para pagamento de suas contas.

A campanha *Seu nome de bem na praça* deu certo: foram feitos 969 cancelamentos de 24 de novembro a 10 de dezembro totalizando pouco mais de R\$ 133 mil.

---

<sup>164</sup> Idem.

Os comerciantes adquiriram um kit no valor de R\$ 20 contendo um cartaz da campanha e pagaram a postagem das correspondências enviadas aos consumidores estimulando-os a fazerem a recomposição dos débitos e, assim, teriam o *nome limpo* para as compras de final de ano.

Na negociação o consumidor poderia tentar um acordo para a redução dos juros ou do valor da dívida.

O cenário desanimador visto em 2000 com imóveis com as portas fechadas na área central era coisa do passado.

O comércio vivia uma boa fase em 2004. A economia vinha se fortalecendo.

O comércio diariamente abria novas portas e oportunidades de emprego.

Os números do SCPC revelavam que as vendas estavam em alta.

=#=#=#=#

Em um evento conjunto da ACID e Diocese de Dourados, o cantor Almir Sater fez um show em 1º de outubro de 2004 patrocinado pelo Estado, Vivo, Prefeitura e outros parceiros cuja renda destinava-se à construção do Monumento do Peixe e do Cristo a serem feitos pelo escultor Anor Mendes, de Campo Grande.

O show rendeu R\$ 27 mil.

Pouco antes, em 28 de agosto, o senador Delcídio do Amaral (PT) esteve em Dourados junto com o vice-governador Egon Krakhecke.

Prometeu buscar patrocínio para os monumentos e, de fato, conseguiu R\$ 300 mil junto a Brasil Telecom, mas a carta de intenção do crédito só foi entregue na semana da posse do novo presidente, Arthur Ferreira Pinto Filho.

Arthur ficou responsável pela continuidade do projeto.

A posse era no sábado e a carta chegou na 2ª feira anterior.

A comunidade evangélica reagiu contra a proposta do Cristo na entrada da cidade como pretendia o bispo Dom Redovino, abortando a ideia.

Jairo também havia solicitado ao senador para viabilizar junto à Petrobrás uma verba para a ACID construir salas e espaços para debates em grupos em sua sede.

Essa construção seria anexada ao auditório feito na gestão do Zarpelon com capacidade para 462 lugares.

O projeto estava orçado em R\$ 2,5 milhões, mas a ACID não conseguiu esse dinheiro.

Jairo foi três vezes a Brasília junto com o assessor de imprensa da entidade, Clóvis de Oliveira, conversar com o senador.

As maquetes dos monumentos do Peixe e do Cristo chegaram a ficar expostas no saguão da ACID por algum tempo.

(...) Aí para grande tristeza nossa e de Dourados porque nós íamos colocar o Monumento do Peixe no trevo para Fátima do Sul, esse monumento ficaria de frente da cooperativa que estava sendo construída lá, isso aí evitaria também que os nossos turistas, nossos visitantes, quando passassem pelo trevo de Panambi ficassem olhando à direita para o presídio, então tendo um monumento à frente dava visão desde Vila São Pedro, 25 metros de altura, 15 metros do peixe mais 10 metros de suporte, eram dois peixes, um saindo da água e o outro entrando na água com uma lâmina d'água certinho, uma coisa muito linda (...). Mas, aí o Arthur com esse dinheiro negociou com o Delcídio, o Tetila e abortou o monumento, e R\$ 150 mil ele gastou para enterrar o auditório que o Zarpelon havia feito com dinheiro dos associados, errado ou certo já estava feito, Dourados não tinha nenhum auditório na época para mais de 300 pessoas, ia ser o primeiro,

existia uma rampa, ele era declinado igual cinema para você ver o palco lá em cima, tudo pronto (...). Enterrou o auditório e fez um salão normal como tem vários em Dourados, salão de eventos e jantar (...). Os outros R\$ 150 mil o Tetila nunca usou, a Brasil Telecom nos deve, o Tetila ficou responsável de fazer os monumentos com esses R\$ 150 mil e não fez (...) [informação verbal].<sup>165</sup>

Pelo visto esse Monumento do Peixe seria parecido com o que foi feito em Bonito, na Praça das Artes do Centro de Informações Turísticas cuja escultura é assinada pelo artista plástico uruguaio Juan Muzzi, inaugurada em 29 de julho de 2010.<sup>166</sup>

Pela descrição feita pelo Jairo a diferença seria o tamanho.

O monumento local seria bem maior.

Arthur argumentou que o DNIT proíbe a construção de monumentos na beira de estradas federais e boa parte do dinheiro foi investida também no pavilhão de eventos do Parque de Exposições administrado pela associação:

(...) Na época o diretor do DNIT era o Marcelo Miranda (...). Nós oficiamos que queríamos fazer uma coisa muito boa com o dinheiro e oficiamos se havia possibilidade, como seria para colocar esse peixe lá no entroncamento de Fátima do Sul ou aqui perto do Parque de Exposições (...). O DNIT é contra, está nos arquivos da associação, é terminantemente proibido colocar esse tipo de coisa e aí nós indagamos porque uma série de cidades tem e aí ele disse que era uma estrada federal, era de competência do DNIT e que ali não

---

165 Idem.

166 Disponível em: <http://www.douradosnews.com.br/arquivo/bonito-ganha-monumento-assinado-por-artista-plastico-uruguaio-fadfidae22031bbf86ad2068bf53eabb>. Acesso em: 28 jan. 2015.



poderia por, eles poderiam embargar a obra e aí fomos falar com o senador (...). O senador Delcídio usou uma solução salomônica, eu disse se o senhor quer de fato fazer essa contribuição para a associação, nós poderíamos concluir o salão (...). Aí ele disse então nós vamos fazer o seguinte, R\$ 150 mil para a associação e R\$ 150 mil para a Prefeitura de Dourados, tenho certeza de que a Prefeitura nunca foi atrás dos R\$ 150 dela e nós fomos lá, umas quatro ou cinco vezes, mas para tirar dinheiro de uma grande empresa não é muito fácil (...). Além do auditório nós remodelamos o pavilhão do Parque de Exposições, onde acontece a exposição da associação, ali foram gastos R\$ 90 mil pra tentar dar uma ajeitadinha (...). Antigamente era sofrível e nós conseguimos melhorar (...) [informação verbal].

### Sobre o auditório:

(...) A associação focou muito num auditório porque realmente é necessário um auditório para aquele tipo de entidade aí nós fomos consultar pessoas porque não estavam projetados os banheiros, talvez até fosse acontecer se houvesse reeleição (...). Aí nós chamamos vários arquitetos, um deles foi o Soccol que não cobrou absolutamente nada, ele falou: porque vocês não transformam isso num ambiente de múltiplo uso? Eu já vi alguém dançando lá, e se fosse auditório seria impossível, e aí se adaptou aquela frente para pequenas reuniões, ficou um miniauditório e continua auditório com palco aquela parte elevada, e o piso boa parte foi aproveitada como arquivo morto e não sei se funciona como camarim lá embaixo, aí se colocou os banheiros, colocaram aquele blindex e acabou ficando uma coisa de muito bom gosto (...) [informação verbal].

Diante da polêmica em torno do assunto a diretoria decidiu por bem dar plenos poderes para o Arthur tratar desse tema junto à Prefeitura podendo até abrir mão do patrocínio

destinado à entidade em favor do Município.

Em setembro de 2007 foram retomadas as obras de construção do auditório e a intenção era executá-la em etapas independente do patrocínio, pois, o projeto estava pronto e a ACID dispunha de R\$ 65 mil para essa finalidade.

A diretoria decidiu em setembro de 2007, conforme a ata do dia 3, que a associação bancaria a construção com verba própria até o limite de R\$ 100 mil.

Mas o secretário foi autorizado a buscar financiamento até o limite de R\$ 200 mil.

A ACID acabou contraindo empréstimo de R\$ 190 mil oferecendo como garantia a carteira de cobrança dos associados até o término do contrato de 48 meses com juro de 1.6% ao mês mais TR resultando em prestação inicial de R\$ 5,7 mil.

Esse dinheiro seria usado na totalidade do projeto, incluindo o mobiliário, vidros e climatização.

Os R\$ 150 mil da Brasil Telecom só foram liberados na primeira quinzena de março de 2008, permitindo que o auditório fosse concluído no final de maio.

Em agradecimento ao empenho do senador Delcídio, a ACID colocou o nome do pai dele no auditório, engenheiro Miguel Gómez.

==#=#=#=#

A entidade nunca deixou de exaltar a figura de seus fundadores.

Durante as atividades do Dia do Comerciante, em 2004, Jairo entregou ao Renê Miguel, cartorário, uma escultura com cópia da ata escrita por Maria da Glória Muzzi Ferreira há quase 60 anos.

Maria da Glória era mãe do Renê.

Em 21 de dezembro de 2004 a ACID enviou ofício ao prefeito, subscrito pela CDL e Sindicom, cobrando a não revogação do Artigo 520 do Código Tributário.

Esse artigo tratava da redução do ISSQN para o exercício de 2005.

Já havia sido acordado, em dezembro de 2003, que o ISSQN para 2005 seria reduzido de 5% para 4% e, em 2006, para 3%.

Mas a Prefeitura não queria mais cumprir o acordo alegando prejuízo.

No acordo inicial a Prefeitura se comprometia a aumentar a base agregando os informais e não sacrificando ainda mais os contribuintes inscritos.

Pelo menos a ACID conseguiu reduzir o ISSQN da educação, da saúde e da indústria gráfica para 2%.

(...) A gente compra matéria-prima, transforma matéria-prima, agrega serviços nela e vendia e recolhia imposto de 5%, não era justo, o borracheiro, o que ele faz: ele arruma o pneu então põe 90% de serviço e 10% é de remendo, a indústria gráfica não, a indústria gráfica coloca 40% de serviço e 60% de insumos então não é justo que você pague um ISS sobre uma mercadoria que não é sua, você compra, imprime e entrega (...). Isso já era uma raiz que havia sido plantada pelo Nilson lá atrás (...) [informação verbal].<sup>167</sup>

Durante a gestão do Jairo a sigla ACID foi alterada para ACED (Associação Comercial e Empresarial de Dourados).

A mudança foi aprovada em assembleia de 14 de setembro de 2005 quando o estatuto foi adaptado às exigências do novo Código Civil.

---

<sup>167</sup> OSTI, Jairo de, op. cit.

## A importância da ACED para a cidade segundo o Jairo:

(...) Eu acho que a associação é primordial, a associação sendo forte automaticamente o comércio é forte, ela só é forte se o comércio for forte, mas ela precisa fomentar a união dos comerciantes, foi o que nós fizemos, o nosso mote foi tentar mostrar para o comerciante que Dourados é viável (...). Acho que o principal trabalho nosso foi a união e a confiança do empresário na entidade, acho que isso foi o primordial (...)  
[informação verbal].

## PARTE 5

2006 a 2013

*A ADERE, a reação contra a alta exagerada do IPTU, a 1ª Exposhopping, a campanha pela revisão do ICMS, a Perimetral Norte, a concorrência com o Paraguai, a Roda Empresarial itinerante, a posição da ACED frente à Operação Uragano, a criação do Observatório Social, a eleição do Freire para a FAEMS, a mobilização em relação à Nota Fiscal de Serviço Eletrônico, a 1ª Feira do Empreendedor.*

Em 3 de maio de 2006 Arthur Ferreira Pinto Filho<sup>168</sup> foi eleito para a presidência cuja posse, no dia 13 do mesmo mês, aconteceu no auditório da ACED.

Uma das primeiras ações foi levantar as demandas dos associados.

Suspendeu-se a *Roda Empresarial* por três semanas para darem um novo formato à reunião das quartas-feiras objetivando aumentar a participação.

A diversificação dos temas foi uma das mudanças.

Em agosto daquele ano participou da *Roda Empresarial* o juiz eleitoral da 43ª Zona, Waldir Marques, falando sobre as eleições; e o fiscal de posturas Luiz Carlos Lopes abordando o tema poluição sonora.

Em setembro, como parte do Dia do Turismo, discutiram o turismo de negócios.



Arthur Ferreira Pinto Filho  
2006-2008

---

<sup>168</sup> Arthur Ferreira Pinto Filho mora atualmente em Bela Vista (MS) e recebeu o autor por ocasião da sua vinda a Dourados em 2 out. 2014.

A *Roda* passou a ser transmitida pelo Canal Cidade (canal 25 da Via Cabo), todas as quartas a partir das 13h.

Houve uma movimentação para se voltar a sigla ACID.

Em julho de 2006 instalaram-se urnas na associação e no *O Progresso*.

78 votaram pelo retorno e 14 para se manter ACED.

Teve três votos nulos e outras sugestões de abreviaturas diferentes.

A pesquisa, segundo Arthur, foi feita mais pelo jornal.

Para a dona Adiles do Amaral Torres, proprietária do jornal, a sigla ACED não caía bem, lembrava assédio, mas foi mantida a decisão tomada em assembleia.

Arthur não viu razão para mudar.

Estava perfeitamente enquadrado e aceito o nome ACED.

A ACED lançou em 21 de julho de 2006 o projeto *Aliança pelo Desenvolvimento Regional (ADERE)* reunindo 12 associações comerciais da região.

Visava agregar o potencial de cada cidade numa pauta única e buscar o fortalecimento no âmbito regional para exercerem maior influência junto ao Poder Público.

A ACED passou a ser a *embaixada* do projeto.

Em outubro a proposta incorporava o Sindicato Rural de Dourados presidido por Gino Ferreira.

Gino pretendia atrair os sindicatos de 43 cidades da Grande Dourados.

Juntos instalariam o Fórum Permanente da ADERE.

Tiveram apoio da CACB e da Sociedade Rural Brasileira.

O presidente da CACB, Alencar Burti, elogiou a iniciativa durante encontro com Arthur e Gino em São Paulo, destacando a importância de se envolver nessa discussão temas como a questão fundiária e dos impostos.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário

Ramalho, em Dourados participando da instalação do fórum, comentou que esse projeto era forte por conta da representatividade das lideranças dos segmentos envolvidos.

Era um dos caminhos para o fortalecimento das economias regionais.

(...) Uma das coisas que nós fizemos além da parte física que é aquele auditório que nós conseguimos concluir, foi alertar que a associação no nosso caso, na nossa região, é atrelada às associações que são fortes com os sindicatos rurais que são mais fortes ainda para que se fale a mesma língua, você não consegue separar uma cidade como a nossa do campo, praticamente não temos indústrias, então é o agronegócio, nós temos que lembrar que é o sindicato na parte rural e na parte do comércio a associação comercial, nós conseguimos estreitar bem esses laços, acho que isso foi uma coisa, e o projeto chamava-se ADERE, um projeto onde o Clóvis de Oliveira, a Irma, outras pessoas que nos deram uma colaboração extraordinária para que a gente fizesse isso porque não era fácil, a gente só olha para os problemas da gente, a gente não consegue olhar de forma mais ampla (...) [informação verbal].<sup>169</sup>

A programação do Natal de 2006 teve o escopo ampliado, reunindo além dos tradicionais parceiros (ACED, CDL e Sindicom), o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Lubrificantes e Lojas de Conveniência de MS (Sinpetro), Catedral, Convention Visitors & Bureau, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Dourados (AEAD), Associação dos Comerciantes de Material de Construção (Acomac), Prefeitura e Fundação de Cultura e de Esportes (Funced).

---

169 PINTO FILHO, Arthur Ferreira, op. cit.

Com o slogan *Corações iluminados no comércio de Dourados* houve um esforço para tornar o centro mais alegre, iluminado, atrativo e transformar a Praça Antônio João num complexo natalino com a construção da casa do Papai Noel, uma grande árvore de Natal, presépio e parque infantil.

Paralelamente aconteceu o concurso de *Luzes de Natal* em sua 9ª edição; o de *Vitrinismo* em sua 4ª edição e o 1º de *Quadras*.

Em 2006 conseguiu-se uma decisão judicial inédita no âmbito local permitindo a abertura do comércio no dia 20 de dezembro.

A ACED afixou uma faixa na frente da sede, antes da decisão judicial: *Amamos Dourados, mas também pensamos no comércio que depende das vendas*.

Uma pesquisa comprovou um bom volume de vendas no dia 20.

A petição baseou-se no princípio da isonomia.

A Prefeitura tinha permitido a abertura apenas do shopping inaugurado em junho daquele ano.

O ano de 2007 começou com a ACED questionando a Prefeitura por conta do aumento do IPTU em percentuais de 15 a 40%, uma média de 20% considerada alta e ruim principalmente para os comerciantes da área central.

Diferente de 2004, o momento não era bom por causa da frustração das safras anteriores e da crise na pecuária.

A inflação em 2006 tinha ficado em torno de 5 a 6%.

Mas não teve jeito. Os índices foram mantidos.

O reajuste havia sido aprovado pela Câmara (a Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2005) e baseava-se na reavaliação do valor venal dos imóveis nos casos de índices maiores.

Aqueles cujos imóveis tiveram maior valorização estavam sendo chamados a contribuir mais.



Para o contabilista Inio Coelho, relator do Conselho Fiscal e representante da ACED na Comissão de Avaliação da Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município, em vez da Prefeitura aplicar a Lei Complementar poderia ter optado pelo Artigo 186 do Código Tributário e aí o reajuste giraria em torno da inflação do período.

Em dezembro de 2006 aconteceram duas reuniões da comissão.

Na primeira havia sido decidido pelo reajuste em torno da inflação.

A Lei Complementar sequer havia sido apresentada.

Na segunda a Prefeitura pôs essa Lei em discussão justificando que os índices seriam baseados nela.

Em fevereiro de 2007 Arthur foi empossado diretor regional da FAEMS, representando a Grande Dourados.

Em março de 2007 discutiram-se alterações no parquímetro mantido pela empresa Caiuá Assessoria, Consultoria e Planejamento.

A ACED, CDL, Sindicom, OAB, Sindicato Rural e ADERE diziam não ser contra a cobrança.

Mas defendiam a mudança no caso do tempo mínimo pré-determinado, pois, mesmo quando a pessoa estacionava o veículo por um tempo menor ela pagava 30 minutos, uma cobrança injusta.

Em ofício encaminhado ao prefeito Laerte Tetila as entidades cobravam a adoção do mesmo sistema de Campo Grande onde o motorista pagava apenas o tempo utilizado.

A empresa pediu um prazo de 90 dias para readequação dos equipamentos, mas aguardaria, antes, a determinação da Prefeitura.

O pedido acabou sendo atendido.

Apenas o cartão do tipo raspar manteve o mínimo de 30

minutos.

Quem usa *botton* paga o tempo estacionado.

Em abril de 2007 o pavilhão comercial da 43ª Expoagro já estava reformado e preparado para a 1ª Exposhopping.

A melhoria atraiu novos expositores. Eram 27 estandes.

O *Jornal da ACED* de julho de 2007 agradeceu às seguintes entidades o apoio recebido para a reforma: Sindicato Rural de Dourados, BB, Caixa, Câmara, Estado, SEBRAE, UNIGRAN, Prefeitura, *Diário MS* e *O Progresso*.

=#=#=#=#

A vigência do Supersimples a partir de 1º de julho de 2007 gerou muita expectativa entre os empresários.

Uma palestra aconteceu durante a 43ª Expoagro como um dos temas do III Fórum da ADERE, ministrada pela diretora de estudos técnicos da Unafisco Sindical, Clair Hickman, auditora fiscal da Receita.

A ACED procurou orientar seus associados.

A mudança implicava em redução da carga tributária para micros e pequenas empresas, apesar da complexidade do cálculo.

Em artigo no *Jornal da ACED* de agosto Inio Coalho explicava que o Supersimples vinha tirando o sono dos empresários por causa da não inclusão para pagamento nesse regime do ICMS:

(...) Desse modo, como em nosso Estado quase todas as empresas pagam o ICMS sob modalidade de ICMS Garantido ou ICMS Mínimo, a lei do “Super-Simples” acabou por se tornar inócua, ou seja, de nada adiantou para os senhores empresários em termos de recolhimento de

impostos. (...) No Congresso Nacional cogita-se a criação de um dispositivo legal que tende a revogar essas normas proibitivas. Evidentemente, os estados que se utilizam deste regime de recolhimento vão se opor, pois, receiam perder tais importantes receitas. Assim, os empresários de nosso Estado deverão aguardar até que o Mato Grosso do Sul cresça para arrecadar mais impostos sem a necessidade de impor o recolhimento do ICMS pelo regime Mínimo ou Garantido (...).

Os critérios adotados para a cobrança do ICMS levaram as associações da região a se unirem em fevereiro de 2008 – considerados, no caso de MS, um dos mais altos percentuais sobre os custos das mercadorias entre os Estados.

A campanha era pela redução do imposto, exigindo-se uma revisão.

Dando um passo a mais para a construção da Perimetral Norte a ACED, 4ª Subseção da OAB/MS e membros da Comunidade Católica São Carlos, em 22 de junho de 2007, entregaram um abaixo-assinado ao deputado estadual Ari Artuzi (PDT) com dez mil assinaturas.

A iniciativa partiu do empresário Jaime Caldeira, morador na Vila Planalto e membro da Comunidade São Carlos.

Artuzi era um dos entusiastas desse projeto.

Naquele ano a ACED instalou a *Sala do Associado* onde eles podiam se reunir para discutir assuntos relativos aos seus negócios; e o *Showroom* na recepção da entidade destinada à divulgação de produtos obedecendo-se uma escala semanal.

O trabalho para se melhorar o transporte aéreo teve continuidade.

Segundo Arthur, 60% dos passageiros embarcados em Campo Grande não eram da Capital, mas do interior.

Isso mostrou ser possível se trazer boa parte dessas pessoas para Dourados.

“(...) Tava na cara que Dourados teria passageiros suficientes para manter um ou dois voos (...)”

A pista já tinha sido adaptada para os novos voos, mas a alteração não constava no projeto junto à ANAC.

Imediatamente foi providenciada a documentação.

Ao mesmo tempo houve um esforço do então vice-governador Murilo Zauith para se criar novos voos, assim como do governador André Puccinelli.

A TRIP manteve seus voos por conta e risco porque a seguradora não responderia pela aeronave e nem pelos passageiros enquanto não tivessem os equipamentos de segurança.

A empresa se mantinha por causa da boa demanda.

Houve um esforço da ADERE para estreitar os laços com o Paraguai visando principalmente o aproveitamento do Porto de Concepción.

Mas isso dependia mais da vontade política do Estado e da União.

Um relatório da ACED contendo uma criteriosa análise sobre o tema foi entregue em janeiro de 2008 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção e do Turismo.

Também foi enviado ofício à embaixadora Gladys Ann Garry Facó, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Itamaraty, em Brasília.

Há um acordo entre o Brasil e Paraguai firmado em 1957 (o tratado é de 1942, mas virou Lei em 1957<sup>170</sup>) prevendo-se o uso do Porto de Paranaguá pelo Paraguai e, em contrapartida, o Brasil

---

170 GUERRA, Waldir. *Um novo caminho para escoar a produção de MS.*

poderia operar no Porto de Concepción.

Mas enquanto o Paraguai já vem utilizando o Porto de Paranaguá desde 1988<sup>171</sup>, o governo brasileiro ainda não construiu o seu entreposto em Concepción que seria uma grande alternativa de exportação para a Grande Dourados.

A distância entre Dourados e Concepción é 300 km.

Até Paranaguá são 1.200 km.

(...) o espaço que funciona quase como uma embaixada ali em Paranaguá, tem um espaço enorme, o caminhão sai de Cidade Del Leste é lacrado, não sofre nenhuma interveniência de fiscalização brasileira, a não ser normas de trânsito, ele tem horário para sair, horário para chegar e aí adentra aquele espaço, ali é território paraguaio, é uma ficção jurídica e carrega, descarrega, a aduana brasileira tem funcionário lá dentro, então nós sabíamos que tínhamos que canalizar alguma coisa, o gasoduto não passou, a ferrovia não passa (...) [informação verbal].<sup>172</sup>

Em março de 2008 a ACED recebeu uma relíquia: um exemplar do primeiro estatuto contendo 24 páginas amareladas pelo tempo, elaborado em 1946.

A doação foi feita por Regina Aparecida Câmara Rodrigues.

O estatuto ficou exposto em uma redoma de vidro na recepção da ACED.

Sobre as principais demandas da gestão, Arthur recorda-se que a primeira delas continua atual: a carga tributária, principalmente na área do ICMS.

---

171 Disponível em: <<http://www.twscomex.com.br/noticia.php?id=1293&titulo=Impasses-nas-exportaes-paraguaias-no-Porto-de-Paranagu>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

172 PINTO FILHO, Arthur Ferreira, op. cit.

Na época ainda estava sendo implantado o sistema da substituição tributária.

(...) Então eles arbitravam o lucro, ou seja, se você comprava alguma coisa por R\$ 100 eles entendiam que aquele segmento, vamos dizer confecções, dava um lucro de 80% e arbitravam 17% sobre a diferença entre o custo e preço de venda, mas muitas vezes, na maioria das vezes, o comerciante não consegue imputar 80%, isso foi no passado quando até se concorda que o volume de vendas era pequeno, a margem era maior, mas com o advento hoje da concorrência o lucro é menor; o governador era o André, não conseguimos nada, até hoje o Estado de MS em termos de imposto estadual ele não quer nem saber, ele faz e desfaz e nós dizemos amém. Você sai de Ponta Porã e vai até Porto XV você deve passar por dez postos fiscais, você sai do Porto XV e vai para a Capital São Paulo você só tem um posto fiscal, o do Porto XV, não tem que parar nenhuma vez (...). Ele alega que a arrecadação é muito pequena e não pode deixar escapar nada, só que prejudica os nossos empresários (...) [informação verbal].<sup>173</sup>

Sobre a importância da ACED para a cidade:

(...) Se o comércio é o que emprega o maior número de pessoas e o comércio é o que recolhe a maior fatia do ICMS, a associação tem uma conotação muito importante no desenvolvimento, representando politicamente a classe, eu me lembro perfeitamente quando nós estávamos aqui o Freire era vice-presidente e eu via toda hora o noticiário: vamos abrir tantas usinas de álcool, Dourados vai receber tantas usinas; então nós da associação, o que nós pensamos, daqui a pouco eles vão trazer o pessoal de lá para trabalhar aqui, aí fomos correr atrás, fomos a

---

173 Idem.

Ribeirão Preto, até o Freire nos deu prazer da companhia dele, fomos a Sertãozinho, Ribeirão, aquela região lá e outras cidades e eu me lembro de uma resposta do Freire, o presidente da associação de Ribeirão Preto, uma bela pessoa, perguntou pra gente: o que vocês conhecem de cana-de-açúcar? Aí o Freire respondeu: o que nós sabemos é da garapa, só. Mas eu acho que esse é o papel, em todas as outras áreas, na época do shopping, nós temos que apoiar o shopping (...). Eu quero citar: é o orgulho de um dia ter pertencido à diretoria, ter estado lá, tentado dar a contribuição, e a nossa associação é muito habitada (...) então graças a Deus deu certo (...) [informação verbal].

Em abril de 2008 Arthur candidatou-se à presidência da FAEMS, mas não foi eleito.

Na oportunidade se reelegera Leocir Paulo Montagna.

Desde 11 de fevereiro de 2008 as atas passaram a ser digitalizadas.

=#=#=#=#

Inio Coalho foi eleito presidente em 9 de maio de 2008.

Encabeçou chapa única.

A posse aconteceu em 30 de maio junto com a inauguração do auditório.

O auditório tem 423 m<sup>2</sup> de área construída.

O hall tem 189 m<sup>2</sup>.

Custaram R\$ 300 mil.

Esse espaço multifuncional gera renda com a locação.

Uma das prioridades da gestão do Inio seria a aprovação do Código de Defesa do



Inio Roberto Coalho  
2008-2010

Contribuinte (CDC) no âmbito estadual prevendo melhor equilíbrio na relação entre o fisco e o contribuinte.

Eventualmente por um simples descumprimento de uma obrigação acessória como a falta da entrega de um documento que em nada implicava no recolhimento do imposto, o contribuinte já tinha suspensa a sua inscrição e ficava impedido de comercializar.

Mas esse código já tinha sido instituído (Lei 2.211 de janeiro de 2001).

Outra prioridade era a revisão do percentual utilizado para a base de cálculo do ICMS quando exigido sob a modalidade ICMS Garantido.<sup>174</sup>

Inio argumentou através no *Jornal da ACED*, edição de maio de 2008, que não se questionava a legalidade, mas a exigência do ICMS nas entradas de mercadorias servia apenas de base, devendo o contribuinte, depois, fazer a apuração *quantum* realmente devido.

Dissera ele:

(...) A conclusão é que esse percentual deve ser aplicado para se ter uma base de cálculo menor, nunca maior, sob pena de estar o Estado ferindo o princípio constitucional da livre concorrência. Quando a base é maior, o contribuinte sempre recolhe mais, não havendo porque fazer a apuração, ficando impedido de revender suas mercadorias a preços competitivos (...).

---

<sup>174</sup> O ICMS Garantido consiste na cobrança antecipada de parte do imposto relativo às operações tributadas a serem realizadas no Estado, pelos estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, com mercadorias oriundas de outras unidades da Federação ou com produtos resultantes do processo de industrialização em que forem utilizadas. Disponível em: <[http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2008/ms/icms\\_ms\\_32\\_2008.html](http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2008/ms/icms_ms_32_2008.html)>. Acesso em: 31 out. 2014.



O setor mais afetado era da micro e pequena empresa  
Ou seja: 80% dos contribuintes do Estado naquele ano.

Com a aprovação do novo Simples, em julho de 2007, o ICMS foi integrado ao imposto único e nesse caso o contribuinte que já recolhia o ICMS em regime garantido pagaria o mesmo tributo ao recolher o Simples.

Faltava, nesse caso, uma previsão legal para que o contribuinte, ao pagar o Simples, pudesse deduzir o valor antecipado a título de ICMS Garantido.

Aproveitando a visita a Dourados do governador André Puccinelli, no dia 27 de junho de 2008, a ACED junto com CDL, Sindicom, Sindicato dos Contabilistas e Acomac entregaram-lhe o ofício reivindicando esse ajuste.

O governador ficou de ver junto à Secretaria de Fazenda e em julho chamaria os representantes das entidades para uma nova conversa.

Para o Estado, conforme o ofício das entidades, não haveria significativa perda de receita, mas para os pequenos empresários representava muito.

A ADERE lançou uma campanha pela regularização do ICMS formando uma comissão encarregada de dialogar com a Secretaria de Fazenda.

Essa questão seria fácil de ser resolvida, dependia mais de vontade política porque se tratava de um ajuste técnico.

Inio defendia, à frente da ACED, a política do fazer muito e falar pouco.

Durante a gestão escreveu artigos esclarecedores publicados na mídia local e no jornal da entidade.

Quis prosseguir com a ADERE, mas com outras fontes de patrocínio.

A mobilização em relação ao ICMS surtiu algum efeito.

Eis um trecho da seção *Palavra do Presidente do Jornal da*

## ACED de abril de 2009:

(...) Até dezembro de 2008, antes da Lei Complementar nº 128/2008, os contribuintes enquadrados no SIMPLES, em se tratando de ICMS pagavam o ICMS Garantido mais o percentual de 1,25% a 3,25% sobre o faturamento. A carga aproximava-se a 15% sobre o faturamento. A partir de janeiro deste ano, com as novas normas, os mesmos contribuintes passaram a pagar, a título de ICMS, o percentual aproximado de 11,50% sobre o faturamento.

Mesmo assim, não houve a edição do Decreto Estadual de que os contribuintes pagariam apenas o diferencial de alíquota, o que representaria uma economia de aproximadamente 2% sobre o faturamento.

Desse modo, concluímos que houve uma melhora para as empresas enquadradas no SIMPLES e podemos afirmar que nosso objetivo foi alcançado. É um pequeno 'grande benefício' a um significativo número de pequenos empresários que lutam com todas as dificuldades para se manter no mundo dos negócios. (...).

Hoje se recolhe O ICMS Garantido apenas nas entradas de mercadorias, com diminuição em média de 2,5 a 3% em relação ao sistema anterior.

Outra preocupação era com a concorrência dos importados no Paraguai.

Seria impossível impedir as pessoas de fazerem compras lá, mas a ACED cobra da Receita fiscalização para o cumprimento da cota.

==#=#=#=#

Em julho de 2008 a associação oferecia a seus associados os seguintes serviços: SCPC; Departamento Médico (para exames

admissional, periódicos e demissional); o *Jornal da ACED* (mensal, tiragem de 1.200 exemplares); *Roda Empresarial*; Telecentro (em parceria com BB e SENAC objetivava inserir a micro-empresa e a empresa de pequeno porte na sociedade da informação); Balcão (fotocópias convencionais e diferenciadas, encadernações e plastificações); Videoteca (acervo com 203 fitas de vídeo com temas como Motivação, Capacitação para Vendas, Atendimento, entre outros, uso exclusivo para os associados); site [www.aceddourados.com.br](http://www.aceddourados.com.br); o projeto *Despertar para o Trabalho* e a Conventions & Visitors Bureau (reunindo de taxistas até empresas do setor turístico).

Em 4 de julho de 2008 Inio assumiu a diretoria regional da FAEMS representando a Grande Dourados, o mesmo cargo ocupado por Arthur.

Em setembro de 2008, no SENAI de Dourados, o presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS), Sérgio Longen, afirmou que o maior desafio da campanha pela redução do ICMS desencadeada pela ACED era unir o setor empresarial em torno de uma proposta.

As articulações para a revisão do imposto se mostravam um tanto lentas.

“(...) Em momento algum vamos ter a alíquota reduzida de imediato, sem antes termos um estudo criterioso de como os índices são aplicados atualmente e a variação de setor para setor (...)”, disse Longen.

Ele defendeu um planejamento ordenado, setorialmente, e uma discussão conjunta com o Estado na busca do equilíbrio fiscal conforme no *Jornal da ACED* de outubro de 2008.

Naquele ano a entidade se viu obrigada a anunciar o cancelamento, pela primeira vez, do concurso *Luzes de Natal* (em sua 11ª edição).

Motivo: falta de apoio da Prefeitura em fase de transição administrativa.

A Prefeitura auxiliava nos custos com premiação e troféus.

Mas o projeto acabou sendo retomado graças a uma parceria com o Estado e o SEBRAE articulada pelo vice-governador Murilo Zauith.

Essa parceria viabilizou também a campanha *Natal Sempre Presente da CDL*.

Em 16 de maio de 2009, durante a 3ª Exposhopping, como parte da abertura da 45ª Expoagro, a ACED lançou a *Revista Vitrine*, com edições bimestrais.

A *Roda Empresarial* ofereceu um atrativo a mais em 2009: os participantes concorreriam a uma viagem com acompanhante para Natal (RN).

Foi uma maneira de estimular a presença.

Quando Inio assumiu a associação tinha 798 filiados.

Deixou o cargo com 1.090.

Na gestão do Arthur foram feitas 306 novas filiações e na do Inio, 137.<sup>175</sup>

O Dia do Comerciante foi comemorado com bastante ênfase.

Discutiu-se o parquímetro cobrando-se área maior e capacitação.

Os comerciantes cobraram providências para conter a onda *quebra-vidraças*.

Os marginais quebravam as portas de vidro para praticar furtos.

A PM conseguiu conter esse tipo de crime.

Outras mobilizações: contra o retorno da CPMF; para

---

<sup>175</sup> *Jornal da ACED*, maio de 2010, p. 3.

despertar a consciência dos eleitores pelo voto consciente e a importância de se votarem nos candidatos locais.

Na gestão do Inio foi criado o prêmio *Gente que Brilha* entregue a várias personalidades douradenses no final de 2009.

Inio considera como seu maior legado a luta pela redução do ICMS.

Ele lamentou não ter conseguido construir o prédio para aproveitar o espaço da ACED usado hoje como estacionamento.

Mas trabalhou para melhorar os serviços na busca das soluções para os problemas dos associados, promovendo e elevando sempre o nome da associação.

Sobre a importância da ACED para a cidade:

(...) A associação é um órgão importante para a questão do comércio, da indústria, da prestação de serviços que é a finalidade dela hoje, ela tem essa finalidade, está atenta a isso, todas as questões que giram em torno do empresário seja ele comerciante, industrial ou prestador de serviços não só a questão dos impostos, mas também a questão da segurança, da ornamentação da cidade, limpeza, enfim, quando eu fui presidente o Ari Artuzi com toda aquela loucura dele ele criou o conselho, o conselho, fazia parte a associação, a OAB, o CREA, enfim, uma série de entidades, a cada 15 dias, uma vez por mês nós tínhamos reunião na OAB (...). Nós discutimos a fedentina do DID, discutimos o prédio, o semi-aberto, enfim, uma série de questões e sempre procurávamos resolver as coisas junto com o prefeito (...).

Duas chapas se inscreveram para a eleição de 2010.

Disputaram a presidência Antônio Freire e Luiz Zarpelon.

De um total de 344 votantes, Freire obteve 254 votos e Zarpelon 88.

Registraram-se dois votos nulos.

A posse aconteceu no salão de eventos da UNIGRAN em 28 de maio de 2010 como parte das comemorações alusivas ao Dia do Comerciante.



(...) Há 16 anos não havia disputa dentro da associação e isso de certa forma cria um comodismo e a associação é política, ela não é partidária, mas é política, e quando se tem uma disputa sadia como foi a minha com o Zarpelon estimula a participação dos associados (...). Aquela disputa ficou só no momento, o Zarpelon era meu amigo, eu tinha feito parte da diretoria dele e aquilo morreu ali, acabou ali, infelizmente ele veio a falecer depois, mas acho que deu uma sacudida muito boa na associação, na participação dos associados (...) [informação verbal].<sup>176</sup>

Freire tornou a *Roda Empresarial* itinerante como proposta de inclusão.

Era um dos compromissos de campanha agregar os comerciantes dos bairros.

O primeiro lugar escolhido foi o Parque das Nações II.

A iniciativa encorajou os comerciantes do bairro e se articularem junto com a ACED cobrando policiamento para conter os roubos e assaltos a mão armada.

---

<sup>176</sup> FREIRE, Antônio. *Entrevista gravada*.

Uma audiência pública na Escola Municipal Etalvío Penzo no dia 29 de julho reuniu o comando da Força Tática da PM e a Polícia Civil.

A ACED passou a defender a criação de uma entidade mantenedora para o parquímetro.

O lucro seria destinado para projetos sociais, incluindo a Patrulha Mirim.

Em reunião na Prefeitura no dia 16 de julho de 2010 a diretoria oficializou a proposta ao prefeito Ari Artuzi<sup>177</sup> sugerindo a mudança.

Subscreveram o ofício a CDL, Sindicom e Acomac.

O parquímetro continua sendo terceirizado em 2014 pela mesma empresa com sede em Joinville (SC).

A diretoria tinha uma meta ousada em relação ao quadro de associados.

Em agosto de 2010 eram 952 sócios ativos.

Pretendia-se atingir a marca de dois mil.

Uma campanha de filiação, a *Associar-se é ganhar força*, foi feita por dez meses: 10 de setembro de 2010 a julho de 2011.

Os novos filiados concorreram a um carro ok, um aparelho de tevê de 32 polegadas, um notebook e uma bicicleta.

A mensagem era fortalecer para juntos superarem as dificuldades buscando agregar principalmente os comerciantes da periferia.

Os associados que trouxessem um novo filiado ganhavam uma mensalidade de bonificação.

Em fevereiro de 2011 tinha-se 127 novos sócios, uma média de 25 por mês.

Quando Freire deixou a presidência eram perto de 1.400 associados.

---

<sup>177</sup> Prefeito de 2008 a 2010.

A diretoria entendia ser possível alcançar a meta com base nos dados da Junta Comercial, pois, existiam oito mil empreendimentos ativos naquele ano.

Em 16 de julho de 2010 Freire e o Inio entregaram ao Artuzi o diploma de Sócio Benemérito em agradecimento pelo apoio às atividades da entidade.

Logo ao assumir Freire adotou internamente um planejamento estratégico de reestruturação em parceria com o SEBRAE envolvendo temas como processos, estratégias de crescimento e gestão de pessoas, redefinindo os planos de ação voltados aos interesses e necessidades dos associados.

=#=#=#=#

Em 1º de setembro de 2010 Artuzi foi preso pela PF como parte da Operação Uragano acusado de chefiar um esquema de fraudes em licitações junto com o vice-prefeito, Carlinhos Cantor; o presidente da Câmara, Sidlei Alves e oito dos doze vereadores, além de quatro secretários, o Procurador Geral do Município, a esposa do prefeito, empreiteiros, prestadores de serviços e servidores.

A prisão do prefeito se deu mais pelo não pagamento de um precatório de R\$ 500 mil e não pela operação em si.<sup>178</sup>

Esse episódio inédito na história política nacional, ou seja, de serem presos ao mesmo tempo todos os mandatários que poderiam assumir a Prefeitura na ausência do titular acabou mobilizando a ACED.

A entidade precisou agir no sentido de contribuir com o Tribunal de Justiça de MS na escolha de um interventor.

---

<sup>178</sup> Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ari\\_Artuzi](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ari_Artuzi)>. Acesso em: 2 nov. 2014.



Embora a escolha natural recaísse sobre o diretor do Fórum, juiz Eduardo Machado Rosa, ele poderia não aceitar.

Nesse caso o TJ/MS optaria por um interventor de fora, provavelmente da Capital, e isso poderia não ser bom no contexto administrativo porque seria uma pessoa alheia à realidade local.

Mas o juiz, douradense da gema, aceitou a interinidade em 3 de setembro.

A indicação do juiz teria sido um pedido do Procurador Geral do Estado, Paulo Roberto de Oliveira, mas a ACED também intercedeu politicamente.

(...) A ACED teve papel fundamental, importantíssimo na nomeação do juiz prefeito, nós que fizemos aquela solicitação; na realidade a única participação minha direta, eu estava viajando, estava lá em Guaíra, eu fiquei sabendo e quando recebi telefonema dessa situação e que deveríamos fazer alguma coisa, eu liguei para o vice, para o Eduardo, pedi para que ele convocasse uma reunião e isso foi feito, terminada a reunião ligamos para Campo Grande lá no Tribunal de Justiça dizendo que a ACED apoiaria a nomeação do juiz prefeito e não gostaria que viesse interventor de fora, aí disseram que se era isso que vocês querem, é isso que vai acontecer, era esse o telefonema que eu esperava para decidir, então amanhã vai sair a nomeação; quando se destituiu todos os políticos do nosso município, na Câmara de 12 sobraram 3, então eu acho que a associação sofre e contribui para a sociedade como um todo, ela sofre a pressão da sociedade e da mesma forma ela contribui para a sociedade como um todo (...) [informação verbal].<sup>179</sup>

---

179 FREIRE, Antônio, op. cit.

Já no dia 10 de setembro uma comissão de diretores da ACED esteve com o juiz prefeito para manifestar apoio e agradecer a disposição do mesmo em assumir o cargo naquele momento delicado da coisa pública.

A associação parabenizou-o pela escolha da nova equipe de trabalho recuperando habilmente o equilíbrio e a confiança nas ações administrativas.

Aproveitando o espírito coletivo de moralização e resgate da coisa pública, a ACED anunciou o Observatório Social de Dourados (OSD) não apenas para fiscalizar, mas para contribuir com a gestão pública, inspirado no Observatório Social de Maringá (OSM) criado em 2006, do qual a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM) é uma das mantenedoras.

Maringá possui um histórico de desvios dos cofres da Prefeitura Municipal que somam mais de R\$ 100 milhões. Nesse período, a cidade foi notícia na imprensa nacional, que veiculou problemas na saúde pública, na educação, problemas no trânsito, entre outros. Na época, o Tribunal de Contas do Estado aprovou as contas municipais e só algum tempo depois é que a comunidade tomou conhecimento do volume de recursos desviados, dos quais somente 1% retornou aos cofres públicos.<sup>180</sup>

Freire convocou os Rotarys, Maçonaria, OAB, universidades, associações de classe, organizações não governamentais, Receita Federal e Ministério Público.

Um dos fundadores do OSM veio falar na *Roda Empresarial*. ACED e ACIM firmaram um protocolo.

---

180 Disponível em: <<http://www.acim.com.br/sistema/22/-o-b-s-e-r-v-a-t-%C3%B3-r-i-o-%20-s-o-c-i-a-l-%20-d-e-%20-m-a-r-i-n-g-%C3%A1->>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

Dourados teve acesso à metodologia do OSM.

Em novembro de 2010 esse tipo de observatório já existia em mais de 50 cidades “e sua base legal é o direito constitucional à informação objetiva e transparente sobre a gestão pública”.<sup>181</sup>

O OSD foi oficializado em 21 de fevereiro de 2011 durante audiência pública prestigiada por representantes de 70 entidades.

Freire considerou esse feito um marco importante para Dourados.

O empresário Rui Barbosa foi eleito o presidente do OSD e Freire o presidente honorário.

Em maio de 2011 o prefeito Murilo Zauith<sup>182</sup> esteve na ACED para convidar os empresários a participarem mais das licitações.

Naquela época aproximadamente 80% das compras eram feitas junto a empresas de fora.

Isso, em dinheiro, significava algo em torno de R\$ 400 milhões por ano (compras feitas com recursos próprios e convênios com o Estado e União).

Deveria ocorrer o inverso.

Boa parte desse dinheiro poderia estar circulando aqui gerando mais receita, empregos, evitando-se esse êxodo financeiro.

Todos os interessados têm acesso aos processos licitatórios.

Os fornecedores estavam recebendo em dia.

Naquele período o OSD realizou um curso de capacitação *Olho vivo no dinheiro público* ministrado pela Controladoria Geral da União (CGU).

---

<sup>181</sup> *Jornal da ACED*, p. 7, edição nov. 2014.

<sup>182</sup> Prefeito eleito em processo extemporâneo de 2011 a 2012 e reeleito em 2012.

Em julho de 2012 promoveu-se na ACED o curso *Como vender para o governo, a receita do seu crescimento*, ministrado pela advogada, especialista em licitações e pregoeira do INSS, Hilda Gimenez Bachega.

=#=#=#=#

O hino teve uma pequena adaptação por conta da mudança do nome para ACED e no aspecto temporal.

Em novembro de 2010 a ACED encaminhou ofício à TRIP solicitando estudos para viabilizar mais voos, principalmente para São Paulo. O aeroporto de Dourados já havia sido enquadrado aos aeroportos operadores em nível II de segurança.

A partir de novembro de 2010 a equipe do SCPC passou a visitar as empresas para orientar sobre o melhor uso do serviço.

Na vinda do governador a Dourados em 31 de janeiro de 2011 a ACED junto com CDL, Sindicom e Acomac entregou-lhe mais um documento, desta vez com três reivindicações: incentivo fiscal para os comerciantes; alíquota menor de ICMS para micros e pequenos e a reforma da área de embarque do aeroporto com instalação de aparelho de Raios-X.

O pedido de alíquota menor para micros e pequenos era baseado no sistema de tributação decrescente do ICMS adotado em Mato Grosso prevendo a redução da carga tributária.

Na avaliação do Freire os comerciantes também faziam jus aos incentivos destinados à indústria:

(...) Sabemos que existem diferenças entre o comércio e a indústria e reconhecemos que essas diferenças devem ser respeitadas, mas nós somos os maiores arrecadadores de impostos, maiores geradores de emprego e queremos que o governador conceda os incentivos, para que o comércio

continue contribuindo para o crescimento do nosso Estado (...).<sup>183</sup>

Em 23 de fevereiro de 2011 a *Roda Empresarial* aconteceu a céu aberto, na Praça Antônio João (reaberta ao público depois da reforma).

Foi gerada imagem e som para telões de LED em sistema de circuito fechado de tevê e internet e transmissão em tempo real – a transmissão foi feita pela equipe *Tô na rede*.

A ACED teve a parceria do Sindicato Rural de Dourados, Bradesco, Caixa e SEBRAE para a realização desse evento.

Freire candidatou-se à presidência da FAEMS.

Venceu a eleição em 16 de abril de 2011.

Das 57 associações comerciais, 51 estavam aptas a votar.

Freire obteve 32 votos contra 19 dados a Francisco Arruda, ex-presidente da associação de Sidrolândia.

Ele foi o primeiro na história da ACED a ocupar tal cargo.

Os diretores da ACED já tinham sentido uma boa aceitação do Freire.

O 2º secretário Antônio Nogueira esteve antes da eleição, com o Freire, na FAEMS e se convencera das possibilidades de vitória.

O 1º secretário Marco Antônio Ortiz Ferreira disse em reunião na ACED, segundo registro em ata: “(...) a hora é agora, uma vez que Dourados está fervilhando de bons acontecimentos com a posse do novo prefeito e temos esperança de que Dourados volte a brilhar no cenário brasileiro (...)”

(...) Como presidente da ACED, filiada à federação, ia ter as eleições na federação, eu era convidado e ia

---

183 FREIRE, Antônio, op. cit.

participar das discussões lá em Campo Grande, eu não era candidato, não estava me colocando como candidato, mas meu nome foi ventilado, tava muito difícil escolher um candidato, oito pessoas se apresentavam como candidatas, foi sugerido se fazer uma espécie de pesquisa, enquete e meu nome não constava nessa relação, mesmo não constando fiquei em terceiro lugar, aí a pessoa que tinha ficado em primeiro abriu mão e disse que me apoiava; o segundo falou eu sou candidato em qualquer circunstância, eu tive que aceitar a disputa (...). Foram dois candidatos, os demais abriram mão para me apoiar, eram oito sem o meu nome (...) [informação verbal].<sup>184</sup>

Ser eleito presidente da FAEMS foi muito bom, comentou Freire, “(...) mas a presença dos douradenses na associação de Campo Grande durante a contagem dos votos foi melhor ainda, representou união, apoio e entusiasmo (...)”

Sobre a importância da ACED para a cidade:

(...) Eu acho que o desenvolvimento da cidade se confunde com a história da associação e vice-versa, eu acho que a associação tem um papel importante desde o início quando os primeiros começaram a criar a associação já era na defesa dos interesses empresariais, mas também coletivos da cidade, no último governo do Pedro Pedrossian ele queria elevar a alíquota do Estado de 17 para 27% e a Associação Comercial naquela época fez uma mobilização estadual e conseguiu com que isso não acontecesse, foi uma mobilização relâmpago, muito rápida, mas muito forte, então eu acho que não dá para dizer que a associação defende os interesses só dos seus

---

184 Idem.

associados, ela tem uma visão mais ampla, coletiva; na presidência do Luiz Zarpelon chegaram a eleger vereadores aqui da nossa cidade falando da taxa de iluminação pública, vários políticos que sempre fizeram campanha baseada na taxa de iluminação pública que depois de eleitos se esqueciam, na época do Zarpelon ele fez uma campanha, mobilizou a Câmara, o prefeito e conseguiu baixar significativamente tanto que hoje a gente não percebe isso nas nossas contas de energia, esse foi um trabalho que beneficiou toda a coletividade, nós queríamos que ficasse ainda menor que era possível na época, mas aí envolveu interesses políticos e não alcançamos aquilo almejado, mas teve benefícios significativos para todos (...). Eu quero só destacar que eu tenho um carinho muito grande pela associação (...). Acho importante o papel da ACED, gostaria que os demais associados fizessem críticas, sugestões, participasse um pouco mais da ACED, um trabalho muito bom aqui (...). Então eu faço um apelo aos empresários de Dourados para que se filiem, que venham, participem, a ACED contribui de forma muito significativa, mas pode contribuir muito mais se tiver uma maior participação de seus associados, eu acho que a gente tem condições de chegar aí de seis a sete mil associados, mas para isso as pessoas precisam ter a consciência da importância de se ter uma Associação Comercial (...) [informação verbal].

Com a saída do Freire, o vice Francisco Eduardo Custódio<sup>185</sup> assumiu a presidência em 17 de maio de 2011.

Freire poderia ter acumulado os dois cargos, mas preferiu abrir espaço e teve sua decisão aprovada pelo Conselho Consultivo em reunião no dia 6 de maio.

Teve outra mudança importante: na assembleia de 15 de fevereiro de 2012 o mandato da diretoria foi ampliado de dois para três anos sem direito à reeleição, uma recomendação da FAEMS onde o mandato é de três anos.

Em 6 de junho, convidado, o prefeito voltou à associação para a prestação de contas dos 100 dias.

Em 30 de julho de 2011 a ACED fez uma comemoração dupla: os 66 anos da entidade e o Dia do Comerciante com um show da cantora Perla.

Em meados de setembro de 2011 a ACED lançou o *Guia Empresarial* com informações dos diversos setores da economia douradense, uma ferramenta de referência na busca por bens e serviços com versão impressa e virtual.

A primeira edição saiu em 6 de janeiro de 2012.

Custódio manifestou-se otimista após encontro em Brasília, junto com o Freire, com a bancada federal e depois, em Campo Grande, com a bancada parlamentar, na FAEMS.

Na seção *Palavra do Presidente* no *Jornal da ACED* de agosto de 2011 ele comentou nunca ter visto as bancadas tão unidas e após escutarem as reivindicações, “ficamos



Francisco Eduardo Custódio  
2011-2013

---

<sup>185</sup> O autor procurou Francisco Eduardo Custódio para entrevistá-lo comparecendo no dia, hora e local combinados (no escritório dele), mas o ex-presidente não estava. O autor deixou o número de seus telefones com a secretária para um eventual retorno, mas não obteve resposta.



esperançosos em conseguir conquistar nossos pleitos (...).”

Segundo ele:

(...) O comércio gera a maior parte da renda sul-mato-grossense. Em média, 60% são provenientes do setor, portanto, é justa e importante a valorização para o desenvolvimento e crescimento de Mato Grosso do Sul e a participação efetiva das associações comerciais neste processo. Para que isso ocorra, a conquista do apoio político é fundamental. A FAEMS precisa representar a categoria no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e assim, discutir, estabelecer metas e facilitar o acesso do empresariado a recursos do FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste).

A FAEMS reúne 58 associações comerciais que representam cerca de 12 mil empresas, ou seja, conhecemos com maior propriedade a necessidade de execução de projetos voltados para o empresariado do nosso estado. A ocupação de uma cadeira no conselho pelo segmento é possível, desde que haja aprovação dos outros Estados, além do aval do Ministério das Cidades. (...).

O *Despertar para o Trabalho* de 5 de outubro teve como enfoque a campanha *Outubro Rosa* com palestra ministrada pela enfermeira Sandra de Souza Rodrigues, da Secretaria Municipal de Saúde.

O objetivo foi despertar a consciência das mulheres quanto à importância dos exames preventivos contra câncer do colo do útero e de mama.

A campanha de Natal chegou às ruas com a promessa de ser a melhor.

Teve a Casa do Papai Noel, luzes, decoração, pista de patinação de gelo e shows na Praça Antônio João.

No sorteio da campanha *Associar-se é Ganhar Força* em 20 de dezembro de 2012, a agência Bradesco da Rua Nelson de Araújo ganhou o carro ok.

O supermercado Carreiro ganhou a tevê 32 polegadas e o supermercado Abevê, da Rua Cuiabá, o notebook.

As duas bicicletas saíram para a Nippon Gaz e Douramoto.

A ACED tinha, até aquele dia, mais de 1.300 empresas filiadas e 985 estavam adimplentes, conforme o *Jornal da ACED* de janeiro de 2012.

A Convenção Coletiva de Trabalho de 2012 permitiu as lojas da área central e dos bairros a abrirem em 10 domingos durante o ano, das 9h às 18h (12 de fevereiro, 11 de março, 15 e 22 de abril, 6 de maio, 10 de junho, 8 de julho, 5 de agosto, 16 de novembro e 7 de outubro).

Essa decisão atendeu mais as redes de lojas de roupas, móveis e eletrodomésticos, pois, dependendo do tipo do comércio a abertura nesses dias não compensava.

O custo por funcionário seria de R\$ 100.

No caso dos supermercados a adesão foi facultativa.

A folga deveria ser compensada no máximo em 30 dias.

A ACED entrou na era da certificação digital a partir de 2012.

A entidade firmou parceria com a Certisign (empresa de tecnologia na área) e as empresas filiadas podiam adquirir o certificado com desconto de até 23%.

==#=#=#=#

Em fevereiro de 2012 a entidade junto com o Sindicato dos Contabilistas, CDL, Sindicom, Sinpetro e Sindicato Intermunicipal

da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico da Grande Dourados (Simmme) encaminharam ofício à Prefeitura solicitando a prorrogação da vigência do decreto nº 565/2012 sobre a Nota Fiscal de Serviço Eletrônico (NFS-e).

Eles pediram para a mudança entrar em vigor somente a partir de janeiro de 2013 porque os empresários precisavam se adequar à modernização exigida.

A Prefeitura havia estipulado a data para vigência em 1º de maio de 2012.

Durante uma coletiva com a imprensa, Custódio afirmou que as entidades não eram contra a modernização, mas se opunham ao pagamento de qualquer taxa de implantação do novo sistema.

Até então apenas a Nota Control detinha o acesso por meio eletrônico.

Os empresários queriam acesso gratuito ao programa.

No final da coletiva o presidente recebeu a ligação do prefeito Murilo comprometendo-se a se empenhar para atender as reivindicações.

Custódio argumentou ser necessária uma postura firme.

Pelos cálculos iniciais os associados, no conjunto, teriam um custo em torno de R\$ 85 mil e, em um ano, chegaria a mais de R\$ 1 milhão apenas para cumprir o decreto, um valor alto demais.

A NFS-e era necessária, mas não era justo o empresário arcar com qualquer valor para aquisição do software ou da licença para ter acesso à emissão.

O prazo foi prorrogado para 31 de outubro aliviando os empresários naquele primeiro momento.

Houve ao mesmo tempo um esforço da Prefeitura em promover ajustes para a migração e operacionalidade do sistema, além de desenvolver ações permitindo maior praticidade e agilidade sem onerar tanto o bolso do contribuinte.

O comércio começou o ano de 2012 com as vendas aquecidas.

Aproveitando o bom momento aconteceu mais uma campanha *Liquida Dourados* durante três dias com produtos e serviços a preços atrativos.

No final de agosto promoveram-se mais um *liquida* com descontos de até 80%.

Dourados alcançou naquele ano a 66ª posição no ranking brasileiro de geração de empregos,<sup>186</sup> um dado animador.

De 1º a 3 de junho de 2012 Dourados sediou, pela primeira vez, a Feira do Empreendedor do SEBRAE no Pavilhão de Eventos Dom Teodoro Leitz, consolidando o Município como ambiente para a realização do turismo de eventos além de atrair empreendedores de todo o Sul do Estado para novas oportunidades de negócios.

As edições anteriores só tinham acontecido em capitais – somente Dourados e Joinville (SC) tinham conseguido a realização desse evento no interior até aquele ano.

Foi o maior evento de negócios do gênero já realizado no âmbito local.

Em sessão solene na Câmara em 13 de julho de 2012 foram homenageados os ex-presidentes da ACED.

Eles receberam o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo.

Em julho de 2012 os diretores da ACED e outros empresários fizeram uma visita técnica ao aeroporto averiguando os investimentos de R\$ 2 milhões feitos ao longo de dois anos na reforma, ampliação e aquisição de equipamentos, recursos federais, estaduais e municipais.

Apenas a TRIP estava operando, sendo incorporada pela Azul Linhas Aéreas que em outubro de 2012 passou a atender

---

<sup>186</sup> *Jornal da ACED, Palavra do Presidente*, edição abr. 2012, p. 2.

Dourados.<sup>187</sup>

E em dezembro de 2013 a Passaredo Linhas Aéreas também começou a operar na cidade.<sup>188</sup>

Às vésperas do final de ano, o melhor momento para as vendas, o SCPC tinha 53.500 cadastros negativos, uma dívida de R\$ 16,5 milhões.<sup>189</sup>

Na maioria dos casos havia mais de um débito por pessoa e isso voltava a acontecer porque o comerciante continuava deixando de incluir o seu devedor no cadastro do SCPC permitindo que esse mesmo inadimplente contraísse crédito em outro estabelecimento.

Em setembro a entidade lançou a Central de Recuperação de Crédito prevendo a reabilitação de clientes inadimplentes, proporcionando a mediação entre a empresa e o cliente.

Em janeiro de 2013 Custódio estava preocupado com a inadimplência.

“(...) O banco de dados do SCPC vem crescendo em níveis alarmantes, o que significa que as pessoas não têm condições de arcar com as despesas extras tão altas (...)”<sup>190</sup>

Ele disse isso durante uma reunião, na ACED, em janeiro de 2013, com o prefeito Murilo Zauith e o secretário Municipal de Fazenda, Walter Carneiro Júnior, quando discutiram mudanças no Código Tributário prevendo, entre outros aspectos, aumento nas taxas de publicidade.

Uma comissão técnica foi constituída para propor alternativas às mudanças, tendo três nomes indicados pela ACED.

---

187 Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/dourados/azul-linhas-aereas-comeca-a-operar-em-dourados>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

188 Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/novo-voo-da-azul-e-a-terceira-frequencia-autorizada-pela-anac>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

189 *Jornal da ACED, Proteja sua empresa dos calotes*, edição nov. 2012, p. 4.

190 *Jornal da ACED, ACED formará comissão técnica para discutir alterações no código tributário*, edição fev. 2013, p. 5.

Em dezembro de 2012 a associação, com apoio de outras 18 entidades, encaminhou ao prefeito um documento com algumas propostas de redução de valores em relação ao IPTU, Licença Ambiental e Código Tributário.

O encontro em janeiro de 2013 com o prefeito já era o primeiro resultado.

Em outubro de 2012 a ACED aderiu ao movimento *Sombra do Imposto* cujo propósito maior era alertar a população a respeito do impacto dos tributos no desenvolvimento do País.

Um evento integrado à *Roda Empresarial* em 31 de outubro teve como palestrante o coordenador executivo desse movimento, Dorgival Lima Pereira.

A mobilização pretendia igualmente a simplificação e reestruturação do sistema tributário e o combate sistemático à corrupção.

=#=#=#=#

Em 3 de maio de 2013 Antônio Nogueira, encabeçando chapa única, foi eleito para a presidência cuja posse aconteceu no dia 29 de maio, no auditório da entidade, quando se comemorou os 68 anos da ACED.



Antônio Luiz Nogueira  
2013

## PARTE 6

*Diretorias***1ª - Maio 1945/46**

Presidente: Milton Sá Santos

Vice-Presidente: Armando Campos Belo

1º Secretária: Maria da Glória Muzzi Ferreira

2º Secretário: Antônio de Campos Leite

1º Tesoureiro: Raul Frost

2º Tesoureiro: Elias Milan

Conselho Consultivo:

Ataliba Fagundes

João Cândido da Câmara

Austrílio Ferreira de Souza

Carlos Garcete

Aziz Rasselen

Albertina Pereira de Matos

**2ª - Maio 1946/47**

Presidente: Milton Sá Santos

Vice-Presidente: Honório Almirão

1º Secretário: Armando Campos Belo

2º secretário: Amael Pompeu Filho

1º Tesoureiro: Aziz Rasselen

2º Tesoureiro: Aniz Nacif Rasslan

Conselho Fiscal:

Austrílio Ferreira de Souza

Ataliba Fagundes

João Cândido da Câmara

Emygdio Rosa

Elias Milan

José de Matos Pereira

**3ª – Maio 1947/48**

Presidente: João Cândido da Câmara

Vice-Presidente: Milton Sá Santos

1º Secretário: Armando Campos Belo

2º Secretário: Wlademiro Muller do Amaral

1º Tesoureiro: José de Mattos Pereira

2º Tesoureiro: Ivo Alves Rocha

Conselho Fiscal:

Aziz Rasselen

Frederico Xavier Dias

Iran Pereira de Matos

Aniz Nafic Rasslan

Elias Milan

Hayel Bon Faker

**4ª – Maio 1948/49**

Presidente: Milton Sá Santos

Vice-Presidente: Aniz Nacif Rasslan

1º Secretário: Armando da Silva Carmelo

2º secretário: João Cândido da Câmara

1º Tesoureiro: Armando Campos Belo

2º Tesoureiro: José de Mattos Pereira

Conselho Consultivo:

Elias Milan

Salomão Rasslan

Israel Antunes da Silveira

Albertina Pereira de Matos

Hayel Bon Faker

Jacinto Cáceres



**5ª - Maio 1949/50**

Presidente: Milton Sá Santos

Vice-Presidente: Aniz Nacif Rasslan

1º Secretário: Isidoro Santiago

2º Secretário: João Cândido da Câmara

1º Tesoureiro: Amael Pompeu Filho

2º Tesoureiro: Jacinto Cáceres

Conselho Consultivo:

Hayel Bon Faker

Israel Martins

Salomão Rasslan

Francisco Xavier Pedroso

Atílio Torraca

Tomaz Pedroso

José de Mattos Pereira

**6ª - Junho 1950/51**

Presidente: Aniz Nacif Rasslan

Vice-Presidente: Aguiar Ferreira de Souza

1º Secretário: Izidoro Santiago

2º Secretário: João Cândido da Câmara

1º Tesoureiro: Ivo Alves da Rocha

2º Tesoureiro: Jacinto Cáceres

Conselho Consultivo:

Francisco Elias de Melo

Jonas Francisco Dourado

Noé de Melo

Elias Milan

Aziz Rasselen

Hayel Bon Faker

**7ª – Junho 1951/52<sup>191</sup>**

Presidente: Noé de Melo

Vice-Presidente: Aguiar Ferreira de Souza

1º Secretário: Jacinto Cáceres

2º Secretário: Francisco Elias de Melo

1º Tesoureiro: Ivo Alves da Rocha

2º Tesoureiro: Jonas Francisco Dourado

Conselho Fiscal:

Izidoro Santiago

João Cândido da Câmara

Francisco Xavier Dias

Milton Milan

José Inácio de Oliveira

Arnulpho Fioravante

**8ª – Dezembro 1952/53**

Presidente: Aguiar Ferreira de Souza

Vice-Presidente: Aziz Rasselen

1º Secretário: José de Almeida da Silva

2º Secretário: Albano José de Almeida

1º Tesoureiro: Hayel Bon Faker

2º Tesoureiro: Eduardo Cerzósimo de Souza

Conselho Fiscal:

Aniz Nacif Rasslan

João Cândido da Câmara

Francisco Xavier Dias

José da Costa Félix

Salomão Rasslan

José Inácio de Oliveira

---

191 Arnulpho Fioravanti e José Inácio não tomaram posse, sendo substituídos por Eduardo Cerzósimo e Celso Domingos, suplentes na ordem de votação.

**9ª – Dezembro 1953/54**

Presidente: Aguiar Ferreira de Souza

Vice-Presidente: Aziz Rasselen

1º Secretário: José Almeida da Silva

2º Secretário: Eduardo Cerzósimo de Souza

1º Tesoureiro: Hayel Bon Faker

2º Tesoureiro: Jaime Lobo

Conselho Fiscal:

Heitor Toledo

Vitório Fedrizzi

João Cândido da Câmara

Aniz Nacif Rasslan

Francisco Xavier Dias

José Inácio de Oliveira

**10ª – Dezembro 1954/55**

Presidente – Aguiar Ferreira de Souza

Vice-Presidente: Izzat Bussuan

1º Secretário: José Almeida da Silva

2º Secretário: João Benedito Carneiro

1º Tesoureiro: Eduardo Cerzósimo de Souza

2º Tesoureiro: Jacinto Cáceres

Conselho Fiscal

Aniz Nacif Rasslan

João Cândido da Câmara

José Inácio de Oliveira

Aziz Rasselen

Francisco Xavier Dias

Vivaldi de Oliveira

**11<sup>a</sup> – Maio 1956/57**

Presidente: Izzat Bussuan

Vice-Presidente: José Inácio de Oliveira

1<sup>o</sup> Secretário: José Almeida da Silva

2<sup>o</sup> Secretário: João Benedito Carneiro

1<sup>o</sup> Tesoureiro: Eduardo Cerzósimo de Souza

2<sup>o</sup> Tesoureiro: Hayel Bon Faker

Conselho Fiscal:

Victor Geraldo Thronicke

Jacinto Cáceres

Argentino Marques de Matos

Osmar de Melo

Bráulio dos Reis

Astúrio de Matos

**12<sup>a</sup> – Maio 1957/58<sup>192</sup>**

Presidente: Aguiar Ferreira de Souza

Vice-Presidente Izzat Bussuan

1<sup>o</sup> Secretário: José Inácio de Oliveira

2<sup>o</sup> Secretário: Argentino Marques de Matos

1<sup>o</sup> Tesoureiro: Eduardo Cerzósimo de Souza

2<sup>a</sup> Tesoureiro: Hayel Bon Faker

Conselho Consultivo:

João Cândido da Câmara

Francisco Xavier Dias

Jonas Francisco Dourado

Toshinobu Katayama

Jacinto Cáceres

Andre's Chamorro

---

192 Em 27 de novembro de 1957 o presidente renunciou e assumiu o vice.

**13ª – Junho 1958/59**

Presidente: Sebastião Pereira Neto

Vice-Presidente: Eduardo Cerzósimo de Souza

1º Secretário: Jacinto Cáceres

2º Secretário: Argentino Marques de Matos

1º Tesoureiro: Toshinobu Katayama

2º Tesoureiro: Hayel Bon Faker

Conselho Consultivo:

Andre´s Chamorro

Tomatsu Yonekura

Mário Ribeiro Martins

Jonas Francisco Dourado

João Benedito Carneiro

João Cândido da Câmara

**14ª – Junho 1959/60**

Presidente: Eduardo Cerzósimo de Souza

Vice-Presidente: Izzat Bussuan

1º Secretário: José Inácio de Oliveira

2º Secretário: Argentino Marques de Matos

1º Tesoureiro: Alberto Perdomo

2º Tesoureiro: Toshinobu Katayama

Conselho Consultivo:

Waldemar Mariano

Bráulio dos Reis

Hayel Bon Faker

Andre´s Chamorro

Shiroshi Yonekura

Sebastião Pereira Neto

**15ª – Maio 1960/61**

Presidente: Mário Brandoth da Costa

Vice-Presidente: Hayel Bon Faker

1º Secretário: Armando da Silva Carmelo

2º Secretário: João Cândido da Câmara

1º Tesoureiro: Manoel Nunes da Silva

2º Tesoureiro: Ivo Alves da Rocha

Conselho Fiscal:

Edésio Nogueira

Francisco Arakaki

Victor Geraldo Thronicke

Caramuru de Souza Mota

Sizenando Rocha

**16ª – Maio 1961/62**

Presidente: Hayel Bon Faker

Vice-Presidente: Mário Brandoth da Costa

1º Secretário: João Cândido da Câmara

2º Secretário: Isidoro Santiago

1º Tesoureiro: Manoel Nunes da Silva

2º Tesoureiro: Luiz Francisco de Lima

Conselho Consultivo:

Edmundo Linatho Ribeiro

José Bonilha da Cruz

Tetsumi Kamimoto

João Martins de Almeida

Ramildo Vardasca

José de Mattos Pereira

**17ª – Junho 1962/63**<sup>193</sup>

Presidente: Eduardo Cerzósimo de Souza

Vice-Presidente: José de Matos Pereira

1º Secretário: Paulo Almeida Teixeira

2º Secretário: José Bonilha da Cruz

1º Tesoureiro: Lourenço Coletto Ferro

2º Tesoureiro: Ramão Perez

Conselho Deliberativo:

Rosendo D. Fonseca

Alberto Perdomo

Izidoro Santiago

Evaristo Ferreira da Silva

Jonas Francisco Dourado

Yoshio Asato

**18ª – Maio 1963/64**<sup>194</sup>

Presidente: Jonas Francisco Dourado

Vice-Presidente: Hayel Bon Faker

1º Secretário: Janjar Abdo Sater

2º Secretário: Armando Carmelo

1º Tesoureiro: Jacinto Cáceres

2º Tesoureiro: Yoshio Asato

Conselho Consultivo:

José Bonilha da Cruz

Ivo Alves Rocha

Waldemar Mariano

Luiz Francisco de Lima

Neil Fioravanti

Yoshio Miguita

---

193 A relação da diretoria não consta em ata, mas foi divulgada em *O Progresso*, 24 jun. 1962.

194 A relação da diretoria não consta em ata, mas foi divulgada em *O Progresso*, 23 jun. 1963, p. 6. Curiosamente, em *O Progresso* de 26 de maio 1963, capa, consta uma pequena nota citando a eleição de Jonas Francisco Dourados para a presidência e de Floriano Viegas para vice, sem nenhuma outra informação. O nome de Floriano não aparece como vice no jornal de 23 de junho de 1963. Não se sabe se foi erro do jornal. Não há anotação em ata sobre isso.

**19ª – Maio 1964/65<sup>195</sup>**

Presidente: Horácio Cerzósimo de Souza

Vice-Presidente: Waldemar Mariano

1º Secretário: Paulo Almeida Teixeira

2º Secretário: Eduardo Cerzósimo de Souza

1º Tesoureiro: Jacinto Cáceres

2º Tesoureiro: Alberto Perdomo

Conselho Deliberativo:

Jonas Francisco Dourado

Hayel Bon Faker

Milton Macedo

Etalívio Penzo

José Floriano de Freitas

Suplentes:

José Sauro

Ivo Rocha

Yoshio Asato

Geraldo Cassiano

Neil Fioravanti

**20ª – Maio 1965/67<sup>196</sup>**

Presidente: José Floriano de Freitas

Vice-Presidente: Milton Macedo

1º Secretário: Alberto Perdomo

2º Secretário: Francisco Cristaldo

1º Tesoureiro: Jacinto Cáceres

2º Tesoureiro: Luiz Casé

Conselho Consultivo:

Vailton Coutinho Alencar

---

195 A relação da diretoria não consta por inteira em ata, mas foi divulgada em *O Progresso*, 21 jun. 1964, capa. Nas edições do mesmo jornal de 28 de junho de 1964 e de 5 julho de 1964, capa, constam reproduções de ofícios da associação assinados por Waldemar Mariano como presidente.

196 A relação da diretoria não consta em ata, mas foi divulgada em *O Progresso*, 29 maio 1965.



Osman Ahmed Gebara  
 Izidoro Santiago  
 Ramildo Vardasca  
 Mário Bagordache  
 Paulo Asato  
 Suplentes:  
 Jaime Rodrigues  
 Osvaldo Stort  
 Abdias Leite de Oliveira  
 Bráulio Reis  
 Mustafa Ibrain El Chama  
 Rikio Higashi

**21ª - Maio 1967/70<sup>197</sup>**

Presidente: Jonas Francisco Dourado  
 Vice-Presidente: Hayel Bon Faker  
 1º Secretário: José Paulo Teixeira  
 2º Secretário: Janjar Abdo Sater  
 1º Tesoureiro: José Bonilha da Cruz  
 2º Tesoureiro: Jaime Rodrigues

**22ª - Março 1970/72**

Presidente: Sizuo Uemura  
 1º Vice-Presidente: Jaime Rodrigues Pinheiro  
 2º Vice-Presidente: Eunidson Delfin  
 1º Secretário: José Paulo Teixeira  
 2º Secretário: Waldemar Mariano  
 1º Tesoureiro: Jesus Candido Lopes  
 2º Tesoureiro: Mário Bagordache

---

197 Na ata consta apenas a eleição da diretoria no dia 25 de maio 1967, mas sem os nomes e seus respectivos cargos. A relação apenas com os cargos da diretoria executiva, sem os conselheiros e suplentes foi divulgada em *O Progresso*, 17 jun. 1967.

Conselho Fiscal:

Paulo Gai

Antônio Saruwatari

Ely Thronicke

Conselho Deliberativo:

Antônio Distéfano

Oswaldo Sorti

Mustafa Lharua

**23<sup>a</sup> - Abril 1972/74**

Presidente: Sizuo Uemura

Vice-Presidente: Jaime Rodrigues Pinheiro

1<sup>o</sup> Secretário: José Leite

2<sup>o</sup> Secretário: Augusto Gerônimo da Silva

1<sup>o</sup> Tesoureiro: Jesus Cândido Lopes

2<sup>o</sup> Tesoureiro: Mustafa Ibrain El Chama

Conselho Fiscal:

Izzat Bussuan

José Ferreira Cavancante

Celso Takaguti

Ruy Gomes

Vilson Buzio Fernandes

Cláudio Weiller

**24<sup>a</sup> - Agosto 1974/76**

Presidente: Sizuo Uemura

Vice-Presidente: Jesus Candido Lopes

1<sup>o</sup> Secretário: Jamil João Samara

2<sup>o</sup> Secretário: Adão Lopes Moreira

1<sup>o</sup> Tesoureiro: Paulo A. Camilo

2<sup>o</sup> Tesoureiro: Teruo Doko

Conselho Consultivo:

Heraldo Thronicke

Massatel Tanizake

Belmiro Barroso

Nilo Francisco Muller  
 Adelar Aloisio Zart  
 Armando da Silva Neto  
 Conselho Deliberativo:  
 Ernesto Katayama  
 Silvio Mário Borges Depieri  
 Celso Sakaguti  
 Edson Higashi  
 Hélio Itito Sakaguti

**25<sup>a</sup> - Maio 1976/77**

Presidente: Sizuo Uemura  
 1º Vice-Presidente: Jesus Cândido Lopes  
 2º Vice-Presidente: Adão Lopes Moreira  
 1º Secretário: Antônio Bandeira da Silva  
 2º Secretário: Eduardo Androzzi  
 1º Tesoureiro: Paulo Antônio Camilo  
 2º Tesoureiro: Geraldo G. de Lima  
 Conselho Consultivo:  
 Valter Olivero Allegretti  
 Osny Shisetituy  
 Albano Mariano  
 Antônio Tonani  
 Celso Marco Bonfim  
 José Altino Marques da Silva  
 Armando Silva Neto

**26<sup>a</sup> - Junho 1977/78**

Presidente: Durval Mariano  
 1º Vice-Presidente: Alcides Klaus  
 2º Vice-Presidente: Terêncio Romita  
 1º Secretário: Alberto Nacim Abrão  
 2º Secretário: Wilson Cardoso Miranda  
 1º Tesoureiro: Rikio Higashi

2º Tesoureiro: João Francisco Brito

Conselheiros:

Alcides Scazani

Celso Dal Lago Rodrigues

Adelar Aloisio Zart

Paulo Radeke

Gilberto Serrante

Mário Akaoshi

**27ª - Junho 1978/79**<sup>198</sup>

Presidente: Terêncio Romita

Vice-Presidente: Alcides Klaus

1º Secretário: Juarez Alves Santana

2º Secretário: Luiz Pio de Oliveira

1º Tesoureiro: Valter Olivero Allegretti

2º Tesoureiro: Luiz Camisso Sobrinho

Conselho:

Wilson Cardoso Miranda

Gilberto Serrante

Cleverson Sabongi

Adelar Aloisio Zart

Alcides Scazani

Eduardo Andreasi

**28ª - Agosto 1979/81**<sup>199</sup>

Presidente: Terêncio Romita

Vice-Presidente: Alcides Klaus

1º Secretário: Juracy Alves Santana

---

198 Ata de 25 de abril de 1979 registra a escolha dos membros do Conselho Fiscal: Adão Lopes (relator), José Altino Marques (secretário), Rolando Walz (vogal) e Moacir Carlos (suplente), além de Décio Rosa Bastos (relações públicas). Não há informações sobre o motivo da substituição dos membros.

199 Ata de 12 de agosto de 1980 traz a relação incompleta da diretoria. Os demais integrantes aparecem na ata de 4 de outubro de 1980, p. 11, parte final do Livro nº 2.

2º Secretário: Luís Pio de Oliveira

1º Tesoureiro: Valter Oliveto Allegretti

2º Tesoureiro: Luís Canisso Sobrinho

Conselho Consultivo:

Gilberto Serrante

Cleverson Sabongi

Adelar A. Zart

Conselho Fiscal:

Adão Lopes Moreira

Rolando Walz

Moacir Carlos

Relações Públicas: Décio Rosa Bastos

**29ª – Fevereiro 1981/82<sup>200</sup>**

Presidente: Terêncio Romita

Vice-Presidente: José Roberto Teruel

1º Secretário: Nivaldo Werner Sobrinho

2º Secretário: Darlei Antônio Catarino

1º Tesoureiro: Celso Genould

2º Tesoureiro: Aldo de Matos Vieira

Consultor Jurídico: Valdir Edson Nasser

Conselho Fiscal:

José Ferreira Cavalcanti

Jorge Casari

Luiz Carlos Fernandes de Matos Filho

Norival Mariano

Severino A. Tomas

**30ª - Janeiro 1983/85**

Presidente: Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho

Vice-Presidente: Luiz Antônio de Souza Campos

1º Secretário: Jorge Kawahata

---

200 A relação da diretoria não consta em ata, mas foi divulgada em *O Progresso*, 11 fev. 1981.

2º Secretário: Cleverson Sabongi  
1º Tesoureiro: Leodoni Richter  
2º Tesoureiro: Clemiro Martins Hernandes  
Diretor Social: Joel da Silva Machado  
Conselho Fiscal:  
Alceu Soares Aguiar (Relator)  
Junji Myakawa (1º Secretário)  
Carlos Sigrid Santos (2º Secretário)  
Oswaldo Bruschi Machado (Vogal)  
Luiz Zarpelon (Suplente)  
Conselho Consultivo:  
Og Kub  
Orlando Teodoro Sobrinho  
Orides Luiz Bianchini  
Shinzuke Ono  
Celso Dal Lago Rodrigues  
Marcos Antônio Nogueira

### **31ª - Janeiro 1985/87**

Presidente: Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho  
Vice-Presidente: Waldir Guerra  
1º Secretário: Jorge Kawahata  
2º Secretário: Cleverson Sabongi  
1º Tesoureiro: Clemiro Martins Hernandes  
2º Tesoureiro: Orides Luiz Bianchini  
Diretor Social: Terêncio Romita  
Conselho Fiscal:  
Luiz Zarpelon (Relator)  
Junji Miyakawa (1º Secretário)  
Alceu Soares Aguiar (2º Secretário)  
Oswaldo Bruschi Machado (Vogal)  
Conselho Consultivo:  
Orlando Teodoro Sobrinho  
Leodoni Richter

Ken Ichi Niozu  
 Celso Dal Lago Rodrigues  
 José Roberto Tecchio  
 Albano Mariano

### **32ª - Maio 1988/90**

Presidente: Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho  
 Vice-Presidente: Jairo de Osti  
 1º Secretário: Jorge Kawahata  
 2º Secretário: Cleverson Sabongi  
 1º Tesoureiro: Junji Miyakawa  
 2º Tesoureiro: Orides Luiz Bianchini  
 Diretor Social: Tatuó Joaquim Takashi  
 Conselho Fiscal:  
 Clemiro Martins Hernandez (Relator)  
 Sebastião Inácio da Silva (1º Secretário)  
 Ervino Rodolpho Endres (2º Secretário)  
 Gláucia Almeida Costa Burin (Vogal)  
 Suplente: Leodoni Richter  
 Conselho Consultivo:  
 Alonso Joaquim Gomes  
 Celso Dal Lago Rodrigues  
 Luiz Santos Rodrigues Pinheiro  
 José Aldo de Moura  
 Ramiro Lopes de Oliveira  
 Romualdo Cogo D'Maso

### **33ª - Maio 1990/92**

Presidente: Sebastião Weiber Cavallari  
 Vice-Presidente: Valter Olivero Alegretti  
 1º Secretário: Carlos Casagrande Poleis  
 2º Secretário: Hermes Henrique Maciel  
 1º Tesoureiro: Sebastião Inácio da Silva  
 2º Tesoureiro: Sérgio Braga

Diretoria Social:

Alzira Ferreira Santana

Alice S. Oliveira

Izaura Batafin Almeida

Conselho Fiscal

Alidel M. Adass (Relator)

Nilson Aparecido dos Santos (1º Secretário)

Alonso Joaquim Gomes (2º Secretário)

Joseli Gonzales Vargas (1º Vogal)

Jair Rodrigues Pinheiro (2º Vogal)

Conselho Consultivo

Paulo Roberto Radeke

Teruo Doko

Romualdo Cogo Dal´Maso

Jaltir Virginio Festa

Francisco Carlos F. Oliveira

Arlindo Pitol

**34ª - Maio 1992/94**

Presidente: Vardolino Aparecido de Carvalho

Vice-Presidente: Sebastião Weiber Cavalari

1º Secretário: Raimundo Domício da Silva

2º Secretário: Dilson França Lange

1º Tesoureiro: Hermes Henrique Maciel

2º Tesoureiro: Luís Mário Catelan

Diretoria Social:

Ziolé Aparecida M Weiber

Marly Woclman Dal´Maso

Vani Borgmann Poleis

Conselho Fiscal

Luiz Zarpelon (Relator)

Carlos Casagrande Poleis (1º Secretário)

Silvio Honorato Pedroso (2º Secretário)

Martinho da Silva Barros (1º Vogal)



Jair Rubens Pinheiro (2º Vogal)

Conselho Consultivo:

Joseli Gonzales Vargas

Teruo Doko

Roberto Albano

P. F. Ribas

Izaquel Izaias

Susumo Fuzily

Orides Bianchini

### **35ª - Maio 1994/96**

Presidente: Walter Pitarelli

Vice-Presidente: Osmar Martins

1º Secretário: Nilson Aparecido dos Santos

2º Secretário: Ademar Ferreira

1º Tesoureiro: Sebastião F. da Silva

2º Tesoureiro: Martinho S. Barros

Relações Públicas: Jairo de Osti

Conselho Fiscal:

Junji Miyakawa (Relator)

Hermes M. Maciel (1º Secretário)

Cícero José Rosa (1º Vogal)

Wanderley B. Arce (2º Vogal)

Mardônio M. Alencar (Suplente)

Conselho Consultivo:

Hamilton Valério

Orides Bianchini

Susumu Fuziy

Luiz Zarpelon

Helena Uemura

June Giolando Moreira

**36ª - Maio 1996/98**

Presidente: Nilson Aparecido dos Santos

Vice-Presidente: Junji Miyakawa

1º Secretário: Milton Carlos Luna

2º Secretário: Benedito Cantelli

1º Tesoureiro: Valter Olivero Alegretti

2º Tesoureiro: Agenor Faustino Franco

Relações Públicas: Jairo de Osti

Conselho Fiscal

Martinho S. Barros (Relator)

Sérgio Braga (1º Secretário)

Luiz Akira Oshiro (2º Secretário)

Walter Pitarelli (Vogal)

Mardônio M. Alencar (Suplente)

Conselho Consultivo:

Hamilton Valério

Orides Bianchini

Sussumu Fuziy

Luiz Zarpelon

Helena M. Uemura

June Giolando Moreira

**37ª - Maio 1998/2000**

Presidente: Junji Miyakawa

Vice-Presidente: Sérgio Braga

1º Secretário: Rui Barbosa Júnior

2º Secretário: Bruno Bertotto

1º Tesoureiro: Milton Carlos Luna

2º Tesoureiro: Agenor Faustino Franco

Diretoria Social:

Neuza Franzini Rodrigues

Mirian N. Barros

Conselho Fiscal:

Martinho da Silva Barros (Relator)

Moacir Pereira (1º Secretário)  
Marcelo Mariano (2º Secretário)  
Walter Keit Yaginuma (Vogal)  
Luiz Akira Oshiro (Suplente)  
Conselho Consultivo:  
Hamilton Valério  
Orides Bianchini  
Walter Pitarelli  
Luiz Zarpelon  
Helena Uemura  
June Giolando Moreira  
Diretoria Departamental:  
Marcelo Fuziy (SCPC)  
Valter Olivero Alegretti (Comércio)  
Ademar Ferreira (Indústria)  
Leodoni Richter (Agricultura)  
Mardônio M. Alencar (Pecuária)  
Jairo de Osti (Serviços)  
Benê Cantelli (Mercosul)  
Nilson Aparecido dos Santos (Cultura e Eventos)  
José Carlos Mendonça (Patrimônio)  
Elziro Vicente Júnior (Projetos)  
Conselho de Orientação:  
Nilson Aparecido Carvalho  
Sebastião Weiber Cavalari  
Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho  
Durval Mariano  
Sizuo Uemura  
Horácio Cerzósimo de Souza  
Jonas Francisco Dourado

**38ª - Maio - 2000/02**

Presidente: Sérgio Braga

Vice-Presidente: Luiz Zarpelon

1º Secretário: Milton Carlos Luna

2º Secretário: Rui Barbosa Júnior

1º Tesoureiro: Marcelo Sussumu Fuziy

Diretora Social: Ely Silva de Oliveira

Relações Públicas: Keila Carneiro Rodrigues Lodi

Conselho Fiscal:

Inio Roberto Coelho (Relator)

José Paschoal Francisco (1º Secretário)

Bruno Bertotto (2º Secretário)

José Prado Mansor (Vogal)

Antônio Leite (Suplente)

Conselho Consultivo:

Junji Miyakawa

Nilson Aparecido dos Santos

Walter Pitarelli

Vardolino Aparecido Carvalho

Sebastião Weiber Cavalari

Luiz Carlos Fernandes de Mattos Filho

Diretoria Departamental:

Luciano Pedroso Mariano (SCPC)

Walter Pitarelli (Comércio)

José Tardo Moro da Rosa (Indústria)

Leodoni Richter (Agricultura)

José Augusto Zangirolami (Pecuária)

Ademar Pereira (Serviços)

Carlos Alberto Everdosa de Gavino Dias (Mercosul)

Benedito Cantelli (Cultura)

Nilson Aparecido dos Santos (Eventos)

Jairo de Osti (Patrimônio)

Elziro Vicente Júnior (Projetos)

Marcos Munarin (Projetos)

Dejair Martins Pires (Turismo)

Conselho de Orientação:

Anita Silva de Carvalho

Maria Algéria Vernes Endres  
 Martinho da Silva Barros  
 Moacir Pereira  
 Mardonio Molonha Alencar  
 José Carlos Mendonça  
 Walter Keiti Yaginuma  
 Luiz Akira Oshiro  
 Diretores de Honra:  
 Honório Almirão  
 Durval Mariano  
 Sizuo Uemura  
 Horário Cerzósimo de Souza  
 Jonas Francisco Dourado

### **39ª - Maio 2002/04**

Presidente: Luiz Zarpelon  
 Vice-Presidente: Jairo de Osti  
 1º Secretário: Antônio Freire  
 2º Secretário: José Roberto Ribeiro Pinto Júnior  
 1º Tesoureiro: Francisco Eduardo Custódio  
 2º Tesoureiro: Luciano Pedroso Mariano  
 Diretora Social: Ely Silva de Oliveira  
 Conselho Fiscal:  
 Melchiades Prato (Relator)  
 Arthur Ferreira Filho (1º Secretário)  
 José Prado Mansor (2º Secretário)  
 Mário Endo (Vogal)  
 Osmar de Mattos Marques (Suplente)  
 Conselho Consultivo:  
 Sérgio Braga  
 Junji Miyakawa  
 Nilson Aparecido dos Santos  
 Walter Pitarelli  
 Vardolino Aparecido de Carvalho

Sebastião Weiber Cavalari  
Diretoria Departamental (nomeada):  
Milton Carlos Luna (SCPC)  
Marcelo Sussumu Fuziy (SCPC)  
José Tarso Moro da Rosa (Comércio)  
Jairo Alberto Bruxel (Indústria)  
Rogério Thomitão Beretta (Agricultura)  
Marco Antônio Ortiz (Pecuária)  
Leodoni Richter (Serviços)  
Carlos Alberto Erverdosa Gavino Dias (Mercosul)  
Helena Uemura (Mercosul)  
Francisco Cláudio Romero de Oliveira (Informática)  
Domingos Venturini (Eventos)  
Dejair Martins Peres (Patrimônio)  
Ademar Ferreira (Projetos)  
Rui Barbosa Júnior (Projetos)  
Carmem Omizolo (Turismo)  
Carlos Alberto B. Galvão (Relações Públicas)  
Conselho de Orientação (nomeada):  
Adiles do Amaral Torres  
Antônio Tonani  
José Paschoal Francisco  
Laércio Pereira dos Santos  
Luiz Akira Oshiro  
Luzia Ribeiro Todescato  
Moacir Carlos de Paula  
Paulo Roberto Campione  
Roberto Zuim  
Sérgio Luiz Domingos Miranda  
Waldir Guerra  
Vitoriano Carbonera Cales

**40ª – Maio 2004/06**

Presidente: Jairo de Osti

Vice-Presidente: Ademar Ferreira

1º Secretário: Milton Carlos Luna

2º Secretária: Luzia Ribeiro Todescato

1º Tesoureiro: Laércio Pereira dos Santos

2º tesoureiro: Arthur Ferreira Pinto Filho

Diretora Social: Maisa Uemura

Conselho Fiscal:

Paulo Campione (Relator)

Melchiades Prado (1º Secretário)

Luciano Pedroso Mariano (2º Secretário)

Paulo Nogueira (Vogal)

Marcelo Sussumu Fuziy (Suplente)

Conselho Consultivo:

Luiz Zarpelon

Sérgio Braga

Junji Miyakawa

Nilson Aparecido dos Santos

Walter Pitarelli

Vardolino Aparecido de Carvalho

Diretoria Departamental (Nomeada):

Francisco Eduardo Custódio (SCPC)

Roberto Zuim

Antônio Freire (Comércio)

João Fiori

Rogério Beretta (Indústria)

João da Costa

Leodoni Richter (Agricultura)

Mário Manfini

José Roberto Ribeiro P. Júnior (Pecuária)

José Tarso Moro da Rosa

Nilson Aparecido dos Santos (Eventos)

Edmundo Correa Curvo Filho

Amarildo Jonas Ricci (Protocolo)  
Elizabeth Salomão  
Carlos Alberto B. Galvão (Patrimônio)  
Everaldo Dias Leite  
Domingos Venturini (Projetos)  
Dejair Martins Perez  
Patrícia Cristina S. Martins (Turismo)  
Juliana Carvalho Ferreira  
José Prado Mansor (Relações Públicas)  
José Roberto Fontes  
Rui Barbosa Júnior (Imobiliário)  
Cláudio Takeshi Iguma  
Benedito Cantelli (Mercosul)  
Marisvaldo Zeuli  
Clóvis Pinheiro de Oliveira (Cultura)  
Irama Lupinetti  
Inio Roberto Coelho (Jurídico)  
Laudelino Balbuena de Medeiros  
César Augusto Scheide (Agronegócio)  
Sérgio Luiz Domingos Miranda  
José Pascoal Francisco (Informática)  
Wilson José Pereira  
Humberto Dauber (Serviços)  
Paulo Antunes Siqueira (Assessoria Financeira)  
Carlos de Oliveira de Souza  
Conselho de Orientação:  
Adiles do Amaral Torres  
Adilson Pimenta Grava dos Reis  
Antônio Tonani  
Clara Oura Hiraishi  
Ely Silva de Oliveira  
Helena Radeke  
Walter C. Yajinuma  
Jaime Presoto de Oliveira



Marcelo Vardasca de Souza  
Waldir Guerra  
Vitoriano Carbonera Cales

**41ª – Maio 2006/08**

Presidente: Arthur Ferreira Pinto Filho  
1º Vice-Presidente: Antônio Freire  
2ª Vice-Presidente: Elizabeth Rocha Salomão  
1º Secretário: Luís Roberto Martins Araújo  
2º Secretário: Carlos Alberto Brenner Galvão  
1º Tesoureiro: Francisco Eduardo Custódio  
2º Tesoureiro: José Roberto Ribeiro Pinto Júnior  
Conselho Fiscal:  
Inio Roberto Coelho (Relator)  
Melchiades Prado (1º Secretário)  
Marco Antônio Ortiz Ferreira (2º Secretário)  
Jonas Gonçalves de Araújo (Vogal)  
Domingos Venturini (Suplente)  
Conselho Consultivo:  
Jairo de Osti  
Luiz Zarpelon  
Sérgio Braga  
Junji Miyakawa  
Nilson Aparecido dos Santos  
Walter Pitarelli  
Diretoria Departamental (Nomeada):  
Ely Silva de Oliveira (Eventos e Projetos)  
Clóvis Pinheiro de Oliveira  
Patrícia Cristina S. Martins (Turismo)  
Cesar Augusto Scheide (Meio Ambiente)  
José Gonçalves Dias Neto (Agronegócio)  
Irma Lupinetti (Assessora de Imprensa)  
Gilberto Antônio Bocchi (Agricultura e Pecuária)  
Domingos Venturini (Serviços)

## Sidnei Pitteri (Comércio e Indústria)

### **42ª – Maio 2008/10**

Presidente: Inio Roberto Coelho

1ª Vice-Presidenta: Ely Silva de Oliveira Semmelroth

2º Vice-Presidente: Antônio Freire

1º Secretário: Carlos Alberto Brenner Galvão

2º Secretário: Jonas Gonçalves de Araújo

1º Tesoureiro: Edvan Bonetti

2º Tesoureiro: Marco Antônio Ortiz Ferreira

Conselho Fiscal:

Domingos Venturini (Relator)

Luís Roberto Martins de Araújo (1º Secretário)

José Roberto Ribeiro Pinto Júnior (2º Secretário)

Elizabeth Rocha Salomão (Vogal)

Rodrigo Boschetti Medeiros (Suplente)

Conselho Consultivo:

Arthur Ferreira Pinto Filho

Jairo de Osti

Luiz Zarpelon

Sérgio Braga

Junji Miyakawa

Nilson Aparecido dos Santos

### **43ª – Maio 2010/11<sup>201</sup>**

Presidente: Antônio Freire

1º Vice-Presidente: Francisco Eduardo Custódio

2º Vice-Presidente: Ely Silva de Oliveira Semmelroth

1º Secretário: Marco Antônio Ortiz Ferreira

2º Secretário: Antônio Nogueira

1º Tesoureiro: Rui Barbosa

---

201 Em 6 de maio de 2011 Antônio Freire renuncia para assumir a presidência da FAEMS e entrou em seu lugar o 1º vice, Francisco Eduardo Custódio.

2º Tesoureiro: Sérgio Miranda  
Conselho Fiscal:  
Ariclones Bento Vicentim  
Carlos Alberto Brenner Galvão  
Edvan Bonetti  
Elizabeth Rocha Salomão  
Valter Mário da Silva Castro  
Conselho Consultivo:  
Inio Roberto Coalho  
Arthur Ferreira Pinto Filho  
Jairo de Osti  
Luiz Zarpelon  
Sérgio Braga  
Junji Miyakawa

**44ª – Maio 2011/13**

Presidente: Francisco Eduardo Custódio  
2º Vice-Presidente: Ely Silva de Oliveira Semmelroth  
1º Secretário: Marco Antônio Ortiz Ferreira  
2º Secretário: Antônio Nogueira  
1º Tesoureiro: Rui Barbosa  
2º Tesoureiro: Sérgio Miranda  
Conselho Fiscal:  
Ariclones Bento Vicentim  
Carlos Alberto Brenner Galvão  
Edvan Bonetti  
Elizabeth Rocha Salomão  
Valter Mário da Silva Castro  
Conselho Consultivo:  
Inio Roberto Coalho  
Arthur Ferreira Pinto Filho  
Jairo de Osti  
Luiz Zarpelon  
Sérgio Braga

Junji Miyakawa

**45ª – Maio 2013**

Presidente: Antônio Luiz Nogueira

1º Vice-Presidente: Ariclens Bento Vicentin

2º Vice-Presidente: Sérgio Miranda

1º Secretário: Romualdo Diniz

2º Secretário: Robson Luiz Braga Júnior

1ª Tesoureira: Ely Silva de Oliveira

2º Tesoureiro: Arnaldo Rodrigues Júnior

Conselho fiscal:

Devanil Calazans (Relator)

Adilson Barison (1º Secretário)

Carlos Henrique (2º Secretário)

Rui Barbosa (Vogal)

Jonas Gonçalves de Araújo (Suplente)

Conselho Consultivo:

Antônio Freire

Francisco Eduardo Custódio

Inio Roberto Coelho

Arthur Ferreira Pinto Filho

Jairo de Osti

Sérgio Braga

Diretoria Departamental (Nomeada)

Flavia Rosa (Agronegócio)

Marisvaldo Zeuli

Antonio Viegas

César Augusto Scheide (Meio Ambiente)

Carlos Henrique da Silva (Turismo)

Mario Rubens Ferraz de Paula

Elizabeth Rocha Salomão (Projeto e Eventos)

Francisco Eduardo Custódio (SCPC)

Flavia Rosa (Indústria e Comércio)

Carlos Henrique da Silva

José Roberto de Almeida (Marketing de Relacionamento)  
Observatório Social  
Rui Barbosa (Observatório Social)  
Valdenir Machado (Patrimônio)  
Liana Pietramale  
Everaldo Dias Leite  
Mario Akatsuka (Relações Públicas)  
Cleusa Zornita  
Amarildo Jonas Ricci  
Sídney Piteri (Relações Interbancárias)  
Relacionamento da Micro e Pequena Empresa  
João Manoel dos Santos (Relacionamento da Micro e Pequena  
Empresa)  
Djair Martins Peres  
Clarício Salazar  
Francisco Oliveira (Informática)  
Paulo Lobo  
Jonas Gonçalves de Araujo (Cooperativismo)  
Marcos Lira (Esportes e Cultura)  
Salin Raidan  
Milton Wack (Comércio Varejista)  
Carlos Alberto Brener Galvão (Integração com Comunidades)  
Rodrigo Boschetti Medeiros  
Edson Luis D. Dutra (Departamento Intersindical)  
Osmeide Schutz  
Valter Mário da Silva Castro  
Elói Medina de Oliveira (Postos e Combustíveis)



## Fontes e Bibliografia

### 1) Atas

Atas da ACID/ACED.

### 2) Jornais e Revistas

*Boletim Informativo da ACID.*

*Jornal ACIDNews*

*Jornal da ACED*

*Jornal de Dourados*

*Jornal O Douradense*

*Jornal O Progresso.*

*Revista do Centenário da Imigração Japonesa na Grande Dourados/Associação Cultural Nipo-Brasileira Sul-Mato-Grossense.* Dourados (MS): 2008.

*Revista do Clube Nipo-Brasileiro de Dourados. 50 Anos – 1953-200.* Dourados (MS): 2004.

*Revista Bancários Dourados e Região. 30 anos. Uma história de lutas.* Dourados (MS): 2010.

### 3) Acervos pesquisados

Arquivo da ACID/ACED

Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD.

Centro de Pesquisa e Documentação de História

Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). (s.d.). Disponível

em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/CotidianoDaGuerra>> Acesso 20 set. 2014

Coordenadoria de Divulgação do IBGE-EU/MS e agência local.

Museu Histórico de Dourados.  
[www.accuiaba.org.br](http://www.accuiaba.org.br)  
[www.aceddourados.com.br](http://www.aceddourados.com.br)  
[www.acicg.com.br](http://www.acicg.com.br)  
[www.acic.com.br](http://www.acic.com.br)  
[www.acritica-cg.inf.br](http://www.acritica-cg.inf.br)  
[www.al.ms.gov.br](http://www.al.ms.gov.br)  
[www.atdigital.com.br](http://www.atdigital.com.br)  
[www.biasotto.com.br](http://www.biasotto.com.br)  
[www.douradosagora.com.br](http://www.douradosagora.com.br)  
[www.douradosnews.com.br](http://www.douradosnews.com.br)  
[www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)  
[www.google.com.br](http://www.google.com.br)  
[www.observatoriosocialmaringa.org.br](http://www.observatoriosocialmaringa.org.br)  
[www.mspeixe.com.br](http://www.mspeixe.com.br)  
[www.progresso.com.br](http://www.progresso.com.br)  
[www.ufgd.edu.br](http://www.ufgd.edu.br)  
[www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

#### 4) Entrevistas

BRAGA, Sérgio. 54 anos. *Entrevista gravada em 20 ago. 2014.* Dourados (MS).

CAVALARI, Sebastião Weiber. 69 anos. *Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luiscarlosluciano@hotmail.com> em 28 nov. 2014.*

COALHO, Inio. 62 anos. *Entrevista gravada em 12 ago. 2014.* Dourados (MS).

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. 57 anos. *Entrevista gravada em 6 ago. 2014.* Dourados (MS).

PINTO FILHO, Arthur Ferreira. 72 anos. *Entrevista gravada em 2 out. 2014.* Dourados (MS).



MATTOS FILHO, Luiz Carlos Fernandes de. 69 anos. *Entrevista gravada em 13 ago. 2014.* Dourados (MS).

FREIRE, Antônio. 51 anos. *Entrevista gravada em 1 set. 2014.* Dourados (MS).

MIYAKAWA, Junji. 74 anos. *Entrevista gravada em 31 ago. 2014.* Dourados (MS).

OSTI, Jairo de. 60 anos. *Entrevista gravada em 7 ago. 2014.* Dourados (MS).

SANTOS, Nilson Aparecido dos. 65 anos. *Entrevista gravada em 18 ago. 2014.* Dourados (MS).

PITARELLI, Walter. 66 anos. *Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luiscarlosluciano@hotmail.com> em 19 ago. 2014.*

## 5) Bibliografia

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964.* Dourados: Ed. UEMS, 2008.

BOTELHO, José Francisco e LACERDA, Ricardo. *Veja como era o cotidiano do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.* Aventuras na História. Guia do Estudante. 2012. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/veja-como-era-cotidiano-brasil-durante-segunda-guerra-mundial-729408.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: Povoamento e Colonização (1946-1953).* ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina (PR): 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0687.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CARVALHO, Neuza Guerreiro de. *Reflexos da Segunda Guerra*

*Mundial em meu cotidiano – 1939-1945*. 2006. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/301/Reflexos%2Bda%2Bsegunda%2BGuerra%2BMundial%2Bem%2Bmeu%2BCotidiano%2B-%2B%2B1939-1945>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CORREIA, Jovina Nevoletti. (Org). *Dourados: Guia de Leis*. Dourados (MS): 2000.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros do IBGE. XXXV Volume. Rio de Janeiro (RJ): 1958.

GASPARETO JÚNIOR, Antônio. *AI-1*. InfoEscola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/ditadura-militar/ai-1/> Acesso em 5 out 2014.

GRESSLER, Lori Alice. *Memória de Dourados*. Dourados (MS): 1996.

GUERRA, Waldir. *A ferrovia viável para MS*. Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/noticias/opiniaio/a-ferrovia-viavel-para-o-ms-waldir-guerra>>. Acesso em: 22 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Um novo caminho para escoar a produção de MS*. Disponível em:

<<http://www.douradosagora.com.br/noticias/opiniaio/um-novo-caminho-para-escoar-a-producao-de-ms-waldir-guerra>>. Acesso em: 31 out. 2014.

INAGAKI, Edna Mitsui. *Imigração Japonesa para o Brasil: Os japoneses em Dourados (Século XIX e XX)*. Dourados: Ed. UEMS, 2008.

LUCIANO, Luís Carlos. *71 Anos do Legislativo de Dourados*. Dourados (MS): 2006.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória Fotográfica de Dourados*. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 1990.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: Os colonos da Colônia Agrícola

*Nacional de Dourados – CAND (1946-1960)*. 2007. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados (MS).

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis (SP).

PEREIRA, Juliana dos Santos. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados (MS).

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. EDUSC. Bauru (SP). Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 2004. Trecho Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o\\_Ferrovi%C3%A1ria\\_de\\_Dourados](http://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Ferrovi%C3%A1ria_de_Dourados)>. Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Rio Dourados, esboço de uma história*. Artigo não concluído. Dourados (MS).

SOUZA, Roney Salina. *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980)*. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados (MS).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD). *Projeto de criação e implantação da UFGD*. Dourados (MS): 2007. Disponível em:<<http://www.ufgd.edu.br/aufgd/projeto-criacao-ufgd.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

VENÂNCIO, Iلسon Boca. *Dourados e sua Cultura – Memória das artes comentada*. Dourados (MS): Ed. N. Coelho, 2014.

## 6) Obras Consultadas

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa – Projetos e Relatórios*. 3. ed. São Paulo (SP): Loyola, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD). *Normas para apresentação das dissertações*. Dourados (MS): 2010.

## Sobre o autor

Luís Carlos Luciano nasceu em 1961 em Cambará (PR).

Graduou-se em Letras (1998) pela UNIGRAN.

É Pós-Graduado em Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa (2003) pela UFMS.

É jornalista, cronista e autor dos livros *O Fenômeno Diário MS – Dez anos de um sonho que está dando cada vez mais certo*, de 2003; *71 Anos do Legislativo de Dourados*, de 2006; *Ribeiro: Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente – Exercício de Cidadania*, de 2008; da revista comemorativa dos 30 anos do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região, de 2010; da peça teatral *O Ervateiro e o Anta*, de 2011; e do romance *Betânia*, de 2014.

Passou pelas redações dos jornais *folha de dourados*, *O Progresso*, *Diário MS* e site [douradosinforma.com.br](http://douradosinforma.com.br).

É jornalista concursado da Prefeitura de Dourados.

Foi presidente do Clube de Imprensa de Dourados (CID).

É Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais na Região da Grande Dourados (Sinjorgran) e diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Membro da Academia Douradense de Letras (ADL).

E-mail: [luiscarlosluciano@hotmail.com](mailto:luiscarlosluciano@hotmail.com)

Site literário: [luiscarlosluciano.com.br](http://luiscarlosluciano.com.br)



















Este Material foi impresso e finalizado nas oficinas da Gráfica Seriemã  
Av. Presidente Vargas, 275, Centro, Dourados - Mato Grosso do Sul  
Fone (67) 2108-4600 E-mail: [graficaseriemã@graficaseriemã.com.br](mailto:graficaseriemã@graficaseriemã.com.br)









